

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Jhony Oliveira Zigato

**A reconstrução histórico-crítica do Serviço Social no Vale do Mucuri (MG):
institucionalização, consolidação e expansão da profissão**

Juiz de Fora

2025

Jhony Oliveira Zigato

**A reconstrução histórico-crítica do Serviço Social no Vale do Mucuri (MG):
institucionalização, consolidação e expansão da profissão.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carina Berta Moljo

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Zigato, Jhony Oliveira.

A reconstrução histórico-crítica do Serviço Social no Vale do Mucuri (MG) : institucionalização, consolidação e expansão da profissão / Jhony Oliveira Zigato. -- 2025.

216 f. : il.

Orientadora: Carina Berta Moljo

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora,
Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, 2025.

1. Formação sócio-histórica brasileira e regional. 2. Cultura política. 3. Cultura profissional. 4. Serviço Social e Assistentes Sociais no Vale do Mucuri (MG). I. Moljo, Carina Berta, orient. II. Título.

Jhony Oliveira Zigato

**A Reconstrução Histórico-Crítica do Serviço Social no Vale do Mucuri (MG):
Institucionalização, Consolidação e Expansão da Profissão**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 14 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Carina Berta Moljo - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Ana Luiza Avelar de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Maria Angelina Baía de Almeida Camargo
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa Dra Mônica Paulino de Lanes
Universidade Federal do Espírito Santo

Juiz de Fora, 22/07/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Carina Berta Moljo, Professor(a)**, em 18/08/2025, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida Camargo, Usuário Externo**, em 18/08/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Avelar de Oliveira, Professor(a)**, em 18/08/2025, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a)**, em 19/08/2025, às 08:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Paulino de Lanes, Usuário Externo**, em 21/08/2025, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2510433** e o código CRC **84CF575F**.

À Ciléa Maria, minha mãe (*in memoriam*):
por todo amor, apoio e esforços incondicionais
para que eu pudesse estudar, ingressando em
uma das melhores universidades públicas deste
país para me tornar Assistente Social. Te amo
para sempre!

**À Romilda Aparecida Nepomuceno, Nadia
Maria Carvalho de Oliveira Martins e Vera
Carvalho (Verinha):** Assistentes Sociais
pioneiras que desbravaram este solo, abrindo
caminho para as futuras gerações de Assistentes
Sociais no Vale do Mucuri (MG), minha
admiração e afeto!

AGRADECIMENTOS

Chegar à finalização de uma etapa da formação profissional é desafiador, mas também emocionante e gratificante.

O ingresso no Doutorado em Serviço Social se deu com expectativas de que as disciplinas, os grupos de estudos e os estudos individuais ocorressem de forma presencial, potencializando o debate coletivo e estabelecendo afetos com as(os) companheiras(os) de turma.

Contudo, no mês de início do Doutorado, em março de 2020, fomos “surpreendidos” por uma pandemia sem precedentes nos tempos recentes: a pandemia de coronavírus, que acarretou um isolamento social global em um curto espaço de tempo como estratégia de defesa e proteção da vida, uma vez que se tratava de uma doença nova, com alto grau de letalidade e sem arsenais de tratamento no momento.

Dessa forma, a experiência no decorrer do curso de Doutorado foi diferente: aulas remotas (com uso das tecnologias de salas de aula virtuais, com limites e fragilidades) e com o desafio da promoção do debate acadêmico, da qualidade das aulas ministradas e de apreensão de conteúdos e categorias fundamentais que um Doutorado na área proporciona e exige.

Todavia, reconheço o esforço da coordenação do Programa de Pós-Graduação, o esforço das e dos docentes na condução das disciplinas e nas demais atividades do curso em meio ao caos das consequências da pandemia, sentidas até a atualidade, gerando ansiedades e inseguranças; mas com determinação, garra, afetos e luta, consegui cumprir a minha jornada.

Em primeiro lugar, agradeço a DEUS e à Virgem Maria, minha mãe celestial, que me deram e dão forças para prosseguir na jornada da vida. A palavra é gratidão.

Sou imensamente grato à minha mãe, Ciléa Maria (*in memoriam*), que me deixou em agosto de 2023, após lutar bravamente contra uma doença autoimune rara e agressiva. Perdê-la no meio do percurso doutoral foi dolorido, pois era e é uma das pessoas que mais me apoiava e se alegrava com as minhas conquistas. Em alguns momentos, pensei em desistir ou que não daria conta, mas sua presença em meu coração foi um dos nortes para prosseguir e chegar até aqui. OBRIGADO POR TUDO MINHA MÃE, TE AMO PARA SEMPRE!

Também agradeço ao meu irmão Mayco e à minha cunhada Arusha, pelo apoio, incentivo e palavras de estímulo nos momentos mais difíceis. Especial contribuição destaco para a minha sobrinha Ariella Maysha, a qual amo imensamente e que me fez e faz ser novo a cada dia. Como seu amor e sorriso me fortalecem! TITIO AMA MUITO VOCÊ.

Agradeço aos colegas do Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), que não mediram esforços para garantir meu direito ao afastamento para a qualificação. Gratidão a todas e todos vocês.

Não menos, à minha orientadora, Carina Berta Moljo: gratidão pela paciência, pela docilidade, mas pelo rigor, pelo aprimoramento e pela motivação, acreditando sempre que eu fosse capaz de entregar um trabalho com qualidade. A você, querida e eterna professora, o meu muito obrigado por tudo, você é MARAVILHOSA.

À Banca de Doutorado: as professoras internas Alexandra Leite Tofanetto Seabra Eiras; Ana Luiza Avelar de Oliveira e Luciana Gonçalves Pereira de Paula (suplente interna), minha admiração, meu carinho e afeto pelo aceite para este momento tão importante em minha vida. As professoras externas: Maria Angelina Baia de Carvalho Almeida Camargo; Mônica Paulino de Lanes e Raquel Cristina Lucas Mota (suplente externa), amigas queridas e que foram e são fundamentais neste processo, conduzindo com competência e afeto. Obrigado, vocês são excepcionais!

Agradeço também ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF bem como aos técnico-administrativos, por todo o aprendizado, apoio e disposição nesta jornada percorrida.

Por fim, gratidão aos colegas da Turma 2020, pelas trocas, virtuais, mas não menos importantes, e pelo afeto construído com alguns, os quais levo para a minha vida. Gratidão aos discentes do curso de Serviço Social da UFVJM, razão pela qual me propus a qualificar acadêmica e profissionalmente e que me fazem ser um docente e uma pessoa melhor. Saibam que aprendo muito com vocês.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo reconstruir historicamente a profissão de Serviço Social no Vale do Mucuri (MG) desde os anos 1980 até dias atuais. Apreender a formação sócio-histórica brasileira articulada à formação regional bem como conhecer o perfil profissional e os elementos que culminam com a inserção, desenvolvimento e expansão da profissão no Vale do Mucuri tem sua inédita importância na medida em que não há estudos que realizam este movimento de reconstrução histórica na região. A história é categoria e elemento central deste processo, pois é apreendida e compreendida como movimento, como vir a ser, recusando linearidades e uma “estrutura acabada”, permitindo, assim, desvendar a cultura política brasileira e a cultura profissional em sua essência fenomênica à medida que reconstruir historicamente a dinâmica de uma profissão com as particularidades da região ultrapassa o discurso de uma “história oficial”, ou seja, captar o seu movimento pelo avesso, dando voz aos sujeitos sociais oriundos das classes trabalhadoras, quais sejam: as e os Assistentes Sociais. O percurso metodológico sustentou-se na Teoria Social de Marx, que parte da realidade concreta em sua aparência fenomênica e permite ao pesquisador compreender os elementos contraditórios do real sob o crivo da Reprodução das Relações Sociais, relações estas que têm por base as relações de produção na sociabilidade capitalista, determinando os aspectos da reprodução espiritual, ou seja, os elementos ideológicos, filosóficos, artísticos e religiosos que objetivam “sustentar” a sociabilidade vigente, mas, na mesma dinâmica, revela seus limites e contradições. A pesquisa se subsidiou em seu caráter bibliográfico e documental, contemplando aspectos da realidade sócio-histórica brasileira e regional, bem como a vasta produção da literatura profissional do Serviço Social no campo dos seus fundamentos. A História Oral, enquanto modalidade de pesquisa, foi fundamental, pois, ao valorizar a subjetividade dos sujeitos sociais sem incorrer em subjetivismos a-históricos, busca captar as determinações objetivas da realidade social, que se constroem e reconstroem na trama da reprodução das relações sociais. Para a coleta de dados, foram realizadas 16 entrevistas com Assistentes Sociais da região, objetivando captar em seus relatos a realidade da profissão de Serviço Social em diálogo com a formação sócio-histórica regional. Ressalta-se que as e os profissionais entrevistados localizam-se temporalmente na região a partir dos anos 1980 e permanecem até os dias atuais, o que possibilitou uma Reconstrução Histórica do Serviço Social no Vale do Mucuri.

Palavras-chave: formação sócio-histórica brasileira e regional; cultura política; cultura profissional; Serviço Social e Assistentes Sociais no Vale do Mucuri (MG).

ABSTRACT

The present thesis aims to historically reconstruct the Social Work profession in the Vale do Mucuri (MG) from the 1980s to the present day. Understanding the Brazilian socio-historical formation articulated with the regional formation as well as knowing the professional profile and the elements that culminate in the insertion, development, and expansion of the profession in the Vale do Mucuri has its unprecedented importance insofar as there are no studies that carry out this movement of historical reconstruction in the region. History is a category and central element of this process, as it is apprehended and understood as movement, as becoming, refusing linearities and a “finished structure,” thus allowing the unveiling of Brazilian political culture and professional culture in its phenomenal essence insofar as historically reconstructing the dynamics of a profession with the particularities of the region goes beyond the discourse of an “official history,” that is, capturing its movement from the reverse, giving voice to social subjects originating from the working classes, namely: Social Workers. The methodological path was sustained in Marx’s Social Theory, which starts from concrete reality in its phenomenal appearance and allows the researcher to understand the contradictory elements of the real under the scrutiny of the Reproduction of Social Relations, relations that are based on the relations of production in capitalist sociability, determining the aspects of spiritual reproduction, that is, the ideological, philosophical, artistic, and religious elements that aim to “sustain” the prevailing sociability, but, in the same dynamic, reveal its limits and contradictions. The research was based on its bibliographic and documentary character, contemplating aspects of Brazilian and regional socio-historical reality, as well as the vast production of professional Social Work literature in the field of its foundations. Oral History, as a research modality, was fundamental, since, by valuing the subjectivity of social subjects without incurring in ahistorical subjectivisms, it seeks to capture the objective determinations of social reality, which are constructed and reconstructed in the framework of the reproduction of social relations. For data collection, 16 interviews were conducted with Social Workers from the region, aiming to capture in their reports the reality of the Social Work profession in dialogue with the regional socio-historical formation. It is noteworthy that the professionals interviewed are temporally located in the region from the 1980s and remain until the present day, which made possible a Historical Reconstruction of Social Work in the Vale do Mucuri.

Keywords: Brazilian and regional socio-historical formation; political culture; professional culture; Social Work and Social Workers in the Vale do Mucuri (MG).

LISTA DE SIGLAS

Abepss	Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social
AI-5	Ato Institucional nº 5
Apae	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APJ	Aprender Produzir Juntos
BA	Bahia
BH	Belo Horizonte
BPC	Benefício de Prestação Continuada
Caps	Centro de Atenção Psicossocial
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEB	Comunidade Eclesiais de Base
Cevida	Centro de Valorização da Vida
Cfess	Conselho Federal de Serviço Social
Ciame	Centro Integrado de Atendimento ao Menor
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
Comev	Comissão de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar
Cras	Centro de Referência da Assistência Social
Creas	Centros de Referência Especializada da Assistência Social
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
EAD	Educação a Distância
ESP-MG	Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais
ESS-	Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais
UCMG	
Febem	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FMI	Fundo Monetário Internacional
Iesfato	Instituto de Educação Superior São Francisco de Assis de Teófilo Otoni
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LBV	Legião da Boa Vontade
Mare	Ministério da Administração e Reforma do Estado

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
NAS	Núcleo de Assistentes Sociais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEP	Projeto Ético-Político Profissional
PL	Partido Liberal
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Sedese	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SES-MG	Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais
SP	São Paulo
Suas	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TFD	Tratamento Fora Domicílio
UA	Unidade de Ensino e Aprendizagem
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFJR	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Unipac	Universidade Presidente Antônio Carlos
Univale	Universidade Vale do Rio Doce
Unopar	Universidade Norte do Paraná
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E AS PARTICULARIDADES DO NOSSO CAPITALISMO DEPENDENTE: UM DEBATE NECESSÁRIO	26
2.1	O BRASIL DOS ANOS 1930 A 1980: GÊNESE, CONSOLIDAÇÃO E COMPLEXIFICAÇÃO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL	35
2.2	PÓS-CONSTITUIÇÃO E A REDEMOCRATIZAÇÃO: A DÉCADA DE 1990	52
2.3	O BRASIL DO SÉCULO XXI: DILEMAS PRESENTES E PERSPECTIVAS FUTURAS	60
3	SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: DOS ANOS 1960 AOS DIAS ATUAIS	75
3.1	SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS DE 1960 A 1990: UM RESGATE NECESSÁRIO	80
4	O SERVIÇO SOCIAL NO VALE DO MUCURI (MG): INSERÇÃO, EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO	108
4.1	AS E OS SUJEITOS DA PESQUISA	109
4.2	AS E OS ASSISTENTES SOCIAIS NO VALE DO MUCURI (MG): CULTURA POLÍTICA; CULTURA PROFISSIONAL; FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
	REFERÊNCIAS	196
	APÊNDICE A – Quadro com as informações das(os) entrevistadas(os)	203
	APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista	207
	APÊNDICE C – TCLE	209
	ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP	211

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa é a “Reconstrução Histórico-Crítica do Serviço Social dos anos 1980 até os dias atuais”, dialogando com a particularidade da profissão no Vale do Mucuri (MG), localizado no nordeste do estado de Minas Gerais.

Para tanto, partiu-se da hipótese que a “tardia chegada” de Assistentes Sociais na região ocorreu em virtude da não institucionalização/legitimação do Serviço Social no Vale do Mucuri (MG), pois, como afirma Netto (2007), é a constituição de um mercado de trabalho profissional pela via das instituições estatais, seguida do empresariado, que propicia a gênese, a expansão e a consolidação da profissão.

Assim, o objetivo geral da pesquisa constituiu em reconstruir historicamente a profissão de Serviço Social no Vale do Mucuri (MG) a partir dos anos 1980 até os dias atuais. Para atingir o objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos: (i) apreender os elementos da formação sócio-histórica no Vale do Mucuri (MG) em articulação com a formação sócio-histórica brasileira; (ii) conhecer o perfil das (os) assistentes sociais no Vale do Mucuri (MG) no período histórico elucidado; e (iii) compreender os elementos que culminaram com a institucionalização, desenvolvimento e expansão da profissão na região.

O interesse por esse objeto de estudo pautou-se na inserção do exercício profissional do pesquisador na docência universitária, especificamente no curso de Serviço Social da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), campus Teófilo Otoni. O contato com os discentes do curso e com os supervisores de campo no processo das disciplinas de Estágio Supervisionado, bem como a minha inserção temporária no Núcleo de Assistentes Sociais (NAS) da região nos anos de 2017 e 2018, possibilitou o início do estabelecimento de diálogos com Romilda Aparecida Nepomuceno, uma das pioneiras na Assistência Social da região, que atua na área desde os anos 1980.

No decorrer da entrevista com Romilda, foi relatado por ela que a sua chegada na região ocorreu em virtude de um “convite” feito para atuar como Assistente Social na Legião Brasileira de Assistência (LBA), no Vale do Mucuri (MG). Desejosa de exercer a profissão fora da região metropolitana de Belo Horizonte, a Assistente Social aceitou o convite e, em 1984, chegou à região.

Fui encaminhada ao Nordeste mineiro para o município de Águas Formosas em 1984 pela LBA para desenvolver o trabalho de Desenvolvimento de Comunidade em na cidade de Águas Formosas (MG).

[...] Andando por algumas localidades da região, era gritante a ausência do Estado, das prefeituras, das políticas públicas como temos hoje e que são limitadas. As pessoas carregavam com elas um conformismo, naturalizavam as situações, é assim mesmo, aqui manda quem tem poder e dinheiro. Mas, também, em minoria, conheci pessoas lutadoras, batalhadoras, fortes que tentavam de alguma forma se articular e tinham apoio dos padres franciscanos, capuchinhos, alinhados a Teologia da Libertação.

Partindo desse relato, de uma das pioneiras entrevistadas, duas categorias se fazem centrais, quais sejam: a Cultura Política e a Cultura profissional, compreendidas na trama da Reprodução das Relações Sociais Brasileiras, ou seja, nos elementos que constituem a formação sócio-histórica do país sob a marca estrutural da heteronomia de um capitalismo com trações dependentes.

O grande mito que sustenta a imaginação social brasileira é o da não violência. Nossa auto imagem é a de um povo pacífico e ordeiro, alegre e cordial, mestiço e incapaz de discriminações étnicas, religiosas ou sociais, acolhedor para com os estrangeiros, generoso para com os carentes, orgulhoso das diferenças regionais e destinado a um grande futuro (Chauí, 1995, p. 3-4).

O “mito” evidenciado por Chauí se confirma enquanto “imagem distorcida” da formação sócio-histórica brasileira e regional. Nesse contexto, Achtschin (2018, p. 22), historiador de grande relevância no Vale do Mucuri (MG), faz o seguinte apontamento:

a região do Vale do Mucuri foi tomada em fins do século XIX pelo uso da força, da violência que dizimou vários indígenas de diversas etnias existentes na região com destaque aos Maxakalis, pois esta etnia era resistente as ações de dominação dos europeus. Os Maxakalis eram habilidosos na fuga e corajosos na luta com os invasores.

[...] As relações de mando e obediência, as trocas de favores, uma certa resignação de frações da população da região com os determinantes da vida social perdura até a atualidade. Ao mesmo tempo, a formação regional mostra acontecimentos de resistência, primeiramente dos indígenas e com o passar do tempo de movimentos sociais locais, sindicatos rurais e outras formas de mobilização.

A Cultura Política brasileira, construída e reproduzida em sua dimensão ampliada no bojo da Reprodução das Relações Sociais¹, incidirá na cultura profissional das e dos Assistentes

¹ A compreensão conceitual da categoria Reprodução das Relações Sociais será trabalhada no Capítulo 2 deste trabalho.

Sociais da região, reverberando uma visão “conformista” e na mesma dinâmica de questionamento e superação.

Eu percebo que grande parte dos profissionais da área aqui em Teófilo Otoni e na região são conservadores “velados” e alguns o são abertamente. Em debates que realizávamos em um espaço onde atuei na Secretaria Municipal de Saúde, a saúde da população indígena, percebia a visão distorcida dos profissionais em relação aos povos originários, adotando falas “preconceituosas” e reafirmando a poder de mando das elites, não havendo muito o que fazer, pois o sistema é forte, não há como enfrentar se quiser manter o seu emprego.

[...] Felizmente conheço e pude trabalhar com colegas de profissão aguerridos, que questionam, que nos seus espaços de trabalho tensionam para a viabilização do direito dos seus usuários, reafirmando o direito e desmistificando a lógica do favor, do mando, da naturalização da vida (Ferraz, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Moljo e Silva (2018) afirmam que a cultura incide nas organizações das profissões e de seus profissionais, o que impacta o processo de formação bem como no trabalho profissional.

A cultura refere-se ao “modo de ser”, aos valores socialmente construídos com base nas determinações de existência do ser social, na sua vida histórica real, decisivos nas direções sociais formadas por posicionamentos políticos amplos que se sustentam em matrizes teóricas do conhecimento (mesmo que imediatamente não se reconheça essa relação) (Moljo; Silva, 2018, p. 60).

As e os entrevistadas(os), totalizando 16, percorrem o período histórico delimitado neste trabalho, identificando, assim, três gerações de profissionais, que abarcam não só a gênese, mas também a transição e a expansão do Serviço Social no Vale do Mucuri (MG). Reitera-se que, nas 16 entrevistas, a Cultura Política e a Cultura Profissional se entrelaçam na vivência e na experiência das e dos Assistentes Sociais participantes da pesquisa.

Como critério *de inclusão*, foram convidadas(os) as(os) profissionais que atuam na região a partir da década de 1980, contando com as pioneiras, a saber: *Romilda Aparecida Nepomuceno* e *Vera Lúcia Carvalho*. As e os demais entrevistadas(os) inserem-se nos anos 1990 e 2000, alcançando temporalmente os dias atuais².

Destaca-se que, na banca do exame de qualificação, ocorrida em 14/12/2023, foram sugeridas pela banca examinadora outros nomes, a saber: Elizabeth Sena Corrêa e Olímpia, que também atuaram na região há mais tempo.

² No primeiro item do quarto capítulo, foram construídos quadros que detalham os nomes, o ano de exercício profissional e a cidade como primeiro espaço das inserções profissionais.

Em relação à Olímpia, constatou-se que a profissional não reside mais no Vale do Mucuri (MG) e está em tratamento de saúde sob os cuidados da família, no Vale do Aço (MG). Já Elizabeth Sena Corrêa não se dispôs a participar da pesquisa por motivos pessoais/políticos. Contudo, agradeceu o pesquisador por lembrar de seu nome.

Reitera-se que a maioria das e dos entrevistadas(os) passou a atuar como assistentes sociais em Teófilo Otoni e região a partir dos anos 2000 em razão de dois elementos significativos evidenciados nas entrevistas. O primeiro refere-se à instalação das unidades de formação – Faculdades Doctum (2002), Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac) (2003) e Instituto de Educação Superior São Francisco de Assis de Teófilo Otoni (Iesfato³) (2000), todas privadas; e a UFVJM (2006), de caráter público.

O segundo elemento diz respeito à implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), a partir de 2005, que absorveu grande parte dos profissionais em Teófilo Otoni e região na implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (Creas). Desse modo, a política de Assistência Social consolidou-se a partir dos anos 2000 e figura como a política social que mais tem absorvido a mão de obra qualificada das e dos Assistentes Sociais em âmbito nacional, seguida pela política de saúde, materializada no Sistema Único de Saúde (SUS).

Destaca-se que uma das pioneiras que participou desta pesquisa foi fundamental no processo de indicação de profissionais contemporâneos. À medida que estes aceitavam participar, indicavam colegas para integrarem a pesquisa, os quais também concordavam em conceder entrevistas. Esse movimento possibilitou alcançar o nível de saturação⁴ do universo amostral, totalizando 16 entrevistas, conforme mencionado em parágrafos anteriores.

Para o alcance dos objetivos deste estudo, e na superação das “realidades aparentes”, fazem-se necessárias a aproximação e a compreensão da teoria social de Marx, a qual possui como elemento central a história, situada no bojo do processo de reprodução de uma determinada relação social de produção: o modo de produção capitalista.

³ Na Unipac, destaca-se o trabalho desenvolvido na coordenação do curso de Serviço Social pela Assistente Social Ana Paula Quintão, entre os anos de 2005 e 2014, período em que o curso foi extinto na instituição. No que se refere ao Iesfato, trata-se de uma instituição privada que ofertou seus serviços educacionais desde os anos 1990, especialmente nos cursos relacionados às áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, destacando-se o curso de Serviço Social, criado em 2000 e encerrado em 2009.

⁴ De acordo com Gil (2002, p. 15), em pesquisas de natureza qualitativa, o nível de saturação, ou saturação teórica, refere-se ao ponto em que a coleta de dados e a análise dos dados não produzem novas informações relevantes para a pesquisa.

Se a história é dinâmica e contraditória, entende-se que os modos de produção são mutáveis e superáveis, o que vai na contramão da tese de que, com a ascensão e consolidação da sociabilidade capitalista, não há possibilidades de sua superação, pois se naturalizam os processos sociais, petrificando-os, como realidade última a partir de um processo alienante e reificado da realidade social imposta pela sociabilidade vigente, reforçando o “status” de aparência como meta a ser atingida na obtenção de conhecimento do real⁵.

O intuito é apreender a história em processo, aberta ao vir a ser, acompanhando a dinamicidade da vida em sociedade no estreito vínculo com as forças sociais comprometidas com a luta emancipatória. A busca é capturar os processos sociais em suas prefigurações e em seu desenvolvimento- em suas tendências, o que requer investigação permanente que alimente a correlata renovação constante da teoria, sempre aberta a novas questões, ao contrário da dogmática e da vulgata (Fernandes, 1983, p. 36).

A história, enquanto centralidade, tem no seu bojo a reprodução das relações sociais, conectando estrutura social e política sob a ótica da totalidade:

a estrutura e o Estado nascem constantemente do processo de vida dos indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação, própria ou alheia, mas é como realmente são, isto é, tal como atuam e produzem materialmente, e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade. A produção de ideias, de representações, da consciência está, de início diretamente entrelaçada com a atividade material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como emanação direta do seu comportamento material (Marx; Engels, 1977, p. 36).

Conhecer o real para transformá-lo é fundamental, pois o método em Marx possui uma dimensão revolucionária, portanto de transitoriedade e superação da ordem instituída – logo, histórica –, pelos sujeitos que estão subsumidos efetivamente à sociabilidade capitalista, qual seja: a classe trabalhadora em suas expressões heterogêneas.

Captar as determinações do real em sua essência não admite uma racionalidade formal abstrata, haurida nas Ciências Sociais sob a determinação da Teoria Social Positivista, funcional ao modo de produção capitalista.

Assim,

⁵ É válido sinalizar que a aparência fenomênica, o real, não constitui negação total do real, mas fragmentos da realidade que, submetidos ao crivo da teoria social de Marx, desvenda a essência fenomênica, que é histórica, contraditória e com múltiplas determinações.

a racionalidade formal abstrata trata os fenômenos e os processos sociais como coisas exteriores, superiores e anteriores ao homem, e por isso independente da vontade dos sujeitos. Forja, mistifica, nega os aspectos ontológicos da realidade, e consequentemente, a possibilidade de o sujeito intervir sobre essa realidade que, segundo o pensamento conservador, é dada objetivamente por conexões causais, possui uma legalidade férrea e uma “positividade” que garante a manutenção, cristalização e permanência de determinadas formas de pensamento e comportamento sob e sobre a ordem social burguesa (Guerra, 1997, p. 14).

Na contramão de uma “história oficializada”, determinada e imutável, Marx (2017a) afirma que “tudo o que é sólido desmancha no ar”, na medida em que apreende e comprehende a realidade como uma totalidade concreta, em processo de estruturação permanente, portanto mutável.

Será, portanto, a racionalidade dialética, ontológica e crítica

que irá repor o protagonismo dos sujeitos, que busca apreender os aspectos ontológicos dos fatos, fenômenos e processos reais, a sua lógica constitutiva, que porta a capacidade de, partindo do procedimento da abstração, por meio de múltiplas e complexas determinações, alcançar os conteúdos mais concretos, os vínculos e mediações mais estreitos e as determinações mais predominantes dos fenômenos, em tempos e espaços historicamente situados, dado que completa o ciclo, realizando o caminho de volta e, ao fazê-lo, alcança o concreto num processo de síntese- é a racionalidade crítico-dialética (Guerra, 1997, p. 16).

A partir da perspectiva histórico-crítica, que abarca uma “racionalidade crítico-dialética, que elucida a realidade social em processo social dinâmico e permanente”, Netto (2011, p. 20) aponta que a “teoria para Marx é uma modalidade de conhecimento, entre outras (como por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso)”. Contudo,

a teoria se distingue de outras modalidades de conhecimento e tem especificidades: o conhecimento teórico. É o conhecimento do objeto- de sua estrutura e dinâmica- tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é para Marx a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa (Netto, 2011, p. 21).

Desta forma, pela teoria, o pesquisador reproduz em seu pensamento a dinâmica e a estrutura do objeto a ser apreendido, sendo esta reprodução que constitui propriamente o

conhecimento teórico que não encerra em si mesmo, mas necessita de sucessivas aproximações à realidade, já que Marx a concebe como histórica e mutável.

Esta reprodução, porém, não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente não para apreender a aparência ou a forma dada do objeto, mas a sua essência, a sua estrutura, a sua dinâmica (mais exatamente para apreende-lo como processo) (Netto, 2011, p. 25).

Foi imperativo o uso de instrumentos e técnicas de pesquisa que, de acordo com Netto (2011, p. 41), “não são específicos de uma teoria social, mas imprimem uma direção na medida em que estão articulados a uma perspectiva teórica de apreensão da realidade social”.

A pesquisa, de natureza qualitativa, foi a modalidade que atendeu às questões postas por este estudo, pois

a pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e aonde queremos chegar (Martinelli, 1999, p. 115).

A modalidade de pesquisa ora apresentada parte do pressuposto de que há uma imbricação dinâmica entre a realidade e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, uma vinculação inseparável entre o caráter objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento “não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado” (Minayo, 2007, p. 20).

É válido ressaltar que, segundo a autora, o objeto estudado não é um dado inerte e neutro, pois ele possui significados e relações que os sujeitos concretos criam a partir das suas ações. Relações que a presente proposta de análise buscou apreender, criticamente, sobre as reais implicações da profissão, a formação de quadro profissionais e seu exercício efetivo no Vale do Mucuri (MG), em diálogo permanente com a realidade regional que imprime uma cultura profissional de uma realidade vivida e representada na e pela consciência das e dos assistentes sociais entrevistadas(os).

O primeiro movimento realizado no intuito de capturar o objeto de estudo foi a pesquisa documental. De acordo com Gil (2002, p. 62-3),

a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que as diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Em relação à pesquisa bibliográfica, o autor afirma que:

ela é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos “científicos”. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa. Assim, além de permitir o levantamento das pesquisas referentes ao tema estudado, a pesquisa bibliográfica permite ainda o aprofundamento teórico que norteia a pesquisa (Gil, 2002, p. 44).

Para a abordagem do objeto de estudo, além de lançar mão dos instrumentos de pesquisa documental e bibliográfica, tais como livros, textos atinentes ao tema deste trabalho e documentos locais que retratam a particularidade do Vale do Mucuri (MG), foram realizadas 16 entrevistas, por meio da plataforma virtual Google Meet, entre os meses de março e julho de 2024⁶. As entrevistas, com questões abertas, tiveram como participantes os Assistentes Sociais do Vale do Mucuri (MG), que contribuíram como sujeitos vivos das realidades vividas e representadas, dialeticamente, por eles(as).

Sendo assim, mediante a realização das entrevistas com questões abertas, a pesquisa, na sua abordagem qualitativa, contou com a História Oral como modalidade instrumental, a qual dialoga com a trajetória de vida, ou seja, o cotidiano da vida social que resvala no ser assistente social, no seu exercício profissional no Vale do Mucuri (MG). Portanto, evidencia-se uma

⁶ O período de quatro meses para a realização das entrevistas ocorreu em virtude das disponibilidades de agendas das e dos profissionais entrevistadas(os). Todas as entrevistas foram realizadas por meio da plataforma Google Meet em consonância com as disposições do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEP-UFJF). O Comitê aprovou a realização da pesquisa com o parecer datado em 09/03/2023, conforme apresentado no Anexo A deste trabalho.

cultura profissional que está articulada à cultura regional, ou seja, à formação sócio-histórica da região⁷.

A esse respeito, Moljo (2002, p. 11) afirma que:

podemos situar a História Oral dentro dos métodos qualitativos de investigação, a qual se afirma dentro do mundo acadêmico em finais dos anos 1960, tendo como horizonte ampliar os conhecimentos da realidade social através de estudos em profundidade, tomando como um de seus eixos as experiências vividas pelos sujeitos. Com isso, trata-se de ultrapassar as descrições para compreender os significados em buscar os sujeitos e suas histórias.

Na contraface da matriz positivista, apropriando-se das fontes de Marx, na compreensão do materialismo histórico-dialético, a história oral

não propõe de nenhuma maneira desconectar o sujeito em suas estruturas materiais, das condições reais de existência. Pelo contrário, trata-se de analisar como a estrutura repercute na vida cotidiana do sujeito e como o sujeito produz e reproduz nessa estrutura, mas dimensionando desde o cotidiano, desde a sua própria experiência (Moljo, 2002, p. 12).

Martinelli (1994 *apud* Moljo, 2002) reitera que a abordagem qualitativa de pesquisa possui pressupostos tais como as singularidades dos sujeitos inseridos na abordagem citada, considerando neste trabalho as e os assistentes sociais entrevistadas(os). Isso porque tais singularidades (infância/adolescência, família, valores construídos socialmente, entre outros) incidem em seus exercícios profissionais cotidianos no que tange à forma de apreensão da realidade social a partir da “visão de mundo”, do “lugar de classe” e da formação profissional universitária recebida, pois as e os entrevistadas(os) são sujeitos da pesquisa, ativos, seres sociais, e não objetos à parte, passivos, neutros.

Reconhecer a importância da experiência social do sujeito, o modo de vida que é justamente como o sujeito constrói e vive sua vida, envolvendo neste processo seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais. [...]. A história oral é uma história construída em torno de pessoas, pois ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação (Moljo, 2002, p. 13).

⁷ No quarto capítulo do trabalho, as questões que nortearam o roteiro de entrevistas serão explicitadas pelos eixos de análise, a saber: formação profissional; cultura política/cultura profissional e mercado de trabalho.

A partir dessa afirmação, a autora reforça que a história oral é uma metodologia de investigação que acentua a realização de entrevistas com pessoas que participaram e testemunharam acontecimentos e conjunturas, bem como expressaram visões de mundo, com intuito de aproximar-se do objeto a ser estudado.

Esse movimento ocorreu em etapas na medida em que as entrevistas foram realizadas a partir das questões como: *Em que ano você se graduou? Qual a instituição de ensino que cursou Serviço Social? Quais disciplinas você se recorda no seu processo de formação profissional?* Foram apresentadas também questões que procuraram captar determinações do real no que tange a uma “cultura regional”, tais como *o que é ser assistente social no Vale do Mucuri? Quais são os desafios do trabalho profissional na região?*

Outros elementos foram captados, como a realização pessoal e profissional em ser Assistente Social mesmo com as precárias condições de trabalho, acreditando ser possível que, se as políticas sociais fossem universalistas, conseguíramos efetivar direitos e estarmos conectados com os princípios norteadores do Projeto Ético-Político Profissional (PEP).

Foi proposta também uma dimensão subjetiva crucial: o acesso ao ensino superior como “estratégia de transformação” da realidade das e dos entrevistados(as) e de “mudar a realidade” pelo exercício profissional, pois todas(os) as(os) entrevistadas(os) são sujeitos pertencentes à classe trabalhadora e a maioria destes, oriundos da região, vindo de “famílias muito humildes, pobres”, sendo que o caminho para a mudança de vida está no acesso à educação superior para terem uma melhor qualidade de vida e ajudar os seus familiares.

No que concerne à organização da Tese de Doutorado, foi elaborado três capítulos, a saber: a Formação Sócio-Histórica do Brasil e as particularidades do capitalismo dependente: um debate necessário; O Serviço Social na História: dos anos 1960 à atualidade; e o Serviço Social no Vale do Mucuri (MG): inserção, expansão e consolidação.

O primeiro capítulo corresponde a esta Introdução. No segundo capítulo, buscou-se realizar uma apreensão das particularidades da formação social e histórica do Brasil em diálogo com a formação social e histórica do Vale do Mucuri nos marcos do capitalismo dependente e subalterno ao capitalismo de “centro”. Esse modelo reproduziu, sob novas determinações, os elementos estruturais advindos desde a era colonial, como o patrimonialismo, o clientelismo, os mandonismos e o primeiro-damismo, com um forte traço autoritário do Estado brasileiro frente à sociedade brasileira, ou seja, frente aos direitos das classes subalternas.

O terceiro capítulo tratou de abordar o Serviço Social no processo de Reprodução das Relações Sociais, adotando o recorte temporal de 1960 até dias atuais, em virtude do processo

de Renovação do Serviço Social ocorrido na década citada. Nas palavras de Netto (2015), esse processo foi o mais significativo para o Serviço Social Brasileiro.

Deste episódio, a profissão se aproxima, sob dois momentos abordados no capítulo em tela, da Teoria Social de Marx e da tradição marxista, possibilitando, nos anos 1980, uma sólida ruptura com o conservadorismo⁸ na profissão e a construção coletiva de um projeto profissional contido em um projeto societal que ultrapasse a sociabilidade capitalista.

Contudo, a partir dos anos 1990, e de forma mais acentuada nos anos 2000, observa-se a reatualização do pensamento conservador, analisado em termos de tendências.

O Serviço Social defronta-se, portanto, com duas grandes tendências teóricas: uma vinculada ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas, que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restritas a demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e outra relacionada à tradição marxista, que compreende o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico, ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais (Simionato, 2009, p. 102 *apud* Moljo; Silva, 2018, p. 71).

O quarto capítulo procurou capturar os elementos determinantes do Serviço Social no Vale do Mucuri (MG), por meio das entrevistas realizadas com as e os 16 Assistentes Sociais, considerando suas vivências enquanto sujeitos sociais a partir da Cultura Política e da Cultura Profissional que entrelaçam com as “histórias de vida” dos profissionais.

Foi identificado que as e os profissionais entrevistados(as) compuseram três gerações: a da *inserção* das *pioneiras* na região (Romilda Aparecida Nepomuceno e Vera Lúcia Carvalho); a da *expansão* (Edna Oliveira Chaves, Nádia Maria Martins e Jaqueline Santos); e a da *consolidação* (Marqueza Marques, Gláucia Maria Jorge, Rodrigo Wolff da Penha, Shirley Alves Afonso, Jaqueline Metzker, Ricardo Silvestre da Silva, Raquel Cristina Lucas Mota, Carolina Alves Salomão, Diego Soares Ferraz, Júlio César Soares Barroso e Eliane Aguilar Moreira).

Destaca-se que, nas três gerações profissionais, a Cultura Política regional incidiu e incide na Cultura Profissional com tendências à postura “fatalista”, mas na mesma dinâmica de resistências e enfrentamento ao instituído.

⁸ Ruptura que não significou o fim do conservadorismo na profissão e que, nos dias atuais, vem se colocando como “tendências” a partir da dinâmica da Reprodução das Relações Sociais no estágio contemporâneo do capitalismo.

[...] Já efetivada na prefeitura, enfrentei muitos embates com alguns políticos, demais profissionais, gestão porque o mandonismo, a lógica do favor era e é muito forte aqui como já deve ter percebido. Os usuários das políticas nos veem com “maus olhos” quando não ofertamos algum direito ou benefício pela indicação que os vereadores davam para nos procurar e prontamente atender. Eu explicava, conscientizava, mas sempre saia como a Assistente Social ruim, “osso duro de roer”.

Os desafios que eu elenco para atuar como Assistente Social na região são os coronelismos, clientelismos, o primeiro-damismo muito forte, essas velhas questões políticas. Me recordo do período de transição de governos entre Maria José (PT) e Getúlio Neiva (MDB) e percebi na época um retrocesso, um corte de direitos, de assédios nos ambientes de trabalho e isso chegou na LBV. Pisava em ovos para lhe dar com secretários municipais e com a direção da LBV. No entanto, contribuí para a implantação do Conselho Municipal do Idoso na cidade e fiquei conhecida como profissional referência no campo do idoso, percebi, mesmo em meio a limites, respeito e conquista de espaço (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Uma vez uma Senhora que veio da cidade de Novo Cruzeiro (MG) acompanhar o filho que sofreu uma queda de moto e fraturou o ombro chegou na minha sala e disse: O vereador fulano de tal, você conhece? Então, me deu esse encaminhamento para o meu filho ser atendido com urgência. Fala com o diretor para os médicos atenderem ele agora, porque foi o Vereador quem mandou. Ela estava nervosa, ofegante, a acalmei e expliquei o fluxo do hospital e que o filho dela seria atendido, não ficaria desassistido. Ela não satisfeita, foi à ouvidoria do hospital e disse que pediria ao vereador para ligar para o diretor do hospital (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

[...] Eu percebo que grande parte dos profissionais da área aqui em Teófilo Otoni são conservadores “velados” e poucos de forma aberta. Em debates que realizávamos no setor da Secretaria de Saúde ligado a população indígena, reafirmava a visão distorcida dos povos indígenas, com falas preconceituosas de profissionais e de defesa de uma postura e ação de isolamento, de uma “limpeza” na cidade na medida que muitos indígenas estão em situação de rua. [...] Com alguns colegas Assistentes Sociais tentava dialogar de forma coletiva para irmos “afinado” para as reuniões, mas o medo de serem demitidos, de sofrerem represálias desencorajavam boa parte dos colegas e mobilizar essa categoria na região é duro, vejo como maior desafio para a nossa profissão na região (Ferraz, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

O objeto do presente estudo, dado o seu caráter inédito, abre caminhos para estudos futuros, realizando o movimento de sucessivas aproximações na medida em que a história “está em aberto”, suscetível às mudanças, e há, por parte do pesquisador, o interesse e a imperativa

necessidade de pesquisas futuras, visando captar os demais municípios do Vale do Mucuri (MG) que possam “evidenciar” a presença de profissionais do Serviço Social.⁹

Por fim, reitero que as informações colhidas ficarão sob a minha responsabilidade pelos próximos cinco anos, em arquivo sigiloso, disponível apenas para fins de publicações acadêmico-científicas bem como disponibilizados no acervo histórico da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

⁹ Na defesa de tese, realizada em 14/08/2025, a banca examinadora apontou como necessidade dar continuidade ao objeto de estudo, alargando o número de municípios que compõem o Vale do Mucuri (MG), que totalizam 27 cidades, tendo por polos Teófilo Otoni (MG) e Nanuque (MG).

2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E AS PARTICULARIDADES DO NOSSO CAPITALISMO DEPENDENTE: UM DEBATE NECESSÁRIO

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre os elementos da formação sócio-histórica brasileira em diálogo com a formação sócio-histórica regional no Vale do Mucuri (MG), localizado no nordeste do estado de Minas Gerais, lócus de inserção das e dos assistentes sociais entrevistadas(os) nesta pesquisa.

O debate se faz imperativo na medida em que reconstruir historicamente a profissão na região pelos sujeitos entrevistados traz elementos da cultura política e da cultura profissional¹⁰, que impactará no modo de ser Assistente Social no Vale do Mucuri (MG). Destaca-se que a cultura política está relacionada aos elementos da formação sócio-histórica nacional que se reproduzem sob novas determinações (estrutura e dinâmica) na realidade regional.

Para tanto, a apreensão contempla a configuração histórica e a consolidação do Estado e do capitalismo brasileiro com características peculiares se comparado ao processo de formação e desenvolvimento dos Estados Nacionais¹¹ e do capitalismo nos países europeus ocidentais, remontando o século XV, que sinaliza a transição do feudalismo para a era moderna, leia-se, capitalismo.

A “descoberta” das Américas, tendo por proeminência Portugal e Espanha, complexifica as rotas ultramarinas já existentes nas Índias orientais e no continente africano¹². Ressalta-se que enfatizaremos aqui o processo de colonização do Brasil pelos portugueses.

Prado Júnior (2012) afirma que Portugal se depara, em um primeiro momento, com uma extensão territorial hostil, habitada por indígenas em suas várias etnias, não encontrando de imediato os metais preciosos como alvo das empresas coloniais e da metrópole portuguesa.

¹⁰ Será desenvolvido nos Capítulos 3 e 4 deste trabalho.

¹¹ De acordo Montâno e Duriguetto (2011), os Estados Nacionais Europeus surgem a partir do século XV, sinalizando o início da era moderna, do capitalismo em sua fase comercial com a expansão ultramarina com fins mercantis e o processo de urbanização dos países europeus ocidentais, instituindo um poder monárquico, absolutista. Com o passar dos séculos, os traços de feudalidade vão desaparecendo e vão configurando uma burguesia que se torna hegemônica econômico e socialmente, que levará ao movimento das revoluções burguesas e à tomada do poder político, de Estado, impondo “universalmente” o seu interesse de classe como interesse universal. Mais informações, consultar Montâno e Duriguetto (2011).

¹² Nas Índias orientais, o comércio se faz em vista das especiarias (perfumes, sedas), e, no continente africano, se revela a extração de recursos naturais (a madeira nos Açores), bem como a escravização dos negros africanos para mão de obra na Europa e posteriormente para as Américas (Prado Júnior, 2012).

Portanto, abandonar o extenso território “descoberto” seria imprudente, e logo se estabeleceu o mecanismo de defesa pela via da colonização¹³ do vasto litoral brasileiro.

Não encontrando, de imediato, a riqueza mais desejada, ou seja, os metais preciosos, a riqueza proporcionada pela colônia nos primeiros anos e nos primeiros dois séculos e meio de colonização manifesta-se mediante a apropriação da terra e o uso do solo para a agricultura e a pecuária, com foco na monocultura e exportação.

Assim, o senhor de engenho, de origem europeia, disposto a explorar a terra, gozando de prestígio social, de pessoalidade, de mando e obediência, regerá os grandes territórios sob sua administração, utilizando-se da mão de obra escrava e indígena¹⁴ para a execução dos trabalhos com a terra. Dessa forma, a economia colonial bem como a sociedade decorrem de um estamento simples, tendo o senhor de engenho como sujeito dominante, seguido de mestiços, indígenas e escravos.

Nesse contexto, Fernandes (2020) chama atenção para dois elementos interpretativos: o burguês e a burguesia e a Revolução Burguesa no Brasil, ou seja, a sua natureza e suas características.

No que se refere ao primeiro elemento, o autor aponta dois equívocos de caráter anacrônico e a-histórico: por um lado, a negação da existência do burguês e da burguesia no Brasil; por outro, a afirmação de que o senhor de engenho teria sido o nosso burguês da era colonial e de que a aristocracia corresponderia a uma classe burguesa.

A negação, para Fernandes (2020), é não conceber a história em sua totalidade concreta, ou seja, é desconsiderar os acontecimentos da Europa ocidental durante a transição do feudalismo para o capitalismo, transição esta que propiciaria a “descoberta” e a exploração dos territórios americanos, concebendo a era colonial brasileira acima de tais ocorrências, sem ligação, fragmentária.

¹³ A tática colonizadora, para Prado Júnior (2012), consistiu na defesa da extensa faixa litorânea, adotando as capitania hereditárias como *modus operandi* do processo. Nos primeiros anos do século XVI (1500), o processo foi falho, sendo observadas as invasões ao território por holandeses e franceses em busca de riquezas naturais, com destaque para os metais preciosos. A partir de 1549, com a instalação do Governo Geral na capitania da Bahia, é que o povoamento e a dominação pelos portugueses começaram a se “espalhar” para o interior, demarcando o que o autor denomina como o “sentido da colonização”.

¹⁴ Prado Júnior (2012) chama a atenção para o fato de que os indígenas, conhecedores e nativos do território brasileiro, foram resistentes ao trabalho forçado em virtude de sua cultura e modo de interação com a natureza que advém antes da colonização. Eles fugiam com facilidade e eram menos “resistentes” ao trabalho manual, forçado. Importar a mão de obra escrava sem “custos significativos” foi uma saída para atender às demandas de mão de obra no fomento da economia agroexportadora.

A afirmação “alargada” não leva em conta o lugar ocupado pelo senhor de engenho e a aristocracia colonial no circuito econômico, ou seja, pelos mandatários de uma extração de riquezas no território com destino à exportação sob o comando das relações mercantis metropolitanas, sendo o senhor de engenho um subalterno nesse processo geral¹⁵.

O que se pode afirmar, para o autor, é que o burguês e a burguesia são entidades que surgirão em nossa realidade tardiamente e com atuação especializada nos ramos do alto comércio e da indústria, a partir dos anos pós-Independência Política, em 1822.

A Independência, na medida em que propicia o rompimento dos laços com a metrópole portuguesa, contribui para a formação do Estado Nacional brasileiro, incluindo os aparelhamentos necessários para a concretização da “construção” de uma nação, bem como o germe do processo de urbanização e do alto comércio pelas casas comerciais importadoras.

Contudo, de acordo com Faoro (1993, p. 35), o nascente Estado Moderno brasileiro será caracterizado por um tipo de dominação em que

o patrimonialismo é caracterizado por um tipo específico de dominação, um tipo específico de poder que engloba um grau de aceitação da obediência. No Estado Moderno brasileiro, em virtude do passado colonizador e de sua inserção subalterna no capitalismo, dominação e administração são os elementos que se fazem preponderantes nos primeiro e segundo império.

[...] A legitimidade do patrimonialismo está baseada em uma autoridade sacralizada desde os tempos remotos. Seu arquétipo é a autoridade patriarcal, a pessoalidade, bases importantes para a legitimação de um Estado “Moderno” sob o imperativo do poder soberano, qual seja, o imperador.

O autor sinaliza ainda que, sob os aspectos modernizantes, que são inegáveis para o funcionamento de uma instituição política que abarcará ministérios, bancos públicos, repartições e servidores públicos, contribuindo para o gradual processo urbanizante no país, com germes ainda no século XIX, imbrica-se a marca da pessoalidade, do mando, do personalismo que, na República Velha (1889-1930), se caracterizará na forma do Coronelismo, que será visto adiante.

Em relação à economia do “recém Brasil Independente”, o carro-chefe será a economia agroexportadora com proeminência na produção do café¹⁶, que perpassa grande parte do século XIX com a presença da exploração da mão de obra negra e escrava bem como o “ingresso”

¹⁵ Para um aprofundamento acerca desta questão, sugere-se a leitura do Capítulo 1 da obra *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Fernandes (2020).

¹⁶ Faz-se necessário destacar os ciclos açucareiro e aurífero nos séculos antecedentes à Independência Política.

gradual da mão de obra assalariada constituída por imigrantes que saem dos turbulentos acontecimentos europeus ocorrentes após 1848, com o coroamento das Revoluções Burguesas¹⁷.

Até a desagregação da ordem escravocrata e a extinção do regime imperial, os componentes da burguesia viam-se através de distinções e avaliações estamentais. [...]. Contudo, o que unia os vários setores desses estamentos não eram interesses fundados em situações comuns, de natureza de classe, mas a maneira pela qual tendiam a polarizar socialmente certas utopias (Fernandes, 2020, p. 32).

Um exemplo histórico importante foi o processo antiescravista¹⁸, que disfarçava e exprimia o afã da expansão da ordem social competitiva.

Foi nas cidades de alguma densidade e nas quais os círculos “burgueses” possuíam alguma vitalidade que surgiram as primeiras tentativas de desaprovação ostensiva e sistemática das “desumanidades” dos senhores ou dos seus prepostos. Também foi aí que a desaprovação à violência se converteu, primeiro, em defesa da condição humana do escravo ou do liberto e, mais tarde, em repúdio aberto à escravidão e suas consequências, o que conduziu um ataque simultâneo dos fundamentos jurídicos e das bases morais da ordem escravista. Por fim, desses núcleos é que partiu o impulso que transformaria o antiescravismo e o abolicionismo numa revolução social dos “brancos” e para os brancos: combatia-se assim não a escravidão em si mesma, porém o que ela representava como anomalia, numa sociedade que extinguira o estatuto colonial, pretendia organizar-se como nação e procurava por todos os meios, expandir internamente a economia de mercado (Fernandes, 1973, p. 33).

O autor conclui a análise afirmando que o burguês de nossa terra nasce a partir de uma especialização econômica relativamente diferenciada, ou seja, uma imagem fluida atrelada ao seu papel na economia interna, subordinado aos ditames do capitalismo internacional. Não houve uma derrocada das estruturas coloniais, senhoriais e de base escravagista, mas uma ruptura “inconclusa”, na qual o arcaico e o moderno acomodam elementos de uma nação e sociedade capitalistas, mantendo a estrutura tradicional de poder de velhos espectros políticos advindos da era colonial.

Em relação ao segundo elemento, se houve ou não uma “Revolução Burguesa” no Brasil, Fernandes (2020) afirma que há uma tendência forte e generalizada de negá-la, pois

¹⁷ Escorsim Netto (2011) traz um debate esclarecedor sobre o tema.

¹⁸ A questão será retomada à frente.

admiti-la em nossa realidade seria reproduzir esquemas de repetição na história brasileira a partir de outros povos, sendo equivocada e vaga a negação.

Trata-se,

ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? É dessa perspectiva que o “burguês” e a “Revolução Burguesa” aparecem no horizonte da análise sociológica (Fernandes, 2020, p. 34).

Com a “abolição” da escravatura e a instauração da República em 15 de novembro de 1889, o país avançava na consolidação de um Estado com traços modernos, de feições liberais, imbricado com as velhas práticas que se alinhavam às frações das classes dominantes no país, trazendo para a esfera pública, estatal, os traços personalistas do patrimonialismo, como visto, dando destaque ao Coronelismo.

O coronelismo é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis, manifestando-se claramente pelo sistema de votos. [...] O coronel entrou na análise por ser parte do sistema da primeira República, a partir das instâncias municipais, enredando uma complexa rede de relações desde o coronel até o presidente da república. Assim, o coronelismo é histórico e perde força, simbolicamente, a partir do Estado Novo (1937-1945) sob o comando da Era Vargas (Queiroz, 1975, p. 165-166).

O ingresso do século XX, sob o signo da Primeira República (1889-1930), assinala a graduação da ordem social competitiva no incentivo ao assalariamento do trabalho, o processo de urbanização do principal eixo do país (Rio-São Paulo) e o surgimento das indústrias na produção de bens não duráveis.

Portanto,

ao absorver o capitalismo como sistema de relações de produção e de troca, a sociedade desenvolve uma ordem típica, que organiza institucionalmente o padrão de equilíbrio dinâmico inerente à integração, funcionamento e diferenciação daquele sistema, e o adapta às potencialidades econômicas e socioculturais existentes. Essa ordem social tem sido designada, por historiadores, economistas, sociólogos, juristas e cientistas políticos, como ordem social competitiva (Fernandes, 2020, p. 157).

Destaca-se que, nas “sociedades nacionais” dependentes de origem colonial, o modo de produção capitalista é introduzido antes da constituição e consolidação da ordem social competitiva, o que provoca a simultaneidade do arcaico com o moderno. Ou seja, os elementos de novidade adaptam-se a uma estrutura precedente – neste caso, a ordem colonial –, que é reconfigurada e refuncionalizada.

O Brasil corresponde normalmente a essa regra. Nele as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade nacional subsequente: determinaram curto e longo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos pelo mercado mundial. Elas se revelam bastante plásticas em face do que se poderia chamar de reorganização do mercado colonial, adaptando-se rapidamente à dupla polarização dos negócios de exportação e importação, contrariados economicamente por um centro hegemônico externo, mas dirigidos politicamente a partir de dentro (Fernandes, 2020, p. 158).

Essa dinâmica vai se desenvolvendo e amadurecendo, porém não sem conflitos entre as frações das classes dominantes, no decorrer da república velha. Os anos 1920, no Brasil, foram marcados pela instabilidade política sob a hegemonia da oligarquia, pelos germes da luta de classes entre os trabalhadores urbanos e por um contexto internacional que culminaria na crise do capital de 1929. Esse cenário proporcionou, a partir dos anos 1930, um giro com transformações significativas nos campos político, econômico e sociocultural.

Em diálogo com a formação sócio-histórica regional do Vale do Mucuri (MG), Achtschin (2018), importante referência historiográfica da região, traz elementos de “similitude” com a realidade nacional. O historiador afirma que a região, até meados do século XIX,

é considerada como um território que tem origem nos povos indígenas e no processo de sua dominação, a partir da sua formação no século XIX. A ocupação da região está relacionada com a exploração das riquezas locais; sua “descoberta”, pelos colonizadores, foi desencadeada pela crise da mineração que se abre em Minas Gerais e impõe a necessidade da exploração de novos territórios (Achtschin, 2018, p. 15).

O autor destaca, dentre as várias denominações de povos originários na região¹⁹, os indígenas botocudos, os quais possuem essa nomenclatura em virtude da utilização de um adorno labial. De uso frequente entre os nativos do Mucuri, esses ornamentos variavam entre

¹⁹ De acordo com Achtschin (2018), entre as denominações, podemos arrolar: Maxakali, Pojichás, Krenak.

grupos e entre homens e mulheres, tendo importância como uma formalidade, um verdadeiro “traje de gala”. Os botocudos e as demais denominações tinham como modos de vida em comum:

a subsistência exclusiva da caça e coleta de raízes e frutas. Os objetos de uso eram poucos para facilitar os deslocamentos, tendo uso extremo de recursos naturais. Eram utilizadas cascas como panelas, folhas para dormir e moradias feitas em cipós e troncos de madeira. Sua organização era estruturada em pequenos grupos nômades, o que resultou na pouca sofisticação nos seus instrumentos, apesar das armas, caso do arco e flecha, serem mais elaboradas. Diversos eram os adornos corporais, como botoques, pulseiras e colares. Era comum entre cada pequeno grupo a existência de um líder, de modo geral, caçador e guerreiro entre seu povo (Achtschin, 2018, p. 17).

A região caracterizava-se por uma mata densa, fechada, o que era de interesse dos colonizadores portugueses e, posteriormente, de Dom Pedro I (1822-1831), nos primeiros anos do império, no que tange às dificuldades naturais impostas para ocupação e/ou invasão das nações europeias. Reitera-se ainda que, no primeiro século de colonização (1501-1600), a região chegou a ser “explorada” pelos portugueses em virtude da proximidade geográfica com o sul da Bahia. Contudo, a colonização como defesa não avançou, e, por três séculos, a região do Mucuri permaneceu longe de influências colonizadoras e estrangeiras, “dificultando” a rota de caminho e fuga daqueles que, de forma “indevida”, tentavam entrar ou sair da área de mineração que marcou o século XVIII nas gerais.

O historiador regional afirma que a “tardia” chegada dos europeus à região está relacionada ao elemento que Prado Júnior (1961) denomina “sentido da colonização”, ocorrido no país no século XVI com as “descobertas”. Dessa forma,

o extenso território brasileiro, com dimensões continentais, não chamou a atenção dos colonizadores portugueses na medida em que não encontraram de imediato os metais preciosos. Ocupar o território sob um clima subtropical, de matas densas, povos “hostis” e perigosos”, sem apoio efetivo da Coroa Portuguesa, levou a muitos desbravadores dos quinhentos a desistência e abandono. A retomada efetiva se dará em séculos posteriores na modalidade de exploração das riquezas naturais existentes pela via da agricultura e pecuária, gerando uma economia agroexportadora (Prado Júnior, 1961, p. 18).

No que tange ao Vale do Mucuri (MG), a tomada da região pelo uso da força, da violência, irá dizimar vários indígenas de diversas etnias existentes na região, com destaque para os Maxakalis, pois estes indígenas “eram resistentes, habilidosos na fuga e corajosos na luta contra os invasores, resistindo bravamente à dominação europeia no século XIX. Pelo uso

das armas dos brancos, foram dizimados brutalmente e os recursos naturais da região começam a ser explorados” (Achtschin, 2018, p. 21).

A partir da segunda metade do século XIX, com a crise da mineração já sinalizada, a economia de Minas Gerais se voltará para outras formas produtivas, o que exigirá uma ampliação do espaço para a agricultura em localidades ainda pouco exploradas pela “civilização”.

Os novos grupos que chegam às matas do Vale do Mucuri estão diretamente relacionados com a demanda produtiva do período. A reocupação do Mucuri tem estreito vínculo com variáveis ambientais, destacando-se a abundância de água, madeiras de lei e terras devolutas. Por sua vez era também do interesse do Império brasileiro a conquista do território nacional, especialmente as áreas pouco povoadas. Partilhando com os valores oitocentistas, voltados para a racionalidade, o Estado acreditava que a mata juntamente com seus insetos e animais, impediam a saga civilizadora (Achtschin, 2018, p. 25).

Destaca-se que o Império Brasileiro investirá na contratação de um grupo de engenheiros franceses coordenado por Pierre Renault, com o fito de explorar as matas do rio Mucuri e do rio de Todos os Santos, a fim de estabelecer uma colônia de degredados. Esse movimento estimularia o povoamento, oferecendo maior segurança contra os ataques indígenas.

Segundo Prado Júnior (2012), os degredados se constituíam de homens e mulheres “livres” – tipificados como vadios, ladrões, preguiçosos e baderneiros, que advinham de Portugal fugindo da pobreza ou de algum delito cometido –, além dos mestiços nascidos no Brasil, sem nenhuma importância econômica-social. Esse aspecto tem ligação com o que Achtschin (2018) denomina, na região, de agregado²⁰: os agregados, os homens e mulheres empobrecidos que viviam de favores em relações clientelistas nos grandes territórios agrícolas e de pecuária do Mucuri.

As pesquisas do engenheiro Renault na região do Mucuri constataram, de acordo com Achtschin (2018), que os rios citados eram navegáveis, acrescentando que tal prática poderia fomentar um grande empreendimento na região, levando progresso, civilidade, “cultura” e modernidade.

Nessa dinâmica, vai se constituindo o processo migratório para o Vale do Mucuri, incentivado pela produção agrícola e pela constituição da Companhia de Comércio e Navegação

²⁰ Achtschin (2018) afirma que o agregado – os agregados – era constituído, em sua maioria, de mestiços e negros, além de alguns poucos indígenas “domesticados”. Em troca de abrigo e alimentação, serviam aos “Senhores do Mucuri” em suas vastas terras nas atividades agrícolas e pecuaristas.

do Mucuri, em 1847. Essa Companhia tinha por finalidade estabelecer os elementos centrais e necessários à ocupação na região, sob iniciativa do político Teófilo Benedito Ottoni, fundador da cidade de Teófilo Otoni.

A população existente era majoritariamente composta de mestiços, afrodescendentes e indígenas, todos em grande desvantagem nessa relação com o fazendeiro. O possante, que desbravou as fronteiras agrícolas, sem recursos de explorar o solo esgotado ou pressionado pelo latifundiário, vai se sujeitar ao agrego. Por sua vez, o indígena vai tendo sua reserva incorporada à fazenda, sem mobilidade e sem controle do seu espaço geográfico. Os únicos que conseguiram sobreviver foram aqueles que buscaram refúgio nas cabeceiras dos rios, parte da região com mais doenças e terrenos menos férteis, caso dos Maxakali (Achtschin, 2018, p. 50).

Assim, é possível identificar a forma como vai se constituindo não apenas o nascimento político e institucional do Vale do Mucuri e o lugar que passa a ocupar a cidade de Teófilo Otoni nesse processo, mas também o nascedouro do que é explicitado nas marcas das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais. Isso se evidencia na forte presença de pequenos e médios agricultores e no estabelecimento da produção cafeeira ao longo do século XIX, considerados pelo autor como elementos determinantes para a formação regional e constitutivos do conjunto das relações sociais locais, cujo registro é:

de relações de poder que se conservaram e preservam até os dias de hoje características, fortemente marcadas pelo mandonismo e personalismo na vida pública, favorecendo práticas autoritárias e patrimonialistas. Enquanto a tendência era de, ao longo do século XX, o mandonismo desaparecer [...] na região ganhou autonomia, conseguindo caminhar no Segundo Reinado, durante toda a Primeira República e resistiu até mesmo à penetração de práticas e valores capitalistas (Achtschin, 2018, p. 62).

A citação supracitada leva-nos a afirmar que os traços sociopolíticos da região confirmam a tendência da formação sócio-histórica brasileira, a qual Fernandes (2020) denomina de heteronomia. Esta é marcada por um alto traço de desigualdades econômico-políticas e socioculturais na “combinação” do arcaico com o moderno, assentando traços da racionalidade burguesa que se “acomodam” em estruturas com traços coloniais. No Vale do Mucuri (MG), o que se apresenta é o “espírito burguês” antes mesmo da constituição de uma classe burguesa.

A peculiaridade admite brechas para o novo, que se torna necessário absorver sem renúncia aos privilégios sociais de “ser senhor”, de ser reconhecido e respeitado, espraiando-se

para as esferas públicas em Teófilo Otoni e nos demais municípios do Vale do Mucuri (MG), estendendo-se até a atualidade, como veremos nos itens seguintes deste capítulo.

Após a breve explanação dos primeiros movimentos do processo de “ocupação” do território regional, registra-se que, no final dos anos 1920, no Brasil, tais transformações que se consolidarão na década seguinte não levam à derrocada das velhas estruturas que caracterizam a marca heteronômica do capitalismo entre nós, mas absorvem os elementos novos com o intuito de não perder o controle político internamente.

Nesse diapasão, é emblemática a ditadura do Estado Novo da Era Vargas (1930-1945), como será demonstrado a seguir, ao manter os laços de dependência com o capitalismo internacional, ou seja, uma “modernização conservadora”.

2.1 O BRASIL DOS ANOS 1930 A 1980: GÊNESE, CONSOLIDAÇÃO E COMPLEXIFICAÇÃO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Os anos 1930 no Brasil significaram um eixo de mudanças na reprodução das relações sociais, que atravessam as dimensões do Estado e da Sociedade Civil.

Para Oliveira (2003), a “Revolução” de 1930 demarca o fim de um ciclo e o ingresso em outro, do ponto de vista econômico, chamando a atenção para a recusa da linearidade da história, mas a história enquanto processo, enquanto totalidade concreta.

O fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano industrial começa a predominar o eixo de desenvolvimento industrial e expansão urbana a partir dos anos 1930, retirando a exclusividade econômica assentada na terra, na sua exploração para fomento exportador com introdução da substituição de importações de bens não duráveis. Contudo, é somente nos 1950 que o setor industrial superará o da agricultura (Oliveira, 2003, p. 24).

A clareza da história, enquanto processo de mudança, permanência e rearranjo, encontra-se com a proposição da teoria social de Marx e a tradição marxista na captura permanente das múltiplas determinações do real. Sinalizar a história enquanto “de vir” é crucial para derrubar o discurso oficial, linear, em que se afirma a derrocada estrutural de todos os sistemas colonial, imperial e da República Velha, conforme se verifica com o ascenso da Era Vargas (1930-1945).

O autor em tela reconhece que, a partir dos anos 1930, o Estado se refuncionaliza, aumentando o rol de suas intervenções na sociedade civil, ainda que de forma seletiva,

fragmentária, com ênfase no atendimento de interesses/demandas das classes trabalhadoras urbanas que se materializa em legislações trabalhistas e previdenciárias²¹, na racionalização da assistência²² em seu conteúdo preventivo e no uso do braço coercitivo, a exemplo da Intentona comunista de 1935²³ e da instauração do Estado novo a partir de 1937.

Em relação à luta de classes, a classe trabalhadora operária, industrial, coloca-se no cenário da sociedade brasileira desde a instauração da República Velha (1889-1930), com destaque para os anos 1910 e 1920, com greves operárias, reivindicações pela diminuição da jornada de trabalho, melhores salários e condições dignas de trabalho. A resposta estatal às expressões das questões social e nacional se efetivam predominantemente com repressão, torturas e prisões, pois, de acordo com Ianni (1993, p. 27), “o Estado é forte, a democracia episódica, as ditaduras recorrentes e as lutas permanentes, pois a história da América Latina é uma história de lutas sociais”.

Todavia, há um ponto particular em que Fernandes (2020) e Francisco de Oliveira (2003) convergem quanto à conformação das classes sociais em nosso solo. Nesse sentido:

em particular, o que se forma antes: as classes, com suas situações de interesses, suas ideologias e utopias – ou seja – a burguesia, as classes médias, o proletariado; ou o espírito burguês, a mentalidade pequeno-burguesa, a consciência operária, com suas encarnações na personalidade, nas orientações do comportamento e nas aspirações ideais? Em outras palavras: o capitalismo ou o espírito capitalista? (Fernandes, 2020, p. 35).

As indagações apontadas se entrelaçam com o caráter heteronômico do capitalismo que se forja em nosso solo, na medida em que o colonialismo os assentou no lugar da subordinação,

²¹ Behring e Boschetti (2007) chamam atenção para a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões com perfis corporativos de trabalho, havendo disparidades quanto à cobertura de ações e serviços de saúde e direitos previdenciários bem como quanto a trabalhadores formalmente inseridos no mercado de trabalho. Mais informações, consultar Behring e Boschetti (2007).

²² Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam que a gênese e a consolidação do Serviço Social como profissão no país ocorrerão no contexto sócio-histórico dos anos 1930 em diante. Sob o discurso e ação do arranjo teórico-doutrinário, caberá aos agentes sociais, às primeiras assistentes sociais, o caráter intervintivo na esfera estatal e patronal com a classe trabalhadora em uma ação preventiva, de ir à raiz dos males dos problemas sociais para ajustamento dos indivíduos.

²³ A Intentona Comunista (Levante Comunista ou Revolta Vermelha de 35) foi um levante político-militar ocorrido, inicialmente em Natal, Rio Grande do Norte, entre 23 e 27 de novembro de 1935, durante o governo autoritário de Getúlio Vargas, a qual foi reprimida rapidamente pelas forças nacionais. Com apoio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a revolta, que ocorreu dentro de alguns quartéis do país, espalhou-se rapidamente pelos estados do Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro. Após sua repercussão, Getúlio Vargas declara a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) perigosos para o governo, impondo, assim, a prisão de seus líderes, o que levou à ilegalidade das organizações. Depois disso, Luís Carlos Prestes permaneceu preso durante 9 anos, até a saída de Vargas do poder, em 1945. Mais informações, consultar Oliveira (2003).

da periferia no circuito internacional do modo de produção capitalista desde a remota fase da acumulação primitiva de capital²⁴ na Europa ocidental. Mesmo rompendo com o estatuto colonial e com a base escravocrata, possibilitando “florescer” o nosso burguês, a burguesia, e o proletariado brasileiro, a classe operária, não houve condições, nos primeiros anos do século XX, de uma “virada” tendente aos ideais democráticos nacionais na perspectiva da construção de uma nação soberana. Ao contrário, repôs o que há de “pior”, sob novas determinações: o mandonismo²⁵ e o coronelismo, incorporados ao aparato burocrático do Estado brasileiro e refletidos na sociedade civil.

Importa ressaltar que um elemento estrutural de extrema importância, a questão étnico-racial, massacrada e forjada nos quatro séculos de escravização da mão de obra negra, não se desintegra em sua essência com a “abolição” formal da escravatura em 1888. Nesse diapasão, Moura (2019) e Fernandes (2008) são assertivos em analisar que os negros²⁶ são inseridos de forma subalterna no processo de produção e reprodução do capital em sua dinâmica ou estrutura, ou seja, compondo com os demais trabalhadores *o exército industrial de reserva* no marco do capitalismo brasileiro heteronômico, qual seja: dependente.

Há um componente histórico-ideológico que se localiza no pensamento social brasileiro, na nossa literatura, na ciência de cunho positivista haurido no pensamento conservador, pois retratam o negro como ser inferiorizado, incapaz de preencher espaços de trabalho os quais os brancos ocupam, por capacidade, inteligência e perfil. Os negros

são vistos pelas ciências sociais, pela historiografia e antropologia, de forma predominante, como seres exóticos, malandros, trapaceiros, espúrios, menos inteligentes, mais “animalizados”, sendo incapazes de serem absorvidos no circuito da ordem social competitiva em sua integralidade (Moura, 2019, p. 30).

²⁴ A acumulação primitiva, em Marx (2017a), relaciona-se ao processo histórico no qual ocorreu uma acumulação prévia que não é resultado do modo de produção capitalista, mas que corresponde ao seu ponto de partida. Refere-se ao momento histórico em que houve a separação entre o produtor e os meios de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a Pré-História do capital e do modo de produção que lhe corresponde. Destaca-se que a estrutura da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução da feudalidade propiciou o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Mais informações, consultar Marx (2017a).

²⁵ Para Queiroz (1975), o mandonismo é uma característica da política tradicional brasileira existente desde a era colonial. O mandonismo se reatualiza nos períodos históricos da Independência e dos períodos republicanos até os dias atuais. É visto nas regiões interioranas/provincianas do Brasil.

²⁶ A abolição “formal” da escravatura em 1888 possibilitou a inserção dos “recém-libertos” na forma mais degradante e subalternizante no “mundo do trabalho-livre capitalista”, determinando trabalhos braçais, com baixas remunerações se comparados aos trabalhadores imigrantes europeus e, na mesma dinâmica, refuncionaliza, nos marcos do capitalismo, a analogia ao trabalho escravo. Mais informações, consultar Moura (2019).

O componente histórico-ideológico supraescrito não é algo fenomênico, mas estrutural²⁷, umbilical à nossa formação sócio-histórica, rebaixando as negras e os negros deste país, constitutivos da classe trabalhadora, à execução de atividades laborais braçais, com exigência de pouca qualificação, com baixas remunerações e precarizações das condições de trabalho. Esse processo não levou em conta o arsenal quantitativo do exército industrial de reserva, disponível para os interesses do capital e, ao mesmo tempo, na mesma dinâmica, excludente no que tange à exploração da forma assalariada desses sujeitos históricos expropriados na sua totalidade como seres sociais desde o século XV, com as expansões ultramarinas, no bojo da transição da feudalidade para a modernidade na Europa Ocidental.

A estrutura “arcaico-moderna”, que é estrutural à nossa formação, resvala o Vale do Mucuri (MG) conforme afirma Sérgio Luiz de Souza, outro importante historiador regional, ao afirmar que a “perspectiva de progresso a partir da imigração de contingentes europeus, com ênfase nos alemães, que trariam modernidade, civilidade, “branquitude” para a região, excluindo as massas constituídas de negros, mestiços e indígenas na região” (Souza, 2011, p. 9).

Se construiu no Brasil um processo que nega a memória da população negra. Através da repressão e outras ferramentas mais sutis, houve por parte da elite ações para uniformizar as diferenças culturais. Essa construção se reforçou a partir do século XIX e avançou ao longo do século XX, com a ideia de progresso e modernidade espelhada nas sociedades ocidentais. A memória foi, na esfera pública, uma das ferramentas desse “apagamento”, produzindo referências de patrimônios que pertencem a uma minoria. Há com o objetivo de apagar as diferenças e reforçar o poder uma sacralização de símbolos que só são referências para grupos hegemônicos. Com isso é realizado um processo de invisibilidade das representações negras, uma negativa de sua existência (Souza, 2011, p. 10).

Com isso, para o autor, o “lugar do branco” acaba por construir espaços para simbolizar seu grupo como padrão de referência, produzindo um imaginário de negação da identidade negra. Na atualidade, os descendentes de alemães são expressivos em Teófilo Otoni, e em suas agremiações é comum a narrativa do conto oficial de que “nós trouxemos o progresso, o desenvolvimento, a cultura do trabalho a uma terra hostil constituída de “índios e negros preguiçosos”.

Outro historiador regional reafirma os elementos supracitados:

²⁷ Para o debate com mais profundidade, consultar Moura (2019).

muito significativo para a questão do “Território Negro” foi a construção do mito do imigrante alemão em meados do século XX. É importante evidenciar que o papel do imigrante alemão na ocupação e formação do Vale do Mucuri foi relevante, mas o que está sendo proposto nesse estudo é como essa representação foi superdimensionada e mitificada diante de um contexto específico. As raças teutônica e luso-brasileira, fundiram-se maravilhosamente bem, produzindo uma sociedade harmônica e progressista. Tamanha foi a integração das gerações mais novas na vida brasileira, que muitos descendentes teutos conservam de sua origem apenas a grafia do nome. Apesar dessa integração quase total o espírito pioneiro daqueles que há 100 anos passados varavam destemidos os rincões, os rios, as florestas; venceram serras e afrontaram a própria morte, insuflados pelo ideal altivo de transformar florestas em cidades; correntes fluviais em energia e encostas íngremes em florescentes cafezais (Rothe, 1956, p. 4).

A partir da segunda metade da década de 1950, Rothe (1956) afirma que o perfil do homem moderno era o de desbravador, ousado, investidor, havendo uma imagem imbricada do imigrante alemão como a “raça”, o ser

de espírito civilizatório que deveria estar alinhado com o período desenvolvimentista. Civilização que não incluía o Território Negro. Este, para o branco, era ocupado por desordeiros e preguiçosos, distante dos princípios cristãos e que não fazia parte nos caminhos progressistas que estava trilhando a cidade de Teófilo Otoni. A figura do imigrante alemão ressignificada vai ter o duplo papel de reforçar o ideal progressista e modernizador da elite de Teófilo Otoni, e, principalmente, de apagar a construção do Território Negro que ganhava vigor na Margem da Linha (Rothe, 1956, p. 6).

Retomando apontamentos importantes que Oliveira (2003, p. 37) nos apresenta, destaca-se que,

nas condições concretas da expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se produzir sobre uma base de acumulação capitalista razoavelmente pobre, já que a agricultura se fundava em maior parte, sobre uma acumulação primitiva. Isso quer dizer que o crescimento anterior à expansão industrial do pós-anos 1930 não somente não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infraestrutura urbana sobre a qual a expansão industrial repousasse: no eixo-Rio São Paulo.

Mesmo com o propósito de fomentar gradualmente a industrialização no Brasil – acompanhada da urbanização, da expansão da infraestrutura, do setor de serviços e de outros meios objetivos de materialização da produção industrial –, não assistimos a uma “destruição” das atividades agrícolas e de pecuária no país, pois as exportações de gêneros alimentícios

ocorriam, embora com disparates de tarifas e embargos econômicos, com o intuito de que a nossa tradição econômica não “sufocasse” o modelo de substituição de importações.

Fernandes (2020, p. 31) comprova historicamente e sociologicamente esta análise quando faz a seguinte afirmação:

trata-se, no fundo, de considerar “histórico” somente o que ocorre sob o marco do “aqui e agora”, como se a história fosse uma cadeia singular de particularidades, sem nenhuma ligação dinâmica com os fatores que associam povos distintos através de padrões de civilizações comuns. Ora, acontecimentos com esse caráter, apesar de “singulares” e “particulares”, podem não ser históricos. O que é ou não é histórico determina-se no nível do significado ou da importância que certa ocorrência (ação, processo, acontecimento) possua para uma dada coletividade, empenhada em manter, em renovar ou substituir o padrão de civilização vigente.

Fica evidente, em nossa formação sócio-histórica, que o arcaico e o moderno se imbricam sob o mote da heteronomia, pois como poderia ser o Brasil sustentado de forma abrupta por um processo industrializante eliminando por completo as atividades primárias como a agricultura e a pecuária, uma vez que ambas são estruturais, advindas desde a era colonial?

A reflexão não sinaliza a “imutalidade” dos setores tradicionais da economia brasileira, mas se renovam como processo, exemplificando as formas de mecanização do campo com a incorporação tecnológica que aumenta a produtividade do trabalho social nesse setor, acarretando o fenômeno do êxodo rural que ganha peso a partir dos anos 1950 na malha do capitalismo monopolista do país e da industrialização pesada.

Para Oliveira (2003), o que ocorre no país no período intitulado Era Vargas (1930-1945) e nos anos posteriores terá a marca de um nacionalismo e de um desenvolvimentismo que não significam uma soberania plena do Brasil que se moderniza e se capitaliza com os séquitos de suas contradições no mesmo movimento.

Plínio Júnior (2012) discorre que o desenvolvimentismo possui uma terminologia vaga usada para a designação do pensamento crítico acerca das questões, problemas e desafios do desenvolvimento nacional nas economias dos países da América Latina.

Dessa forma:

o centro dessa reflexão consiste no esforço de equacionar os nós que devem ser desatados para a expansão das forças produtivas para ser associada à solução dos problemas fundamentais da população. Nessa perspectiva, acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional constituem aspectos indissolúveis de um mesmo problema: criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimentismo foi, portanto, uma arma ideológica das forças

econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional (Plínio Júnior, 2012, p. 673).

O autor reverbera que o eixo de articulação tinha por finalidade a integração entre o processo de industrialização e a formação da economia nacional com vistas ao fortalecimento desta para “superar” o subdesenvolvimento e a dependência.

Em Marx (2017a), vemos que a alavanca do processo de acumulação do capital, em seu espectro ampliado, provoca a premissa imperativa do capital por aumento de hegemonia que ultrapassa as fronteiras nacionais, considerando a Europa Ocidental como elemento histórico desde a transição da feudalidade para a era moderna, sob o auspício do capital em sua fase comercial. Sabemos que o capitalismo não combina com equidade, equilíbrio e conciliação, mas provocou e vem acentuando a sua dimensão desigual em todo o globo.

A América Latina, historicamente marcada pelos traços da colonização, expropriação de recursos e riquezas naturais pelas nações europeias dominantes, utilizando-se de mão de obra na modalidade escrava e com forte “vocação” para a produção destinada predominantemente para o mercado externo, não conseguiria, em curto e médio espaço de tempo, tornar-se “independente” em sua integralidade, pois a dinâmica do capital exige e tem por premissa que determinadas nações mantenham seus traços, ainda que variados por novas mediações, da heteronomia.

A situação de dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais; a subordinação da vida econômica nacional à lógica ultra especulativa do capital internacional e à reprodução das estruturas sociais típicas de regimes de segregação social distorcem irremediavelmente as propriedades construtivas da concorrência econômica e da luta de classes- molas propulsoras do desenvolvimento capitalista autodeterminado. A superexploração do trabalho, a irracionalidade do processo de incorporação de progresso técnico, a instabilidade econômica e financeira, o espectro da estagnação e das crises cíclicas do capital de reversão estrutural tornam-se características inerentes ao capitalismo na periferia latino-americana da economia mundial (Plínio Júnior, 2012, p. 674).

A partir da crítica aos ideais do nacional-desenvolvimentismo, o autor avança na afirmação de que a superação do capitalismo selvagem – utilizando-se da industrialização na promoção da “modernização” sem realizações de mudanças estruturais, pensando na realidade brasileira, levando-se em conta a “vontade política” como mola propulsora – reforça, ao

contrário, a manutenção do status quo, ou seja, a dependência econômica na esfera do circuito capitalista.

Essa breve síntese confirma o que Ianni (1993) diz da relação arcaico-moderna como complementar e simultânea na nossa realidade. São marcas deletérias da heteronomia e do capitalismo de natureza dependente, com forte expressão política e social de velhas práticas, tais como o coronelismo, o patrimonialismo e o mandonismo. Ao mesmo tempo, revelam-se em complexas expressões da “questão social”, materializadas no período tecido nas precárias condições de trabalho fabris e no campo, no nível de subemprego e desemprego incidentes, na marginalização aberta de negros e negras “libertos”, mas alijados da dinâmica da vida social e exercendo funções laborais braçais, que exigem pouca qualificação e se tipificam como “insignificantes”.

Fernandes (2020) assevera que essa heteronomia não é um fenômeno passageiro, linear, com vistas à superação do subdesenvolvimento para o alcance do desenvolvimento de que vivenciavam os países de capitalismo central nos pós-2^a guerra²⁸. Trata-se, antes, de um fenômeno estrutural que demarca o lugar do Brasil e das nações latino-americanas, salvaguardando as suas particularidades, no circuito do capitalismo monopolista industrializado e financeirizado. Isso porque a raiz heteronômica é histórica e remonta aos processos de colonização das américas pelos países europeus ocidentais sob o domínio mercantil, de acumulação primitiva de capitais, não sendo superada nem pela Independência Política, nem pela posterior derrubada da monarquia, tampouco pela abolição da escravatura, que mantiveram o país no lugar da dependência.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), na transição dos anos 1950 para os anos 1960, será marcado por um novo período de transformações político-econômicas e histórico-culturais na sociedade brasileira em relação ao capitalismo de “centro” marcado, nos anos 1960, por um padrão de acumulação que sinaliza esgotamento, sinalizando, portanto, uma crise estrutural do capitalismo que, adiante, será mais bem apreendida.

Netto (2015), ao realizar o debate acerca do significado do golpe de abril em nosso país, na associação de sucessivos golpes de Estado na América Latina financiados pelo carro-chefe

²⁸ Para Boschetti e Behring (2007), o pós-Segunda Guerra Mundial nos países de capitalismo central foi marcado por um período de reconstrução econômico-social com o financiamento dos Estados Unidos. Em alguns países, como o Reino Unido, a Suécia, entre alguns outros, implanta-se um modelo de forte intervenção estatal nas economias, com programas sociais de caráter securitário e universalizante. Sob a dinâmica do fordismo/taylorismo na esfera produtiva, com conquistas de demandas históricas dos trabalhadores, pareceu, segundo Netto (2007), para os desavisados, que a “questão social” havia sido superada, e, com ela, emergiu a desqualificação da análise marxiana sobre a sociabilidade do capital. Mais informações, vide autores citados.

da economia capitalista, os Estados Unidos, e com o intuito de afastar as “nefastas” influências da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, da qual a Revolução Cubana (1959) é fato incidente, realiza reflexões que precisam ser apreendidas.

A ditadura brasileira, que em sua emergência inseriu-se num contexto que transcendia largamente as fronteiras do país, inscreve-se em um mosaico internacional em que uma sucessão de golpes de Estado (relativamente incruentos uns, como no Brasil, sanguinolentos outros, como na Indonésia) era somente o sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinavam, especialmente no curso dos anos sessenta uma contrarrevolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado terceiro mundo) onde se desenvolviam diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social (Netto, 2015, p. 30).

Sob esse cenário, a finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com os seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados, tais como:

em adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento capitalista; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (Netto, 2015, p. 31).

Sob essa conjuntura, afirma-se um padrão de desenvolvimento econômico associado e dependente, subordinado aos interesses imperialistas, aprofundando as características heteronômicas e dando corpo a um Projeto Nacional Desenvolvimentista ressignificado, marcado pela consolidação da industrialização pesada (produção de bens duráveis), por um Estado autocrático centralizador, de caráter altamente repressivo, e por investimentos voltados à aceleração da urbanização em todo o país.

O resultado desse processo, com o histórico alijamento das frações da classe trabalhadora, é a complexificação e fratura das expressões da “questão social”, pois são incidentes de uma fase do capitalismo, de forma tardia em nosso solo, qual seja: o monopolismo.

Netto (2007) aponta que o capitalismo, em sua fase monopólica clássica, imperialista, remonta o último quartel do século XIX nos países de capitalismo central, provocando uma série de transformações no ordenamento e na dinâmica econômica com incidências necessárias nas esferas políticas das sociedades nacionais.

Trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o estágio imperialista. E é também consensual que o período do imperialismo clássico se situa entre 1890 a 1940 (Netto, 2007, p. 19).

As transformações históricas afetas à sociabilidade capitalista em fins do século XIX em relação à capacidade produtiva do trabalho, cada vez mais social, gerando concentração e centralização de capitais em escala de reprodução ampliada²⁹, eleva para o mais alto patamar “o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana” (Netto, 2007, p. 19).

Assim, o que importa observar

é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo de lucros capitalistas através do controle de mercados. Essa organização, na qual o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico-financeiro substantivamente redimensionado, leva em médio prazo, ao aumento da acumulação de capital, diminuição da taxa de lucro, economia da força viva de trabalho na esfera produtiva e as crises do capitalismo, elementos estes apontados por Marx (Netto, 2017, p. 21).

O traço específico que a era monopólica impõe a todas as sociedades globais diz respeito ao aumento substantivo do exército industrial de reserva, de trabalhadores aptos a serem comprados como mercadoria, mas supérfluos às necessidades imperantes do capital. Somam-se a esse traço as relações precárias do “mundo do trabalho”, em que as condições para a sua realização, os baixos salários e a instabilidade de permanência no mercado de trabalho são realidades constantes que acarretam sofrimento às classes trabalhadoras em sua dimensão heterogênea no que tange às relações de gênero, raça-etnia, geração e sob a marca do capitalismo dependente³⁰ nos países periféricos.

²⁹ Marx (2017a), no livro I de O'Capital, afirma que a concentração de capitais é a elevação, o aumento de capital constante, quais sejam: os instrumentos de produção e matérias-primas na tendência decrescente de capital variável (força de trabalho) em função da produtividade do trabalho social. A centralização de capitais, consolidada e expandida pelo monopolismo, diz respeito ao domínio de mercado (consumidor, de extração de matérias-primas) com tendências a fomentar grandes oligopólios, a exemplo da esfera das finanças. Já a reprodução ampliada tem semântica com o processo de acumulação de capital.

³⁰ Mais à frente, o debate será realizado na abordagem da realidade brasileira no século XXI.

Retomando o contexto da realidade brasileira nos anos 1960, o caminho imposto para atender aos interesses da burguesia internacional e nacional foi³¹:

com o desfecho de abril, apresentando a solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contrarrevolucionário e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como um padrão compósito e articulado de dominação burguesa. Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico-social era de maior fôlego: o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira (Netto, 2015, p. 41).

A implantação do capitalismo em nosso solo, marcada por uma modernização conservadora que abarca o Estado e as esferas da sociedade civil – imbricadas com elementos estruturantes da nossa formação (coronelismo, mandonismo e patrimonialismo) – e inserida de forma subalterna e dependente no circuito capitalista, coroará uma “Revolução burguesa” peculiar e inconclusa.

Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge um clímax de sua evolução industrial (Fernandes, 2020, p. 207).

O sociólogo comprehende que o clímax em nossa realidade se consolida em fins dos anos 1950 e na década da autocracia, nos marcos da já citada industrialização pesada, com vistas à modernização conservadora, ao aprofundamento da burocracia do Estado e à proposta de promoção do “milagre econômico”, que acarretará uma profunda desigualdade econômico social.

Com o objetivo de articulação do debate nacional com os elementos regionais do Vale do Mucuri (MG) nos anos 1960, Achtschin (2018, p. 144) discorrerá que

³¹ Netto (2015) afirma que, no início dos anos 1960, no cenário de fortalecimento da democracia, das demandas e das lutas sociais por grandes reformas estruturantes no Brasil sob o governo de João Goulart (1961-1964), foi possibilitado um caminho, ainda que nos limites da democracia burguesa, de construção da soberania nacional, com ênfase no capital nacional público e privado como estratégia de “enfraquecimento”, mesmo que estrutural ao sistema global, dos laços de um capitalismo dependente. Com o aumento das tensões a partir de 1963 no âmbito do poder executivo e legislativo e de uma ofensiva conservadora de extratos da sociedade civil, a ditadura do capital ganhou terreno. Mais informações, consultar Netto (2015).

a cidade de Teófilo Otoni assumiu um novo formato de ocupação urbana ao longo dos anos de 1960. O recorte de ocupação espacial demarcando de forma nítida as diferenças socioeconômicas entre as regiões centro-norte em contraponto ao sul se tornou mais complexo e mais diversificado do que o cenário pré-Golpe. Tanto bairro residenciais nobres como favelas ocuparam novas áreas da malha urbana da cidade. Esse fato está relacionado com o fim da Estrada de Ferro Bahia e Minas, a presença da rodovia Rio-Bahia atravessando outra região da cidade e o crescimento populacional. Ainda que não tenha eliminado as residências, a região central se tornou predominantemente um espaço comercial.

O autor reitera que o município de Teófilo Otoni, nos anos 1960 e 1970, apresenta um índice razoável da sua população urbana em comparação à população rural, na proporção percentual de 50,44% sobre 49,56%. Ele acrescenta que a economia local começa a ancorar no rol do terceiro setor com prevalência do comércio, todavia convivendo com as atividades agropecuárias e a exploração e comercialização de pedras preciosas e semipreciosas.

Contudo, a desigualdade regional no Vale do Mucuri (MG), tendo como polo Teófilo Otoni, aponta

uma população estimada em torno de 120 mil habitantes, constituída, por sua maior parte (70 por cento), de pessoas de baixa renda, Teófilo Otoni pode ser considerada como sendo uma imensa e organizada favela. A cidade é cercada por várias favelas, e sua aparência nada limpa, o número de pessoas ociosas nas ruas, o baixo nível cultural e as precárias condições habitacionais da maioria do povo, não permitem outra definição melhor para Teófilo Otoni. Sobrevive às custas de um pequeno comércio local e de suas pedras e jazidas minerais. A região é, de fato, rica, tanto em jazidas minerais, como no setor agropecuário. Por isso mesmo, considerada a renda de cada pessoa, em confronto com as fontes de renda existentes, torna-se flagrante um enorme desnível social (Achtschin, 2018, p. 145).

Batella (2013, p. 212), outro historiador regional, traz contributos na afirmação de que o capitalismo no Vale do Mucuri (MG) não conseguiu promover avanços significativos que superassem a economia em virtude da “frágil capacidade dos agentes locais em promover articulações mais densas no sentido de aprofundar a acumulação de capital para além daquela restrita à circulação, intermediação e trocas”, e complementa:

em outras palavras, a elite econômica local pouco diversificou seus investimentos. Aliado a esse contexto e corroborado por ele, as desigualdades se intensificaram. Nesse quadro, a possibilidade de uma intervenção do poder público não se concretizou, pois o Estado acaba se ajustando aos interesses privados do capital mercantil. Foram diversas as tentativas de transformar e aquecer a produção local, mas foram travadas pela predominância dos grupos ligados ao capital mercantil que não garantiram dinâmicas que promovessem

rupturas com as bases produtivas construídas historicamente”. Exemplos de tentativas no passado recente de investimentos em outros setores não foram bem-sucedidas, caso da indústria. Não existe um distrito industrial, mesmo com sua criação por decreto em 2009, da Zona de Processamento para Exportação (ZPE). A ZPE não se concretizou, ficando apenas no papel. Igualmente fracassado foi o investimento em agronegócios relacionados com o processamento de carne bovina, que também não foi adiante (Batella, 2013, p. 213).

Para além das disparidades econômico-sociais, refletindo a realidade nacional sob a autocracia, o espectro político-social é palco de censuras, repressões e resistência na região. Achtschin (2018, p. 150) sinaliza que, no Vale do Mucuri (MG), cerca de 200 a 300 pessoas foram presas em abril de 1964, entre elas:

nacionalistas, comunistas, pertencentes ao Grupo de Onze e a sindicatos. Logo após o Golpe, chegou à cidade de Teófilo Otoni um destacamento policial fortemente armado com metralhadoras e fuzis que amontoaram os suspeitos na cadeia local em situação extremamente precária. Em seguida foram levados à cidade de Governador Valadares onde foram realizados os interrogatórios. Ainda que quase todos tenham sido libertos nos primeiros dias, aqueles que, no discurso ou na prática, manifestaram de forma clara apoio às reformas de base (especialmente a reforma agrária) e ao comunismo ficaram um maior tempo presos, é o caso especialmente de Nestor e Tim Garrocho. Mas a repressão e a vigilância se mantiveram presentes na vida daqueles que poderiam oferecer algum risco ao regime instalado ou às práticas políticas regionais. Os que não foram silenciados ou cooptados logo após as medidas de terror, violência e humilhação tomadas no primeiro momento, foram sendo minados nas suas posições políticas no dia a dia, com perseguições, interrogatórios e diversas formas de constrangimento.

Os sindicatos locais-regionais também foram alvo de grandes perseguições por parte da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), que dissolveu, por exemplo, a presidência local dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região do Vale do Mucuri (MG), levando os membros ao interrogatório, prisão e, com o tempo, à soltura sob vigilância constante. O movimento Corrente Revolucionária de Minas Gerais, mais conhecido como Corrente, surgiu no estado na década de 1960, sendo fruto da dissolução do PCB no estado mineiro. Esse grupo

defendia a luta armada imediata, propondo ações que gerassem recursos para dar infraestrutura a uma guerrilha rural. Procuraram no período de atuação, entre 1968 e abril de 1969, trabalhar com a formação política de operários e funcionários públicos. O contingente da “Corrente” era principalmente de funcionários públicos da prefeitura de Belo Horizonte e universitários. A organização dividiu em três subáreas de atuação no estado Minas Gerais: Triângulo Mineiro, Montes Claros e Teófilo Otoni. A base era a proposta de guerrilha foquista defendida por Ernesto Che Guevara, no qual deveriam se

criar focos de revolução pelo mundo para enfraquecer o capitalismo. Pelo relatório do DOPS, a “Corrente” recebeu inicialmente apoio financeiro de Carlos Marighella para fazer o levantamento entre a região mineira de Governador Valadares e Vitória da Conquista, na Bahia. A proposta era fazer um estudo ao longo da Rodovia Rio-Bahia sobre vias de transportes, núcleos camponeses, força policial, redes bancárias e meios de comunicações. Quem foi responsável de criar aparelhos (local onde se refugiavam pessoas e organizações clandestinas que participavam da resistência ao governo militar) em Governador Valadares, Teófilo Otoni e Vitória da Conquista foi Nélson José de Almeida e outro militante chamado de “Goiano”. A base partidária era Governador Valadares, tendo como espaço de ação a zona rural e a estratégia para dificultar a repressão era de atuar e recuar (Achtschin, 2018, p. 154).

Retomando o debate em nível nacional, o denominado “milagre econômico”, de acordo com Paulino (2020), foi utilizado para designar o período de “acelerado” crescimento econômico brasileiro sob o regime ditatorial. O período situa-se entre os anos de 1968 e 1973, marcado pelo enrijecimento das práticas autocráticas, como exemplifica o Ato Institucional nº 5³² (AI-5), e caracterizado por repressão, torturas, exílios, mortes e prisões.

Na simultaneidade das práticas de repressão e eliminação dos “subversivos”, observa-se o seguinte:

no cenário do monopolismo do capital com o investimento na industrialização pesada, de bens duráveis, as empresas multinacionais consideravam o Brasil área segura e rentável para os seus investimentos, sendo assim, a princípio, as indústrias multinacionais mais estimuladas para investir no Brasil foram as automobilísticas, seguidas das químicas e farmacêuticas. Contudo, o desenvolvimento maior foi o das indústrias estrangeiras de bens duráveis (elétrica, autopeças, veículos e eletrodomésticos) e mesmo que o desenvolvimento maior tenha sido na área de bens duráveis, a indústria em geral teve um crescimento intensificado (Paulino, 2020, p. 563).

O capitalismo no Brasil sob a autocracia burguesa demarca a profundidade da grande concentração de renda por parte da burguesia nacional e internacional, com traços antidemocráticos, excluindo das decisões e deliberações o conjunto da classe trabalhadora. Dessa forma, assiste-se

³² Decreto de 1968 que inaugurou o período mais sombrio da Ditadura Militar no Brasil. É resultante de um processo que foi implantando o autoritarismo em sua máxima expressão, dando total poder ao Estado na figura do presidente, iniciada com o golpe de 1964. O objetivo era “abater” os adversários políticos no contexto da vida social, impondo e aprofundando o elemento heteronômico para com o capitalismo internacional, aprofundando as expressões da “questão social” já vigentes na sociedade brasileira.

à massa da população a margem das preocupações do Estado Nacional, em condições de trabalho e vida deploráveis; as horas de trabalho necessárias para a compra de alimentação mensal foram respectivamente aumentadas. Em menos de dez anos a média mensal de horas de trabalho teve um profundo aumento, saltando de 65 horas e 05 minutos em 1959 para 101 horas e 35 minutos em 1968 (início do ano do milagre) e intensificando-se mais em 1973 (final do milagre), totalizando em 147 horas e 04 minutos a quantia necessária de horas trabalhadas para a compra da alimentação mensal mínima (Paulino, 2020, p. 563).

Uma das marcas do capitalismo de natureza dependente consiste, conforme já elucidado, na superexploração do trabalho tanto pelo aumento da jornada de trabalho (mais valor absoluto), quanto pela incorporação tecnológica no campo da produção (em seu sentido global, mais valia relativa) com vistas ao aumento do lucro³³.

Essa conjuntura, a partir de 1973, começa-se a esgotar na simultaneidade da “crise” da autocracia burguesa. Nesse contexto, Netto (2015) propõe uma “abertura lenta e gradual” na transição para a democracia, destacando o caráter coalizador das frações de classe dominante para o processo que culminará em 1985. Contudo, é importante destacar o ressurgimento dos movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, associações de bairros, categorias profissionais, movimento estudantil – sujeitos sufocados pelos “porões da ditadura” – na cena política brasileira nos anos 1970/1980.

Em nível global, a crise estrutural do capital coloca-se como eminentemente já em fins dos anos 1960, com agravo nas décadas seguintes, sinalizando o esgotamento adotado no segundo pós-guerra, que combina uma intervenção sistemática do Estado³⁴ na sociedade, destacando as políticas e os serviços sociais combinados à lógica de produção em série/massa para fomentar consumo em massa com tendência de salários mais elevados para os trabalhadores das esferas da linha de produção e de serviços.

³³ Marx (2017b), no Livro III da obra O’Capital, discorre acerca do processo global da formação do lucro e de sua lei tendencial à queda. Na síntese, quanto mais se concentra e centraliza capital, aumentando a capacidade de produção em larga escala na diminuição do seu componente variável, a taxa de lucro decresce, mesmo que a *massa de lucro seja superior*. Para aprofundamento, consultar Marx (2017b).

³⁴ De acordo com Esping-Andersen (1991), o Welfare State não possui uma definição única, harmônica. As experiências de Welfare se deram nos países de capitalismo avançado no período pós-2^a guerra. Em uma abordagem crítica, o autor afirma que o Welfare State é constitutivo do modo de produção capitalista na medida em que a dinâmica de reprodução ampliada do capital, pela alavanca da produtividade social, propicia as intervenções do Estado, de forma mais incidente e sistemática, na malha da reprodução das relações sociais de produção. O autor reitera três modalidades/experiências a saber: a predominância da assistência social, o modelo de seguro social e o modelo de seguridade social ou o plano Beveridge, do qual o Reino Unido foi um exemplo.

Com vistas à superação da crise de 1929 e dos impactos destrutivos causados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), bem como ao enfrentamento político-ideológico do socialismo/comunismo comandados pela então URSS, o capitalismo precisava se reestruturar para garantir a sua credibilidade mundial pela marca da estabilidade político-econômica, gerando lucros, sua função precípua.

Acumular capital, aumentando historicamente o elemento constante e objetivando a diminuição gradual do seu elemento variável para a reduzir o custo de produção, diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário e produzir mais mercadorias produzidas em um lapso espaço de tempo marcou “as três décadas de ouro do capitalismo”.

Marx (2017b) afirma que essa lógica não se sustenta por um longo tempo, sendo passível de mutabilidades na medida em que a incorporação da ciência, enquanto tecnologia, exponencia o crescimento acelerado dos meios de produção adquiridos, o aumento do consumo de matérias-primas em tempo diminuto e a tendência “gradual” de diminuição quantitativa e qualitativa da força de trabalho, mola propulsora da criação de valor e mais valor.

O autor reverbera que o capital variável, ou seja, a força de trabalho empregada no processo de produção³⁵, aumenta pela dinâmica mesma da produção, mas tende a aumentar em menor grau comparado com o capital constante pela produtividade do trabalho social, ou seja, a força motriz do processo de acumulação.

Seguindo a análise marxiana, em um dado momento histórico, já visto no século XIX e que desponta sob novas determinações a partir dos anos 1960, cria-se uma superpopulação relativa, supérflua às necessidades médias do capital, um exército industrial de reserva disponível para o capital, favorecendo o rebaixamento real dos salários na medida em que a oferta de força de trabalho disponível ultrapassa a demanda por força de trabalho nesse modo de produção, que é social.

O cenário no ingresso dos anos 1970, destacando o ano de 1973, marcado pela crise do petróleo³⁶, elucida uma superprodução de mercadorias, incluindo o dinheiro como capital-mercadoria. Uma vez acumulados, passam a encontrar dificuldades para se valorizar e circular,

³⁵ Entende-se aqui o processo de produção em sua ampla reprodução (produção, consumo, distribuição e troca), ou seja, o processo de produção e o processo de circulação do capital.

³⁶ A crise do petróleo no ano de 1973 representou um aumento substancial no preço do insumo, o que gera uma inflação (aumento generalizado no preço das mercadorias, sendo o preço a forma de expressão do valor da mercadoria). Para driblar a acumulação de petróleo, a crise de superprodução, diminuiu-se a produção, aumentando-se o preço do barril no oriente do globo, acontecimento histórico que contribui como um “sintoma” da crise do capital.

levando à depreciação das mercadorias produzidas, à desvalorização da moeda e à diminuição da taxa de lucro:

a tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Não dizemos, com isso, que a taxa de lucro não possa cair provisoriamente por outras razões, mas demonstramos como uma necessidade evidente, com base na própria essência do modo de produção capitalista, que no progresso deste último a taxa média geral do mais-valor tem necessariamente de se expressar numa taxa geral decrescente de lucro. Assim como a massa do trabalho vivo empregado sempre decresce em relação à massa do trabalho objetivado que o trabalho vivo mobiliza, isto é, em relação aos meios de produção produtivamente consumidos, também à parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valor tem de encontrar-se numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital total empregado. E essa proporção entre a massa de mais-valor e o valor do capital total empregado constitui a taxa de lucro, que tem, portanto, de diminuir constantemente (Marx, 2017b, p. 251).

Essas tendências, que partem do real em seu movimento concreto e dinâmico, apontará contratendências³⁷ para o enfrentamento de uma “onda longa repressiva” que afetará toda a vida societária em nível global, ou seja, nos espectros político-econômico e sociocultural.

Behring (2003) sinaliza que os anos 1980 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional na produção, denominada reestruturação produtiva, ou seja, uma “corrida tecnológica” em busca do diferencial de produtividade do trabalho como fonte de superlucros.

A mundialização da economia, diga-se uma reformulação de estratégias empresariais e dos países do âmbito do mercado mundial de mercadorias e capitais, que implica uma divisão do trabalho e uma relação centro/periferia diferenciados do período anterior, combinada ao processo de financeirização (hipertrofia das operações financeiras); pelo ajuste neoliberal, especialmente com um novo perfil das políticas econômicas e industriais desenvolvidas pelos Estados nacionais, bem como um novo padrão da relação Estado/Sociedade civil, com fortes implicações para o desenvolvimento de políticas públicas, para a democracia e para o ambiente intelectual e moral. Estes são processos imbricados e interdependentes no seio da sociedade concreta, que é a sociedade burguesa contemporânea (Behring, 2003, p. 34).

Retomando à realidade brasileira, a década de 1980, já sinalizada, demarca o fim do ciclo autocrático burguês com a redemocratização do país em 1985. O processo ocorreu sob o

³⁷ Serão vistas com maior detalhamento no item seguinte, em diálogo com a realidade brasileira.

regime de votações indiretas, ou seja, sem a participação direta da população, elegendo o Congresso Nacional, recém estabelecido, para escolher o primeiro presidente, Tancredo Neves, e seu vice, José Sarney.

Com a “repentina morte” de Tancredo, toma posse José Sarney (1985-1989), com o objetivo de estabilização da economia brasileira, de uma moeda “forte” e “estável”, bem como a condução da nova Constituição Federal (1988), abrangendo historicamente direitos no campo social até então inexistentes.

A transição de um regime autocrático para o regime democrático se deu por coalizações político-partidárias, reforçando uma dinâmica e elemento estrutural de nossa formação sócio-histórica: as vias pelo alto, pelo rearranjo das franjas burguesas em sua predominância, deixando as classes subalternas, recorde-se mobilizada e combativa na década em tela, alheias aos processos decisórios e históricos desta nação.

No item seguinte, analisaremos o país dos anos 1990 à atualidade, explicitando os impactos da crise estrutural do capital em nossa realidade periférica, acirrada nos anos 2000 com o incremento do irracionalismo, do ultraneoliberalismo e do neoconservadorismo em graus exponenciais.

2.2 PÓS-CONSTITUIÇÃO E A REDEMOCRATIZAÇÃO: A DÉCADA DE 1990

A crise estrutural do capitalismo contemporâneo, que incide a partir dos anos 1960, tem como ponto central a dificuldade de valorização do capital já acumulado, seja nas mercadorias produzidas (superprodução), nos instrumentos de produção que se depreciam e deixam de transferir valor, ou ainda na valorização do capital sob a forma de mais-valia monetária (D'). Essa dinâmica tende à queda das taxas de lucro, configurando uma crise em nível global que afeta tanto os países do centro quanto os da periferia do modo de produção capitalista³⁸.

Assiste-se, em boa parte do globo, a um conjunto de transformações societais que se configuram como “estratégia” para reduzir, do ponto de vista do capital, os impactos destrutivos da crise. Essas transformações refuncionalizam o papel dos Estados Nacionais, promovem mudanças na política econômica que incidem negativamente sobre o mundo do trabalho e repercutem no campo sociocultural, do qual a pós-modernidade³⁹ é expressão incisiva.

³⁸ Em Marx (2017b), no Livro III de O’Capital, que trata do processo global da produção das mercadorias em sua totalidade, tais elementos são trabalhados com minuciosidade para um aprofundamento acerca do debate.

³⁹ Será tratada adiante.

Nas nações capitalistas centrais, desde os anos 1970, os trabalhadores vêm sofrendo duras derrotas, com perseguições e dificuldades de organização e mobilização política, destacando os históricos partidos e sindicatos⁴⁰, perda de direitos sociais que foram garantidos sob o “pacto social nos “trinta anos dourados do capital” pelas experiências de *Welfare State*⁴¹. Soma-se a isso o crescimento do desemprego estrutural decorrente da reestruturação produtiva na esfera da produção, fomentando o subconsumo, a precarização das condições e das formas de trabalho, além do rebaixamento dos salários.

No Brasil, país de capitalismo dependente, as transformações societárias impostas como “contratendências” no enfrentamento da crise estrutural do capital são sentidas a partir dos anos 1990. Ressalta-se que, em 1988, tivemos a conquista e a promulgação da Constituição Federal, conhecida como “Constituição Cidadã”, fruto histórico do movimento de lutas, mobilizações e demandas das classes trabalhadoras pela integralização dos direitos civis, políticos e principalmente sociais, estes com caráter universal, tais como a saúde e a educação.

Segundo Bravo *et al.* (2007), nas eleições de 1989, com formato direto, abertas ao voto da população habilitada, dois projetos se colocavam em disputa: o da “democracia ampliada”⁴², personificado pelo então operário e líder sindical do ABC Paulista, Luiz Inácio Lula da Silva, e o da “democracia restrita”, representado pelo jovem “promissor” da direita política, Fernando Collor de Mello.

A autora afirma que vence o projeto de democracia restrita⁴³, tendo Fernando Collor como presidente a partir de março de 1990, dentro de uma coalização conservadora das franjas burguesas nacionais subservientes ao capital internacional sob a égide Neoliberal.

A Natureza de nossa democracia não é nova, pois, para Ianni (1993, p. 35),

são recorrentes os desencontros entre o Estado e a sociedade, bem como as tensões entre o arcaico e o moderno, o patrimonial e o nacional. Tais paradoxos foram condensados na “questão social” e na “questão nacional”, reiteradas e inconclusas, matizadas pelo poder imperialista e atualmente pela

⁴⁰ De acordo com Montaño e Duriguetto (2011), os denominados “Novos Movimentos Sociais” ganham espaço a partir dos anos 1970. Tais movimentos, ligados a aspirações, demandas e questões de caráter identitário e cultural, exemplificando o Movimento Negro, de Mulheres e do Meio Ambiente, partem de uma concepção de garantia de direitos, visibilidades, negando os lugares históricos das lutas das classes trabalhadoras, criticando-as como obsoletas, ultrapassadas para os tempos que surgem. As causas e as pautas de luta são legítimas e partem do real, mas ocultas do conteúdo classista que compõe a sociabilidade capitalista, sendo legatárias de uma visão pós-moderna.

⁴¹ No campo dos direitos trabalhistas e sociais, as perdas foram significativas. Behring (2003) traz um debate de ponta.

⁴² Fernandes (2020) nos chama atenção para a natureza restrita de nossa democracia, embora possa haver momentos históricos em que ela é “alargada”.

⁴³ Mais à frente, o conceito será abordado a partir de Iasi (2019).

mundialização do capital sob a égide das finanças. Essas relações forjaram um desenvolvimento histórico desigual e combinado, incidente, de forma decisiva, nos perfis de revolução burguesa nos países latino-americanos. Assim, o Estado é forte, a democracia episódica, as ditaduras recorrentes e as lutas permanentes.

Já sinalizamos com Netto (2015) que o vetor de análise das transformações históricas impostas pelo capitalismo é reflexo de seu contexto internacional, mas prevalecendo os vetores internos assim como à assimilação da autocracia burguesa (1964-1985).

O que ocorre com a vitória eleitoral de 1989, no esteio do projeto de democracia restrita, segundo Bravo *et al.* (2007), é a escolha pela assimilação das determinações do capitalismo internacional por suas agências de fomento, citando o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁴⁴, com vistas ao enfrentamento e à superação da crise em andamento, havendo uma aliança das franjas burguesas nacionais vinculadas ao capitalismo de centro.

É na década de 1990, sob o comando de Fernando Collor de Mello (1990-1992), que o Neoliberalismo começará a se fazer presente em nossa realidade nacional, dando início a uma série de propostas e reformas “necessárias” à adequação do Brasil aos novos tempos.

Nesse governo, de caráter neoliberal, a abertura do país para o capital estrangeiro⁴⁵, trazendo muitas empresas transnacionais e multinacionais, levou à bancarrota, um “crash”, de empresas nacionais, tanto estatais quanto privadas. Um exemplo foi o setor automobilístico, em que nossas empresas não possuíam a capacidade necessária para competir com as empresas internacionais.

Após o impeachment de Fernando Collor de Mello⁴⁶ (1992) e a assunção do governo de Itamar Franco (1992-1994), coroada pelos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o receituário neoliberal se consolida e promove uma série de mudanças que

⁴⁴ O FMI é uma organização financeira internacional que realiza empréstimos e resgates para países com dificuldades econômicas. O FMI possui 188 países-membros e está sediado nos Estados Unidos. Essa organização foi criada no contexto histórico-econômico pós-Segunda Guerra e possui ampla participação das nações desenvolvidas e industrializadas. A centralização do poder decisório é uma das principais críticas feitas à estrutura do FMI. Esta organização, de acordo com Behring (2003), tem dado o comando das diretrizes no que concerne à reestruturação e à refuncionalização dos Estados Nacionais.

⁴⁵ Este fato não é novo, pois, nos anos 1960, anos da autocracia burguesa, o capital estrangeiro se instala entre nós em uma lógica “nacional desenvolvimentista”. Nos anos 1990, a lógica é absorver todos os comandos vindos de fora como estratégia de salvaguarda do capital no enfrentamento estrutural de sua crise.

⁴⁶ A cassação do mandato do então presidente Collor de Mello (1990-1992) iniciou-se com a votação no Senado Federal em 29/12/1992, encerrando no dia 30/12/1992, tendo como resultado 76 votos a favor e 2 votos contrários. Destaca-se que a instauração do processo de impeachment iniciou em maio de 1992, tendo por motivo o crime de corrupção passiva; corrupção ativa; supressão de documentos; e falsidade ideológica.

negativamente afetam os direitos e as condições de trabalho da classe trabalhadora em prol de atender às exigências de um capital mundializado.

De acordo com Anderson (1995, p. 1), as origens do denominado Neoliberalismo

se distinguem do liberalismo clássico que vigorou do século XVIII ao século XX. O Neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, pós 1945), na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem estar. A obra de Hayek, o caminhão da servidão, já escrita em 1944, inaugura essa ideologia. Contudo, do pós guerra, 1945 a 1973, o capitalismo vivenciava a sua “era de ouro” com uma política estatal intervencionista, com experiências em algumas nações de capitalismo avançado com o Estado de Bem Estar Social e este cenário não contribuiu com o “florescimento” Neoliberal. A partir dos anos 1970, com a crise do capital instaurada, as ideias de Hayek começam a ganhar adeptos e se torna uma das estratégias de enfrentamento da crise.

O autor afirma que dois eram os alvos de ataques do receituário Neoliberal, considerados impeditivos ao fomento de uma economia de mercado e à constituição de um Estado “forte” capaz de proporcionar o crescimento das taxas de lucro, em queda desde os anos 1960.

As raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (Anderson, 1995, p. 3).

Diferentemente da realidade brasileira, os Estados Unidos da América vivenciaram os anos de ouro do capitalismo, marcados por alta acumulação. Na Europa, observou-se uma intervenção sistemática do Estado nas relações sociais, promovendo direitos e serviços no campo social de forma ampliada, sendo fruto, nessa relação contraditória, das pressões e da organização dos movimentos operários, que reivindicavam aumento real dos salários, melhores condições de trabalho e acesso a serviços ofertados pelo Estado para a reprodução da força de trabalho.

Para os neoliberais, o problema da “crise” estava localizado predominantemente nesses dois elementos. Os anos 1980 sinalizaram um brutal ataque aos trabalhadores, aos seus movimentos e sindicatos, bem como a interrupção das ações de Estado de Bem-Estar Social, tendo como exemplos emblemáticos as eras de Thatcher, na Inglaterra, e de Reagan, nos Estados Unidos, na década citada.

No Brasil, nunca vivenciamos um Estado de Bem-Estar Social com ampla intervenção na sociedade com vistas à garantia de direitos sociais de forma universalizante. Somente com a Constituição Federal de 1988, fruto do processo de redemocratização do Estado e da sociedade brasileiros, impulsionado por manifestações de amplas camadas populares, foi definido um modelo de proteção social denominado Seguridade Social, seguindo o exemplo do modelo inglês implantado por Sir Beveridge⁴⁷ em 1942.

A Seguridade Social Brasileira abarca três políticas sociais setoriais: Saúde, Assistência Social e Previdência Social. A Saúde, garantida de forma universal, é um direito de todos e dever do Estado Brasileiro; a Assistência Social, carregada da lógica do favor, da benemerência e da ajuda, adquire o status de uma Política Social pública de Estado, porém não universal, destinada apenas a “quem dela necessitar”, com base na renda dos sujeitos sociais – critério relativo e permeado por impasses. Por fim, a Previdência Social possui caráter contributivo, voltado ao trabalhador assalariado formal ou ao contribuinte autônomo⁴⁸.

O ingresso aos anos 1990, com o início da implantação do neoliberalismo no Brasil, afronta de forma direta a recém-Constituição, que preceitua e defende a intervenção do Estado no campo dos direitos sociais, ainda que limitados, dada a nossa condição de capitalismo periférico – em benefício dos trabalhadores do nosso país.

Destaca-se que, na década anterior, o Brasil se encontrava em uma profunda crise econômica em virtude da quebra do “milagre econômico”, acirrando as desigualdades e as expressões da “questão social” na vida dos sujeitos sociais oriundos das classes subalternas. A alta dos preços, geradora de inflação e instabilidade monetária, evidenciada pelos planos Cruzado e Cruzado Novo, permeava nosso solo.

Para voltar a elevar os níveis de lucros das empresas e deter o processo inflacionário, o remédio então era claro: Manter um Estado Forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo, necessitando de aplicar uma “disciplina orçamentária”, com contenção dos gastos com bem estar; restauração das taxas “naturais” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (Anderson, 1995, p. 6).

⁴⁷ Behring e Boschetti (2007) discorrem sobre o modelo inglês.

⁴⁸ Para mais detalhes, Behring (2003) e Mota (2005) trazem apontamentos detalhados acerca das políticas que compõem a seguridade.

O grande “emblema” brasileiro no ingresso da década de 1990 era a estabilização monetária e o combate aos altos índices inflacionários. Soma-se a isso um discurso ideológico segundo o qual o aparelhamento de Estado Brasileiro, regido pela Constituição Federal de 1988, é grandioso, inchado, muito burocrático e “moroso”, tornando imperativo redefinir a esfera estatal. O objetivo era construir um Estado-empresa, um Estado gerencial, forte para reduzir e estabilizar a inflação, reduzir gastos desnecessários relacionados aos serviços sociais, privatizando empresas estatais e corroendo a carreira dos servidores públicos e os serviços públicos em geral. A crise, nesse entendimento, tinha um alvo claro: o Estado burocrático⁴⁹ brasileiro, herdado das eras Vargas (1930-1945) e da autocracia burguesa (1964-1985).

Reformar o Estado não significa desmantelá-lo. Pelo contrário, a reforma jamais poderia significar uma desorganização do sistema administrativo e do sistema político de decisões e, muito menos, é claro, levar a diminuição da capacidade regulatória do Estado, ou ainda, à diminuição do seu poder de liderar o processo de mudanças, definindo o seu rumo. Mudar o Estado significa, antes de tudo, abandonar as visões do passado de um Estado assistencialista e paternalista, de um Estado que, por força de circunstâncias, concentrava-se em larga medida na ação direta para a produção de bens e de serviços. Hoje, todos sabemos que a produção de bens e serviços pode e deve ser transferida à sociedade, à iniciativa privada, com grande eficiência e com menor custo para o consumidor (Cardoso, 2006, p. 15).

Sendo assim, o novo papel estatal

é o de facilitar que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva. A regulação e a intervenção continuam necessárias na educação, na saúde, na cultura, no desenvolvimento tecnológico, nos investimentos em infraestrutura – uma intervenção que não compense os desequilíbrios distributivos provocados pelo mercado globalizado, mas principalmente que capacite os agentes econômicos a competir em nível mundial (Bresser-Pereira, 2006, p. 237).

Conforme apontado em parágrafos anteriores, sob novas determinações, inserimo-nos de forma dependente na lógica do capitalismo globalizado (mundializado), realizando refuncionalizações contínuas no papel do Estado para que este esteja “apto” a atender às imperativas necessidades do capital, com objetivo de retomar o crescimento da acumulação e das taxas de lucro. Esse processo se apoia na reestruturação produtiva, tanto na esfera da produção de bens e serviços quanto no pagamento das dívidas públicas por meio de fundos

⁴⁹ Souza Filho (2011) traz uma excelente compreensão e contribuição acerca deste debate.

públicos, ao mesmo tempo que fomenta a privatização de empresas, indústrias e serviços, como educação, saúde, entre outros.

A reestruturação produtiva, de acordo com Antunes (2008), visa substituir o modelo de produção fordista/taylorista pelo padrão de acumulação flexível⁵⁰, ou seja, insere no circuito produtivo tecnologias de ponta, como a microeletrônica, elevando o consumo de matéria-prima e insumos auxiliares em menor espaço de tempo. Com isso, diminui, dada a dinâmica, o fator vivo dos meios de produzir, gerando, o que sinalizou Anderson (1995, p. 30), do ponto de vista neoliberal, uma “retomada da taxa do exército de trabalhadores supérfluos as necessidades do capital”.

Com o aumento do desemprego no Brasil nos anos 1990, as expressões da “questão social” são complexificadas diante de uma política econômica neoliberal que subordina o Estado aos interesses da burguesia nacional e internacional. Nesse contexto, milhares de sujeitos sociais são deixados à própria “sorte”, sem acesso aos serviços sociais básicos de qualidade, dada a sua precarização e o processo privatizador, garantido o acesso apenas àqueles que podiam pagar por tais serviços.

No que tange à Seguridade Social Brasileira nos anos 1990, Mota (1995) explicita que a saúde e a previdência social são fortemente sucateadas e privatizadas, citando os surgimentos dos planos privados de saúde, as instituições privadas de saúde e a lógica da previdência social complementar para “cobrir” o que o Instituto Social de Seguro Social, dado o seu “teto” cada vez mais baixo, determina. Em relação à Assistência Social, pouco se avança no fomento de equipamentos e serviços ofertados pelo Estado como política pública, vigendo as parcerias público-privadas com as entidades do terceiro setor, sem fins lucrativos, o que reforça o componente histórico do favor, da benemerência e de ações clientelistas, sob o discurso da solidariedade e da meritocracia.

Para além do desemprego estrutural, funcional ao capital, a precarização das condições de trabalho, a polivalência do trabalho, o trabalho por contrato temporário, o trabalho por peça e o rebaixamento real dos salários se fazem sentir na década em tela sob o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

As mudanças em curso, que Netto (1996) denominou de transformações societárias, atingem, também, o campo sociocultural, sendo expressão predominante a Pós-Modernidade e o seu “discurso crítico” em relação à compreensão de totalidade, às metanarrativas e à história

⁵⁰ Antunes (2008) traz elementos detalhados acerca da temática.

enquanto processo, em favor de uma realidade fragmentada, imediata e funcional à contemporaneidade da sociabilidade capitalista.

Assim, a Pós-Modernidade

é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às peculiaridades e a coerência de identidades. Essa maneira de ver, como sustentam alguns, baseia-se em circunstâncias concretas: ela emerge da mudança histórica ocorrida no Ocidente para uma nova forma de capitalismo – para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, na qual a indústria de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política de classes cede terreno a uma série difusa de “políticas de identidade” (Jameson, 2019, p. 73).

No Brasil, no trânsito dos anos 1990 para os anos 2000, somado a esse componente “cultural”, ganha repercussão o discurso globalizante, a globalização enquanto tendência de uma nova era, somada às implicações neoliberais na vida política e econômica, que prepara o país para um novo tempo.

A noção ideológica de globalização enquanto categoria mítica do capitalismo anuncia o mercado único, a difusão das tecnologias de comunicação através das quais as empresas poderiam produzir e vender em qualquer lugar possível e a um preço substancialmente idêntico, a mesma mercadoria. Fala de uma economia sem fronteira, que superaria o tempo e os limites do Estado nacional e conciliaria as diferenças e desigualdades econômicas e geopolíticas entre as várias regiões do globo, como consequência da força expansiva e equalizadora da mercadoria. Todavia, esconde que o capital cresce sobre si mesmo através da exploração, em primeiro lugar, das diferenças de classe e de todas as diferenças possíveis (Yazbek; Iamamoto, 2019, p. 17).

Essas “noções” contribuem para o acirramento do individualismo na vida social, a fragmentação e a fragilidade para a articulação das lutas das classes trabalhadoras. Nesse cenário, ganham ênfase os denominados “Novos Movimentos Sociais”, que surgem em nível global a partir dos anos 1970, provocando o aumento das opressões sobre a classe trabalhadora em suas “múltiplas identidades⁵¹” (mulheres, negros, migrantes, crianças, adolescentes, idosos

⁵¹ “Múltiplas Identidades” que não significam o alijamento de sujeitos sociais da classe-que-vive-no-trabalho, explorados brutalmente no cotidiano do trabalho e submetidos à exclusão como parte da dinâmica do modo de produção do capital. Esses sujeitos pertencem à classe trabalhadora,

e a população LGBTQUIA+) e desconsiderando, em grande parte, a dimensão classista e crítica de superação da ordem social vigente.

O trânsito para os anos 2000, depois de dois mandatos do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), traz ao cenário um Brasil com índices alarmantes de desemprego estrutural e uma brutal concentração de renda. Esse cenário foi acompanhado de precárias políticas no campo social, importantes, mas incipientes, pois fragmentadas, não alcançando o rol de necessidades dos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora.

A eleição de 2002, levando ao comando do Poder Executivo Federal o ex-operário do ABC paulista, Luiz Inácio Lula da Silva, “sinalizava” que novos tempos viriam, que, na verdade, colocava-se à possibilidade histórica de ampliação democrática no país com a execução das reformas de base estruturais que advinham desde João Goulart (1961-1964) e que foram abortadas pela autocracia burguesa em 1964.

Veremos, no item seguinte, que os rumos foram outros, embora com ganhos importantes, mas mantendo a lógica de uma política econômica neoliberal, acreditando ser possível conciliar desenvolvimento capitalista com ampla democracia para a redução/eliminação das desigualdades históricas que remontam desde a era colonial.

2.3 O BRASIL DO SÉCULO XXI: DILEMAS PRESENTES E PERSPECTIVAS FUTURAS

O ingresso do século XXI no Brasil, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva na eleição de 2002 para o cargo do Poder Executivo Federal, reacendeu nas frações das classes trabalhadoras a esperança de um Brasil melhor, mais democrático, popular, atendendo, de fato, demandas e reivindicações históricas e legítimas da classe em questão.

Todavia, a política macroeconômica, de teor neoliberal, não se modifica substancialmente, em comparação aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No que tange a essa política:

a estratégia neoliberal de desenvolvimento não é sinônimo de uma política econômica (monetária, fiscal e cambial) ortodoxa e, de alguma forma, é até independente. O neoliberalismo, segundo os seus formuladores, se define em um maior nível de abstração, o da estratégia de desenvolvimento. Segundo seus defensores, duas seriam as suas características: é necessário obter a estabilização macroeconômica (inflacionária e das contas públicas), como uma pré-condição, e dado, são necessárias reformas estruturais (liberalização, desregulamentação, abertura de mercados, junto com amplos processos de

despossuídos dos meios de produzir, restando-lhes a venda da sua capacidade de trabalho para a reprodução da vida em sua totalidade.

privatização) que elevem o papel do mercado na determinação dos preços e quantidades de equilíbrio, retirando as possíveis distorções introduzidas por mecanismos populistas (Carcanholo, 2018, p. 1).

No primeiro mandato de Lula (2003-2006), essas medidas no plano econômico foram realizadas, frustrando os “romântico-petistas” de que uma reforma de base em sua essência (estrutura e dinâmica) ocorreria de forma simples e automática, por pura vontade política, sob o comando do ex-sindicalista do ABC paulista.

Iasi (2019) explicita as razões de uma continuidade, não significando mera reposição de medidas tomadas a partir da década de 1990, corroborando Marini (2001) e Fernandes (2020) acerca da natureza do nosso capitalismo no circuito global, marcado pela mundialização e financeirização do capital.

Após a crise da autocracia burguesa e o período redemocratizador, marcado por uma coalizão conservadora, pelo alto, a forma política do Estado Brasileiro não foi alterado substancialmente apenas pela correlação de forças ainda que essa possa implicar aspectos importantes na forma do governo do Estado Burguês, pois sua base material está nos termos do capitalismo dependente e do imperialismo. O chamado período de democratização correspondeu a um aprofundamento, e não há uma relativização do capital monopolista e da dependência, o que implica a superexploração do trabalho e das consequências incontornáveis para a maioria da população, que se expressam na dramaticidade da “questão social” no Brasil (Iasi, 2019, p. 421).

O autor segue a sua reflexão, dando destaque que a eleição de 2002, em uma visão romântica/simplista do processo, encerraria o fim de um ciclo totalmente recessivo e predatório aos interesses e demandas das classes trabalhadoras com uma “possível” democratização da política, mantendo a ordem econômica de cunho neoliberal, conciliando a defesa do Estado democrático de direito com o capitalismo de natureza dependente que marca a América Latina, salvaguardando as particularidades nacionais.

Já em 2002, ao apresentar os eixos de sua proposta de governo, o PT afirmava como prioritário os três primeiros eixos relativos à chamada dívida social (gerar empregos, melhores salários, redução das desigualdades, reforma agrária etc.). à democratização da sociedade e do Estado e a inserção soberana na ordem internacional. Mas alertava que esses eixos estariam subordinados à capacidade de manter em funcionamento adequado a economia do país, e, para isso, apresentava o compromisso de manter os marcos macroeconômicos de saneamento do Estado (equilíbrio orçamentário, fiscal e cambial), assim como incentivos ao desenvolvimento econômico (Iasi, 2019, p. 422-423).

Na esteira de conciliar a democratização da política com os ditames do capital, forjou-se uma forma política a qual o autor denomina *de democracia de cooptação*, propiciando o cumprimento das campanhas de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, como já visto, inserindo a classe trabalhadora nas esferas e canais de participação, de socialização da política com predominância nas instâncias institucionais, tais como os Conselho de Direitos. Segundo Tatagiba (2004)⁵², houve aumento significativo de criação/reativação de Conselhos de Direitos no país no simultâneo movimento de ataques e hostilizações a sindicatos e a partidos políticos de esquerda, dando voz e ação aos denominados “Novos Movimentos Sociais”, movimentos históricos que se configuraram com a crise estrutural do capital, a partir dos anos 1960/1970, sustentados por um discurso e uma ação transclassista nos termos da pós-modernidade.

No campo das políticas sociais, dando destaque à Seguridade Social (Assistência Social, Saúde e Previdência Social), Bravo (2008) discorre que as políticas de saúde e previdência⁵³ continuaram a ser sucateadas e subfinanciadas pelo fomento e incentivo à privatização dos serviços. No que tange à Assistência Social, esta ganha centralidade na formulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e na criação do Suas, em 2005. O destaque dar-se-á nas políticas de transferência de renda⁵⁴, alinhadas à política econômica de fomento ao consumo, “distribuição de renda” na lógica de crescimento econômico em conciliação com o combate às desigualdades – ou, ao menos, com a tentativa de reduzi-las.

⁵² Tatagiba (2004) afirma que os Conselhos de Direitos são instâncias oriundas da Constituição Federal de 1988 para a implantação das políticas públicas de saúde, Assistência Social, Criança e adolescente, população idosa, dentre outros. São espaços deliberativos com função de decisão para destinação de recursos e ações na implantação das referidas políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, asseguradas juridicamente com Leis Orgânicas com participação paritária de representantes do governo e da sociedade civil. Em relação aos Novos Movimentos Sociais, estes ganham corporeidade no Brasil em fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 e se denominam como movimentos “autônomos”, os quais têm se inserido nos espaços institucionais de representação por meio de seus representantes. Os Conselhos de Direitos são espaços de correlação de forças políticas e ideológicas.

⁵³ Bravo (2008) chama atenção para a disputa, na política de saúde, de dois projetos em tensão desde os anos 1990, a saber: o Projeto de Reforma Sanitária, de ampla defesa do Sistema Único de Saúde e da radicalização da democracia na sociedade brasileira, e o Projeto Privatista, de cunho empresarial, privatista, que fragiliza e sucateia o SUS e a sua proposta democrática. Nos governos petistas, de forma geral, houve o que a autora denomina de “dança das cadeiras dos projetos”, ora fortalecendo a saúde pública, ora atendendo ao capital na privatização de serviços de saúde. No tocante à Previdência Social, o destaque se dá no crescimento exponencial de previdências complementares privadas atreladas aos grandes bancos e que permeiam, também, o serviço público federal, exemplificando a Funpresp.

⁵⁴ O Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) são os programas da Política de Assistência Social que transferem um valor mensal às famílias a partir de sua inserção no Cadastro Único (CadÚnico), condicionado à análise socioeconômica, tendo os Cras como porta de entrada na política social em tela.

Um elemento de suma importância que se imbrica à estrutura de capitalismo brasileiro nos primeiros anos do século em tela, segundo Plínio Junior (2012), relaciona-se ao chamado *Neodesenvolvimentismo*, que não aporta a repetição do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950/1960 no Brasil, mas traz uma bagagem de fundo de resgate de crescimento e desenvolvimento no país.

O chamado neodesenvolvimentismo é um fenômeno recente e localizado, indissociável das particularidades da economia e da política brasileira na segunda metade dos anos 2000. Sua repercussão não ultrapassa a fronteira da “província” e, mesmo no seu interior, circunscreve-se a pequenos círculos acadêmicos. Mais do que uma nova tendência do pensamento econômico com fôlego para expandir a outras praças e resistir à prova do tempo, a onda neodesenvolvimentista está diretamente relacionada às intrigas e conspirações palacianas entre duas facções que disputam o controle da política econômica brasileira: a monetarista-braço direito do neoliberalismo- e a autoproclamada “desenvolvimentista” -braço esquerdo da ordem (Plínio Júnior, 2012, p. 678).

A política econômica “conciliatória” que resvala para o campo democrático “restrito⁵⁵” neste país incide em todas as esferas da vida social, associando o combate das “desigualdades” ao crescimento econômico, gerando empregos e aumento no poder de compra dos trabalhadores pela dinâmica do endividamento (o programa Minha Casa, Minha Vida é exemplo), o que trouxe a “sensação” de equilíbrio, de rumar em mares seguros sob o lulapetismo⁵⁶.

Assim:

o neodesenvolvimentismo, fortemente expresso no segundo mandato do então presidente Lula (2007-2010), caracteriza-se pela modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal de renda, o boom do consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que no Brasil, finalmente, estaria se vivendo um ciclo de desenvolvimento (Plínio Júnior, 2012, p. 679).

A crise estrutural do capital, em curso em nível global desde os anos 1960/1970, de tonalidade longa, “permanente”, promoveu uma série de mudanças em todas as esferas da vida social, como já explicitado no item anterior deste capítulo.

⁵⁵ Será abordado mais adiante.

⁵⁶ Termo utilizado para, sob novas determinações, resgatar elementos populistas, de legitimidade social sob o óbice do personalismo, de um clientelismo e patrimonialismo atualizados, elementos estes oriundos da formação sócio-histórica do Brasil.

No século em curso, como forma de enfrentamento da crise e de promoção da acumulação em sua dimensão ampliada, sem precedentes na história, o capital, sob o domínio das finanças, tem tomado as rédeas das decisões, subordinando o capital produtivo, real, efetivo, ao processo de financeirização.

A crise de 2008/2009, denominada de “crise dos subprimes⁵⁷”:

foi o resultado do estouro de uma bolha de investimentos massivos em hipotecas nos Estados Unidos que cresceram ao longo dos anos 2000. As hipotecas são uma forma de financiamento imobiliário comum nos EUA, sendo que os imóveis são dados como garantia ao banco caso o tomador de empréstimos não consiga honrar o pagamento acrescido de juros (Behring, 2021, p. 45).

Destaca-se que essa forma de transação, dentro do domínio das finanças, como se fossem esferas autônomas que produzem valor e mais valor por si mesmas, desenvolveu-se, desde o estouro da crise dos anos 1960/1970, como contratendência para o seu enfrentamento. Em outras palavras, a criação e o fomento do capital denominado “fictício” são estratégias de enfrentamento e, simultaneamente, de aprofundamento de uma crise permanente do capital.

O advento do crédito permitiu aos bancos a criação endógena de moeda sem lastro na produção e abriu espaço para a possibilidade de crises. Aos poucos o capital fictício passou a possuir extremos poderes- ele é capaz de criar, como um feitiço, dinheiro que se transforma em mais dinheiro, riqueza que engendra mais riqueza, em uma espiral descontrolada. O crédito é um capital com valor duplo que possui lastro na produção e na circulação de mercadorias por meio da antecipação de mais valia, de forma que todo o seu montante é investido na produção. O capital fictício é (em nosso ver) a valoração secundária e artificial desse crédito, submetido a esquemas de especulação sem lastro na produção e cujo interesse central reside no contrato em si, não no objeto do contrato (Sabadini, 2021, p. 185).

Os autores da citação elucidada afirmam que, na realidade brasileira, uma das formas notórias de capital fictício é a alta das taxas de juros, objetivando atrair capital estrangeiro, o mecanismo da dívida pública em que ela nunca é amortizada, pois prevalece o pagamento elevado dos juros, e nunca a dívida em sua real dimensão.

Acerca das dívidas públicas, Carcanholo e Nakatani (1999, p. 296) explicitam que:

⁵⁷ A denominação subprime refere-se a empréstimos concedidos a pessoas com alto risco de crédito, isto é, acarreta pouca estabilidade financeira e credibilidade para o pagamento dos compromissos firmados.

esses títulos de dívida (dívida pública), emitidos em troca de capital originalmente emprestado e há muito tempo despendido, essas duplicatas em papel do capital destruído, servem de capital para os respectivos possuidores, na medida em que são mercadorias vendáveis e por isso podem ser convertidos em capital. Mesmo que inicialmente pudesse se tratar de capital-dinheiro "real", de verdadeiro capital a juros, ao comprar títulos da dívida pública, converte-se em capital fictício, sempre e quando se converta, no setor público, em gastos correntes. Esses títulos representam, pura e simplesmente, um direito de apropriação sobre parte da receita pública proveniente, em boa medida, dos impostos a serem cobrados.

Behring (2023) chama atenção para o “pígio” crescimento econômico no Brasil a partir do segundo mandato de Lula (2007-2010), abarcando o primeiro governo Dilma (2011-2014). Na época da crise dos *Subprimes*, o então presidente Lula mencionou que o país havia sentido uma leve onda, *uma marolinha*, não impactando o acesso ao consumo da classe trabalhadora. Esse consumo, contudo, foi sustentado pelo endividamento das famílias, tendo como carro-chefe os financiamentos, sendo emblemáticos o mercado imobiliário, a construção civil e a venda de veículos.

A autora ressalta que uma das formas de manutenção dessa política econômica, tentando “conciliar” o consumo das classes trabalhadores com os receituários neoliberais, consiste no fomento e alcance do superávit primário, sendo que este

representa a economia de recursos do governo para pagar os juros da dívida. É o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com o pagamento de juros. Esse saldo, superavitário é “abocanhado” em substantiva medida para o pagamento da dívida pública, uma dívida “sem fundo”, seguindo as normativas dos organismos internacionais na condição de país periférico, dependente, em detrimento das reais necessidades das classes trabalhadoras no tocante aos direitos sociais, trabalhistas e humanos (Behring, 2023, p. 36).

Antes de seguirmos com as reflexões a partir do Governo Dilma (2011-2016), faremos alguns apontamentos sobre o Vale do Mucuri no início do século em curso, com destaque para a cidade de Teófilo Otoni, polo significativo do referido Vale.

Em Teófilo Otoni (MG), nas eleições municipais de 2004, elege-se a primeira mulher para ocupar o cargo do poder executivo no município, Maria José Haueisen (2005-2012), exercendo dois mandatos pelo PT e entrando para a história da cidade.

Natural de Teófilo Otoni, Maria José foi política e professora, graduada em estudos sociais, em 1977, e em pedagogia, em 1981, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do município. Maria já havia tido protagonismo ao ter ocupado o cargo da presidência da União

dos Trabalhadores do Ensino (UTE) nos anos 1980 e fundado o Partido dos Trabalhadores no município, além de ter atuado no estado ativamente, como participante das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) na Diocese de Teófilo Otoni, sendo, no período autocrático burguês na região, um dos polos de resistência à ditadura.

Antes de ocupar por dois mandatos o poder executivo municipal, Maria José foi deputada estadual na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) em sucessivos mandatos, de 1989 a 2004, quando renunciou ao cargo de deputada para assumir a prefeitura de Teófilo Otoni⁵⁸.

Sendo uma personalidade de referência regional, estadual e nacional, a então prefeita Maria José, em sintonia com o governo de Lula da Silva (2003-2010),

inicia, por meio da então Secretaria de Assistência Social, hoje a pasta é conhecida como Secretaria de Assistência Social e habitação, a implantação das normativas trazidas pela PNAS e pelo Suas, criando os Centros de Referência da Assistência Social (Cras), a partir de 2005 e mais tarde, em 2008 o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), bem como a reativação do Conselho Municipal de Assistência Social (Aguilar, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Muitos conselhos de direitos, de acordo com a entrevistada, foram criados e/ou reativados na gestão de Maria José (2005-2012), abrindo espaço sem precedentes na cidade para que os usuários dos serviços participassem dos debates e das deliberações. Destaca-se, também, que a criação dos equipamentos socioassistenciais alavancou *o mercado de trabalho para as e os Assistentes Sociais*, bem como para demais profissionais, como psicólogos, pedagogos e educadores sociais, com vistas à atuação nos Cras e Creas.

Tatagiba (2004) afirma que os Conselhos de Direitos são instâncias políticas com caráter deliberativo em sua plenitude e criados pelas leis orgânicas de cada política social, como saúde, assistência social, educação, criança e adolescente, idoso⁵⁹, entre outros.

⁵⁸ Devido à falta de bibliografias que retratem os anos 2000, os elementos que estão sendo escritos foram captados em entrevista dada gentilmente pela Vereadora Petista de Teófilo Otoni (MG) Eliane Moreira Aguilar, uma das entrevistadas desta pesquisa. A escolha de Eliane não foi aleatória, mas por ser uma filiada ao Partido dos Trabalhadores, podendo contribuir com importantes contribuições, o que enriqueceu o olhar do pesquisador.

⁵⁹ A partir de 2018/2019, a nomenclatura utilizada é “pessoa idosa”. Em Teófilo Otoni, por exemplo, o Conselho Municipal do Idoso sofreu alterações em sua nomenclatura em 2019, conhecido atualmente como Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. A terminologia “pessoa idosa” denota sujeito vivo, partícipe do processo de ação e construção da vida social.

Os espaços dos Conselhos de Direitos estão relacionados a Constituição Federal de 1988 e as posteriores Leis Orgânicas de cada política social setorial. Um dos pré-requisitos importantes para que os municípios e estados recebem recursos do governo federal para a política social está na criação e funcionamento deste espaço deliberativo que agrupa representantes das esferas governamentais, profissionais da área, prestadores de serviços e o mais significativo: os usuários, os sujeitos sociais de direitos (Tatagiba, 2004, p. 32).

Em um país como o Brasil assim como no Vale do Mucuri (MG), historicamente marcados pelos flancos clientelistas, patrimonialistas, mandonistas e por traços autoritários, esses espaços recentes, no lastro histórico, significam avanços no que tange ao acesso dos usuários à compreensão da política, dos direitos aos serviços e da destinação dos recursos.

Todavia, no marco da institucionalidade,

os espaços dos Conselhos de Direitos são espaços de disputas político-ideológicos, de interesses corporativos, tendendo a ganho de “força” por parte das esferas que representam o Estado (seja nos âmbitos federal, estadual ou municipal). As instituições da sociedade civil, em sua maioria, capitaneadas pela lógica individual, de interesses imediatos não conseguem ou não tem interesses em alargar a compreensão e debate para uma ampla articulação de classe, aos interesses coletivos, tornando, enfim, espaços de disputa e “alianças” para o alcance de finalidades restritas (Tatagiba, 2004, p. 35).

Compreender os limites dos Conselhos de Direitos⁶⁰, que não significa abandonar tais espaços, mas compreender a urgência de ocupá-los, é dialogar com a crise da decadência ideológica de um individualismo radicalizado em consonância com os ditames do capitalismo contemporâneo, que se refuncionaliza, sob novas mediações, com os elementos da formação regional que, na compreensão de Iasi (2019), convergem para a natureza “restrita” da democracia.

A prefeita municipal, enquanto educadora de formação, desde os tempos em que foi deputada estadual, como sinalizado nos parágrafos anteriores, possuía um sonho e um desafio: a criação e instalação de uma universidade federal na região.

Desde os anos 1990, como deputada estadual, Maria José realizou várias articulações, indo a Brasília para debater e “sensibilizar” o legislativo federal acerca da importância de uma universidade pública nos vales, dada a relevância e importância de acesso ao ensino superior gratuito a uma parcela da população mineira totalmente alijada de “sonhar” com uma graduação pública.

⁶⁰ Para aprofundamento do tema, consultar Tatagiba (2004).

Este sonho começou a tornar possível a partir de 2003 com Lula no poder. Em 2005, as Faculdades Integradas em Diamantina, tendo por carro-chefe o curso de odontologia, se transformaram por uma Lei Federal em Universidade Federal do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Em 2006, com muito esforço e articulação, o campus do Mucuri é criado, funcionando temporariamente em um dos espaços da prefeitura de Teófilo Otoni (Aguilar, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A entrevistada afirma que, à época, houve muita resistência das elites da cidade, que visavam aos interesses das instituições privadas de ensino. Todavia, com muita articulação, um terreno, ao sul da cidade, de alta localização, foi doado para a construção do campus do Mucuri, e, em 2009, as Unidades Acadêmicas foram alocadas no novo campus⁶¹.

Esse ganho significativo para a região dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, a sua universidade federal, pública e socialmente referenciada para a classe trabalhadora, tornou-se polo de acesso ao ensino superior para toda a região nas esferas da graduação e pós-graduação, sem contar com o impacto dos projetos de extensão universitária, que são diversos.

Em seus dois mandatos, Maria José (2005-2012) procurou, dentro das possibilidades, buscar aproximação e atender tanto aos interesses dos sindicatos rurais, fortes no município, quanto às associações populares com simultânea proximidade às frações burguesas locais, desempenhando uma política “conciliatória” para governar, política esta impressa pelo PT nos seus 13 anos no comando do poder executivo federal.

Nas eleições de 2012, a candidata apoiada pelo PT, à época, é derrotada⁶², e vence o então candidato Getúlio Neiva, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atualmente Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com uma clara projeção para a direita e em consonância com o coronelismo e o mandonismo. Em sua gestão, Getúlio Neiva privilegiou as elites locais, com fomento e incentivo ao desenvolvimento econômico, notadamente no setor de serviços, em aliança com os grandes empresários do município.

Na gestão da Maria Jose, foi criado o restaurante popular na cidade. A partir de 2013, com Getúlio Neiva no poder, o restaurante foi fechado e a justificativa foi que os empresários do ramo alimentício na cidade estavam tendo prejuízos, tendo que demitir funcionários e para reverter a “crise”, fechar o restaurante aumentaria a demanda dos empresários do setor,

⁶¹ As unidades acadêmicas são: a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (Facsaes), que congrega os seguintes cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Matemática e Serviço Social; o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (Ictet), que congregam os cursos de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Engenharia Civil, Engenharia Hídrica e Engenharia de Produção; e a Faculdade de Medicina do Mucuri (Fammuc) congrega o curso de Medicina, este institucionalizado em 2014, sendo a unidade acadêmica mais recente do Campus.

⁶² A candidata em tela foi Fátima Dantas, do Partido Socialista Cristão.

fortalecendo a economia municipal (Aguilar, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Destaca-se também que, nesse período, alguns conselhos de direitos foram “desativados”, como o Conselho da Mulher e o Conselho do Idoso, além do enfraquecimento de outros, tomando essas importantes instâncias deliberativas para os interesses governamentais, ou seja, a reatualização do patrimonialismo nos espaços de natureza pública.

Em 2016, ano do golpe contra a então presidente Dilma Rousseff, ocorreram novas eleições municipais. Nesse pleito eleitoral, havia dois candidatos de destaque: Getúlio Neiva, do MDB, que representava as frações das classes dominantes teófilo-otonenses e que buscava a reeleição, e Daniel Batista Sucupira, vereador da Câmara Municipal, filiado ao Partido dos Trabalhadores.

O cenário de 2016 no município foi desafiador. Tudo apontava para a reeleição de Getúlio Neiva por ter a máquina municipal nas mãos e o maior apoio na Câmara dos Vereadores. Getúlio representava a elite, os empresários e os coronéis da zona rural, experiente, mais velho, com carreira política. Daniel, mais jovem, em seu primeiro mandato como vereador, mas uma figura carismática que buscava apoio nas periferias da cidade e com alguns setores comerciais. De voto em voto, Daniel é eleito se tornando o prefeito mais jovem da história de Teófilo Otoni (Aguilar, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

O jovem prefeito governou a cidade por dois mandatos (2017-2020) e (2021-2024), realizando, como “estratégia política”, um governo de coalizão, de diálogo aberto, seguindo a tendência petista dos trezes do Partido dos Trabalhadores no comando da esfera federal (2003-2016)⁶³.

Muitas demandas populares foram atendidas, com destaque para a reabertura do restaurante popular em 2019, a criação e ampliação de vagas das creches para crianças de 0 a 3 anos de idade, e, por meio de parcerias entre a prefeitura e o Hospital Filantrópico Bom Samaritano, a realização de uma série de procedimentos cirúrgicos de caráter eletivo (remoção de cataratas e demandas eletivas travadas). Na mesma direção, atendeu a demandas de alguns setores empresariais, exemplificando a realização de eventos de venda de pedras preciosas a partir da extração na região, que remonta desde o século XIX.

⁶³ Por falta de referências bibliográficas, de uma análise da conjuntura atual municipal, trago minhas percepções que partem do real na condição de um intelectual orgânico. Tal condição não diminui o êxito deste trabalho.

Sem dúvidas, as demandas no campo dos direitos sociais e dos serviços ampliaram-se, assim como a rede socioassistencial⁶⁴. Entretanto, a política econômica municipal teve por direção a perspectiva neoliberal voltada ao “cuidado” com a contenção dos gastos, o que impactou o avanço dos direitos sociais no município. Esse cenário se insere em uma conjuntura ultraneoliberalista, marcada por traços neofascistas e neoconservadores, somada aos pífios repasses do governo estadual de extrema direita, personificado em Romeu Zema (2019-2026), e à busca incessante por emendas parlamentares em Brasília, destacando o maior pacote de obras realizado em Teófilo Otoni em ano eleitoral, 2024, denominado “Avança Mais Teó⁶⁵”.

No que tange ao pacote de obras, a ala direita e de extrema direita municipal acusou a gestão petista de se beneficiarem da máquina pública para ganharem a eleição, tendo como candidato petista e “pupilo” do então prefeito Daniel Batista Sucupira, Tarcirlei de Brito, que foi Secretário de Saúde na primeira gestão de Sucupira (2017-2020) e Secretário de Planejamento (2021-2024), exonerado da pasta em abril de 2024 para concorrer às eleições.

Representando a direita e extrema direita municipal, que venceu o pleito eleitoral de seis de outubro de 2024, o comandante da reserva da polícia militar, Fábio Marinho, filiado ao Partido Liberal (PL), partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, é o atual prefeito, com mandato que vigorará até 31/12/2028.

Pautas como o ajuste das contas públicas municipais, o fomento ao crescimento do empresariado local, as parcerias com empresas e com unidades de ensino privadas, além do reforço da segurança municipal, com um maior policiamento, estão em debate no legislativo municipal para implantação, uma vez que o executivo municipal possui a maioria na Câmara dos Vereadores, tendo como presidente da Casa Ugleno Alves, filiado ao PL e defensor das propostas da extrema direita para o município.

Vivenciamos estrutural e conjunturalmente um cenário de múltiplas complexidades sob o imperativo do capital financeiro, impactando destrutivamente os países de capitalismo periférico como o Brasil.

⁶⁴ Um exemplo é a política de Assistência Social no município. Desde 2017, os profissionais do Serviço Social vêm solicitando aumento de salário, melhores condições de trabalho e a defesa e realização de concurso público para o campo da assistência. Nesses oitos anos de mandato, os vínculos de trabalho são caracterizados por contrato temporário, que vão se renovando ou se encerram. Os salários giram em torno de um salário mínimo para os Assistentes Sociais da Política. Até 2022, a prefeitura não dispunha de linhas telefônicas fixas nos serviços do Cras e Creas. Os contatos eram realizados mediante os aparelhos celulares dos próprios profissionais – uma demanda de campanha de Daniel Sucupira que não se materializou.

⁶⁵ O Avança Mais Teó é o maior programa, na história municipal, de recursos financeiros para a realização de obras, manutenção de infraestruturas e construção de casas populares. A parceria iniciou-se em 2023 no contexto do terceiro mandato do presidente Lula. Estima-se que ocorreram investimentos em torno de 1 a 3 bilhões de reais. Mais informações em: <https://jornaldiarioteo.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Dia-30-de-outubro-de-2023.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

No Vale do Mucuri (MG), práticas como o patrimonialismo, o coronelismo, o assistencialismo e o clientelismo são marcas históricas que foram redimensionadas, com o avanço do neoconservadorismo e a radicalização do neopentecostalismo (muito forte na cidade), dentro de um discurso que proclama “Deus, Pátria, Família e Liberdade”, desprezando, criminalizando e perseguindo “as minorias”, como os negros, os indígenas, as mulheres e a população LGBTQUIA+, que terão que resistir bravamente sob um campo que favorecerá práticas antidemocráticas e o ódio ao diverso, sob o manto da moralização da sociedade.

Em relação ao Serviço Social, alguns profissionais contratados, que atuavam, predominantemente, na Política de Assistência Social e Habitação, foram exonerados devido à “feição política” pelo candidato petista derrotado nas urnas municipais. A falta de concursos públicos, ou seja, a precarização radicalizada do trabalho, permite o alijamento de profissionais dos seus campos de trabalho sob justificativa ideológica, o que resvala *no ser Assistente Social na contemporaneidade no município que pertence ao Vale do Mucuri (MG)*.

No limite desta pesquisa, fica clara a necessidade do pesquisador em investir e realizar pesquisas futuras que abarquem o tempo presente no tocante à formação sócio-histórica regional e aos impactos para o Serviço Social.

Seguindo as análises em nível nacional com vistas ao fechamento deste capítulo, observa-se que, a partir do Governo Dilma (2011-2016), a política de conciliação adotada pelo PT desde 2003 começa a dar “sinais” de desgaste.

Com a longa duração da crise econômica mundial, radicalizada com a crise de 2008, essa política mostrou seus limites: ampliação dos déficits fiscais; superendividamento das famílias, que restringe o avanço do consumo e compromete grande parcela de suas rendas como mero pagamento dos serviços da dívida. Já em 2014, mesmo antes da campanha eleitoral, estava claro que, independentemente de quem ganhasse a eleição e dos discursos proferidos na campanha, a resposta aos efeitos da crise seria um ajuste ortodoxo, retirando aquele leve ar de heterodoxia que a política econômica anticíclica tinha sustentado até aquele momento (Carcanholo, 2018, p. 4).

O autor em questão debate que um governo de esquerda, de fato, seria aquele que se propusesse a romper com a estratégia neoliberal de desenvolvimento e, em virtude disso, ao reduzir a vulnerabilidade externa de sua economia, “promovesse uma verdadeira modificação estrutural da concentração de renda e riqueza, que ampliasse os mercados internos. Teria se a possibilidade de implantar políticas públicas e sociais muito além do seu viés compensatório em simultâneo movimento com a socialização da política” (Carcanholo, 2018, p. 4).

Behring (2023) assevera que os segmentos das frações burguesas, nos anos de governo “conciliatório”, foram beneficiados pelas políticas macroeconômicas neoliberais. A distribuição de renda promovida nesse período, embora tenha minorado as desigualdades, não foi suficiente para que o segundo mandato de Rousseff tivesse

a capacidade de conduzir suas demandas no ritmo, profundidade e intensidade desejados, dentre elas: a intensificação ainda maior da superexploração da força de trabalho; a exploração capitalista dos recursos naturais brasileiros, a exemplo do pré-sal, aquíferos e mineração (com o foco na Amazônia), o que requisita a intensificação das expropriações; um ajuste fiscal mais profundo para que o fundo público funcione como pressuposto geral da reprodução do capital, donde decorreu a contrarreforma da previdência em 2019, em mais um profundo ataque aos direitos dos trabalhadores, já no atual governo neofascista. Com o golpe de 2016 e o governo Temer (2016-2018) se instaurou o que chamamos de ultraneoliberalismo: o novo regime fiscal, diga-se a aprovação das emendas 93/2016 e 95/2016; a contrarreforma trabalhista em 2017; a entrega do pré-sal e a contrarreforma previdenciária já sinalizada (Behring, 2023, p. 37).

Na corrida eleitoral para a presidência da República em 2018, com o findar do governo ilegítimo, dois projetos se colocam para o país: a radicalização das medidas de ajuste fiscal sob o manto ideológico do ultraconservadorismo com traços neofascistas⁶⁶ e a perspectiva, nos limites de nossa democracia e da política econômica em vigor desde os 1990, de avanço em pautas/demandas históricas da classe trabalhadora, sob o ímpeto de busca conciliatória como marca dos governos petistas anteriores sob a representação do então candidato Fernando Haddad.

Nas urnas, vence o primeiro projeto, personificado na figura de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), sob o “manto ideológico” de Deus, Pátria, Família e Liberdade e nos motes de uma decadência ideológica reacionária, marcada pelo irracionalismo e pela negação da ciência. Esse cenário se agravou no contexto da crise sanitária da covid-19, instaurada em março de 2020, que provocou 700 mil mortes em virtude das negligências na aquisição de vacinas ainda no ano de instalação da pandemia⁶⁷.

⁶⁶ De acordo com Carnut (2022), o neofascismo apresenta características clássicas do fascismo vivenciado na Itália de Mussolini entre os anos 1930 e 1940, sob o contexto de crise do capital e da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), quais sejam: o autoritarismo; a preferência por formas ditatoriais de governo; o culto do salvador da pátria (mito); e o ódio à esquerda e ao movimento dos trabalhadores.

⁶⁷ A partir do segundo semestre de 2020, instituições de pesquisas no campo da saúde, reconhecidas e respeitadas internacionalmente, iniciaram a oferta de doses das vacinas aos países. De acordo com a CPI da Covid, instaurada em 2021 por uma comissão do Senado Federal, desde julho de 2020, o Ministério da Saúde havia recebido comunicados dessas instituições para procedimentos de aquisição das doses. Todavia, nenhum esforço foi realizado pelo governo Bolsonaro, o que elevou

Para Behring, Cislaghi e Souza (2020, p. 106),

entendemos por ultraneoliberalismo essa mais recente forma do neoliberalismo, que não se resume ao Brasil, pois pode ser observada em vários países no mundo. A maioria dos autores do campo crítico, adotando ou não esse termo, concordam que o neoliberalismo sofreu uma inflexão que aprofunda seus pressupostos, como consequência da crise financeira de 2008. Apesar de a crise ser centralmente das atividades do setor privado financeiro e, fazer parte de um momento estrutural de crise do capital que se arrasta por décadas, ela foi apresentada, mais uma vez, como crise de Estado, que de fato, absorveu os prejuízos do capital por meio do fundo público, com a justificativa de que bancos e instituições financeiras “eram grandes demais para quebrar”, o que afetaria o conjunto da sociedade.

Esse cenário leva ao acirramento das condições de vida, em sua totalidade, dos sujeitos sociais oriundos das classes trabalhadoras, tornando dramática a radicalização da superexploração do trabalho, elemento estrutural dos países de capitalismo dependente, além do aumento da concentração de renda e do desemprego estrutural agudizados pela crise sanitária em 2020.

Essas pessoas e famílias vivem de programas assistenciais, previdenciários e de estratégias ultra precárias de sobrevivência. Cerca de 4 milhões destes não têm nenhuma renda: vivem da caridade e da solidariedade. Subutilização da força de trabalho caiu levemente para 24,7 milhões de pessoas, e os desalentados são 4,3 milhões. Temos 25, milhões de trabalhadores “por conta própria”, os MEIs, e 5,9 milhões de empregadas(os) domésticas(os). É fundamental dizer, dadas as características da formação social brasileira, marcada pelo racismo estrutural e pelo patriarcado, que sob esses dados e suas consequências estão majoritariamente mulheres, mulheres negras e homens negros e jovens negros, para quem o desemprego, a desproteção e a violência predominam. Políticas públicas, desemprego e renda imediatos serão fundamentais no próximo período para enfrentar essas condições e permitir projetar o futuro (Behring, 2023, p. 38).

Em 30 de outubro de 2022, em uma acirrada disputa, Bolsonaro, que almejava a reeleição, foi derrotado nas urnas pelo então candidato à presidência da República Luís Inácio Lula da Silva, que iniciou o seu terceiro mandato a partir de 1º de janeiro de 2023.

Contudo, a derrota do então presidente nas eleições de 2022 não significou a derrota do bolsonarismo, pois:

exponencialmente o número de pessoas que perderam a vida, marcando a nossa história como um grande genocídio.

a Intentona do 8 de janeiro foi apenas o ponto culminante e mais dramático desse processo de ataque à democracia, um ato desesperado de tentar obter numa última tentativa aquilo que não se logrou conquistar nos quatro anos anteriores. O fracasso dessa tentativa de golpe foi também resultado dessa contínua resistência, apesar do que as evidências parecem revelar como tentativas de sabotagem promovidas pelas próprias forças de segurança. E, assim como o golpismo bolsonarista se estendeu para além do final de seu mandato presidencial, as medidas de resistência a ele também precisarão seguir ativas. A declaração da inelegibilidade de Jair Bolsonaro em 30 de junho de 2023 foi apenas mais um passo nesse processo. Não poderá ser o último (Capiotti, 2023, p. 70).

Diante dos elementos expostos, fica contundente que os elementos “clássicos” da formação sócio-histórica brasileira, articulados à contemporaneidade do capitalismo mundializado, financeirizado e marcado por uma crise permanente em sua estrutura e dinâmica – sem precedentes na história do capitalismo compreendido enquanto um estágio transitório das relações sociais em sua totalidade –, se refuncionalizam sob a marca da dependência. Essa condição periférica se manifesta nas relações patrimonialistas e clientelistas, na natureza da democracia de viés restrito e em uma burguesia nacional que, em suas frações, permanece dependente, reacionária e funcional aos ditames do centro capitalista internacional.

Portanto, no terceiro mandato do Governo Lula da Silva (2023-2027), sob o cenário supradescrito, que incide em um Poder Legislativo (Congresso Nacional) composto por ampla “maioria” que navega em tendências conservadoras e/ou reacionárias, aplicar a estratégia da política conciliatória adotada pelos governos petistas de Lula e Dilma nos anos 2000 e 2010 torna-se tarefa inconciliável sob o contexto mundial de uma crise civilizatória sem precedentes na história no capitalismo.

No próximo capítulo, iremos debater acerca dos “Fundamentos do Serviço Social”, partindo historicamente dos anos 1960 em diante, na medida em que, conforme aponta Netto (2015), a partir da década em questão ocorrerá historicamente o fenômeno mais significativo no Serviço Social em sua dimensão latino-americana, privilegiando os determinantes na realidade da profissão no Brasil.

3 O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: DOS ANOS 1960 AOS DIAS ATUAIS

Este capítulo tem por objetivo tecer elementos analíticos para compreender o Serviço Social enquanto produto histórico da sociabilidade burguesa em sua fase monopólica⁶⁸, inserido na malha da reprodução ampliada do capital, a qual abarca a reprodução das classes sociais fundamentais em seu movimento contraditório, enquanto estrutura e dinâmica, constituindo, portanto, sua essência fenomênica.

Apreendida na Teoria Social de Marx, indo às fontes originais, a obra seminal de Iamamoto e Carvalho nos anos 1980 abre uma nova perspectiva na relação entre a profissão e a sua constituição na realidade social, ou seja: o seu significado sócio-histórico. Os autores afirmam ser o Serviço Social uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho no bojo da sociedade industrial e da expansão urbana, sendo tais movimentos provocados pelo desenvolvimento e desdobramento do capitalismo em nível mundial.

O significado social da profissão, dessa forma, só poderá ser explicitado na realidade social, ou seja, na reprodução das relações sociais:

a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material em seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se a reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 78).

Partir da reprodução das relações sociais, portanto históricas, engloba esferas que ultrapassam a produção generalizada de mercadorias, incidindo no cotidiano da vida dos sujeitos sociais na medida em que a realidade é “uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente. Entendida dessa maneira, a reprodução das relações

⁶⁸ Netto (2007) situa historicamente o capitalismo em sua fase monopólica clássica, imperialista: o último quartel do século XIX e os primeiros quatro decênios do século XX. Este período marca a atuação sistemática do Estado, capitalista, nas relações econômicas e sociais em virtude do acirramento de complexos contraditórios em relação às expressões da “questão social” e do protagonismo político do proletariado para o atendimento de suas demandas históricas relativas às condições de vida e trabalho. Por fim, a concentração e a centralização de capitais são fenômenos centrais do monopolismo. Mais informações, consultar Netto (2007).

sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se no trabalho, na família, no lazer, no poder, na escola como também na profissão” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 79).

Para a(o) Assistente Social, há uma indissociabilidade entre a realidade vivida, na predominância de sua aparência fenomênica, fragmentos do real, e a realidade representada, que marcou e marca o Serviço Social sob novas determinações. Em sua gênese, prevaleceu o primado do ser sobre o saber⁶⁹, ou seja, a valorização das qualidades pessoais, o discurso altruísta, desinteressado e o “bem comum”, que, por décadas, reforçaram a manutenção do *status quo* e do caráter conservador-ideológico da sociedade burguesa sobre todo o conjunto da sociedade. Na atualidade, tais elementos tendem a se refuncionalizar sob novas determinações⁷⁰.

Se a análise, de acordo com os autores, não passa pelo crivo da teoria social marxiana, que vai à essência fenomênica, ou seja, questionando, debatendo com as dinâmicas e estruturas produzidas e reproduzidas, pode-se incorrer na defesa e/ou legitimidade da tese unilateral que tende a acentuar

aprioristicamente o caráter “conservador” da profissão como esforço e apoio ao poder vigente. Não significa ainda assumir a tese oposta, amplamente divulgada no movimento de Reconcepção Latino-Americano, que sustenta, a princípio a dimensão necessariamente “transformadora ou revolucionária” da atividade profissional. Ambas as posições acentuam, apenas e de modo exclusivo, um polo do movimento contraditório do concreto, sendo nesse sentido unilaterais (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 80).

As considerações apontadas não têm por objeção a defesa de uma posição intermediária e/ou conciliatória, na medida em que a sociabilidade vigente na trama de sua dinâmica é

⁶⁹ O Serviço Social no continente europeu, de matriz franco-belga, bem como no Brasil, em suas gêneses, resguardando as particularidades, tem forte influência da doutrina social da Igreja Católica em fins do século XIX e no século XX. A Igreja, em “concordata” com a sociabilidade e com a classe dominante vigentes, utiliza-se da estratégia defensiva na qualificação de quadros laicos, oriundos de moças e senhoras das frações de classes dominantes, para atuarem em um ambiente e com uma população “hostil”. Entendem a “questão social” como uma questão moral e ideológica, realizando críticas aos exageros que a sociedade industrial vem produzindo e exorcizando o socialismo/comunismo, defendendo o capitalismo sob uma roupagem ética-cristã. Essa visão de mundo conservadora tem um papel político: o enquadramento das massas aos ditames da Igreja e da Burguesia sob o “manto” do bem comum, da dignidade humana em que todos são iguais perante a lei e ao Divino. Mais informações, ler Iamamoto e Carvalho (2014).

⁷⁰ Em relação às tendências postas como desafio e enfrentamento para a profissão, serão abordadas detalhadamente adiante.

contraditória e destrutiva por natureza, não havendo a possibilidade de uma conciliação classista⁷¹ sem tensões.

O Serviço Social como profissão que se institucionaliza e legitima sob a sociabilidade que foi citada não fica inerte à realidade social. Dessa forma, Iamamoto e Carvalho (2014, p. 81) explicitam que

o Serviço Social, como instituição componente da organização da sociedade, não pode fugir a essa realidade. As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que tem uma posição dominante. Reproduz, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação do seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução dos antagonismos nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.

Os autores reforçam que compreender a profissão, em seu movimento histórico, implica o esforço de inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que irão determinar um significado, e acrescentam que se faz imperativo esse movimento na medida em que

afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas das práticas históricas das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e novos impasses que passam a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, segundo os parâmetros de “racionalidade” e “eficiência” inerentes a sociedade capitalista (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 83).

⁷¹ De um modo geral, a pós-modernidade, posta enquanto uma tendência para o Serviço Social, realiza críticas a uma “sociedade moderna” que não cumpriu os seus compromissos sócio-históricos defendidos pela ilustração como o humanismo, a autonomia individual, o historicismo, dentre outras características. Com a crise estrutural do capital, posta em fins da década de 1960 em diante, ocasionando uma série de “transformações societárias”, defende-se a imperativa necessidade de “superação da modernidade”, por dentro da ordem burguesa, inaugurando a sociedade “pós-moderna”, mais “flexível”, imediata, subjetiva e líquida. Nesse contexto, ganha sentido, por exemplo a concepção de uma “transcendência” de classe, buscada por meio da crítica às metanarrativas e da defesa das microesferas da vida, que inspiraram, predominantemente, os novos movimentos sociais tecidos nos anos 1970/1980, no bojo da crise capitalista e de uma refuncionalização global da sociabilidade vigente.

As classes sociais que se destacam no bojo do monopolismo clássico do capital dizem respeito ao proletariado e à burguesia industrial, no cenário do desenvolvimento capitalista industrial e da expansão urbana. A “questão social”, objeto de justificação do Serviço Social, é compreendida, em sua manifestação, na cena pública, do processo de “formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado, manifestando a contradição entre salário e capital, burguesia e proletariado” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 84).

O reconhecimento, por parte do Estado e do empresariado, demandará ações para além da caridade e da repressão, não eliminadas a partir dos anos 1930, mas em simultâneo “leque” de ações dos entes estatais nas políticas sociais e nos serviços a serem prestados a uma pequena parcela do operariado urbano industrial, como estratégia de manutenção do *status quo* diante das pressões e lutas empreendidas pelas classes trabalhadoras.

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 85).

Assim, o Serviço Social coloca-se como profissão, medularmente vinculada ao setor público de forma majoritária no cenário de progressivo controle e intervenção do Estado sobre a sociedade civil, vinculando-se também às organizações patronais privadas de caráter empresarial, denominando o que Netto (2015) cita como “Serviço Social de Empresa”. Nesse cenário, a(o) Assistente social consolida-se como trabalhador assalariado, como vendedor de sua força de trabalho para a reprodução da sua vida em sociedade.

Contudo, a profissão no Brasil é regulamentada como liberal (Portaria do Ministério do Trabalho nº 35, de 19/4/1949), não possuindo uma predominância de prática histórica na modalidade em tela. Portanto:

o Assistente Social não tem sido um profissional autônomo, que exerce independentemente suas atividades, dispondo de condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que se refere a maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho e no estabelecimento do público ou clientela. No entanto, a condição predominante de assalariamento não lhe retira alguns traços que marcam uma “prática liberal” entre os quais se pode arrolar: a reivindicação

de uma deontologia (código de ética), o caráter não rotineiro da intervenção e a existência de uma relação singular no contato direto com os usuários (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 87).

Tais elementos integram a “estratégia” de fortalecimento do exercício profissional da(o) Assistente Social, uma vez que o resguardam de certos constrangimentos no trabalho cotidiano⁷², ao possibilitar a apreensão do real na vida dos sujeitos sociais atendidos. Esse processo pode ser potencializado em uma dinâmica de não “rotinização” do trabalho, ainda que a sociabilidade capitalista imponha ao mundo do trabalho a sua robotização e o seu engessamento em nome da incorporação de meios tecnológicos que mais têm aprisionado o trabalhador com vistas à produtividade do trabalho social⁷³.

Após essa brevíssima síntese, que resgata a produção seminal de ponta de Iamamoto e Carvalho (2014), será privilegiada a localização do Serviço Social no Brasil a partir dos anos 1960, que demarca o ingresso do país no capitalismo monopolista com trações de dependência no cenário da autocracia burguesa (1964-1985) – a ditadura do grande capital. Esse cenário resvalou no processo renovador da profissão no Brasil, produzindo, na dinâmica das constrições ditatoriais, polos de modernização voltados à manutenção do status quo, a reatualização de um conservadorismo recente na profissão e o mais significativo: um polo de resistência que emergirá nos muros amordaçados das universidades sob o controle da autocracia.

Este capítulo objetiva também apreender, debater e sinalizar as tendências contemporâneas que incidem sob os Fundamentos Históricos, Teórico-Metodológicos e Ético-Políticos do Serviço Social brasileiro, ou seja, a sua atualidade em diálogo com a história.

⁷² O Código de Ética de 1993 e a lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993) são instrumentos que, na atualidade, resguardam o profissional na atuação do seu exercício, tendo em vista a garantia das necessidades e interesses dos sujeitos sociais que demandam os serviços sociais a partir do direcionamento político que esses instrumentos possuem, o que não significa a total autonomia no exercício frente ao capital financeirizado e globalizado, autonomia cada vez mais relativizada, o que desafia as e os assistentes sociais na atualidade.

⁷³ Marx (2017a), no Capítulo XXIII, livro I, assevera-nos que a produtividade do trabalho, que é social, é simultaneamente condição e consequência. Na medida em que incorpora, na esfera produtiva, e hoje de serviços, o incremento tecnológico, potencializa-se a produção generalizada de mercadorias em menor tempo, diminuindo o tempo de trabalho socialmente necessário e alargando o tempo de trabalho excedente, isto é, o trabalho não pago, a expressão máxima da exploração. Como consequência, no que concerne aos seus efeitos, em nome da acumulação flexível para fins de aumento da lucratividade do capital, assiste-se à precarização, à terceirização, ao aumento do desemprego estrutural e às baixas remunerações para a classe-que-sobrevive-do alto grau exploratório e predatório do capital.

3.1 O SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS DE 1960 A 1990: UM RESGATE NECESSÁRIO

Os anos 1960 para o Brasil foram constituídos, tal qual a década de 1930, de grandes transformações nos campos político-econômico e sociocultural. Foi visto, no primeiro capítulo deste trabalho, que o nacional-desenvolvimentismo⁷⁴, iniciado na era Vargas (1930-1945) e consolidado nos anos 1950 com ênfase no governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961), abarcou a esfera produtiva com o avanço da industrialização pesada e a produção de bens duráveis, além da crescente urbanização com investimentos maciços em infraestrutura, ultrapassando o eixo Rio-São Paulo e atingindo outras regiões do país.

Na esfera política, destaca-se a transferência da capital federal do país, Rio de Janeiro, para a recém-criada Brasília nos anos 1960, localizada no centro-oeste do país. A máquina estatal burocratizou-se⁷⁵ com a expansão gradativa de ministérios e de cargos públicos, em função da dinâmica de reprodução das relações sociais de produção sob o comando do capitalismo dependente nacional, sob o comando do capital internacional.

Fernandes (2020) e Netto (2015) irão sinalizar que o período de 1946-1964, um curto “período democrático”, possibilitou a organização de mobilizações e lutas dos trabalhadores da esfera produtiva bem como de movimentos em defesa e acesso à terra e à moradia digna, culminando com a proposta de reformas de base. Destaca-se, nesse contexto, a reforma agrária, no bojo do governo progressista de João Goulart (1961-1964), que rebate na organização do movimento estudantil, na criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), na educação em sua perspectiva crítica de Paulo Freire e que se espalha na arte, na música popular brasileira e nas relações sociais em sua totalidade.

Contudo, os anos 1960, no circuito internacional do capital, sinalizam o decréscimo das taxas de lucro sob a política intervencionista Estatal⁷⁶ conjugado ao padrão produtivo fordista-taylorista. A crise, para Marx (2017b), é constitutiva do modo de produção capitalista e engloba

⁷⁴ A apreensão deste debate está realizada no segundo capítulo do trabalho.

⁷⁵ Para Souza Filho (2011), a burocracia, sob a ótica da tradição marxista, é necessária e importante, à medida que alarga as funções e intervenções estatais, alcançando, com limites, o atendimento histórico de interesses das classes subalternas no bojo da radicalização da democracia dentro dos liames do capital. A burocracia, portanto, não é compreendida aqui como algo moroso, lento, conceito advindo do senso comum. Mais informações, consultar Souza Filho (2011).

⁷⁶ Ao afirmar o intervencionismo do Estado Capitalista no período pós-2^a Guerra sobre o conjunto da sociedade, cabe uma mediação importante: a intervenção realizada, que de fato abrangeá o atendimento de demandas das classes trabalhadoras europeias, por exemplo, tem como elementos a reconstrução econômica do velho mundo em virtude das guerras mundiais com foco na recuperação do capital e, no mesmo movimento, a mobilização e pressão dos trabalhadores europeus por aumentos salariais e melhores condições de trabalho e vida. Trata-se de uma relação contraditória e necessária que manterá por um período a “estabilidade” político-econômica, qual seja: a “era de ouro” do capital.

a sua reprodução ampliada, e as contratendências para enfrentamento variam historicamente⁷⁷ enquanto totalidade concreta, em processo de estruturação permanente.

Se no ingresso dos anos 1960 no país, elementos já suficientemente trabalhados no capítulo anterior sinalizavam, pela primeira vez na história brasileira, uma possibilidade de construção da nossa “frágil” democracia, ainda que nos marcos da dependência enquanto nação periférica, o caminho trilhado por nossas elites burguesas, em articulação com os centros imperialistas, feriu de “morte” o contexto progressista com o desfecho de abril de 1964.

Esse contexto, de acordo com Netto (2015), atinge o Serviço Social enquanto profissão inscrita nas relações sociais de produção e colocará para as e os Assistentes Sociais novas demandas profissionais, como o aperfeiçoamento técnico na execução de ações e serviços provenientes do Estado autocrático, ao mesmo tempo que retoma velhas práticas do que o autor denomina Serviço Social tradicional⁷⁸.

Um ponto importante é que

salientar o vínculo entre a autocracia burguesa e a renovação do Serviço Social não é o mesmo que sugerir que a estratégia e o sentido da ditadura jogaram, intencional e prioritariamente, na erosão e na deslegitimização das formas profissionais consagradas e vigentes à época da sua emersão e consolidação. Pelo contrário: até o final da década de 1960, e entrando pelos anos 1970 inclusive, no discurso e na ação governamentais, há um claro componente de validação e reforço do que noutro lugar caracterizamos como Serviço Social tradicional. Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar traços mais subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme extrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados às estruturas organizacional-institucionais em que se inseriam tradicionalmente os assistentes sociais (Netto, 2015, p. 156).

A relação entre a profissão e a autocracia, que não é linear/automática, gera impactos que incidem sobre o Serviço Social nos campos do mercado de trabalho e da formação profissional. Assim, no que diz respeito à prática dos profissionais,

⁷⁷ Recordemos da teoria liberal como fundamentação teórico-ideológica para a expansão do capitalismo em seu monopolismo, o Estado mínimo, o livre mercado, que demarcará o pré-1929 e o ataque ao Estado intervencionista na crise dos anos 1960/1970 com a proposta neoliberal sob as produções de Hayek (2002).

⁷⁸ De acordo com Netto (2015), o Serviço Social tradicional caracteriza-se pela prática empírica, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada “por uma ética-liberal-burguesa”, cuja teleologia consiste na correção do ponto de vista funcionalista.

o processo da “modernização conservadora”, tomado globalmente, engendrou um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado para os assistentes sociais. O desenvolvimento das forças produtivas, na moldura sociopolítica peculiar da autocracia burguesa, saturou o espaço social brasileiro com todas as retrações da “questão social”. A criação de um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais tem seus mecanismos originais deflagrados em meados dos anos 1940, no bojo do processo de desenvolvimento das grandes instituições sociais implantadas no ocaso do Estado Novo (Netto, 2015, p. 159).

No cenário da industrialização pesada, sob o comando da autocracia, é que se alarga o mercado de trabalho para as e os assistentes sociais, uma vez que o Estado se refuncionaliza e centraliza suas ações com fins de “controle” da sociedade. Nesse contexto, exige-se um perfil profissional tecnicocrático para a execução e gestão das políticas sociais, evidenciado, por exemplo, pela criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)⁷⁹ em 1966 e pela crescente demanda por profissionais da área nas grandes indústrias e empresas, destinados a atuar na gestão da força de trabalho em favor do capital.

Obter um agente especializado “moderno”, com perfil técnico e, acima de tudo, funcional ao grande capital, exigirá uma “reformulação” das agências de formação e de seus currículos.

Dela encarregou-se a política educacional da ditadura. Com efeito, as referidas condições novas reclamavam uma inteira refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o evolver imediato do ensino do Serviço Social no Brasil- além, naturalmente, da expansão quantitativa das próprias agências (Netto, 2015, p. 163).

A inserção do Serviço Social nas universidades se deu no regime autocrático em que as instituições de ensino superior estavam “amordaçadas” pelo controle e pela censura, combatendo quaisquer questionamentos que, no campo literário, histórico, sociológico, artístico, dentre outros, pudessem trazer questionamentos ao poder vigente.

⁷⁹ De acordo com Behring e Boschetti (2007), o INPS, criado em 1966, substitui os antigos Institutos de Aposentadorias e Pensões criados em 1933 sob a era Vargas (1930-1945). Esses eram geridos de forma corporativa, ou seja, por categoria profissional reconhecida pelo Estado. O INPS unifica as ações e serviços prestados, objetivando o controle centralizador com comando da esfera federal de governo. Na contraface, reconhece categorias profissionais tais como as e os trabalhadores rurais (1971), as empregadas domésticas e os profissionais liberais em 1972, regulamentando-as. Verifica-se o que Silva, Yazbek e Giovanni (2008) asseveram: o binômio assistência-repressão.

Netto (2015) aponta que, ao contrário de outras profissões que já estavam consolidadas no circuito universitário, o ingresso do Serviço Social na esfera do ensino superior objetiva “qualificar” técnicos especializados para responder às demandas colocadas à profissão pelo alargamento do mercado de trabalho, bem como tornar funcional a “prática” dos Assistentes Sociais com vistas à legitimação do regime.

No cenário dos anos 1950/1960, Netto (2011) sinaliza que as Ciências Sociais⁸⁰ realizam um movimento de se questionar enquanto ciência e pela sua função sócio-política-ideológica na sociedade, levando, com poucos aderentes, a uma crítica da sua gênese e desenvolvimento. Desse processo, predominou a “modernização conservadora” dessa ciência, da qual o Serviço Social se alimentou predominantemente na sua inscrição na formação universitária, ao mesmo tempo que propiciou elementos para a refuncionalização de traços do Serviço Social tradicional já aludidos.

Contudo, o espaço universitário na quadra da autocracia burguesa,

ao propiciar o recrutamento do novo pessoal docente – tornado compulsório pela expansão dos cursos- também revelou-se contraditório: recolhendo os quadros encarregados de reproduzir a profissão especialmente entre os profissionais jovens , operou diversamente, agregando elementos que vinham da formação em momentos imediatamente anteriores ou posteriores à implantação da ditadura ou que se formaram já sob o militar-fascismo; igualmente enquadrados na universidade do autocratismo burguês, estes componentes da docência se desenvolveram desigualmente, mas pela sua permanência nos marcos acadêmicos, com possibilidades de dedicação e envolvimentos intelectuais inexistentes para os docentes dos períodos anteriores (Netto, 2015, p. 166).

A universidade⁸¹, mesmo sob controle, torna-se o espaço “estratégico” que propicia elementos de resistência e de críticas ao instituído, por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, sendo um espaço que contribuirá para o florescer da intenção de ruptura, expressão do processo reconceituador latino-americano⁸² em nossa realidade.

Nesta realidade, Netto (2015, p. 172) faz a seguinte afirmação:

⁸⁰ Netto (2011) afirma que a Sociologia tem a sua gênese e seu desenvolvimento no lastro do pensamento conservador no período histórico em que a burguesia, de classe revolucionária, torna-se classe dominante, coroando o domínio da sociabilidade capitalista em todas as esferas da vida social. A partir da segunda metade do século XIX, ganham ênfase, no lastro da corrente positivista, obras de destaque dos sociólogos Augusto Comte, Émile Durkheim, dentre outros. Mais informações, consultar Netto (2011).

⁸¹ Acerca da sua importância, veremos à frente, com Batistoni (2021).

⁸² À frente, será explicitado o Movimento de Reconceituação.

entendemos por renovação, o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

A laicização é um dos traços centrais da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa, buscando romper com o arranjo teórico doutrinário⁸³. Dessa forma, o processo em tela, a renovação, contempla um processo global que dimensiona o Serviço Social como um todo, configurando, contudo, em diversas perspectivas, pois

a renovação implicou a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas prendem. Este pluralismo, contudo, não esbate o cariz comum às suas vertentes, inédito em face da evolução profissional anterior: Nesta, o fundamento da instituição profissional era frequentemente deslocado para bases ético-morais, a legitimação prática fluía da intencionalidade do agente, e a validação teórica não possuía relevo ou não se registrava a simultaneidade destas duas dimensões. É próprio do processo de renovação a coexistência de legitimação prática e validação teórica quando a profissão busca institui-se como instituição (Netto, 2015, p. 172).

No Brasil, três vertentes compõem a renovação da profissão, sendo enfatizada a terceira delas em virtude da sua rica contribuição para o rompimento do Serviço Social com o tradicionalismo⁸⁴ e o conservadorismo.

Em relação à modernização conservadora:

foi um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco das estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-1964. Trata-se de uma linha de desenvolvimento profissional que, se encontra o auge da sua formulação exatamente na segunda metade dos anos 1960 a partir dos seminários de Araxá e Teresópolis. O núcleo central desta perspectiva é a tematização do Serviço

⁸³ Iamamoto (2013) diz que o arranjo teórico-doutrinário está localizado na formação e nas ações dos agentes especializados, sob a justificativa de uma formação humana e doutrinária sob a influência da doutrina social da igreja. As qualidades pessoais e a moral, aliadas aos elementos do Serviço Social Norte Americano, de matriz positivista e defensor do discurso da neutralidade, com a proposição das modalidades interventivas de caso, grupo e comunidade, constituem elementos na apreensão desse arranjo.

⁸⁴ Para estudo/apreensão das vertentes Modernização Conservadora e Reatualização do Conservadorismo, consultar Netto (2015).

Social como processo dinamizador e interveniente e integrador no processo de desenvolvimento nacional (Netto, 2015, p. 200-201).

No que se refere à reatualização do conservadorismo:

trata-se de uma vertente que recupera os componentes estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e as referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Esta perspectiva se faz legatária das características de uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional, dialogando com as bases originárias da profissão (Netto, 2015, p. 204).

Já a perspectiva intenção de ruptura

propõe-se a romper com o Serviço Social tradicional. Tem como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positiva), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador) (Netto, 2015, p. 206).

A vertente crítica, de acordo com o autor, começa a ganhar visibilidade e gradual espalhamento quando se instala a crise autocrática burguesa, fazendo-se sentir com acontecimentos tais como a reinserção⁸⁵ da classe trabalhadora na cena política do país, corroborando uma linha de resistência à ditadura e de defesa pela redemocratização da sociedade. Sob essa conjuntura, “que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais consideráveis” (Netto, 2015, p. 317).

Para além da conjuntura brasileira, de crise do regime vigente e do ressurgimento das organizações coletivas afetas à classe trabalhadora na cena das relações sociais, a América Latina, desde os anos 1960, vem vivenciando, resguardando as particularidades nacionais, um

⁸⁵ Não se afirma aqui que, durante os anos de “chumbo”, não houve resistências e lutas, ao contrário: as prisões, torturas e mortes nos “porões” da ditadura comprovam o vetor de rebeldia ao instituído. Com a crise do regime autocrático, a partir da segunda metade dos anos 1970, as classes trabalhadoras, expressas nos movimentos sociais, populares, partidos e sindicatos, vão ganhando o cenário político-social na luta pela redemocratização da sociedade.

processo de “questionamento” dos problemas estruturais do continente na luta por autonomia política e econômica, resvalando na profissão no continente, ou seja, sobre o *Trabajo Social*.

Segundo Iamamoto e Santos (2021, p. 35):

do ponto de vista geopolítico, a Reconceituação foi um movimento de abrangência latino-americana. [...]. A América Latina propicia, assim, uma rica diversidade de experiências e processos de desenvolvimento do Serviço Social na busca da construção da sua identidade e de uma articulação acadêmica e política profissional. Este movimento, a Reconceituação, insere-se em um contexto de lutas emancipatórias, enfrentando o passado constituído de invasões dos territórios de culturas indoamericanas, a discriminação étnico racial, de gênero, o trabalho compulsório, a superexploração do trabalho livre e o mando dos donos do poder, nutrido por ingredientes patrimoniais. Com esse substrato estrutural e conjuntural, o Movimento Reconceituador Latino-Americanano é o mais relevante na história do Serviço Social no continente, propondo para esta profissão o compromisso com uma América Latina solidária, independente e radicalmente democrática, adentrando as entranhas histórico-críticas e de resistência do instituído, presente desde o seu nascedouro, nos seus desdobramentos e superação.

Netto (2015) reitera que a “reconceptualização” está umbilicalmente articulada ao arcabouço sociopolítico latino-americano dos anos 1960, objetivando a superação do subdesenvolvimento pela funcionalidade profissional, questionando

o papel dos profissionais em face das manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergem na cena política (fundamentalmente ligados as classes subalternas) e tudo isso sob o peso do colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, do surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero aliança para o progresso.

[...] Os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão. Este movimento é localizável praticamente em todos os países ao sul do Rio Grande, que permite uma espécie de grande união profissional que abre a via a uma renovação do Serviço Social (Netto, 2015, p. 191).

Iamamoto e Santos (2021) afirmam que a Reconceituação evidencia um movimento de insurgência acadêmica e política de estudantes, jovens docentes e assistentes sociais de campo contra a obsolescência do denominado Serviço Social tradicional, que transpõe o Serviço Social norte americano à realidade latino-americana com características incidentes em traços

empiristas e pragmáticos, ultrapassando as particularidades das formações sócio-históricas dos países que compõem a *Nuestra América*.

Reage ao trabalho cotidiano do/a assistente social enredado nas malhas da ação burocrática, rotineira, assistemática, de raiz funcionalista voltada à adaptação e/ou integração dos indivíduos, grupos e comunidades à sociedade instituída. Recusam-se ao mesmo tempo, concepções clássicas do Serviço Social de raízes franco-belgas e norte americanas, condensadas no Serviço Social de Caso (SSC), no Serviço Social de Grupo (SSG) e na Organização e Desenvolvimento de Comunidade (OC e DC), balizados pela ONU (Iamamoto; Santos, 2021, p. 43).

Há uma busca pela construção de um Serviço Social latino-americano que irá questionar com veemência o assistencialismo, o patrimonialismo, o desenvolvimentismo e o pan-americanismo como componentes históricos estruturais e conjunturais que forjaram a *Nuestra América* desde os tempos da colonização.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social evidencia-se no *I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina*, em 1965, em Porto Alegre (RS), presidido por Seno Cornely, na busca de um “Serviço Social Latino-Americano”. Denuncia-se a importação de parâmetros profissionais, o capitalismo dependente e o imperialismo estadunidense, num contexto político-cultural marcado pela vitória dos revolucionários da *Sierra Maestra* sobre Havana (1959), das lutas estudantis de 1968, da abertura da Igreja Católica com o Concílio Ecumênico do Papa João XXIII e da Teologia da Libertação (Iamamoto; Santos, 2021, p. 44-45).

As autoras ainda reiteram que a Reconceituação Latino-Americana denunciou o pretenso discurso e a ação de neutralidade político-ideológica, que restringem os efeitos das atividades das e dos Assistentes Sociais, aprisionadas(os) em microespaços sociais, além de evidenciar a debilidade teórica presente no universo profissional.

Portanto, as e os Assistentes Sociais “assumem o desafio de contribuir para a organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e “marginalizados na região. A Reconceituação Latino-Americana foi uma experiência histórica e, como tal, não pode ser apagada” (Iamamoto; Santos, p. 45).

A partir da década de 1960, uma série de golpes de Estado de natureza autocrática atingem gradualmente os países do “Cone Sul”, exaurido- se a experiência Reconceituadora por volta de 1975.

Pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista- e o fato central é que depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral, valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista.

[...], entretanto, e não há de perder de vista esse aspecto, o principal é que a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional (Netto, 2015, p. 194-195).

No que concerne à realidade brasileira, o processo renovador do Serviço Social sofre as inflexões pela autocracia instalada em 1964, dando ênfase à vertente modernizadora, funcional à ditadura do capital, enquanto suscitou polos de resistência a partir da vertente intenção de ruptura, tendo seu germe na então Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS-UCMG).

Segundo Batistoni (2021, p. 72),

o Projeto da Escola de Serviço Social da então Universidade Católica de Minas Gerais (ESS-UCMG), formulado na primeira metade dos anos 1970, emergiu como uma oposição e contestação com dimensões políticas, ideológicas e profissionais no país, na contextualidade de vigência da ditadura empresarial-militar (1964-1985). Ali se elaborou o conhecido Método de Belo Horizonte e se efetivou uma original reestruturação curricular da formação profissional, ainda desconhecida, expressões do desenho abrangente, alternativo e global de um projeto acadêmico e profissional que inaugurou a trajetória da intenção de ruptura com os marcos do tradicionalismo no Serviço Social no Brasil.

A autora reitera que o estado mineiro foi cenário político das elites conservadoras e favoráveis ao golpe de 1964, convivendo com uma realidade regional, sobretudo na área metropolitana da capital, marcada pela constituição e consolidação do operariado⁸⁶ no desigual processo de industrialização tardia e modernizante, que advinha desde a segunda metade dos anos 1950.

⁸⁶ Batistoni (2021) chama a atenção para o quadrilátero ferrífero, região de maior produção nacional de minério de ferro, contando com a Usiminas na cidade de Ipatinga (MG), localizada no Vale do Aço. Houve uma ação grevista dos operários da Usiminas em 1963, ocasionando oito óbitos de trabalhadores por parte da polícia militar em suas truculentas “intervenções”. Próxima à cidade citada, Itabira (MG), onde se localiza a companhia Vale do Rio Doce, constituirá em cenário para a experimentação do método BH com a presença das ações pastorais da ala progressiva da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação.

A Escola mineira de Serviço Social,

pelo fato de desenvolver-se em uma instituição universitária que, dirigida por forças moderadas da hierarquia católica, ainda sem as amarras impostas pelo regime, oferecia aos docentes e discentes espaço de resistência intelectual e pedagógica, bem como uma certa proteção diante dos tempos sombrios, acatando e apoioando institucionalmente aquele projeto, conforme assinala Leila Lima Santos. [...]. Diferentes atores vinculados a instituições com fins interrelacionados, ou seja, a Igreja Católica em Minas, projetando a época e afirmando a sua universidade como marco educacional, moderno e cristão na capital católica do país, desdobrou-se no movimento universitário católico – em especial na Juventude Universitária Católica (JUC) e na Escola de Serviço Social de 1946 até o desfecho da proposta reconceituada em 1975 (Batistoni, 2021, p. 78-79).

Foi marcante na experiência da Escola Mineira, anterior ao quadro autocrático burguês, a partir dos anos 1950, no marco do nacional-desenvolvimentismo e sob influência do Serviço Social clássico norte-americano⁸⁷, a incorporação de práticas de desenvolvimento e organização de comunidade como diretriz estratégica da Igreja e do Estado no âmbito da política desenvolvimentista, com ênfase nas áreas agrárias de Minas Gerais⁸⁸.

Institucionalizado pela ONU após a II Guerra Mundial o Desenvolvimento de Comunidade é postulado num momento histórico em que as grandes potências, lideradas pelos Estados Unidos e pela Rússia, deflagram a chamada “Guerra Fria” pela conquista do primado político, econômico e ideológico de um mundo supostamente bipolarizado. A consolidação do bloco socialista e sua expansão aos países orientais começam a representar um perigo crescente para os países capitalistas simultaneamente atingidos pela perda de suas colônias. [...]. Sob o argumento de que a pobreza é um entrave e uma ameaça tanto para essas populações (pobres) como para as áreas mais prósperas; de que na atual luta ideológica os povos famintos tem mais receptividade para a propaganda comunista internacional do que as nações prósperas; de que o esforço de ajudar os povos a alcançarem um nível de vida mais sadio e mais economicamente produtivo, eliminaria os focos de comunismo em potencial (Ammann, 2003, p. 29).

⁸⁷ O Serviço Social norte-americano, de influência teórica positivista e funcionalista, começa a se moldar nos Estados Unidos da América nos anos 1920 no campo das Ciências Sociais no pioneirismo de Mary Richmond. As modalidades interventivas de Serviço Social – de caso, grupo e comunidade – advêm da influência em tela, sendo funcionais à ordem societal vigente para a manutenção do *status quo* e combate às expressões da “questão social” enquanto problemas morais, sanados no campo da individualidade dos sujeitos que devem ser ajustados para fins de coesão social. Mais informações, consultar Andrade (2008).

⁸⁸ No quarto capítulo, a Assistente Social pioneira no Vale do Mucuri (MG) relata seu trabalho com o Desenvolvimento de Comunidade no ano de 1984 na cidade de Águas Formosas (MG), próxima a Teófilo Otoni. Destaca, ainda, como se verá, que a atuação da profissional terá um teor crítico para o contexto dos anos 1980, contrariando os “coronéis” da cidade.

Sob os rumos que tomava o projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, conhecido como Método BH⁸⁹, as propostas de inserção de docentes e discentes estagiários, monitores em regiões não somente rurais, mas urbanas, com forte presença sindical, irão corroborar uma “redefinição” do Desenvolvimento de Comunidade a partir de elementos que serão tecidos.

A proposta alternativa formulada pela equipe docente da ESS-UCMG foi implantada no período de 1972-1975 e efetivou-se tanto no âmbito da elaboração teórica- o *Método BH*, contendo já uma revisão crítica do citado *Método Básico Chileno* e da reestruturação curricular da formação profissional, quanto da experimentação via projetos de extensão e campos de estágio. Esses são demonstrativos das suas preocupações teórico-práticas, operacionalizando, com consistência, rigor, inteligência e coragem, mecanismos institucionais da universidade e determinados espaços do exercício profissional (Batistoni, 2021, p. 83).

A autora ressalta também que, no projeto da referida Escola, há uma concepção global de uma proposta de currículo que se assentaria na imbricação entre ensino teórico-prático, pesquisa, docência e prática, regidos pelas Unidades de Ensino e Aprendizagem (UA), sinalizando uma concepção inédita na organização dos currículos da formação em Serviço Social no Brasil.

As UA eram organizadas em Projetos Semestrais de Aprendizagem (PSA). Além disso, eram articuladas, no “ contato com a realidade”, por meio de programas de investigação, programas de estudo, pesquisa e/ou ação profissional, realizados semestralmente ao longo de oito semestres letivos, contemplando o conjunto de disciplinas especificamente profissionais. As “equipes de prática” eram articuladas em torno de problemáticas básicas de investigação e exercício profissional, resultando na possibilidade de avanços na relação entre formação teórica e exercício profissional (Batistoni, 2021, p. 83).

Reitera-se que o projeto da ESS-UCMG, aproximando-se das experiências da Reconceituação Latino-Americana e salvaguardando as particularidades nacionais, teve a influência do pensamento de Paulo Freire, extrapolando a incorporação de suas ideias, ou seja,

⁸⁹ O “Método de Belo Horizonte” propiciou uma primeira aproximação ao marxismo, mesmo que de forma limitada, ou seja, aos manuais e aos autores que “realizaram” uma leitura determinista de Marx, não indo até as fontes. O Método BH tem por influência a Reconceituação Latino-Americana (1965-1975). Por fim, há de considerar um fato determinante: nos marcos da autocracia burguesa no Brasil e dos Golpes Autocráticos de Estado nos demais países Latino-Americanos, o acesso original às obras de Marx era restrito em virtude da proibição e perseguição.

constituindo mais uma teoria do conhecimento ou uma epistemologia, coadunando-se a outras interlocuções, considerando que o objeto da atuação profissional é a ação social da classe oprimida, incorrendo num simplismo teórico com desdobramentos práticos para o exercício profissional.

A noção de classe oprimida encobre as determinações da exploração inerente às relações sociais de produção capitalista e, sendo principalmente, uma noção política, sugere uma sociedade dicotômica, comprometendo o próprio potencial do vínculo profissional com os interesses do conjunto das classes trabalhadoras (Batistoni, 2021, p. 84).

Esse simplismo sinalizado pela autora remete ao que Iamamoto e Carvalho (2014) denominaram “visão messiânica”, uma “ação transformadora da sociedade”, haurida pelo Movimento Reconceituador, como se a categoria de Assistentes Sociais, no campo do exercício profissional, pudesse promover/realizar tais transformações em defesa dos oprimidos, obscurecendo a condição de classe das e dos Assistentes Sociais, ou seja, como trabalhadores, assalariados, que reproduzem, contraditoriamente, as relações sociais.

A Influência da ala progressista da Igreja Católica, sob a Teologia de Libertação, rebate no projeto da Escola Mineira, tendo seu início

com o pensamento da esquerda católica, expresso nas reflexões de Henrique C. de Lima Vaz, filósofo e teólogo jesuíta, estudioso da dialética hegeliana que foi assistente e mentor da JUC, além de atuante no MEB. Sua leitura crítica e cristã do pensamento marxiano seduzia por conter uma relação entre “filosofia política, transcendência e mística., enfim, uma justificação teórica contundente para a militância política da juventude católica (Batistoni, 2021, p. 85).

Sob as limitações inerentes a uma aproximação de fundo às obras marxianas, limitada aos manuais e às várias linhas de interpretação de outros sujeitos, constrói-se um marxismo sem Marx, resultando em um espectro teórico com fortes traços ecléticos, embebido de positivismo em nome do marxismo.

Diante do “pioneerismo” de uma vertente da renovação, que objetiva romper com os traços conservadores da profissão – ainda que limitada pela vigência da autocracia burguesa, pelas dificuldades de acesso às obras de Marx, pela tradução para as línguas ibero-americanas e pela tradição marxista com teor orgânico –, o Método BH deixa o seu legado em um cenário de “crise” do regime autocrático, de ganho de mobilização e luta pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira, incidindo, ainda que indiretamente, nos desdobramentos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979 na cidade de São Paulo, conhecido como o Congresso da Virada.

A reinserção da classe operária na arena política brasileira dá-se a partir das mobilizações grevistas no cinturão industrial de São Paulo (o chamado “grande ABC”), mal aberta a segunda metade dos anos 1970. Capitaneada pelos trabalhadores do setor metalomecânico conexo à indústria automobilística- controlada pelas grandes corporações monopolistas-, esta reinserção operou uma viragem no processo político. [...]. O protagonismo operário opera uma viragem no processo político: arrastando consigo, e conferindo-lhe um sentido antiditatorial, o caudal de demandas econômico-sociais reprimidas da massa urbana, desperta e mobiliza para a participação cívica amplos segmentos da população. A resistência à ditadura toma forma aberta e as franjas burguesas, que até então vinham exercendo a direção da frente democrática, deixam de ter a exclusividade na oposição pública ao regime (Cfess, 2009, p. 25).

Esse processo, de “viragem política”, incide sobre o Serviço Social sob uma vanguarda profissional que se colocava no questionamento ao Serviço Social tradicional, trazendo para o III CBAS as tendências democráticas contidas e reprimidas na profissão.

É necessário, antes de prosseguir, desfazer quaisquer equívocos acerca de um fato elementar: em toda a sua história (também) no Brasil, o Serviço Social possuiu uma dimensão inequivocamente política, desde a sua gênese e os seus primeiros momentos de consolidação – como o demonstrou a clássica e até hoje indesmentida análise de Carvalho (cf. Carvalho, in Iamamoto e Carvalho, 1983). E mais: esta dimensão política traduziu-se, de modo também cristalino, na colagem de assistentes sociais a projetos político-partidários – quase sempre conservadores (record-se o velho Partido Democrata Cristão/PDC). Mesmo que se distinga (distinção, aliás, legítima) a dimensão necessariamente política do Serviço Social tomado como exercício profissional da sua politização (e, eventualmente, da sua partidarização), há que sublinhar que ambas acompanham toda a história da profissão no Brasil. Numa palavra: também no Brasil, os assistentes sociais sempre participaram da política, conscientemente ou não (e ressalte-se que a omissão é, em geral, a forma mais inconsciente de participação política) (Cfess, 2009, p. 27).

O documento reitera que, do ponto de vista da posição político-ideológica da profissão, no que concerne aos questionamentos dos princípios e valores da ordem vigente, trata-se da “tardia manifestação opositiva da ditadura por parte de instâncias e fóruns representativos da categoria profissional, sobressaindo a *olímpica neutralidade* dessas instâncias e fóruns ao regime ditatorial” (Cfess, 2009, p. 30).

É exatamente na ruptura dessa deletéria alienação que reside a significação essencial do III Congresso – ruptura que justifica integralmente a sua caracterização como “Congresso da Virada”. Não é nenhum exagero assinalar a sua simetria, no quadro do Serviço Social, à reinserção da classe operária na arena política brasileira: assim como esta marcou uma clivagem na dinâmica política brasileira, o III Congresso operou uma decisiva transformação na

dinâmica profissional no país. Se o protagonismo operário, quebrando o monopólio do comando burguês na frente democrática, impediu a consecução do projeto de autorreforma do regime, o III Congresso quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional – e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político (Cfess, 2009, p. 30-31).

Moljo *et al.* (2025) destacam que os desdobramentos do III CBAS resultaram de processos políticos em que a categoria das e dos Assistentes Sociais estavam inseridos e envolvidos, questionando o regime autocrático e todas as suas consequências impressas na sociedade brasileira, em todas as esferas da vida social.

Nesse momento, assistentes sociais se reconheceram como trabalhadores, em sua condição de assalariamento e se organizaram participando ativamente de mobilizações, paralisações e greves, além de contribuírem na organização de trabalhadores em serviço público, os quais até 1988 não podiam, por força de lei, organizarem-se em sindicatos. Em 1978, ocorreu o I Encontro Nacional de Entidades Sindiciais de Assistentes Sociais, em Belo Horizonte/MG, com a participação de quatro entidades reorganizadas: associações Profissionais de Assistentes Sociais (Apas) de São Paulo, da Bahia, de Goiás e o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais. Este encontro deliberou por realizar pesquisa nacional sobre salário, condições de trabalho e carga horária de assistentes sociais, para mobilizar os/as profissionais a partir de seus locais de trabalho para a luta sindical (Moljo *et al.*, 2025, p. 47).

As autoras reforçam que, a partir desse momento histórico para a categoria profissional, uma nova direção é seguida, a partir dos desdobramentos na sociedade brasileira em função do processo de redemocratização e do fim da autocracia. A criação do Partido dos Trabalhadores em 1981 tem expressiva participação de vanguarda da categoria e incidirá na realização de outros eventos.

Neste mesmo ano foi realizada a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), que reuniu cerca de cinco mil delegados de todo o país, no município de Praia Grande (SP). Foi a primeira grande reunião intersindical realizada no Brasil desde 1964, que deliberou pela criação da Comissão Nacional Pró-CUT. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 1983, mesmo ano da criação da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), a qual se filiou à nova Central, que apresentava a concepção do sindicato por ramo de atividade (Moljo *et al.*, 2025, p. 48).

Esse cenário de mobilização política da sociedade brasileira, do processo de ruptura do Serviço Social com o seu passado conservador⁹⁰, incidirá no campo da formação profissional, “tendo por foco a condução para um currículo acadêmico compatível com os anseios da categoria que buscava tomar posição contra processos de alienação e exploração, ao tempo em que se articulava com organizações latino-americanas para a construção de uma formação crítica” (Moljo *et al.*, 2025, p. 49).

Em relação à implementação de um novo currículo, o de 1982:

as discussões giraram principalmente em torno de dois eixos temáticos: a) a questão da formação profissional do Assistente Social no Brasil está inserida no quadro geral da problemática universitária, expressando, de modo particular, os questionamentos da educação superior na sociedade brasileira; b) a formação profissional mantém uma relação com a prática profissional numa dada sociedade, e que podem imprimir (ou não) o direcionamento político da instituição (Iamamoto, 2014, p. 110).

Netto (2015) já afirmou que o ingresso do Serviço Social no “círculo universitário” se deu na quadra histórica da autocracia burguesa (1964-1985), em que as universidades estavam “amordaçadas” pelo regime em questão, o que, contradicoriatamente, permitiu o surgimento de um grupo de resistência ao Serviço Social conservador.

Contudo,

as Universidades não vinham conseguindo cumprir de fato seu objetivo maior de formar profissionais para um exercício efetivo da profissão, mostrando-se incapaz de reproduzir o mito da ascensão social via educação superior [...]. A universidade vinha se colocando no contexto das relações sociais como formadora de um "exército intelectual de reserva" para o mercado de trabalho [...] produzindo um "proletariado acadêmico" que exerce funções desconexas com a formação acadêmica recebida e sobretudo, um lumpen que se coloca completamente à margem do mercado de trabalho (Iamamoto, 2014, p. 612).

No que tange ao segundo eixo que se vincula à formação profissional com a realidade social, acarreta-se uma apreensão da profissão de Serviço Social como reguladora das relações sociais construídas historicamente na dinâmica simultânea e contraditória das classes sociais fundamentais, “entendendo-se que a prática/formação profissional requer como fundamento a realidade social, ou seja, delimitando as demandas que as classes fundamentais em contradição impunham à profissão” (Iamamoto, 2014, p. 614).

⁹⁰ A ruptura não significou a eversão do conservadorismo na profissão. Nos dias atuais, reatualiza-se, como será pontuado à frente neste capítulo.

A autora afirma que houve avanços na construção do currículo mínimo de 1982⁹¹, se comparado à matriz curricular sob o crivo do denominado Serviço Social tradicional, conquanto, em virtude da aproximação “enviesada” às fontes de Marx pelas vias de manuais e autoras(es) que se denominavam marxistas⁹², agravada pela conjuntura de constrição imposta pela autocracia burguesa acerca de “determinadas literaturas”, dois equívocos se identificam, e a reforma curricular de 1996, que sinteticamente será debatida à frente, amadurecerá as questões limitantes no currículo de 1982.

Em relação aos equívocos, destacam-se suas perspectivas mecanicista e idealista:

a primeira concebe a relação formação profissional/exercício profissional numa perspectiva de reiteração em que a formação profissional desenvolve-se atrelada às demandas patronais da prática profissional, no mercado de trabalho; a preparação da profissão é confundida com a simples preparação para emprego; neste sentido, consideram-se exclusivamente as demandas reais, isto é, aquelas já estabelecidas socialmente, reduzindo-se o espaço ocupacional ao qual é feito pelo profissional no mercado de trabalho.

A segunda perspectiva concebe a formação profissional independente do exercício efetivo da profissão, ignorando a especificidade da prática profissional, as condições objetivas em que se dá o exercício da profissão numa dada sociedade. Trata-se de uma perspectiva utópica deslocada de bases históricas. Neste sentido, consideram-se exclusivamente as demandas que possam vir a emergir, numa perspectiva voluntarista, menosprezando os dados da própria realidade (Iamamoto, 2014, p. 615).

Verifica-se que a conjuntura dos anos 1980, na proposição de ruptura com o lastro conservador na profissão, incidirá no questionamento do Código de Ética dos Assistentes Sociais, ou seja, na construção de um novo código que reflita o Serviço Social que está se reconstruindo.

Abramides (2019) assevera que os Códigos de Ética Profissional de 1947, 1965 e 1975⁹³ pautavam-se em uma *ética da neutralidade* no cenário da aparência fenomênica de que o positivismo é legatário. A Racionalidade Formal Burguesa, assentada no positivismo, no estrutural funcionalismo, nada mais representa que a lógica da racionalidade do capital, da

⁹¹ Por não se tratar do objeto de pesquisa deste trabalho, consultar, para mais informações, Iamamoto (2014).

⁹² Como já sinalizado, os limites perpassam toda a América Latina no Movimento de Reconcepção, resguardando as particularidades nacionais. Porém, é indiscutível a importância que o Movimento teve para o Serviço Social latino-americano, como afirma Netto (2015).

⁹³ Os Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975 pautavam-se no pensamento conservador, no discurso de neutralidade ante o exercício profissional da(o) Assistente Social. Dentre os “suportes teórico-metodológicos”, destacam o Neotomismo e o Positivismo, com foco psicologizante, individual, moral. Mais informações, consultar Abramides (2019).

empiria, em conformidade com o conservadorismo refuncionalizado à ordem vigente, na qual Netto (2011) já nos chamou atenção neste trabalho.

Na contracorrente, faz-se imperativo

rever o Código de Ética que supunha, de saída, recusar a base filosófica tradicional conservadora e apoiar-se na perspectiva teórica do legado marxiano, voltada aos interesses da maioria explorada e oprimida pelo capitalismo. Essa reformulação esteve tencionada durante esse encontro na disputa de várias concepções, porém, avança-se na conquista da hegemonia política ao se deliberar pela direção social da profissão na perspectiva do projeto de intenção de ruptura, acrescida da definição do perfil de um profissional competente teórica, técnica e politicamente nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que a profissão realiza (Abramides, 2019, p. 113).

O Código de Ética de 1986 traz algo inédito e de suma importância, rompendo com as influências político-ideológicas do neotomismo, marcado por sua visão abstrata do ser humano e do bem comum, bem como pela defesa do discurso de neutralidade. Todavia, “a prática política construiu, objetivamente, uma ética de ruptura, mas não ofereceu uma sustentação teórica que contribuísse para uma compreensão de seus fundamentos” (Barroco, 2001 *apud* Abramides, 2019, p. 113).

Dessa forma,

o Código de Ética de 1986 dimensiona-se, sobretudo, no sentido de vincular o projeto de profissão a um projeto societário, revelando o grau de politização da categoria na vertente da ruptura com o conservadorismo, a partir de sua inserção no movimento real da luta dos trabalhadores, e este se constituiu um divisor de águas. Este Código, porém, ao não estabelecer as mediações entre o econômico e a moral, entre a política e a ética, entre a prática política e a dimensão política da prática profissional, reproduz as configurações tradicionais da ética marxista. Tal lacuna será superada com o Código de Ética de 1993 (Abramides, 2019, p. 114).

É a década de 1990, de grandes transformações societárias na sociedade brasileira⁹⁴, com a entrada do Neoliberalismo e de suas implicações na reprodução das relações sociais, que o Serviço Social alcança a sua maturidade. A década em tela acarreta uma série de ataques à classe trabalhadora brasileira, resvalando na profissão que seguirá aguerrida na reformulação

⁹⁴ Os elementos que compõem tais transformações no circuito da crise estrutural do capital e suas implicações à realidade brasileira, do nosso capitalismo dependente, estão contemplados no segundo capítulo deste trabalho.

do Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e na Revisão Curricular de 1996.

A partir desse amadurecimento, não isento de contradições, limites e, acirrada pela conjuntura neoliberal, a profissão avança na construção/consolidação do Projeto Ético-Político e das novas Diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social (Abepss) no ano de 1996.

Os projetos profissionais, algo não exclusivo do Serviço Social, reflete as determinações/mediações dos projetos societários, ou seja, uma construção histórica na reprodução das relações sociais, relações entre as classes sociais no seu dinâmico e contraditório movimento.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (Netto, 1999, p. 95).

O autor afirma que os projetos societários são projetos coletivos, de alcance macroscópico, ganhando o status na sociabilidade capitalista na constituição de projetos de classe. Assim, o Projeto Ético-Político do Serviço Social vincula-se a um projeto de classe, ou seja, que assume a direção ideopolítica de valores e princípios em consonância com uma das classes sociais fundamentais na ordem do capital.

O projeto profissional, em construção desde fins da década de 1970 e que alcança sua maturação nos anos 1990, realiza a opção histórica pelas demandas/necessidades dos sujeitos que vivem/sobrevivem do trabalho alienado⁹⁵ em suas diversas dimensões, almejando a defesa dos direitos dessa classe na sociabilidade vigente com a finalidade da construção coletiva de uma outra ordem societal para além do capital.

Tal elemento é determinante para o Serviço Social, pois é a partir dos anos 1980, com a apropriação da Teoria Social de Marx, que se materializam nas obras seminais dos nossos

⁹⁵ Para Marx (2017a), o trabalho alienado está assentado na reificação, ou seja, nas relações sociais de produção, em que as relações de classe são obscurecidas como relações entre coisas. Esse místico caráter vem da produção generalizada das mercadorias em um determinado período histórico no qual os meios de produção e de vida são monopolizados por uma classe.

intelectuais⁹⁶ a afirmação e a reafirmação de que a(o) Assistente Social é uma(a) trabalhador(a) assalariado(a), subordinado(a) aos ditames e constrangimentos do “mundo do trabalho”⁹⁷ imposto pelo capital. Esse movimento derruba o pretenso e falso “discurso de neutralidade” que perseguiu a profissão e continua a se manifestar, sob novos patamares, nas tendências contemporâneas do Serviço Social – debate este que será contemplado no próximo item deste capítulo.

A relação entre projeto profissional e projeto societário pressupõe, no plano imediato, um processo de resistência e de oposição ao neoliberalismo, e uma organização socioprofissional independente e autônoma de governos e partidos. Torna-se necessário ainda alertar quanto ao risco de vincular o projeto profissional à concepção hegemônica social-democrática, predominante nos setores de centro-esquerda que assumiram governos democráticos e aplicaram uma política neoliberal a partir de 2003 no país (Abramides, 2019, p. 41).

[...] A emancipação política deve, portanto, estar subordinada à emancipação humana, rompendo com o politicismo que transforma a política em uma atividade estatal positiva de administração de pessoas e coisas, nos limites da ordem do capital, mesmo em sociedades pós-capitalistas. Consequentemente, a condição de genericidade humana poderá constituir-se tão somente com a autodissolução do Estado, após a tomada de poder político pelo proletariado e os trabalhadores a ele aliados, na transição socialista pela autodissolução do proletariado como classe e na supressão do capitalismo (Abramides, 2019, p. 42).

A partir dessas reflexões é que o Projeto Ético-Político Profissional tem seu pilar de sustentação se materializando na Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662/1993 (Brasil, 1993) e no Código de Ética de 1993 – que aprimora o Código de 1986, reafirmando princípios e valores e fortalecendo as relações profissionais com os usuários, demais profissões, entre as instituições, os direitos e deveres da e do Assistente Social, demarcando as questões de sanção ética não caindo em um burocratismo, mas articulando tais elementos ao horizonte ideopolítico. Reitera-se que as bandeiras de luta da categoria profissional⁹⁸ e a defesa da formação crítica, laica, socialmente referenciada, dão materialidade e sustentação ao PEP.

Conforme elucidado em parágrafos anteriores, a partir da década de 1980, com a erosão do Serviço Social Tradicional, que não significa a “eliminação” do conservadorismo

⁹⁶ Destaco Iamamoto e Netto, cujas contribuições para a profissão a partir do processo de intenção de ruptura são inquestionáveis.

⁹⁷ Tais constrangimentos se assentam nas precárias condições de trabalho e salário, nas relações contratuais cada vez mais tênues de trabalho, no subemprego, no desemprego estrutural, entre outros.

⁹⁸ No site do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), é possível acessar as bandeiras de luta e posicionamentos políticos. Para mais informações, consultar www.cfess.org.br.

profissional, a preocupação com a construção de uma nova matriz curricular, bem como o Código de Ética profissional, estava posta.

Em relação à matriz curricular de 1982, houve a necessidade de uma nova revisão/aperfeiçoamento, na medida em que ela trazia consigo as influências do Movimento Reconceituador Latino Americano⁹⁹, na aproximação ao Marxismo por fontes secundárias, em que o ecletismo se fez presente.

Cabe destacar que a preocupação com a formação em Serviço Social sempre foi presente nos debates da Abess/Cedepss e no conjunto da categoria profissional, revelando uma herança cultural da profissão com sério rigor teórico-analítico. Assim, a partir de 1994 foi desencadeado um processo de revisão curricular para o curso de Serviço Social, entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais, nas 67 unidades acadêmicas filiadas à Abess, 25 (vinte e cinco oficinas regionais) e duas nacionais (Teixeira, 2019, p. 69).

No ano de 1995, de acordo com o autor, é aprovado um primeiro documento, cujo título é: Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, tendo por princípios norteadores:

a preservação dos avanços do currículo/82, bem como do código de ética aprovado em 1993, tomando como ponto de partida o patamar teórico-metodológico e ético-político construído pela categoria profissional, em sua trajetória; a convivência democrática entre as diferentes concepções ético-políticas e teórico-metodológicas que perpassam a formação e a prática profissional; a capacitação e desenvolvimento das unidades de ensino como parte do próprio processo de construção da nova proposta curricular (Teixeira, 2019, p. 69).

Reitera-se que é nesse documento do ano de 1995, lançado na Revista Serviço Social e Sociedade nº 50, que se contempla, pela primeira vez, o debate acerca do conjunto dos conhecimentos “indissociáveis” que se traduzem nos denominados Núcleos de Fundamentação.

Neste documento inicial os núcleos tinham por títulos: Núcleos de fundamentação teórico-históricos das configurações socioeconômicas, culturais, políticas e teóricas do ser social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira na divisão internacional do trabalho; Núcleo de fundamentação do trabalho profissional. (Abess/Cedepss, 1996, p. 168-170). Cabe destacar que o documento final, em

⁹⁹ A relação trazida pelo Currículo de 1982 sobre Teoria, História e Método do Serviço Social demarca um problema devido à falta de apropriação das obras marxianas em um primeiro movimento de aproximação do Serviço Social ao Marxismo. A história é a protagonista que permite captar os elementos do real em suas múltiplas determinações pela mediação (as particularidades), não permitindo uma leitura/visão fragmentária do real.

sua versão mais amadurecida, os títulos dos núcleos são: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (Abepss/Cedepss, 1997, p. 64-66). O que demonstra uma capacidade de síntese e amadurecimento do processo coletivo de construção das diretrizes curriculares (Teixeira, 2019, p. 70).

Destaca-se que nesse processo de construção coletiva das Novas Diretrizes Curriculares, tecidas de contradições, disputas de direção e concepção, o debate foi posto: o eixo central desse projeto de formação e trabalho profissional são as políticas sociais ou a questão social?

Partindo da obra Marxiana *O ‘Capital*, no Livro I, especialmente dos capítulos XXIII e XXIV, vemos que, a partir dos elementos apontados acerca da Lei Geral da Acumulação Capitalista e da Acumulação primitiva, fica evidente que a questão social é elemento-chave, pois é produzida e reproduzida como movimento que recria, no processo de reprodução das relações sociais, as relações entre as classes sociais fundamentais em seu ato de produção generalizada de mercadorias, englobando a esfera da circulação.

O trabalho, categoria central, ontológica e que traz especificidades na sociabilidade do capital, é cada vez mais coletivo na contraface da apropriação cada vez mais privada por uma classe que detém os meios de produção e de vida: os capitalistas. Dessa relação, que é social, contraditória, produzem-se e reproduzem-se as expressões da questão social: a fome, a pobreza, a violência, o desemprego estrutural, entre outras.

Se a sociabilidade burguesa almeja manter o seu domínio, em nível global, enfrentar tais expressões exigirá a interferência de um vetor extraeconômico, qual seja: O Estado Capitalista (Netto, 2007). É na fase monopolista do capitalismo que o Estado “amplia” sua atuação perante a sociedade civil, garantindo as ações para a produção generalizada de mercadorias e tendo de “dar respostas” às expressões da questão social pela via das políticas sociais.

As Políticas Sociais, conforme afirmam Behring e Boschetti (2007), são constituídas em um movimento dinâmico e contraditório na medida em que se colocam como “estratégia” de enfrentamento das expressões da questão social pelas classes dominantes. Mas, simultaneamente, são fruto da ação política, reivindicatória do proletariado como classe, visando garantir direitos que resvalam em melhores condições de vida e salário, tendo por horizonte último a emancipação humana, ou seja, a ultrapassagem da ordem social vigente.

Toda essa “digressão”, aqui sintética ante a complexidade e importância do debate, é para reafirmar:

tomar a questão social como central é assumir um caminho teórico-metodológico que permite apreender as particularidades das demandas e respostas profissionais na dinâmica da realidade e não sobre ela. Esta uma condição de superação do tratamento formalista, politicista ou pragmática que parcela da categoria profissional parece ter assumido nos anos 80. Assim, a questão social, objeto de um tratamento teórico, histórico e metodológico rigoroso, é o eixo fundamental do curso de Serviço Social (Teixeira, 2019, p. 71).

Assim:

a partir dos documentos amplamente debatidos em 1995 e 1996, assembleia geral extraordinária da ABESS, em novembro de 1996, aprova um currículo mínimo para o curso de Serviço Social. Esse documento da formação é denso teoricamente, apresenta em detalhes uma proposta de formação assentada no acúmulo teórico desenvolvido desde a década de 1970 e a renovação no Serviço Social Brasileiro, da avaliação do currículo mínimo de 1982, do Código de Ética de 1986 e sua revisão, em 1993, e da Lei 8662/93 (Teixeira, 2019, p. 72).

A transição para o século XXI, atravessada pela continuidade da política econômica neoliberal no Brasil, resguardando as particularidades dos anos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula da Silva, com o domínio crescente da “esfera das finanças” do capital, fez com que a crise estrutural mais profunda repercutisse com força sobre o Projeto Ético-Político Profissional e as Diretrizes Curriculares¹⁰⁰, até então recém-aprovadas, trazendo as tendências que permeiam a profissão, incluindo a utilidade da mão de obra qualificada, seu valor de uso e o processamento do trabalho, assim como o valor abstrato.

O trânsito entre os séculos XX e XXI sob a vigência da sociabilidade capitalista consolida e vai “ressignificando”, transformando, enquanto movimento permanente, a reprodução das relações sociais, que têm sua base nas relações sociais de produção, em escala ampliada, ou seja, mundializada.

Sob o misticismo imposto pela globalização¹⁰¹ em todo o planeta – com a defesa da economia sem fronteiras, a “desburocratização da vida social” em favor do capital, a transnacionalização das grandes corporações capitalistas e o imediatismo do cotidiano, imprimindo uma marca sociocultural efêmera – que afeta negativamente a autonomia dos Estados-nação e enfrenta, simultaneamente, os efeitos da crise estrutural do capital sob o

¹⁰⁰ Para um aprofundamento acerca do processo das Diretrizes Curriculares de 1996, consultar Teixeira (2019).

¹⁰¹ Uma apreensão crítica que derruba o misticismo do fenômeno em questão foi explicitada no segundo capítulo deste trabalho.

domínio da política econômica neoliberal, surge o imperativo de uma nova era: o domínio das finanças, que subjuga todas as relações globais sob o seu comando.

A estruturação da economia capitalista mundial, após a Guerra Fria e no alvorecer do século XXI, sob a hegemonia do império norte-americano, sofre profundas mudanças na sua conformação. A efetiva mundialização da “sociedade global” é acionada pelos grandes grupos industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças. [...]. Esse processo impulsionado pelos organismos multilaterais captura os Estados nacionais e o espaço mundial, atribuindo um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países; e simultaneamente, radicaliza o desenvolvimento desigual e combinado que estrutura as relações de dependência entre as nações no cenário internacional (Iamamoto, 2012, p. 107).

O capital financeiro, de acordo com a autora, passa a direcionar o processo de acumulação, ou seja, subjuga os processos de produção e circulação em sua totalidade, de onde provém o capital produtivo, o valor e o mais valor, e, assim, reifica a reprodução ampliada do capital como uma relação financeirizada, independente, produzida por essa esfera que se materializa pelo comando e ação das grandes incorporações, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, entre outros.

A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de uma forma fetichizada. Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar “ovos de ouro”, isto é, como se o capital-dinheiro tivesse o poder de gerar mais dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção (Iamamoto, 2012, p. 109).

É importante sinalizar que as determinações que o capital financeiro tem imposto ao mundo do trabalho incidem significativamente no Serviço Social, reatualizando “velhas práticas” e a desqualificação de todo o arsenal teórico e ideopolítico construído coletivamente desde os anos 1980 pela categoria profissional, expressando-se por meio das *tendências teóricas*¹⁰² de que Moljo e Silva (2018) vêm chamando atenção.

Os autores afirmam que o debate sobre as tendências teóricas atuais da profissão no Brasil é complexo em virtude de não expressar um movimento em si mesmo, portanto endógeno, requerendo investigações permanentes na captura das determinações da realidade.

¹⁰² Importa destacar que não será realizado um aprofundamento substantivo das tendências em tela, mas sim uma apresentação delas. A apreensão de tais tendências demandaria um novo trabalho, um novo objeto de estudo para pesquisas.

O termo “tendências teóricas” supõe dois elementos centrais: (1) orientações diversas predominantemente sustentadas em determinadas matrizes de conhecimento (ainda que algumas dessas orientações possam não assumir fortemente essa vinculação), (2) essas orientações, constituídas sob tais condições, tem maior ou menor fidelidade à matriz teórica que predominantemente a sustenta, apresentando variações que podem ou não incorporar teses originalmente postas por outras tradições teóricas e adensar o ecletismo (Moljo; Silva, 2018, p. 68).

Reitera-se que o Serviço Social enquanto profissão teve na sua gênese uma forte expressão positiva-funcionalista imbricada com o ideário católico denominado por Iamamoto (2013) de arranjo teórico doutrinário.

Esse legado, claramente conservador, modernizou-se sobretudo a partir dos anos 1950, recebendo contribuições diversas durante a sua renovação nos anos 1960. A partir dos anos 1980, o Serviço Social brasileiro construiu, indiscutivelmente, um legado progressista ancorado nas lutas democráticas reaquecidas pela luta de classes na segunda metade dos anos 1970. O impacto desse processo na profissão foi altamente positivo, dentro e fora da academia, nas suas bases teórico-metodológicas e ético-políticas, como expressões nos âmbitos da formação e trabalho profissional (Moljo; Silva, 2018, p. 69).

Contudo, os anos 1990, no Brasil, configuram-se como um período marcado pelas grandes transformações societárias, que Netto (1996)¹⁰³ exemplarmente apresentou em fins da década em tela. Tais transformações colocam à prova o legado crítico construído na década anterior, criando um campo aberto para a reatualização de práticas históricas com cunho conservador.

Os impactos nas condições objetivas de trabalho e na formação profissional, bem como nas tendências teóricas que iluminam a análise do real e suas inerentes orientações ideopolíticas foram certeiros: a renovação e a reedição de práticas centradas em dinâmicas individuais, fragmentadas e focalizadas, de base teórica diversa, objetivadas, por exemplo, nas terapias familiares, na defesa do trabalho clínico, na “gestão responsável”, puramente institucional e integradora, promovida por programas e projetos situados na área das políticas sociais, ou, ainda, na ênfase das experiências ditas únicas, locais, e despídas que qualquer debate que recupere a análise da totalidade histórica das classes sociais e a crítica da economia política.

[...] Os desdobramentos disso no âmbito da profissão, têm reafirmado um velho-novo tensionamento no campo da formação profissional: a disputa entre formar o técnico bem adestrado, capaz de operar a instrumentalidade sobre as demandas do mercado e o intelectual, no sentido aqui tratado, qualificado teórica, política e operativamente (Moljo; Silva, 2018, p. 69).

¹⁰³ O grande texto de Netto (1996), publicado na edição nº 50 da Revista Serviço Social e Sociedade, sinaliza detalhadamente as transformações.

Com o adensamento das reais transformações societárias nos anos 2000, incluindo o episódio da *crise dos subprimes* de 2008/2009, que aprofundou a crise estrutural do capital pelo globo (visto no segundo capítulo deste trabalho), e o como o golpe de Estado sofrido pela então presidente Dilma Rousseff em 31/08/2016, na particularidade da realidade brasileira, materializa-se o avanço de posições neoconservadoras, que incidem no Serviço Social.

As tendências pós-modernas, de acordo com os autores, são amplas e heterogêneas, possuindo várias orientações que dialogam com a sociabilidade capitalista contemporânea bem como com as “que se afirmam opositoras” (ao menos no campo das intenções).

Trata-se de uma tendência que alimenta diversas perspectivas irracionalistas emergentes a partir de condições históricas bem definidas: a ordem tardia do capital. Além da crítica descuidada incapaz de diferenciar as metanarrativas modernas e suas amplas diferenças, ainda que todas estejam inseridas na tradição racionalista e iluminista do final do século XVIII, é preciso destacar o foco predileto da conhecida “metralhadora giratória” dos pós modernos: Marx e sua tradição.

[...] A crítica geral a razão, à verdade, à totalidade, à continuidade histórica, ao sujeito como capaz de atuar sobre sua história e ao progresso e qualquer orientação emancipatória, por exemplo, objetiva se em um privilégio pragmático do presente que enxerga a história como fatos pontuais e desconexos (como diversas histórias em diversos tempos) e o futuro como um sonho perigosamente ilusório (Mojo; Silva, 2018, p. 72).

Os autores destacam que a ênfase para abordar o real se sobressai nos discursos e nas linguagens dos sujeitos individuais, com total ausência de lutas permeadas pela classe social, focando as “várias identidades”, transclassistas, e levando à presença de análises ecléticas, plurais, conciliando questões que são inconciliáveis.

Tal perspectiva abre um largo canal para a despolitização da “questão social” e, para tanto, da despolitização também de seu trato. As consequências imediatas são práticas, conservadoras, individualizadoras, culpabilizadoras e atomizadas que não dialogam com a totalidade e, menos ainda com questões macrossocietárias que rebatem diretamente no modo de ser e de fazer da profissão (Moljo; Carvalho, 2022, p. 201).

Somada ao campo das tendências pós-modernas, cresce e influencia o Serviço Social o denominado campo pós-estruturalista, sendo que este,

como o próprio nome indica, o pós estruturalismo se coloca como tentativa de superação do estruturalismo, uma corrente de pensamento na ala humanista da academia, que nasceu na linguística e desabrochou na França, principalmente nos anos 60. Basicamente, o pós-estruturalismo questiona as

abordagens objetivas das realidades sociais que estudam, criando, paradoxalmente, as condições que tornam possível negar a objetividade de suas próprias conclusões.

[...] O pós estruturalismo tem conquistado flancos nas mais diversas disciplinas em Ciências Humanas, mas assim como ocorreu com o estruturalismo que o precedeu, sua recepção no campo da historiografia tem sido marcada por suspeita e pela reticência. E não é para menos. Sua resposta ao eterno dilema dos historiadores, situados a meio caminho entre ciência e arte, é a de que estes abandonem de uma vez toda a pretensão de científicidade e assumem que a história é, na verdade, um gênero literário. Do contrário, a “Ciência” histórica estará condenada a perambular eternamente à sombra de seu outro (Vasconcelos, 2001, p. 72).

No Serviço Social, as pesquisas e estudos que realizam o debate das estruturas de poder, das opressões as denominadas “minorias”, sofrem influências do campo pós-estruturalista. A esse respeito, Moljo e Carvalho (2022, p. 202) sinalizam que

o pensamento decolonial/ descolonial surge, segundo seus estudiosos, como resistência e recurso para as opressões sofridas pelos povos colonizados, não somente no âmbito econômico, como também no âmbito cultural, social e político. Para tanto, o entendimento da descolonialidade como meio de denúncia, de luta, mas também como teoria, conceitos e categorias no desenvolvimento da experiência histórica tem origem nos fins do século XX. [...] Entende-se que há a necessidade de se compreender os processos sociais, culturais e políticos da América Latina a partir de categorias analíticas que pudessem explicar as especificidades históricas vividas no continente sul das Américas, assim como, no continente africano e asiático.

Contudo, as autoras questionam o ponto de compreensão do pensamento em questão, ao afirmarem que o marxismo não teria tido a capacidade de absorção das questões étnico-raciais na “justificação” do processo histórico de colonização, cabendo aos deocoloniais¹⁰⁴ a “tarefa histórica” de realizar esse movimento para o enfrentamento de suas “expressões na realidade”. Todavia, Moljo e Carvalho (2022) questionam que a não apropriação da Teoria Social de Marx em relação ao processo histórico de colonização das Américas e de outros continentes colonizados acarreta o ocultamento da crítica à sociabilidade capitalista, retirando do campo de ação a luta de classes.

As e os Assistentes Sociais, inseridos(as) e constituídos(as) nessa sociabilidade, não ficam “imunes” às determinações da realidade sob o crivo da análise e da intervenção que dialoguem com os interesses do capital. Mesmo partindo, hegemonicamente, de uma formação profissional com base crítica a partir das diretrizes curriculares da Abepss de 1996, da Lei que

¹⁰⁴ Para o aprofundamento do debate, consultar Mignolo (2017) e Maldonado-Torres (2008).

Regulamenta a Profissão (Lei nº 8.662/1993), do Código de Ética profissional e das bandeiras de lutas e posicionamentos do conjunto Cfess/Conselho Regional de Serviço Social (Cress), a reatualização conservadora e os traços do irracionalismo se fazem presentes na profissão, pois são bases que a realidade concreta, aparente, impõe.

Os impactos dessas tendências neoconservadoras no Serviço Social

são largas e profundas, uma vez que os/as profissionais são chamados a intervir em conflitos de classes que envolvem vivências éticas que demandam escolhas de valor (Cf. Barroco; Brites, 2022) e, que devem, ser trazidas para campo da ação política do contrário “permanecem apenas como objeto de uma indignação que não transforma objetivamente a realidade” (*Ibidem*, p. 120). Vale destacar, que as profissões possuem relação com os projetos societários “na medida em que ambas têm estratégias definidas em relação ao atendimento de necessidades sociais, com direções éticas e políticas determinadas” (Barroco, 2001, p. 66). O enfrentamento da “questão social” historicamente é marcado por medidas setoriais e ações fragmentadas, via políticas sociais, de cunho moralista e segregador da classe trabalhadora na sua maioria negra e extremamente empobrecida (Zigato; Camargo; Lanes, 2023, p. 12)

Destaca-se que os profissionais de Serviço Social presenciam, no cotidiano, as mais variadas formas de violação dos direitos humanos, o que exige competência teórica, técnica e política para abrir sulcos nos mecanismos reprodutores da discriminação e da opressão. Isso porque as tendências neoconservadoras tendem a reduzir a intervenção profissional a uma mal definida escuta qualificada das demandas apresentadas pelas(os) usuárias(os) dos serviços.

São por esses poros que as vozes neoconservadoras ecoam no cotidiano profissional e ganham formas. Nesses tempos de sangria aberta e de luta contra a barbárie, é fundamental combater as desigualdades, o patriarcado, o racismo institucional e religioso, a LGBTQIA+fobia e a incitação à violência, à misoginia e a todas as formas de opressão que o gênero humano produz, que são de ordem ontológica, podendo, portanto, ser superadas. É vital, ainda, a defesa do abortamento seguro (descriminalizado, público e gratuito) do Estado laico e da intensa socialização da política (da grande política para lembra Gramsci) – tudo o que o neoconservadorismo, de feição neofascista e reacionária, opõe-se com veemência.

O desafio colocado ao Serviço Social na atualidade tem por premissa a reafirmação da construção coletiva e histórica do seu projeto profissional, este antagônico ao projeto societário vigente, nos campos da formação (graduação, pós-graduação lato e stricto sensu), no tensionamento e na defesa do exercício profissional a partir do conjunto Cfess-Cress e, sobretudo, na construção da luta coletiva, do trabalho de base em conjunto a classe trabalhadora,

pois a saída e a estratégia são classistas, e não corporativistas, embora estas também sejam necessárias.

A partir das reflexões apreendidas e tecidas no “campo dos fundamentos”, o quarto capítulo deste trabalho apresenta “captações do real” a partir das entrevistas realizadas com as e os Assistentes Sociais do Vale do Mucuri (MG), propiciando reconstruir historicamente a profissão na região, permeada de limites, desafios e apontamentos.

4 O SERVIÇO SOCIAL NO VALE DO MUCURI (MG): INSERÇÃO, EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO

Este capítulo tem por objetivo realizar o movimento de *reconstrução histórica da profissão de Serviço Social no Vale do Mucuri (MG)*, dialogando com as particularidades sócio-históricas da região, conforme explicitadas no segundo capítulo deste trabalho.

Elementos como o mandonismo, o coronelismo, o clientelismo e o primeiro-damismo contribuem para “imprimir” uma *cultura política regional e uma cultura profissional (relativa à profissão de Serviço Social)*, reatualizando sob novas determinações os laços de tutela, dependência, benemerência e subalternidade. Tais elementos históricos incidem na vida dos sujeitos sociais, partindo da compreensão da reprodução das relações sociais, sob a Teoria Social de Marx e a tradição marxista, explicitadas no terceiro capítulo deste trabalho a partir das reflexões de Iamamoto e Carvalho (2014).

O modo de ser e os valores socialmente construídos no Vale do Mucuri (MG) são forjados político-ideologicamente pelos sujeitos sociais que vivenciam o cotidiano de suas vidas neste território, ou seja, corroboram a reprodução das relações sociais e por ela, na mesma dinâmica, são forjados, conferindo centralidade aos assistentes sociais entrevistados em virtude do objeto de estudo.

Visando cumprir os propósitos deste trabalho, *duas* categorias foram essenciais: *a cultura política brasileira*, ou seja, os elementos da nossa formação sócio-histórica, com base em uma economia agroexportadora e heteronômica, que rebateram no *vir a ser* das e dos Assistentes Sociais entrevistadas(os); e a *cultura profissional*, que perpassa os eixos da formação e do trabalho, entrelaçando-se à cultura política brasileira, sendo indissociáveis.

Destaca-se que as e os 16 profissionais entrevistadas(os) imprimem *três gerações de Assistentes Sociais* no Vale do Mucuri (MG), quais sejam:

Quadro 1 – Entrevistados(as)

Geração da Inserção	
Romilda Aparecida Nepomuceno	1984, no município de Águas Formosas (MG)
Vera Lúcia Carvalho	1986, no município de Teófilo Otoni (MG)
Geração da Expansão	
Nádia Maria Martins	1994, no município de Nanuque (MG)
Edna Oliveira Chaves	1999, no município de Resplendor (MG)
Jaqueline Santos	1999, no município de Teófilo Otoni (MG)
Geração da Consolidação	
Ricardo Silvestre da Silva	2006, no município de Teófilo Otoni (MG)
Raquel Cristina Lucas Mota	2007, no município de Teófilo Otoni (MG)
Gláucia Maria Jorge	2013, no município de Teófilo Otoni (MG)
Marqueza Maria Moura Marques	2007, no município de Teófilo Otoni (MG)
Eliane Aguilar Moreira	2007, no município de Teófilo Otoni (MG)
Diego Soares Ferraz	2015, no município de Machacalis (MG)
Júlio César Soares Barroso	2013, no município de Teófilo Otoni (MG)
Carolina Salomão Teixeira	2008, no município de Rubim (MG)
Jaqueline Rodrigues Metzker	2008, no município de Teófilo Otoni (MG)
Shirley Alves Afonso	2009, no município de Malacacheta (MG)
Rodrigo Wolff da Penha	2007, no município de Teófilo Otoni (MG)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A seguir, serão apresentadas as sínteses das *histórias de vida* das(os) profissionais entrevistadas(os) bem como as análises dos dados a partir dos eixos que foram sinalizados no parágrafo anterior.

4.1 AS E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Romilda Aparecida Nepomuceno

Romilda nasceu em 1961 em Belo Horizonte (MG). Foi criada e educada pelos seus avós paternos desde os 18 meses de vida, quando sua mãe faleceu em seu parto por virtude de uma eclampsia. Na capital mineira, cresceu e passou toda a sua juventude, trabalhando como auxiliar de escritório para estudar e ajudando em casa os avós paternos.

A jovem Romilda ingressou na Escola de Serviço Social da então ESS-UCMG em fins de 1979 e início de 1980, ainda no período da ditadura. Cursou a primeira turma noturna com outros colegas, que eram trabalhadores durante o dia.

Romilda relata que desejava muito aprender e fazer a diferença, pois fazia parte de uma turma estudiosa, aguerrida nas lutas para além da sala de aula. A turma sempre lutava pela qualidade do ensino e, em algumas ocasiões, organizava aulas durante as férias com professores e disciplinas escolhidas coletivamente, a fim de aprofundar determinados temas e debates da época.

Da primeira turma noturna da escola de Serviço Social, Romilda afirmou ter saído uma “leva de excelentes profissionais” comprometidos com a crítica ao Serviço Social tradicional e às suas práticas. Quando a estudante ingressou no estágio, que era de 20h/semana, fez a opção de sair do trabalho para que pudesse aproveitar ao máximo a experiência.

Assim, pleiteou e conseguiu bolsa na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que, à época, financiava faculdades para alunos de Serviço Social e Enfermagem. Logo, pelo histórico familiar (avós católicos e providos de poucos recursos), conseguiu o financiamento dos dois anos finais da graduação com inserção no campo de estágio.

Nos dois anos de estágio, a futura Assistente Social vivenciou diferentes espaços, como o de trabalho com comunidades – Projeto Rondon, Companhia de Distritos Industriais –, o Projeto de desocupação para a construção da via expressa, além do Hospital Psiquiátrico André Luiz.

Quando se graduou, em dezembro de 1983, Romilda iniciou sua atuação profissional como assistente social do Hospital Espírita André Luiz, na condição de contrato temporário de trabalho. Passados alguns meses, a jovem profissional recebeu um convite de uma das suas professoras no curso de graduação, Márcia Biondi Pinheiro, para atuar na ampliação das ações da Legião Brasileira de Assistência em Minas Gerais. Romilda e alguns colegas de turma que participaram dos movimentos estudantis da Escola de Serviço Social mineira à época ingressaram nesse projeto, motivados por uma vontade de fazer um Serviço Social na nova visão conceitual. Foram contratadas por Tancredo Neves (contratados por órgão do estado cedidas à LBA) no apagar das luzes de sua gestão em Minas Gerais.

A profissional relata ter sido encaminhada para o município de Águas Formosas (MG), no Nordeste mineiro, em 1984, conhecendo dois anos depois a então colega de profissão e também pioneira Vera Lúcia Carvalho. Em Águas Formosas, permaneceu até 1986, onde trabalhou com o Desenvolvimento de Comunidade, oferecendo um teor crítico. Na ocasião, foi perseguida não só pela elite local, representada pelos coronéis e prefeitos, mas também pela elite municipal e regional.

Em 1986, no governo de José Sarney, a LBA foi reestruturada, e o tom dado para o Serviço Social era de retorno “às origens”, sem causar “conflitos” e problemas. Romilda optou, então, por sair da instituição. No mesmo ano, ingressou como Assistente Social, assumindo um cargo de gerência na Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais (SES-MG), na Superintendência Regional de Teófilo Otoni, onde permaneceu até a sua aposentadoria, em novembro de 2024.

Para além da SES-MG, a profissional também trabalhou, com vínculo temporário, no Hospital Santa Rosália, organizando e direcionando o Serviço Social hospitalar (1997-2007), e nas Faculdades Doctum, na docência do curso de Serviço Social e de pós-graduação, no período de 2006 a 2018, além de ministrar o Curso de Gestão em Saúde (na modalidade Educação a Distância – EAD) no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Romilda é também especialista em Planejamento da Saúde (Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/ Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG), em Gestão Microrregional de Sistemas e Serviços de Saúde (Fundação Lucas Machado/ESP-MG) e em Cuidados Primários à Saúde (Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes). De 2010 até a data de sua aposentadoria, exerceu a função de auditora na SES-MG.

Vera Lúcia Carvalho

Vera Lúcia Carvalho nasceu em 18 de outubro de 1955 no município de Itambacuri (MG), que dista 30 km de Teófilo Otoni (MG). É a filha mais velha de sete irmãos e, desde criança, teve experiência com a política em virtude de o pai ter sido líder do Partido Social Democrático (PSD) na cidade à época. O pai, de acordo com Vera, foi um líder comunitário nato, sempre envolvido com as questões sociais, de maneira que ajudou a construir, em 1958, o hospital filantrópico da cidade.

Vera concluiu o segundo grau na sua cidade natal e depois foi cursar magistério em Teófilo Otoni. Contudo, não era isso o que ela queria, e, após um ano de docência, abandonou a profissão. A jovem relatou que saiu da região com 19 para 20 anos de idade e foi para a cidade de Ouro Preto (MG), pois possuía alguns parentes nesse município. Conheceu então uma prima, já mais velha à época, que era Assistente Social, e, vendo o trabalho dela, “apaixonou-se” pela profissão e teve a certeza: vou ser Assistente Social!

No ano de 1975, Vera foi para Belo Horizonte cursar Serviço Social na ESS-UCMG, passando a morar em uma república feminina com mais três primas. Segundo a profissional, foi amor à primeira vista pelo curso oferecido pela Escola, acrescentando que pôde conhecer Leila Lima Santos, diretora da escola, à época, e que presenciou o exílio de Leila por conta da forte repressão da ditadura.

Mesmo temerosa, a estudante participou da militância no Diretório Acadêmico (DA) e Diretório Central dos Estudantes (DCE) e foi se forjando no verdadeiro sentido da Política com *p maiúsculo*. Vivenciou a implantação do Método BH e percebeu que a sua formação teve um peso politicista muito forte sob o peso do AI-5 e da ditadura.

Vera afirmou se recordar de amigos e amigas que foram presas e presos e torturadas(os), além de alguns colegas que cometaram suicídio nessa época. Ela também se lembrou de que não podia passar batom nem arrumar o cabelo, pois a repressão era muito forte. Ao mesmo tempo, lembra-se do surgimento do Partido dos Trabalhadores como uma salvação para o Brasil, como um projeto de esquerda, democrático, de oposição à ditadura, havendo uma “acreditação no PT” como salvação.

Ainda na escola, a biblioteca foi fechada, e livros foram expressamente proibidos para fins de acesso. Vera ressalta que o “técnico-operativo” da profissão ficou “deficiente” na sua formação, mas não se arrepende da vivência, dos aprendizados e do currículo que a Escola proporcionou.

O estágio, iniciado em 1977, proporcionou-lhe um grande amadurecimento, levando-a a desenvolver uma maior consciência de classe. Estagiou na política de proteção e combate aos maus tratos ao menor em BH. Quando se graduou, no início de 1979, teve em BH a sua primeira experiência de Trabalho no Centro Integrado de Atendimento ao Menor (Ciame), em parceria com a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem). O Ciame era um programa em regime de externato da Febem, visando combater os maus tratos aos menores fora e dentro da Febem.

Vera relata ter tido o privilégio de trabalhar com uma equipe maravilhosa, multiprofissional, em uma linha mais crítica e humana, permanecendo no Ciame de BH até 1986. Retornou para o Vale do Mucuri (MG) no mesmo ano para trabalhar no Ciame de Teófilo Otoni. Contudo, devido a uma enfermidade de seu pai e com o desejo de acompanhá-lo de perto e ajudar a mãe nos cuidados de saúde dele, passou a morar em Itambacuri.

Na região, de 1986 em diante, Vera se recorda de Romilda, com a qual teve uma amizade duradoura. Junto com a amiga, conheceram mais duas Assistentes Sociais que trabalhavam na LBA em Teófilo Otoni (MG), de maneira que tentaram, por várias vezes, aproximar-se dessas profissionais. Contudo, eram “conservadoras”, alinhavam-se com o Serviço Social tradicional e defendiam o discurso de neutralidade e da competência dos arsenais técnicos de atuação. Com isso, não foi possível realizar trabalhos articulados, em rede.

No Ciame de Teófilo Otoni, a Assistente Social percorria as favelas da cidade, nos bairros mais periféricos, para acompanhamento das crianças e adolescentes, bem como para apoiar as famílias, recordando-se de ter criado muitos grupos de famílias. Segundo ela, as expressões da “questão social” eram muitas na cidade nos anos 1980 e 1990.

No ano de 1992, Vera foi aprovada em concurso público para o Fórum de Itambacuri (MG), tomando posse em 1994. Foi a primeira Assistente Social da região no campo do

judiciário, atuando até 2017, quando se aposentou. A Comarca de Itambacuri, à época, comportava mais sete cidades da região. Vera realizava as visitas nas cidades de abrangência, indo com veículo próprio e enfrentando as precárias condições das estradas, todas de terra nos anos 1990.

Depois da Constituição Federal de 1988, com a chegada de uma promotora para a comarca à época, uma profissional humana, feminista no “olhar” da Assistente Social, propiciou um trabalho hercúleo de implantação dos Conselhos de Direitos nos municípios da região. Vera se recorda de terem enfrentado muita resistência dos prefeitos da região, além do que o coronelismo e o patriarcalismo eram muito fortes, com relatos de constantes assédios e sutis ameaças.

Por ser concursada, Vera afirma não ter se intimidada e foi mostrando o que era o Serviço Social, desmistificando a visão reduzida de caridade, benemerência que se tinha, falando o tempo todo de direitos na sua atuação profissional. A profissional ainda me recordou de ter implantado, em conjunto com a promotora, muitos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente na região.

Além desse hercúleo trabalho na Comarca, de acordo com Vera, havia uma demanda muito grande de registro de trabalhadores urbanos e rurais para fins previdenciários, notadamente para conseguirem aposentar e/ou receberem o BPC. Segundo ela, eram filas e filas na Comarca todos os dias de trabalhadores da região, pessoas muito simplórias, muito humildes.

Retomando os Conselhos, estes foram implantados em quase todos os 27 municípios que compõem o Vale do Mucuri (MG), ofertando capacitações e conduzindo processos de escolha de Conselheiros Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente. Em todos os anos de Comarca, não chegou o veículo para a realização das visitas, como prometido pelo judiciário. Assim ela continuou indo com o seu veículo próprio ou com o carro da promotora, o que rendeu muitas histórias pelas estradas de chão.

Nesses anos de atuação, ao longo das décadas de 1990 e 2000, a profissional vivenciou a chegada e a implantação de muitas assistentes sociais, bem como a instalação dos equipamentos públicos na região. Nesse contexto, em conjunto com Romilda, Nádia e Fátima Caran, deu início ao núcleo de assistentes sociais, que enfrentou altos e baixos quanto à adesão e à participação. Vera recorda que, à época, muitas assistentes sociais tinham posturas conservadoras e não se aproximavam do núcleo, permanecendo “reclusas” em suas salas de trabalho.

Também se recorda da chegada da Unipac e da Doctum, que contribuíram para formar uma demanda reprimida de Assistentes Sociais na região e, posteriormente, da Universidade

Federal, vendo no início dos anos 2000 como os anos de expansão da profissão na região. Com essa crescente de profissionais, Vera, Romilda e outras colegas, com muita dificuldade, conseguiram promover algumas capacitações pelo NAS na região, contando esporadicamente com o apoio do Cress.

De 2010 em diante, por motivos pessoais e profissionais, Vera se afastou do processo articulatório, permanecendo na Comarca até sua aposentadoria.

Nádia Martins

Nascida no ano de 1967 em Ataléia (MG), cidade situada a cerca de 80 km de Teófilo Otoni, Nádia é a segunda filha de oito irmãos (quatro homens e quatro mulheres). Seu pai era funcionário público e sua mãe, professora, a qual atuou por pouco tempo na docência em virtude das demandas domésticas.

Em função da profissão do seu pai, a família se mudava muito, chegando a ter residido em cidades como Ataléia, Ouro Verde de Minas, Teófilo Otoni, Carlos Chagas e Nanuque, todas situadas no Vale do Mucuri (MG). Nádia cursou o primeiro grau em escola pública e concluiu o segundo grau em escola privada, na cidade de Teófilo Otoni.

Concluindo o ensino médio, Nádia destaca a oportunidade, para pouquíssimos, à época, de sair da região para cursar uma faculdade. Com isso, foi para Belo Horizonte no ano de 1985 a fim de cursar Serviço Social na ESS-UCMG.

Na faculdade, a futura Assistente Social vivenciou o fim da ditadura militar e o forte Movimento de “Diretas Já”. Nesse período, participou, durante a sua graduação, do movimento estudantil, concorrendo a cargos no DA e no DCE à época.

A escolha do curso se deu pela identificação com as minorias e pelas desigualdades sociais, muito fortes no Vale do Mucuri (MG). Na graduação, Nádia se identificou com a área da política de saúde mental, sua “paixão” à primeira vista. Durante esse período, realizou estágios na Fundação Libanesa de Minas Gerais (Fuliban), na Santa Casa, no Hospital Psiquiátrico Infantil e atuou no sindicato e na área de assessoria social, trabalhando com conjuntos habitacionais (Cohab).

Assim que se graduou, em janeiro de 1989, Nádia passou a trabalhar com assessoria a conjuntos habitacionais na capital mineira, permanecendo até o ano de 1992. Nesse mesmo ano, a Assistente Social foi aprovada em concurso público para atuar no campo da saúde no município de Passos (MG), localizado na região Centro-Oeste do estado mineiro. Nessa oportunidade, conheceu o seu futuro companheiro, com o qual se casou e teve dois filhos. O casal permanece junto, vivendo atualmente em Teófilo Otoni.

Por possuir raízes familiares no Vale do Mucuri (MG), Nádia pediu exoneração da prefeitura de Passos em 1994 e, com sua família, mudou-se para a cidade de Nanuque (MG), para atuar também no campo da saúde, na condição de contrato temporário de trabalho.

Em Nanuque, ela permaneceu por seis meses, onde passou por muitas situações de constrangimento de trabalho dado o forte clientelismo e o coronelismo na cidade. Isso lhe causou um desgaste físico e mental, o que culminou no rompimento do contrato de trabalho. No mesmo ano, 1994, Nádia presta concurso público em Teófilo Otoni, sendo aprovada, e, ainda nos fins daquele ano, ela começa a trabalhar na área da saúde, contribuindo para a implantação da rede socioassistencial de saúde mental no município.

Tendo em vista os baixos salários, questão histórica na região, Nádia presta processo seletivo na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) da cidade em 1995, sendo também aprovada. Ela permaneceu nesse cargo até 2022, quando se aposentou na prefeitura de Teófilo Otoni.

Nádia conheceu Romilda e Vera em fins dos anos 1990 e participou do momento de mobilização do Núcleo de Assistentes Sociais de Teófilo Otoni. Nos anos 2000, conheceu Edna Chaves e Jaqueline Souza, vivenciando momentos de tentativas de rearticular a categoria.

Por fim, Nádia relatou ter passado, de forma breve, pelas Faculdades Doctum como docente, junto com Romilda, Edna e Jaqueline, contribuindo para a formação da geração de profissionais dos anos 2000 na região.

Edna Oliveira Chaves

Nascida em 1970 na cidade de Governador Valadares (MG), localizada no Vale do Rio Doce do estado mineiro, é primogênita de quatro irmãos. Seus pais, ainda vivos, completaram em 2024 os 90 anos (o pai, comerciário e bacharel em direito) e os 80 anos (a mãe, professora aposentada). Residiu com a família sempre na zona urbana, mas com vínculos familiares maternos na zona rural do município.

Em relação aos familiares paternos, Edna afirmou não ter tido vínculos devido à distância, pois não possuíam condições financeiras suficientes para que toda a família viajasse. A Infância foi marcada por muitas lutas e dificuldades principalmente em 1979, quando enfrentaram a enchente do “Rio Doce”, momento em que perderam a casa e tiveram que ir residir na casa da tia materna.

A base religiosa na infância e adolescência foi o catolicismo, e posteriormente conheceu a doutrina espírita. Todavia, não possui nenhum vínculo religioso nos dias atuais, mas crendo em Deus como criador de todas as coisas. Edna reside em Teófilo Otoni desde 2004, onde

conheceu seu segundo esposo e engravidou de seu segundo filho, hoje com 16 anos de idade. O primogênito, fruto de seu primeiro relacionamento em Governador Valadares, tem 34 anos.

Em, 1988, no 2º grau, escolheu cursar Magistério superior para dar início à vida profissional. Seu primeiro emprego foi em uma escola particular de base Católica, a Escola Nossa Senhora de Lourdes em Governador Valadares, onde trabalhou somente por um ano em virtude de sua primeira gestação. Ela afirma que, por não ter se casado, “fui convidada a me retirar da escola”, pois não era exemplo a ser dado, fato que a abalou muito emocionalmente.

Em 1992, conseguiu uma vaga de emprego na Superintendência Regional de Ensino na parte Recursos Humanos, e em 1993 iniciou a sua caminhada como professora de educação infantil na zona rural pela Secretaria Municipal de Educação. De 1993 a 1998, trabalhou nas escolas municipais da zona rural. Ainda no ano de 1998, Edna, por indicação, começou a lecionar para adolescentes em cumprimento à Medida Socioeducativa “regime liberdade assistida”, que, na época, se chamava Centro Socioeducativo de Governador Valadares (Cenisa).

Em 1999, por meio de um colega de trabalho que estava cursando Serviço Social na Universidade Vale do Rio Doce (Univale) – instituição de ensino superior de natureza privada em Governador Valadares à época –, conheceu o curso e tomou a decisão de cursar Serviço Social à noite, pois trabalhava durante o dia como professora.

A Assistente Social disse ter iniciado o curso com “encantamento” devido às possibilidades de mercado de trabalho que eram faladas em sala de aula na disciplina de Introdução ao Serviço Social. Nos anos 2000, foi demitida da Secretaria de Educação de Governador Valadares e precisou imediatamente conseguir trabalho para custear seus estudos, caso não quisesse interrompê-lo.

Ainda nos anos 2000, Edna conseguiu emprego no setor de Serviço Social no Hospital Municipal de Governador Valadares, no cargo de “agente social”, uma espécie de auxiliar administrativo do setor, que também realizava alguns trabalhos de “auxílio à Assistente Social”.

Segundo Edna, esse cargo era polêmico na época, com constantes ameaças de extinção. No entanto, a futura profissional precisava daquele emprego para finalizar o curso e, com sacrifício, conseguiu concluir sua graduação em fins de 1992.

No ano de 2003, Edna foi aprovada em concurso público para atuar na Secretaria Municipal de Saúde no município de Resplendor (cidade que se intercala entre o Vale do Rio Doce e parte do estado do Espírito Santo), onde implantou o Serviço Social. Entre 2003 e 2004, o trabalho no campo da saúde possibilitou a Assistente Social ter contato direto com os idosos que buscavam por informações e encaminhamentos na Secretaria, e esse contato possibilitou

Edna a almejar se especializar em Gerontologia. Contudo, por motivos de cunho pessoal/familiar, a profissional pediu exoneração em 2004 na prefeitura de Resplendor e foi, com o apoio de uma amiga, recomeçar a sua vida pessoal e profissional em Teófilo Otoni.

Em agosto de 2004, a partir da mediação da amiga citada, Edna conseguiu uma vaga de trabalho para lecionar a disciplina de Introdução ao Serviço Social no Iesfato. Ela iniciou, na época, com somente quatro aulas, às segundas-feiras. Em fins do mesmo ano, conseguiu um contrato temporário de trabalho na Prefeitura de Malacacheta (cidade que dista 25 km de Teófilo Otoni), especificamente na política de Assistência Social, que estava começando a ser implantada na região. Segundo a Assistente Social, por motivos de perseguição política, configurando assédio, pediu demissão em fevereiro de 2005.

Em março de 2005, concretizou-se um sonho: atuar em uma instituição de Longa Permanência em Teófilo Otoni, com carteira assinada (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT). Desde então, Edna trabalha como Assistente Social. Durante essa trajetória enquanto assistente social na cidade de Teófilo Otoni, em parceria com os centros formadores, com a participação e organização dos profissionais de Serviço Social, com os cursos de Serviço Social da cidade e com vários docentes de diferentes áreas do saber, foram desenvolvidas ações tanto para a efetivação do Conselho do Idoso, hoje denominado Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, quanto para os cuidados com a valorização da pessoa idosa. Diversos eventos foram organizados em parceria com entidades e órgãos importantes, por meio dos profissionais responsáveis em cada autarquia, como Ministério Público, Fórum, Defensoria Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), entre outros. Com essas articulações, foram efetivadas ações que culminaram com a formação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em 2008. Nesse conselho, Edna atuou como presidente de 2008 a 2012, sendo uma parte como vice, desenvolvendo diversos trabalhos integrados, com a participação dos alunos e colegas de profissão docentes da Universidade dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha.

A profissional afirma ter conhecido Romilda, Nádia, Vera, Jaqueline, entre outras, acrescentando que participou dos movimentos de articulação da categoria de Assistentes Sociais na região, com altos e baixos. Afirmou ainda que os baixos salários, as relações precárias de trabalho e as relações coronelistas e clientelistas interferem muito nas ações para a efetivação de direitos. Nos dias atuais, se avalia como realizada pela trajetória até então percorrida, mas fatalista com a realidade e com a profissão.

Gláucia Maria Jorge

Nascida em 1968 no município de Novo Cruzeiro-MG, localizada a uma hora e meia de Teófilo Otoni, Gláucia vem de uma família numerosa, composta por 13 irmãos, além três primos que os pais criaram.

O pai era oficial de justiça e a mãe exercia os serviços domésticos, costurando e lavando roupa para fora para auxiliar no orçamento familiar. Apesar de muito inteligentes, os pais de Gláucia estudaram pouco, sendo que o pai cursou até a antiga quinta série e a mãe foi alfabetizada por seu pai.

A Assistente Social afirmou que a escolha pelo Serviço Social veio desde os seus 17 anos de idade, quando presenciou na sua cidade, Novo Cruzeiro, a chegada de uma profissional da área que foi realizar um trabalho de investigação sobre o fundo de aposentadoria ligado, à época, ao antigo INPS, no ano de 1985. Esse órgão era responsável pelas aposentadorias de trabalhadores rurais, e Gláucia relatou que denúncias foram feitas por políticos de oposição ao prefeito da cidade, à época, de maneira que o fundo demandou uma Assistente Social para averiguar a denúncia no que tange ao não recolhimento de contribuição do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) aos trabalhadores da zona rural do município.

O pai de Gláucia chegou em casa relatando os detalhes da visita da profissional, e a jovem pensou: quero ser Assistente Social. Todavia, à época, nos anos 1980, os pais não tinham condições objetivas para custear a ida da filha para estudar em Belo Horizonte, e, ao terminar o “antigo científico”, foi cursar Magistério em Teófilo Otoni, a fim de ter uma profissão e começar a trabalhar para ajudar em casa.

Durante os anos 1990, mudou-se para Teófilo Otoni e trabalhou como professora por quase 20 anos. Somente a partir de 2003 veio a oportunidade proporcionada pela Doctum. A futura profissional passou por muitas dificuldades, mas as superou. Durante a graduação, Gláucia conseguiu uma bolsa integral pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), formando-se em dezembro de 2006 no sonhado curso de Serviço Social.

Em 2007, a recém-formada prestou um concurso municipal e foi aprovada para atuar no sul do estado da Bahia, no município de Itanhém. Foi nomeada somente no ano seguinte para trabalhar com o Creas, atendendo adolescentes infratores e lá permanecendo por quatro anos. Gláucia afirmou ter sido a primeira Assistente Social a trabalhar no cumprimento das medidas socioeducativas em Itanhém.

Em 2012, a prefeitura de Teófilo Otoni abriu um edital de concurso público, no qual Gláucia se inscreveu e foi aprovada, deixando o sul da Bahia e retornando ao Vale do Mucuri (MG). Assim, em 2013, foi efetivada e foi atuar no Creas da cidade, enfrentando as

precarizações das condições de trabalho, a falta de recursos para o atendimento dos usuários, além das relações clientelistas no cotidiano do trabalho.

Em 2015, solicitou transferência para a Secretaria de Saúde, sendo alocada no Hospital Municipal Raimundo Gobira, atuando como Assistente Social até os dias atuais. Gláucia afirmou que os desafios no início foram enormes, destacando a luta pelo reconhecimento do Serviço Social no hospital, buscando o seu lugar na instituição.

Jaqueleine Santos

Jacqueline nasceu em 1969 no município de Muriaé (MG), na Zona da Mata mineira. Filha de mãe costureira e de pai mecânico, teve uma infância saudável. Residia em casa de herdeiros com um enorme quintal com várias frutas plantadas, usufruindo de uma alimentação frugal.

Oriunda de família pobre, morava no centro da cidade, mas nunca passou fome. A mãe de Jaqueline era criativa e boa cozinheira, além de zelar pelo aproveitamento dos alimentos e pela economia nos orçamentos da casa, para auxiliar o marido. A futura Assistente Social morou até os seus 11 anos em Muriaé (MG), mudando para Governador Valadares (MG) no ano de 1971 por motivo de trabalho do seu pai com automação, alinhamento e balanceamento de carros, na loja “Recapagem Silvana”.

Jaqueleine começou a trabalhar aos 18 anos como auxiliar administrativa em um hospital da cidade, onde teve a oportunidade de conhecer o Serviço Social. Ao observar o trabalho da Assistente Social do hospital, à época, decidiu cursar Serviço Social na Univale, em 1997, sendo da primeira turma do curso na instituição, ofertado em período noturno. O curso foi concluído no final do ano de 2001.

Após a conclusão da faculdade, a recém-profissional foi convocada por três empresas no campo da assessoria para captação de recursos para implantação de ações e serviços nos municípios do Vale do Mucuri (MG). Escolheu atuar em um consórcio intermunicipal com sede em Teófilo Otoni junto a uma equipe multidisciplinar em saúde, permanecendo nesse espaço de trabalho de 2002 a 2015.

Também atuou como docente durante cinco anos nas Faculdades Doctum, em Teófilo Otoni, no curso de Serviço Social, sendo a primeira Assistente Social contratada pela instituição de ensino. Em seguida, Jaqueline relatou terem chegado outros profissionais, como Romilda, Nádia, Edna e a professora Angelina Camargo, procedente do Norte do país, a qual hoje é docente na Universidade Federal do Espírito Santo.

Por motivos de desgaste pessoal e profissional, Jaqueline foi demitida injustamente do consórcio intermunicipal no ano de 2015, e nesse processo complexo estava se preparando para o concurso público do Tribunal de Justiça para a comarca de Teófilo Otoni. Foi aprovada em sétimo lugar, motivo de orgulho para a profissional, que vivenciava, nesse período, dificuldades na vida pessoal e profissional.

A posse no Tribunal de Justiça demorou alguns anos, vindo a tomar posse no ano de 2019 e permanecendo nesse espaço de trabalho até os dias atuais.

Marqueza Maria de Moura Marques

Marqueza é filha de servidor público estadual e de uma dona de casa, nascida em uma ilha no litoral sul de São Paulo, Ilha de Santo Amaro, mais conhecida como Guarujá (SP). É a terceira filha de uma prole de seis irmãos. Seu pai é descendente de italianos e portugueses e amante de futebol, iniciando sua carreira como árbitro, sendo afastado devido a uma lesão no joelho. Tinha como “hobby” o conserto de eletrônicos nas horas vagas, amante da leitura e da escrita. Mesmo tendo cursado somente o terceiro ano primário, comunicava-se com o mundo por meio das cartas, escritas nos mais diversos idiomas com auxílio de dicionários. Assim, escrevia sobre tudo: poesia e crônicas. A mãe era uma caiçara, descendente dos primeiros moradores da ilha – uma dona de casa, fervorosa e dedicada aos filhos. A infância foi a melhor que se pode ter, pois a família morava em frente à praia, todos eram amigos, todos se conheciam e participavam das artes e brincadeiras próprias de todas as infâncias.

Após os 18 anos, Marqueza conheceu, em Guarujá, o seu futuro esposo, e logo noivaram-se, casaram-se e foram residir em Minas Gerais, no Vale do Mucuri (MG), região de onde procedia seu companheiro. Marqueza relatou ter trabalhado como auxiliar administrativa e cursou o curso técnico em enfermagem. Assim que o concluiu, foi convidada por um dos diretores do Centro de Triagem e Migração, à época, para coordenar o Centro de Valorização da Vida (Cevida), dado o seu desempenho e “empatia” para com o próximo.

Nesse trabalho, a profissional relata ter conhecido uma Assistente Social que atuava também na instituição e se “apaixonou” pelo curso, tomando a decisão de cursar Serviço Social nas Faculdades Doctum em 2003, concluindo a graduação em dezembro de 2006.

Sua primeira inserção profissional ocorreu como Assistente Social do Hospital Municipal Dr. Raimundo Gobira (2007/2012), na condição de contrato temporário que se renovava anualmente. Em fins de 2012, Marqueza foi indicada para trabalhar em um dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) do município de Teófilo Otoni, permanecendo nessa instituição até o ano de 2016.

No ano seguinte, foi aprovada em um concurso público municipal, passando a atuar no setor de Tratamento Fora Domicílio (TFD), na Secretaria de Saúde Municipal, profissão que exerce até a atualidade.

A profissional relatou sinteticamente que as precárias condições de trabalho na região, os baixos níveis de salário e as relações de ajuda, favor e clientelismo são entraves no exercício profissional. Marqueza, por fim, relatou ter sido convidada algumas vezes para participar das reuniões do NAS, mas, devido à falta de tempo e “receio” de perseguição, não participava.

Eliane Aguilar Moreira

Nascida e criada em Teófilo Otoni (MG), em 1972, Eliane teve uma infância com boas recordações, tendo pais trabalhadores e zelosos com os filhos. A profissional possui mais três irmãos, e estudou todo o ensino básico em escola pública do município.

Muito dedicada, estudiosa e com garra para vencer na vida, fez a sua primeira graduação em administração de empresas na instituição privada Unipac. Em seguida, cursou sua segunda graduação, em psicologia, na mesma instituição de ensino.

Nos anos 1990, foi aprovada em concurso público na prefeitura de Teófilo Otoni para assumir um cargo administrativo em virtude da sua primeira graduação. Com a chegada das Faculdades Doctum na cidade, em 2002, decidiu cursar uma terceira graduação: Serviço Social.

Concluiu a sua terceira graduação em 2006 e, como já era servidora pública do município, conseguiu uma mudança de cargo, o que lhe proporcionou atuar como Assistente Social na Secretaria de Saúde, no Hospital Municipal Raimundo Gobira, bem como na Secretaria de Assistência Social, assessorando e monitorando as ações e serviços dentro do contexto da implantação da Política de Assistência nos Governos Lula (2003-2006/2007-2010).

Desde a década de 1990, com o seu ingresso na prefeitura, Eliane afirma ter presenciado vários embates políticos que reforçam os traços conservadores na cidade, citando o forte clientelismo, o mandonismo dos políticos, o patriarcalismo e expressões do primeiro-damismo.

Em 2017, com a vitória do jovem candidato petista à prefeitura, Daniel Batista Sucupira (2017-2020/2021-2024), a Assistente Social foi convidada para gerir a Secretaria de Assistência Social e Habitação. Afirmou ter sido um período de muitos desafios, no sentido de romper com uma cultura filantrópica/assistencialista que existia até então no que diz respeito à Secretaria, à sua estrutura e aos servidores. Eliane disse ter recorrido nesse período à UFVJM para estabelecer parcerias para capacitação de Assistentes Sociais e Psicólogos que atuavam nos Cras, Creas e unidades da alta complexidade da Assistência, com vistas a fortalecer e capacitar os servidores.

A profissional reconhece que, como gestora, recebia muitas solicitações de profissionais do Serviço Social, que questionavam as precárias condições de trabalho e os baixos salários, levando essas inquietações ao executivo municipal, bem como inserindo o debate na Câmara Municipal da cidade. O embate, segundo Eliane, era grande, principalmente no legislativo, por parte de vereadores alinhados à direita e à extrema direita, com defesa explícita do clientelismo e do primeiro-damismo.

Eliane foi a vereadora mais votada na cidade de Teófilo Otoni em 2020 e tem tido como propósito de gestão promover mudanças significativas nas áreas sociais, da educação, da saúde, da cultura, da diversidade, dos povos originários, tradicionais, bem como na luta feminista na região dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, fortalecendo e oportunizando as políticas públicas que viabilizem as diretrizes relacionadas às questões sociais, humanas e culturais. Começou a sua jornada como Educadora Social na Casa do adolescente (Aprender Produzir Juntos – APJ), na alfabetização de crianças em vulnerabilidade. Nesse contexto, desenvolveu ações com as pastorais, tendo como mentor o Padre Giovanni Lisa.

Reeleita vereadora em 2024 pelo Partido dos Trabalhadores, continua a sua militância política, com destaque para as ações de defesa das mulheres, sendo responsável pela articulação de vários grupos de formação social e política em Teófilo Otoni, como o Grupo de Mulheres Organizadas do Mucuri (Gmom), que presta auxílio às mulheres.

Além disso, Eliane preside a Comissão de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar (Comev), cujo objetivo é acompanhar, avaliar e monitorar as políticas públicas e ações do governo municipal voltadas às mulheres, bem como mapear a rede de proteção para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A comissão mantém essas informações permanentemente atualizadas e difundidas entre os poderes, entes e órgãos incumbidos do enfrentamento da violência, promovendo divulgação ampla e contínua dos meios disponíveis para que as mulheres nessa situação possam solicitar assistência policial, jurídica, psicológica, social e outros serviços oferecidos pelo poder público diretamente ou em parceria com a sociedade civil organizada. A Comev também atua junto aos agressores e respectivos grupos familiares, esclarecendo o que é o ciclo de violência e a importância de rompê-lo.

Diego Soares Ferraz

Diego Soares Ferraz nasceu em 1990, no município de Machacalis (MG), pertencente ao Vale do Mucuri (MG). Teve uma infância marcada pela pobreza na zona rural de sua cidade natal. Possui descendência indígena por parte de sua avó materna, o que o orgulha e fortalece sua afirmação nos espaços em que se apresenta. Foi o primeiro da família a ter acesso ao ensino

superior, ingressando no curso de Serviço Social da UFVJM em agosto de 2010 e concluindo-o em dezembro de 2014.

O Assistente Social destacou que disciplinas como fundamentos do Serviço Social e Oficina de Supervisão de Estágio foram marcantes em sua formação profissional, recordando a competência da então docente do curso Maria Angelina Camargo. Disse ainda que as disciplinas Processo de Trabalho I e II e Movimentos Sociais também foram importantes na sua trajetória acadêmica.

Diego entrou no mercado de trabalho em fevereiro de 2015, no seu município de origem. Na ocasião, o prefeito, à época, convidou-o para assumir a gestão do Suas em Machacalis (MG), o que gerou ao recém-formado uma série de inseguranças e desafios. O profissional permaneceu na gestão da política municipal até o ano de 2021, ano em que pediu exoneração devido a desgastes políticos e adoecimento mental.

Nesses anos de trabalho na gestão, Diego participou do Colegiado Gestor dos Secretários dos Suas dos Municípios (Cogemas). Ele afirma que isso contribuiu sobremaneira para a sua capacidade como gestor e também para a sua formação, que foi crítica, acrescentando que pôde enfrentar o coronelismo, o primeiro-damismo, os clientelismos e a lógica de benemerência e da caridade, existentes na sua cidade.

O principal desafio apontado pelo Assistente Social era capacitar politicamente os usuários da política. Isso porque o prefeito e os vereadores criticavam o seu trabalho na secretaria, chamando-o de “subversivo” e afirmado que a “algazarra” não era importante. O que incomodava esses políticos era a conscientização do povo, o que acaba gerando essa crítica em seu trabalho.

Nesse processo, Diego adoeceu em virtude dos confrontamentos, da precarização da política de assistência e do contexto da pandemia, que acirrou ainda mais a fragilidade da política. Como consequência, no ano de 2021, ele deixou a gestão e foi para a cidade de Teófilo Otoni recomeçar a sua atuação profissional, bem como para cuidar da sua saúde.

Com contrato temporário, o profissional atuou na política de saúde do município com foco na saúde indígena. Na região, os Maxacalis, denominação indígena local, são muito expressivos numericamente e são excluídos das políticas sociais, reforçando traços históricos de discriminação, higiene social, coerção e repressão. Diego diz se recordar, ainda em 2021, de ter levado essas questões ao prefeito, e, aos poucos, a política de saúde no município foi se abrindo para acolher as demandas ligadas à saúde da população indígena, embora permeado de limites, com um certo preconceito e despreparo dos profissionais de saúde em geral.

Mesmo assim, foi criado no município o Comitê de Equidade, ligado à saúde do município, com a participação de diversos sujeitos: profissionais de saúde, representantes da educação, a UFVJM e os usuários de saúde. Esse comitê é regulamentado por uma lei estadual e não é subordinado ao Conselho Municipal de Saúde do município.

Em 2022, por questões políticas e por interesse particular, Diego foi atuar na política de educação em Teófilo Otoni, no cenário da inserção gradual de Assistentes Sociais e Psicólogos nas unidades de ensino públicas do ciclo básico.

Como desafios impostos à profissão de assistente social na região, Diego elencou, primeiramente, o desconhecimento, tanto por parte de outros profissionais, quanto pelos usuários, sobre o que vem a ser o Serviço Social. Além disso, ele apontou as condições históricas de trabalho e salário na região, que nunca tiveram o devido valor merecido pela categoria. Como consequência, ele afirma que há uma “desmotivação geral na região” de muitas e muitos Assistentes Sociais, que, por isso, trabalham em dois ou até três empregos em cidades vizinhas da região.

Ricardo Silvestre da Silva

Ricardo Silvestre da Silva nasceu em 1969 em Belo Horizonte (MG). Ainda na infância, mudou-se para a cidade de Ipatinga, localizada na região mineira do Vale do Aço. Filho de pais trabalhadores, Ricardo, com seus dois irmãos, teve uma infância e adolescência dentro das possibilidades objetivas de uma família oriunda da classe trabalhadora dos anos 1980.

Começou a trabalhar em 1995 na prefeitura de Ipatinga, no âmbito administrativo, e deu início à sua graduação em Serviço Social no ano de 1996 na cidade de Caratinga (MG), em uma instituição privada da cidade que viria a se tornar futuramente as Faculdades Doctum. Ricardo teve que conciliar os estudos com o trabalho, realizando o trajeto diário de ida e volta de Ipatinga a Caratinga.

Ricardo afirma ter ingressado na faculdade ainda sob o currículo da Abepss de 1982, centrado em teoria, história e método do Serviço Social, e acrescenta que a transição para o currículo de 1996 ocorreu justamente durante o seu processo de formação. Ele destaca ainda que, nesse novo currículo, as disciplinas de formação sócio-histórica e de Fundamentos do Serviço Social foram importantes para sua formação.

O Assistente Social iniciou sua carreira nessa área no ano 2000, na prefeitura de Caratinga (MG), ingressando, em 2001, no mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ricardo conclui o seu mestrado acadêmico em 2005 e projeta profissionalmente ser docente de uma instituição pública de ensino superior.

Ainda em 2005, o profissional se inscreve para o edital de docente na área, na recém-criada UFVJM, prestando o concurso público e sendo aprovado. Ele chega no Vale do Mucuri (MG) em 2006, sendo o primeiro docente assistente social do curso de Serviço Social da instituição pública de ensino superior na região.

Como Ricardo foi o primeiro docente do curso, foi delegada a ele a tarefa de criar o projeto pedagógico, uma vez que o documento apresentado pela universidade ao MEC para a criação do curso ainda se baseava no currículo de 1982, ou seja, já defasado, cabendo, portanto, a revisão e atualização para o currículo de 1996.

O docente destaca também que foi o primeiro coordenador do curso e teve que enfrentar outros desafios para além do currículo, tais como as condições de trabalho e das salas de aula no campus provisório em Teófilo Otoni, sendo o atual campus entregue com condições de uso somente em 2009.

O campus de Teófilo Otoni, de acordo com Ricardo, é anterior ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), sendo fruto político-estratégico da então prefeita da cidade, Maria José Haussen, do PT (2005-2012), que possuía uma relação pessoal com o então presidente Lula. Os principais frutos do Reuni no campus foram as criações dos cursos de engenharia em 2008/2009 e, posteriormente, em 2014, de medicina.

Já nos anos 2000, o profissional deparou-se com sujeitos esperançosos pela vinda de uma universidade pública, citando, por exemplo, o sindicato rural da região e os movimentos populares da região. Em relação ao Serviço Social, Ricardo recorda que os profissionais eram poucos e estavam desmobilizados diante do cenário regional do Vale do Mucuri (MG).

O Assistente Social se aproximou dos profissionais e se colocou, à época, à disposição para reativar o Núcleo de Assistentes Sociais de Teófilo Otoni. Ele reiterou ter promovido alguns encontros, acrescentando que os desafios eram muitos, devido aos baixos salários, às condições de trabalho e ao fato de o Cress ser distante da região. Ricardo afirmou também se recordar de Romilda como uma profissional de referência na região.

Como desafio nos dias atuais, Ricardo avalia que a desmobilização da categoria profissional é fruto das condições objetivas de trabalho apontadas, mas de um “subjetivo” individualista que a sociabilidade contemporânea tem imposto com “eficiência”, comprometendo os sentidos de luta, coletividade e consciência de classe.

O profissional disse ainda que as e os Assistentes Sociais da região se queixam das taxas de anuidade do Cress, porém, quando se propõe a realização de um movimento de rearticulação,

poucos participam, pairando uma apatia em virtude das condições objetivas da vida social, da profissão e da própria formação desses profissionais na região.

Por fim, Ricardo sinalizou que a criação de uma seccional do Cress em Teófilo Otoni seria de suma importância, ponderando que a instituição física em si não é suficiente, tornando imperativa a construção de uma cultura política de mobilização e de luta na região, uma vez que o Vale do Mucuri (MG) é tomado por clientelismos, pelo primeiro-damismo e coronelismos, contribuindo para essa cultura “apática” na região em relação aos Assistentes Sociais. A desagregação e o isolamento na região são muito grandes, e urge como desafio romper com esse imobilismo que a conjuntura contemporânea impõe.

Júlio César Soares Barroso

Júlio César Soares Barroso nasceu no dia 17 de outubro de 1979, na Cidade de Teófilo Otoni/MG. É o terceiro filho de uma família de três irmãos, sendo duas mulheres e um homem. Teve a oportunidade, com os irmãos, de prosseguir nos estudos com muito trabalho e sacrifício dos pais.

A sua infância se sucedeu em uma fazenda chamada Jangadeiro (no período marcante da era do café), de mesmo prenome do Posto Jangadeiro, BR-116, município de Catuji/MG. Muito cedo, Júlio e sua família mudaram-se para o Distrito de Mucuri, pertencente a Teófilo Otoni, em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Júlio cursou o ensino médio completo concomitante a um curso de nível técnico em contabilidade na Escola Municipal Sidônio Ottoni, em Teófilo Otoni /MG. Com a conclusão do curso, ele pôde se inserir no mercado de trabalho municipal. Júlio relatou que sempre teve por horizonte realizar um curso superior, oportunidade que veio nos anos 2000 com a instalação das Faculdades Doctum na cidade.

Nesse período, antes do seu ingresso na faculdade, o futuro Assistente Social participou de “muitos projetos sociais” como militante nos movimentos sociais, exemplificando a Pastoral da Criança e do Adolescente e os Movimentos do Grupo de Jovens da Igreja Católica do Distrito de Mucuri. Fez parte também do Grupo de Atendimento às Mulheres Marginalizadas do Vale do Mucuri e do Programa Leite Pela Vida (na entrega e distribuição do leite), participando ainda de projetos e campanhas locais de arrecadação de alimentos não perecíveis para famílias carentes (como expressividade a Campanha do Quilo). Júlio orgulha-se em dizer que foi atuante na comunidade Católica Nossa Senhora da Graças e acrescenta que essas experiências no campo “social” foram determinantes na escolha do Serviço Social.

Em 2004, Júlio ingressou no curso de Serviço Social das Faculdades Doctum, sendo contemplado com bolsa parcial. Ele concluiu o curso em 2007, estudando no período noturno, pois trabalhava durante o dia na área contábil. O profissional destacou que, no percurso da graduação, mudou de emprego, concorrendo no ano de 2005 a uma vaga no processo Seletivo do Sistema Prisional do estado no município para agente social, o que exigia, à época, o nível médio de ensino. Foi aprovado e permaneceu nesse espaço de trabalho até o ano de 2009, tendo a oportunidade de realizar estágio supervisionado na instituição e afeiçoando-se ao campo sociojurídico em relação ao Serviço Social.

Em junho de 2011, o Assistente Social participou do processo seletivo no município para concorrer a uma vaga como Educador Social no Centro de Referência Especializado. Júlio foi aprovado e permaneceu no cargo até o dia 31 de dezembro de 2012, quando houve a troca de gestão municipal.

Em fevereiro de 2013, sob nova gestão municipal, Júlio foi chamado novamente para retornar às atividades do Creas, e, com surpresa, foi convidado pela Secretaria de Assistência, à época, para coordenar o Creas, em virtude do bom trabalho realizado na instituição como educador social e por ter a graduação em Serviço Social, cargo que ocupa até os dias atuais.

No Creas, Júlio destaca que o seu trabalho tem como principal objetivo responder às demandas dos usuários dos serviços prestados, garantindo o acesso aos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e nas legislações complementares pertinentes. Para tanto, a equipe técnica do Creas utiliza vários instrumentos de trabalho, como entrevistas, análises sociais, relatórios, levantamento de recursos, encaminhamentos, visitas domiciliares, visitas institucionais, dinâmicas de grupos, pareceres sociais, contatos institucionais, estudos de casos internos e com a rede, entre outros.

A atuação profissional faz-se, prioritariamente, por meio de instituições que prestam serviços públicos destinados a atender pessoas e comunidades que buscam apoio para desenvolver sua autonomia, participação, exercício de cidadania e acesso aos direitos sociais e humanos. Júlio afirma que, atualmente, a instituição conta com três assistentes sociais, mas que, mesmo assim, a demanda é altíssima, pois são referência para algumas cidades do Vale onde não há Creas, fazendo com que os Cras dos municípios encaminhem os casos para Teófilo Otoni.

Em relação aos desafios de *ser assistente social na região*, Júlio elenca as condições precárias para exercer o trabalho, os baixos salários e os vínculos de trabalho frágeis, que acarretam a alta rotatividade de profissionais e trazem prejuízos aos serviços e aos usuários.

Por fim, Júlio afirmou que nunca participou de forma a colaborar com o NAS na cidade e confirma que a dificuldade para mobilizar a categoria é grande, acreditando que o assédio e o medo da demissão sejam os maiores entraves para a não participação. Ele elencou também que o Cress é distante e não atende à região. A sensação, portanto, é de “abandono” aos profissionais da região.

Carolina Salomão Teixeira

Carolina Salomão Teixeira nasceu em Teófilo Otoni (MG) no ano de 1977. De pais humildes, passando por dificuldades na infância e na adolescência, ela precisou de muito esforço e apoio dos progenitores para estudar e vencer na vida. Após a conclusão dos seus estudos básicos, passou pela experiência de trabalho como auxiliar administrativa, tendo a oportunidade de estudar, por meio de bolsa, nas Faculdades Doctum. Carolina iniciou sua graduação em Serviço Social no ano de 2004 e concluiu o curso em dezembro de 2007.

A profissional afirmou que, no início da faculdade, sentiu muito “o peso” de conteúdos teóricos, o que lhe causava a sensação de “estar perdida, desnorteada”. Somente no 4º período do curso, com ingresso no Estágio Supervisionado, encontrou-se, identificou-se com o Serviço Social e teve a certeza de que estava na profissão certa.

Durante o período de estágio nos Cras de Teófilo Otoni, acompanhou toda a implantação dos equipamentos socioassistenciais na cidade e identificou-se com o trabalho do Cras e com a proteção social básica. Essa experiência a motivou a escolher a profissão e a enfrentar os desafios impostos ao Vale do Mucuri (MG), marcado por elevados índices de alta vulnerabilidade e pela grande demanda das famílias cadastradas, o que, para Carolina, foi motivador e desafiador.

Recém-graduada, iniciou o seu exercício profissional em 2008 em um município do Vale do Jequitinhonha (MG), chamado Rubim. Com orgulho, a profissional relatou ter implantado a Política de Assistência Social no município, atribuindo esse êxito à experiência adquirida durante o estágio que teve em Teófilo Otoni, passando por todos os serviços da política de Assistência Social. Carolina permaneceu em Rubim por três anos, desligando-se da prefeitura da cidade em 2011, por motivos pessoais e profissionais.

Nesse mesmo ano, ao retornar para Teófilo Otoni, Carolina conseguiu ser contratada para atuar na alta complexidade da política de assistência, ou seja, no acolhimento institucional da cidade. Em 2012, recebeu um convite da Secretaria de Assistência para coordenar um dos Cras da cidade, o Cras Sul, passando a atuar como coordenadora até o ano de 2019.

No ano de 2019, foi convidada para coordenar na região a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), permanecendo nessa coordenação até os dias atuais. A profissional destaca que, na Sedese, ela não exerce a função de Assistente Social, mas enxerga ser competente para o cargo pela sua formação e experiência na política de Assistência. Reiterou ainda que a instituição oferece suporte técnico, material e humano para os municípios da região, atuando como um elo com o governo do estado.

Carolina elenca que os desafios de *ser assistente social* na região em Teófilo Otoni são as condições desfavoráveis de trabalho, como os salários baixos, as condições precárias e a falta de mão de obra qualificada na formação desses novos quadros. Ela justifica essa afirmativa ao relatar que, como diretora Sedese, visita muitas cidades da região e percebe que os profissionais estão despreparados, demandando capacitação em elementos básicos da política de assistência. Observa, ainda, que grande parte dos novos profissionais se graduou pela modalidade EAD, que vem crescendo rapidamente na região.

Por fim, Carolina afirmou que a mobilização coletiva é outro “nó” na região, acrescentando que viu de perto o esforço de Romilda, Vera, Edna e Jaqueline, mas que a desmotivação era grande, inserindo-se nessa desmobilização.

Jaqueleine Rodrigues Metzker

Jaqueleine Rodrigues Metzker nasceu em Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, em 1977. Reside atualmente no município de Teófilo Otoni (MG), é casada com o seu segundo companheiro e tem um filho de 23 anos. Seu pai era militar da aeronáutica, mas abandonou o cargo para residir em Teófilo Otoni devido à família da mãe de Jaqueleine ser da região do Vale do Mucuri (MG). Após formar-se em Odontologia, seu pai começou a trabalhar na área. Sua mãe sempre foi trabalhadora na condição do cuidado do lar. Jaqueleine tem um irmão mais novo e se recorda de que veio do Sul do país para o Vale do Mucuri (MG) ainda na infância.

Após a conclusão do “científico”, hoje ensino médio, Jaqueleine relatou que o pai sempre tentou influenciar para que ela e o irmão seguissem a profissão de odontologia. Todavia, no início dos anos 2000, com a chegada das Faculdades Doctum, encantou-se pelo Serviço Social por meio de conhecidas que falavam da profissão. Em segredo, ela se inscreveu no vestibular da instituição, realizou a prova e foi aprovada para iniciar o “tão sonhado curso” em fevereiro de 2004. A profissional ainda ressaltou que só contou para os pais sobre a aprovação no vestibular quando saiu a lista dos aprovados, acrescentando que, surpreendentemente, o pai a apoiou e custeou sua faculdade.

Jaqueleine fez parte da terceira turma da Doctum, concluindo o curso em dezembro de 2007 e colando grau em fevereiro de 2008. A Assistente Social relatou que, no início do curso, recorda-se de disciplinas transversais, como Sociologia, Economia e Metodologia, mas ficava ansiosa para “chegar” às disciplinas que tratasse da “história da profissão”. Jaqueleine relatou também que gostou muito das disciplinas de Política Social, vendo nelas o “caminho para a efetivação dos direitos sociais”, identificando-se com a política de Saúde.

A profissional iniciou o seu exercício profissional no ano de 2008, na APJ, uma entidade sem fins lucrativos criada pelo Padre Italiano Giovanni Lisa (falecido em 2022), no período da ditadura, com objetivo de oferecer cursos e alfabetizar crianças e adolescentes na perspectiva de Paulo Freire. Atualmente, a APJ é uma associação filantrópica sem fins lucrativos e se mantém por meio de recursos das instâncias municipal, estadual e federal, além de doações de pessoas físicas e jurídicas.

O projeto no qual a Assistente Social trabalhou tinha como objetivo ressocializar jovens que saíam do sistema socioeducativo do município, tornando o trabalho desafiador. Em julho de 2009, é desligada do referido projeto devido ao fim do financiamento oferecido pelo estado mineiro, e Jaqueleine, dentro da Associação, foi alocada para o projeto Família Solidária, que acompanha famílias de baixa renda, capacitando os adultos e jovens por meio de cursos profissionalizantes e alfabetizando as crianças. A profissional permaneceu nesse até 2010, quando se desligou da associação.

Em 2010, foi trabalhar em dois Cras no sul da Bahia, no município de Teixeira de Freitas, considerando que o salário nessa cidade era maior do que em Minas Gerais. Permaneceu até 2011 e, nesse mesmo ano, mudou-se para o Sul do país, em Curitiba, para trabalhar em uma instituição católica (ensino básico), realizando análises socioeconômicas para a concessão de bolsas de estudo.

Foi desligada da escola em 2013 e retornou para Teófilo Otoni, onde foi atuar em um dos Caps da cidade, permanecendo nesse espaço de trabalho até início de 2020, antes do “estouro” da pandemia de coronavírus. Por motivos pessoais, retornou ao mercado de trabalho em 2024, atuando até os dias atuais no Centro de Referência dos Direitos Humanos, com sede em Teófilo Otoni, abrangendo parte do Vale do Mucuri (MG) e atendendo mulheres, indígenas, negros e negras e a população LGBTQUIA+.

O que motivou Jaqueleine a se tornar Assistente Social foi o gosto por atuar com o público e por incentivar os usuários a serem protagonistas de suas próprias histórias, enfrentando o clientelismo, o coronelismo e a politicagem, muito fortes na região. Entre os desafios sinalizados pela profissional estão os baixos salários e a precarização das condições e das

relações de trabalho, além da existência expressiva do “QI” (Quem Indica) na cidade, afirmando que, embora existam editais e processos seletivos, muitas vezes as vagas já estão com uma “carta marcada”.

Outro desafio citado por Jaqueline é a mobilização da categoria na região, acrescentando serem os profissionais muito desunidos, cada um atuando por si e não conseguindo mobilizar coletivamente. Ela afirmou ter participado de alguns momentos de articulação do NAS, mas assume “sua parcela de culpa” por não ter se comprometido como gostaria.

Shirley Alves Afonso

Shirley Alves Afonso nasceu em 1981, em Malacacheta (MG), município que dista 25 km de Teófilo Otoni. De família humilde, filha de pais agricultores e irmã de dois irmãos, teve uma infância marcada por dificuldades, mas feliz na companhia da família. Estudou em escola pública na cidade natal até a conclusão do ensino médio, antigo científico. Após a conclusão dos estudos básicos, trabalhou em lojas e escritórios para ajudar seus pais e começar a sua vida, sua independência.

No início dos anos 2000, muda-se para Teófilo Otoni (MG) e, por meio de uma bolsa de estudos nas Faculdades Doctum, iniciou o curso de Serviço Social em 2003, influenciada por colegas que haviam ingressado no mesmo curso na Unipac. A profissional relata que se “apaixonou” pela área e teve a certeza de que seria Assistente Social.

As disciplinas mais importantes, à época, de acordo com Shirley, foram Metodologia, Políticas Sociais e os “longos” Fundamentos do Serviço Social. A profissional ressaltou que passou por muitas dificuldades em sua graduação, pois eram poucos os docentes “capacitados”. Com isso, a Assistente Social avalia ter tido sua formação comprometida. No estágio, momento muito esperado, Shirley disse que começou a se encontrar com o Serviço Social, saber o que é o Serviço Social. As matérias de Política Social também a ajudaram muito.

A primeira experiência de trabalho ocorreu nos fins de 2008 e início de 2009, em um município próximo a Teófilo Otoni, onde a Assistente Social implantou a política de Assistência Social. O coronelismo e o clientelismo eram muito fortes, impondo a ela um grande desafio. Nesse período, a profissional implementou os Conselhos de Direitos e equipamentos como o Cras, além de promover reuniões em grupo com os usuários, apresentando-lhes a lógica do direito e “enfrentando” os coronéis. Permaneceu nesse município até 2010.

No início de 2012, Shirley participou de um processo seletivo na prefeitura de Teófilo Otoni e foi designada para o Cras do distrito de Topázio, onde atua no mesmo Cras até os dias atuais. A profissional afirmou que os desafios e as limitações são enormes, atuando para

viabilizar o mínimo como direito, já que o Cras do distrito em que atua é referência para a cidade, mesmo diante das condições precárias de trabalho.

Shirley sente orgulho da profissão que exerce, mesmo com os baixos salários, pois diz “não sem importar tanto”, porque é realizada e ama ser Assistente Social. Ela ressalta que, quando começou a atuar, a visão da profissão como caridade, ajuda ou favor era muito forte e, no cotidiano do trabalho, explicava aos usuários que a Assistência Social é um direito, uma política pública, e que sua função, como profissional, era mediar a viabilização desses direitos.

Por fim, a profissional disse que a mobilização da categoria é um desafio na região, sendo que ela mesma não participou de nenhum momento do NAS. Todavia, ela aponta que segue dia a dia atuando, fazendo o “seu melhor” pelos seus usuários.

Rodrigo Wolff da Penha

Rodrigo Wolff da Penha, natural de Teófilo Otoni, tem 40 anos de idade. Filho de pais agricultores e semianalfabetos, o profissional, desde a infância, trabalhou na terra com os pais, nunca se envergonhando de sua origem. Estudou desde pequeno em escola pública e, quando concluiu o ensino médio, antigo científico, começou a trabalhar como auxiliar de escritório, pois na cidade existem muitos escritórios de contabilidade e de advocacia.

Rodrigo sempre sonhou em fazer uma faculdade, sendo o primeiro de sua família a cursar o terceiro grau. Por meio de bolsas oferecidas pelas Faculdades Doctum, o futuro profissional ingressou no curso de Serviço Social em 2003 e concluiu sua graduação em dezembro de 2006. No ano seguinte, prestou concurso público para a prefeitura de Teófilo Otoni e foi aprovado nas primeiras colocações, tendo a possibilidade de escolha de atuação na Secretaria de Assistência Social no campo de assessoria e gestão, lócus de trabalho que permanece até os dias atuais.

O profissional recorda-se que, antes da graduação, não fazia ideia do que era o Serviço Social. Relata ter conhecido muitas pessoas, antes e durante a graduação, que se “intitulavam” Assistentes Sociais por realizarem ações de caridade e ajuda. Rodrigo destaca ainda que, na região, a correlação de forças é muito forte, uma vez que aqueles que detêm o poder local têm interesse na manutenção da pobreza.

Por ser efetivo, o profissional relata já ter enfrentado muitos embates com vereadores e “filantropos”, objetivando conscientizar os usuários de que o Assistente Social não faz caridade, mas trabalha para garantir direitos. Rodrigo afirma se recordar de Romilda como sua professora na faculdade e também nos espaços do NAS, onde participou de algumas reuniões e ações. Em

sua visão, o grande desafio para os profissionais da área na região é a articulação política de forma coletiva.

No município de Teófilo Otoni, assim como em outros da região, ainda vigoram de forma expressiva os traços do primeiro-damismo, do clientelismo e do patriarcalismo. Essa conjuntura desafia os Assistentes Sociais da região que, em sua grande maioria, possuem vínculos de trabalho precários.

Além disso, o salário na região é vexatório. Na percepção do profissional, o Cress-MG está muito distante. Segundo ele, os Assistentes Sociais são invisíveis para o Conselho, e, quando há presença, atuação, o que vigora é a punição de colegas. O perfil profissional, no olhar de Rodrigo, é “acanhado”, “passivo”, que espera que apenas os outros façam, moldando-se à estrutura das políticas setoriais.

Raquel Cristina Lucas Mota

Nasceu na cidade de São Paulo no ano de 1974. Nos anos 1990, mudou-se com a sua família para Ipatinga, Minas Gerais, na região do Vale do Aço. Seu pai foi servidor público e aposentou-se por tempo de serviço, e sua mãe sempre trabalhou em casa, como doméstica. Raquel possui dois irmãos (uma irmã e um irmão). A Assistente Social não se sentiu à vontade para relatar muitas questões da sua infância e adolescência, devido aos traumas e dificuldades vivenciados por ela.

Após a conclusão do ensino médio, antigo científico, a futura Assistente Social trabalhou durante o dia como auxiliar administrativa na secretaria da própria faculdade, a fim de cursar Serviço Social à noite, na cidade de Caratinga (MG), onde foram criadas as Faculdades Doctum, que posteriormente se expandiram pelo Brasil. Raquel então começou a cursar Serviço Social no ano de 1996 na então Faculdades Integradas de Caratinga, hoje, Unidocum, no município de Caratinga (MG), concluindo o curso em dezembro de 1999. Foi discente do Professor Ney Teixeira, que atualmente é docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e vivenciou a transição de currículos pela Abepss, ou seja, o de 1982 para o de 1996, que vigora até os dias atuais.

De 2001 a 2005, Raquel trabalhou como professora na instituição em que se formou e também trabalhou, via concurso público, na prefeitura de Ipatinga, de 2002 a 2005. Durante o curso de mestrado em Serviço Social na UFRJ, que se iniciou em 2003, a profissional pediu exoneração da prefeitura, concluindo o curso em 2006.

Como mestra na área, soube que a UFVJM estava com edital aberto de concurso público para docente no curso de Serviço Social em Teófilo Otoni. Ela prestou o concurso e foi

aprovada, tendo sido a segunda docente do curso, chegando ao Vale do Mucuri em junho de 2007.

Raquel afirmou ter “estranhado” muito a cidade de Teófilo Otoni e região, pois veio do Vale do Aço, de uma cidade mais urbanizada e desenvolvida, mas que se adaptou em pouco tempo. Assumiu, no início de sua chegada, a coordenação do curso e fez o movimento de conhecer as Assistentes Sociais do município, com o intuito de estabelecer vínculos para o processo de estágio, que iria ocorrer em 2008 para a primeira turma do curso.

Foi também nesse período que a docente conheceu Romilda, Nádia, Vera e outras Assistentes Sociais, por meio dos movimentos de articulação do Núcleo de Assistentes Sociais, percebendo a “cultura local” e as relações precárias de trabalho das profissionais. Por fim, Raquel afirmou ter lecionado nesses 17 anos de UFVJM em todas as disciplinas do curso, e, mesmo com os desafios da docência, da universidade pública, ela se sente realizada profissionalmente.

4.2 AS E OS ASSISTENTES SOCIAIS NO VALE DO MUCURI (MG): CULTURA POLÍTICA; CULTURA PROFISSIONAL; FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO

O objetivo deste capítulo é dar voz às falas e aos diálogos das e dos Assistentes Sociais entrevistadas(os), entrelaçando o debate histórico acerca da formação sócio-histórica brasileira e regional, bem como os fundamentos do Serviço Social no país e suas particularidades no Vale do Mucuri (MG), discutidos nos capítulos anteriores. Histórias que não estão isoladas, que não são fragmentárias e/ou alheias à realidade regional, mas que se conectam na medida em que os indivíduos são frutos das relações sociais, manifestando no cotidiano da vida individual traços substantivos da coletividade.

Vimos no Capítulo 2 que a formação sócio-histórica do Vale do Mucuri (MG) está contida na formação sócio-histórica nacional que remete ao processo histórico de colonização das Américas a partir do século XVI, no trânsito do feudalismo para a era moderna na Europa ocidental. Fernandes (2020) foi assertivo em suas análises na medida em que afirma que a nossa formação tem raízes concretas na reprodução da base material de uma economia que se consolidará na produção de gêneros (alimentícios e de matérias) para a exportação a partir das atividades na agricultura e na pecuária, sob o crivo do trabalho dos negros escravizados.

A Independência Política e a constituição do Estado Nacional Brasileiro, a partir de 1822, não foram capazes de romper com a heteronomia e com as relações de dependência em

relação aos países de capitalismo central na Europa no século XIX, em especial a Inglaterra, o que perpetuou, sob novas determinações, o lugar de subalternidade do país no circuito das relações capitalistas.

O autor também destacou que a base material, econômica, é elemento central que constitui e/ou determina as outras esferas da vida social, como a política, a sociedade e a cultura. Mesmo sob a construção do Estado Nacional, incorporando elementos modernos na estrutura do poder de Estado, suas instituições e o “espírito burguês”, os traços advindos da era colonial não foram destruídos, mas sim refuncionalizados, o que torna a “nossa Revolução Burguesa” inconclusa. Sob essa base, a cultura política é construída historicamente.

Chauí (1995, p. 3-4) traz quatro elementos importantes acerca da nossa cultura política:

o grande mito que sustenta a imaginação social brasileira é o da não violência. Nossa auto imagem é a de um povo pacífico e ordeiro, alegre e cordial, mestiço e incapaz de discriminações étnicas, religiosas ou sociais, acolhedor para com os estrangeiros, generoso para com os carentes, orgulhoso das diferenças regionais e destinado a um grande futuro.

[...] O primeiro mecanismo é a violência da exclusão: afirma-se que a nação brasileira não é violenta e que se houver violência, é praticada por gente que não faz parte da nação, criando mecanismos de exclusão entre os “nós brasileiros não violentos” e “eles não brasileiros violentos”.

[...] O segundo mecanismo diz respeito à distinção, reafirmando que os brasileiros não são violentos e, portanto, a violência é incidental, efêmera, uma epidemia, algo passageiro, que será superável.

[...] O terceiro mecanismo é de tipo jurídico: a violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, o crime sendo definido como ataque à propriedade privada, determinando os seus agentes sociais de criminosos os negros, os pobres, os “não civilizados”, cabendo uma ação de combate repressiva por parte de representantes do Estado para o restabelecimento da ordem.

[...] O quarto e último mecanismo é o da inversão do real, graças a produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, ideias, e valores violentos como se não fossem violentos. Assim, por exemplo, o machismo é colocado como proteção natural perante a “fragilidade” feminina; o paternalismo branco é visto como proteção para auxiliar a “natural” inferioridade dos negros; a repressão contra os homossexuais em nome da proteção e defesa da “sagrada família”.

Dialogando com Chauí (1995), foi visto no segundo capítulo, com Achtschin (2018), que, em nome da “civilização e do progresso”, milhares de etnias indígenas originárias no Vale do Mucuri (MG)¹⁰⁵ foram dizimadas a partir da segunda metade do século XIX em virtude da

¹⁰⁵ Achtschin (2018) explicita os Maxacalis (grande expressão numérica na região, resistindo e sobrevivendo em demarcações territoriais até os dias atuais); os botocudos e os pojichás. A massiva dizimação se deu entre os anos 1870 e 1910.

exploração e exportação dos recursos naturais regionais, do uso da terra (agricultura e pecuária) e do processo de urbanização sob a insígnia do “heroísmo” de Benedito Teófilo Otoni, imprimindo hierarquicamente uma “cultura” alheia à realidade regional (com forte imigração alemã), dando origem a um dos municípios polos do Vale em questão: Teófilo Otoni (MG).

Sob o discurso do “progresso” e da “modernidade”, a violência é “justificada”, naturalizada, tornando crime as lutas de resistência dos indígenas da região, como afirma Achtschin (2018), renomado historiador regional. O pesquisador reitera que, para além da dizimação de milhares de indígenas, impõe-se juridicamente e socialmente o caráter criminalizador para aqueles e aquelas que não se conformam com o que é instituído.

A partir da dominação do Vale do Mucuri (MG) pelos imigrantes alemães e pelas elites locais de poder em fins do século XIX e início do século XX, o mandonismo, o coronelismo e o clientelismo tornam-se elementos que estruturam a formação regional sob o domínio econômico da exploração e uso da terra (agricultura e pecuária), além da crescente urbanização, com destaque ao comércio (setor de serviços).

O mandonismo e o clientelismo são marcas históricas que apareceram nos relatos das(os) entrevistadas(os):

o mandonismo é uma característica da política tradicional brasileira existente desde a era colonial. O mandonismo se reatualiza nos períodos históricos da Independência e dos períodos republicanos até os dias atuais. É visto nas regiões interioranas/provincianas do Brasil, tendo por característica a relação de dependência, de subserviência e obediência ao *Senhor* que detém em suas mãos alguma forma ou instrumento de poder.

[...] O Clientelismo, que se entrelaça com o mandonismo e com o coronelismo, refere-se à *troca de benefícios* (diretos ou indiretos) por apoio político, especialmente em eleições ou para manter o poder. É um sistema de relações de troca e dependência em que um agente político (ou um grupo) oferece benefícios, como empregos, serviços públicos ou favores, em troca do apoio, voto ou influência de outros (Queiroz, 1975, p. 170).

Sinteticamente, mas não menos importante, foram tecidos elementos da cultura política que se entrelaçam com a cultura. Sob a perspectiva da Teoria Social Crítica, a partir das contribuições de Antônio Gramsci e de gramscianos, parte-se da seguinte compreensão:

a preocupação de Gramsci em afirmar o conceito vai em duas direções: a cultura significa o modo de viver, de pensar e de sentir a realidade por parte de uma civilização e, em segundo lugar, é concebida como projeto de formação do indivíduo, como ideal educativo a ser transmitido para as novas gerações (Vieira, 1999, p. 60).

Desde a gênese da profissão de Serviço Social nos anos 1930, a cultura profissional foi construída a partir das matrizes teóricas que historicamente a nortearam. Nesse percurso, destacam-se as influências da Doutrina Social da Igreja e da vertente norte-americana de cunho positivista, seguidas pelo amadurecimento crítico com a incorporação da Teoria Social de Marx e da tradição marxista, que ganham hegemonia a partir dos anos 1990. Entretanto, essa hegemonia vem sendo “desafiada” por tendências neoconservadoras nos dias atuais, como a pós-modernidade, que vem contribuindo para a manutenção da sociabilidade capitalista na contemporaneidade.

Na realidade do Vale do Mucuri (MG), são as mulheres as primeiras assistentes sociais a atuarem na região, como descreve uma entrevistada:

ao me graduar, na Escola Católica de Serviço Social de Minas Gerais em 1982, trabalhei como assistente social do Hospital Espírita André Luiz [contrato temporário em Belo Horizonte] e logo depois recebi um convite de minha professora, Márcia Biondi Pinheiro, para ampliação das ações da Legião Brasileira de Assistência-LBA em Minas Gerais. Eu e alguns colegas participativos dos movimentos estudantis da PUC da época, ingressamos nesse projeto, balizados por uma vontade de fazer um Serviço Social na nova visão conceitual. Fomos contratados por Tancredo Neves [contratados por órgão do estado cedidas a LBA] no apagar das luzes de sua gestão em Minas Gerais. Fui encaminhada ao Nordeste mineiro para o município de Águas Formosas em 1984 e depois fui transferida para Teófilo Otoni, a fim de trabalhar em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais na distribuição de alimentos (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

De acordo com Silva (2018), a LBA foi fundada em 28 de agosto de 1942, no cenário de recrutamento de homens para compor a Força Expedicionária Brasileira, na conjuntura da 2^a Guerra Mundial (1939-1945). Na ocasião, o Brasil lutava do lado dos aliados, conduzidos por Estados Unidos, Inglaterra e França, contra a potência do eixo, composta pela Alemanha nazista de Hitler, pela Itália fascista de Mussolini e pelo Japão.

Sua missão primaz, num primeiro momento, era amparar as famílias dos soldados que estavam em combate na Europa. A instituição originou-se da ação da primeira dama do país, a Sr.^a Darcy Vargas, que trouxe para si o círculo de mulheres influentes na sociedade carioca e brasileira, assim como conclamou todas as primeiras damas dos estados brasileiros a se envolverem como voluntárias na causa (Silva, 2018, p. 605).

O autor reitera que o financiamento da Legião terá por fontes o Governo Federal bem como o empresariado, este representado pelas Confederações da Indústria e do Comércio,

sinalizando historicamente a construção da parceria público-privada entre o Estado e a Sociedade Civil, a partir de uma “assistência preventiva que objetiva combater os males pela raiz, oferecendo não só o socorro imediato, mas promovendo a dignidade humana por vias e meios de superação dos problemas enfrentados¹⁰⁶” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 184).

Para além do trabalho voluntário, sobressai a mão de obra feminina na LBA, inserida em uma compreensão ideológica do papel da mulher na sociedade, fundamentada no primado do ser e nas qualidades “naturais”, que foram tecidas em parágrafos anteriores, relacionadas ao saber.

Silva (2018) aponta que, nos anos 1950/1960, a LBA passa a recrutar mão de obra predominantemente feminina, na condição de assalariamento, dando ênfase às profissões de magistério, enfermagem, medicina, telefonista e Assistente Social. Nesse contexto, no marco da institucionalização e legitimação do Serviço Social no Brasil, com a gênese e consolidação do mercado nacional de trabalho a partir dos anos 1940, a LBA torna-se um dos espaços sócio-históricos de inserção da mão de obra qualificada da(o) Assistente Social, sob a matriz de formação conservadora, “neutra” e com influências do Serviço Social Norte-Americano de base positivista¹⁰⁷, aprimorando o arsenal técnico de intervenção, destacando o Serviço Social e o Desenvolvimento de Comunidade.

A partir dos anos 1950/1960, sob o crivo do nacional-desenvolvimentismo, trabalhado no segundo capítulo, o Desenvolvimento de Comunidade passa a ser adotado com uma das ferramentas capazes de possibilitar o alcance dos objetivos do nacional-desenvolvimentismo no Brasil.

Institucionalizado pela ONU após a II Guerra Mundial, o Desenvolvimento de Comunidade é postulado num momento histórico em que as grandes potências- lideradas pelos Estados Unidos e pela Rússia- deflagram a chamada “Guerra Fria” pelo primado político, econômico e ideológico de um mundo supostamente bipolarizado. [...] Passa então a recém criada ONU a desfraldar a bandeira da Social-Democracia e a buscar estratégias capazes de garantir a ordem social e de preservar o “mundo livre” dos regimes e ideologias consagradas como não democráticas (Ammann, 2003, p. 29).

¹⁰⁶ Sob o domínio do pensamento conservador de caráter confessional e laico, as expressões da “questão social” são vistas como questões morais, de âmbito individual, cabendo aos indivíduos os esforços e a aceitação das “oportunidades” dadas para superarem suas dificuldades. Iamamoto e Carvalho (2014) denominam essa lógica como a individualização da proteção social, embebida pela ideologia do favor e do mérito.

¹⁰⁷ Andrade (2008) afirma que Mary Richmond, socióloga norte-americana, ganha proeminência a partir dos anos 1920, espraiando nas décadas de 1930 e 1940 para outros países. A então socióloga contribui para o processo de laicização da profissão, sob a teoria social positivista, diferenciando caridade, filantropia e assistência social (com foco curativo) em relação ao Serviço Social.

A autora aponta que o Desenvolvimento de Comunidade no Brasil tem estreita ligação com a política do nacional-desenvolvimentismo surgido na era Vargas (1930-1945) e acrescenta que o desenvolvimento em questão é realidade em todo o continente latino americano,

resguardando as particularidades histórico-nacionais, com objetivo claro: superar a barreira do subdesenvolvimento nestes países com foco na eliminação da pobreza, incremento tecnológico na esfera produtiva para gerar modernidade, progresso e chegar ao desenvolvimento na ordem capitalista, conciliando e equilibrando os conflitos (Ammann, 2003, p. 32).

Sob o argumento de que a “pobreza” é um entrave e ameaça tanto para essas populações pobres como para as áreas mais prósperas; de que na atual luta ideológica, os povos famintos tem mais receptividade para a propaganda comunista internacional do que as nações prósperas; de que o esforço de ajudar os povos a alcançarem um nível de vida mais sadio e mais economicamente produtivo eliminaria os focos do comunismo em potencial; de que a melhoria das condições sociais e econômicas em qualquer parte do mundo livre redundaria em benefício aos Estados Unidos e aos países subdesenvolvidos (Ammann, 2003, p. 33).

Essa perspectiva político-ideológica tem lugar no Serviço Social tradicional, definido por Netto (2015) como paliativo, burocratizado, sustentado no discurso de neutralidade, haurida na ética liberal burguesa. Para além do Serviço Social de caso e de grupo, o Serviço Social de comunidade torna-se uma das ferramentas para o exercício profissional de Assistentes Sociais, sendo definido por Andrade (2008, p. 284)

como um instrumento de trabalho que objetiva promover o desenvolvimento social dos indivíduos e sua orientação pela promoção das relações eficientes e úteis entre eles em busca de um desenvolvimento equilibrado e harmonioso. As técnicas empregadas pelo assistente social são as que estimulam e orientam os indivíduos e grupos, sem controlá-los; as medidas e providências visam à solução de determinado problema social.

Contudo, no cenário regional da pesquisa, a assistente social Romilda, pioneira no Vale do Mucuri, destaca que

a aplicação do Desenvolvimento de Comunidade na região rural e urbana do município de Águas Formosas nos anos 1980 proporcionou o autoquestionamento da realidade local. A pobreza, a concentração de terras eram gritantes e era preciso ir além do discurso oficial de levar desenvolvimento, progresso e melhoria de vida para a população. [...] Me recordo que eu e algumas colegas íamos ao encontro da população nas casas,

associações, salões de igreja e questionávamos a vida do povo, pois havia recebido uma formação crítica, o país em ebulação com a redemocratização, queríamos levar o povo a refletir e pensar estratégias de ação (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A profissional relata também que, diante desse movimento de autoquestionamento das condições de vida da população e do crescente trabalho, houve resistências por parte do poder público local (prefeitura, à época) e dos fazendeiros e “benfeiteiros” da cidade.

Me recordo de alguns fazendeiros, algumas pessoas de posse na cidade, alguns vereadores questionarem nosso trabalho, pois estávamos “agitando o povo” ao invés de ensiná-los a como superarem suas dificuldades para saírem das condições vividas. [...]. Foi aí que percebi, na pele, como que o mandonismo, o coronelismo, a benemerência eram fortes e que fomos “orientadas” a mudar o foco do trabalho para “evitarmos” problemas maiores (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Nepomuceno (2024) reitera que, mesmo com as contradições e os limites impostos pela realidade regional, o trabalho realizado contribuiu, à época, para o fortalecimento do sindicato rural em Águas Formosas. Os grupos de reflexão das CEB, sustentados pela vertente “progressista” da Igreja, que pregava a Teologia da Libertação, buscavam defender e reivindicar direitos, bem como o fim da desigualdade social.

Essas pequenas conquistas me motivavam, me alimentavam: porque eu saí da minha graduação com essa vontade, esse desejo de mudar a realidade, de não reproduzir um Serviço Social Neutro, conservador, sem questionar as condições de vida da população. Sendo jovem, me desafiei a deixar a capital mineira para vir para o interior e fazer a diferença (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A vivência e a formação na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, lócus histórico importante para a vertente da “Intenção de Ruptura”, marcou a profissional, trazendo essa “vontade de mudança” a uma região com grande concentração de renda, predominantemente agrária nos anos 1980 e com traços sócio-históricos extremamente conservadores.

Andando por algumas localidades da região, era gritante a ausência do Estado, das prefeituras, das políticas públicas como temos hoje e que são limitadas. As pessoas carregavam com elas um conformismo, naturalizavam as situações, é assim mesmo, aqui manda quem tem poder e dinheiro. [...], mas, também, em minoria, conheci pessoas lutadoras, batalhadoras, fortes que

tentavam de alguma forma se articular e tinham apoio dos padres franciscanos, capuchinhos, alinhados a Teologia da Libertação (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Achtschin (2018), em uma de suas obras sobre a formação sócio-histórica da região, afirma que os frades franciscanos tiveram uma atuação muito forte junto ao povo a partir dos anos 1960 e 1970, sendo uma das frentes de resistência à ordem local instituída e contrários à ditadura militar sob a Teologia da Libertação.

O autor destaca que os frades tinham o apoio do primeiro bispo da Diocese de Teófilo Otoni¹⁰⁸, criada em 1961, acrescentando que a casa de formação deles localizava-se no município de Itambacuri (MG), distante 30 km de Teófilo Otoni, aproximadamente.

Na época, eu me recordo de muitos grupos das CEBs principalmente em Teófilo Otoni. Os frades percorriam a cidade e em algumas da região, fazendo o trabalho de mobilização e conscientização do povo. Isso incomodava o poder local, a ala mais conservadora da Igreja e os frades eram perseguidos (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A profissional relatou que permaneceu trabalhando em Águas Formosas (MG) de 1984 a 1986 com Desenvolvimento de Comunidade, o que lhe proporcionou conhecer um pouco a região. Em 1986, recebeu uma proposta de trabalho, via indicação, para atuar na área da saúde, de sorte que pôde contribuir com as discussões em Teófilo Otoni e região dos momentos em que antecederam a criação do Sistema Único de Saúde, em 1988.

Quando fui pra Saúde em 1986, fui por indicação e depois fiz um concurso interno e me efetivei após a Constituição de 1988. Trabalhei desde então somente neste campo, na Gerência Regional de Saúde, contribuindo no planejamento, monitoramento e nas ações e serviços de saúde em todo o Vale do Mucuri (MG).

[...] A partir da década de 1990 iniciou, de forma gradual, um aumento de profissionais na região e a maioria vinculados por contrato de trabalho, sem concurso público efetivo. Nessa época eu já era efetiva na Gerência Regional de Saúde (GRS), mas conhecia alguns colegas que trabalhavam em municípios da região sob indicação de vereadores, prefeitos e até os coronéis, donos de grandes extensões de terra na região. O clientelismo para conseguir emprego na região era muito forte e até hoje o “Quem Indica” é frequente na região para conseguir trabalho (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

¹⁰⁸ Dom Quirino Adolfo Schmitz foi o primeiro bispo da Diocese, que era franciscano. Os frades tinham apoio e proteção de Dom Quirino. O Bispo permaneceu na Diocese até 1985 e, após esse ano, o bispo sucessor, pentecostal conservador, expulsou os frades franciscanos da Diocese.

Vera Lúcia Carvalho, “filha da região”, nascida no município de Itambacuri (MG), pôde, desde criança, conviver com frades franciscanos no desenvolvimento dos seus trabalhos, conforme situou-nos Nepomuceno (2024). Além dessa convivência, a Assistente Social destaca com orgulho e emoção o trabalho desenvolvido por seu pai no município.

Nascida em 18 de outubro de 1955, natural de Itambacuri (MG), sou a filha mais velha de sete irmãos. Desde cedo, tive experiência com a política porque meu pai era líder do partido do PSD aqui na cidade, um líder nato comunitário, sempre envolvido com as questões sociais. Ajudou a construir aqui em 1958 o hospital da nossa cidade.

[...] Me lembro que os padres franciscanos eram muito parceiros do meu pai, o ajudavam, o aconselhavam nos momentos de tensão. Minha casa vivia cheia de gente da cidade, de amigos da família que abraçaram com o meu pai a realização concreta dos seus ideais. Essa foi a minha primeira referência de política (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

A profissional afirma que, ao concluir o segundo grau, realizou o curso de Magistério em Teófilo Otoni (MG), por falta de “opção” e de oportunidades na região para cursar uma “faculdade”. No ano de 1973, Vera muda-se para a cidade de Ouro Preto (MG), pois possuía familiares na cidade. Lá conheceu uma prima “distante”, mais velha e que era Assistente Social. A partir desta convivência, Vera traz o seguinte relato:

me aproximei mais dela e com isso me interessei pelo Serviço Social. No ano de 1975, fui para Belo Horizonte cursar Serviço Social na ESS-UCMG, morando em uma república feminina com mais três primas. Tive a oportunidade de conhecer Leila Lima Santos e me apaixonar ainda mais pela profissão pela postura aguerrida de Leila. Me recordo que nesse mesmo ano, Leila e alguns professores progressistas foram expulsos da escola e Leila foi exilada se não me engano. Foi um ano turbulento e logo no início do curso comecei a participar das reuniões do Diretório Acadêmico do curso e do DCE. [...] Neste processo, fui me forjando no verdadeiro sentido da Política com p maiúsculo. Vivenciei a implantação do Método BH e percebi isso na minha formação, com um viés político e em plena ditadura, o AI-5. Me recordo de amigos e amigas que foram presas e presos, torturados e alguns colegas que cometiam suicídio nesse bojo. Me lembro que eu não podia passar um batom, arrumar um cabelo, pois a repressão era muito forte (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

A Assistente Social reiterou que, no período em que esteve na escola, graduando-se em janeiro de 1979, vivenciou na capital mineira os debates e o “nascimento” do Partido dos Trabalhadores como um partido de esquerda, visto como “salvação para o Brasil”. Destacou ainda que, devido a essa admiração pelo recém-partido, no ambiente escolar,

nos rotulavam de subversivas, vulgares e a sensação de estar sendo vigiada, seguida era grande e te confesso: era muito medrosa, morria de medo de ser pega, agredida, presa e torturada. Me lembro também, na escola, a nossa biblioteca foi fechada, livros foram rotulados de proibidos de termos acesso, sabe? (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

No ano de 1977, Vera afirmou ter iniciado o seu estágio acadêmico, proporcionando-lhe amadurecimento pessoal e profissional, além de uma maior consciência de classe. O estágio foi realizado no contexto da política de proteção e combate aos maus-tratos aos menores, seja fora ou dentro da então Febem.

Quando me graduei, no início de 1979, tive em BH a minha primeira experiência de Trabalho no Ciame em parceria com a Febem. O Ciame era um programa em regime de externato da Febem, visando combater os maus tratos aos menores fora e dentro da Febem.

[...] Tive o privilégio de trabalhar com uma equipe maravilhosa, multiprofissional, numa linha mais crítica e humana e fiquei no Ciame de BH até 1986. Retorno para o Vale do Mucuri (MG) em 1986 para trabalhar no Ciame de Teófilo Otoni, morando em Itambacuri (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

A profissional relatou que o retorno à região natal se deu por motivos familiares, por motivo de enfermidade do seu pai. À época, casada recentemente com seu companheiro, juntos até a presente data, já era mãe de seu primogênito, que tinha três anos de idade nesse período.

Quando voltei, Jhony, me encontrei com a Romilda, sabe? Eu a conheci através de uma amiga em comum, muito querida e que morava em BH. Inclusive quando voltei, Romilda morou alguns meses em minha casa e nos tornamos amigas desde então.

[...] No período que voltei pro Vale conheci mais duas Assistentes Sociais que trabalhavam na LBA, elas tinham um viés conservador, o discurso da neutralidade, sabe, Jhony? Mas em questão salarial, era a melhor instituição que a remuneração era boa. Eu e Romilda não fomos muito bem vistas por essas profissionais e nos isolamos delas e elas de nós (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Em relação à atividade profissional no Ciame de Teófilo Otoni, Vera deu ênfase aos trabalhos de visita aos bairros periféricos da cidade, para acompanhamento das crianças e adolescentes, além de oferecimento de apoio às famílias. A assistente social afirmou que muitos grupos de famílias foram criados e que as expressões da questão social eram muitas na cidade, nos anos 1980 e 1990.

No Ciame na cidade por diversas vezes tentei articular pontes com as duas Assistentes da LBA, mas o trabalho em rede com elas era muito difícil, não davam abertura, hostilizavam minhas demandas, encaminhamentos, eram conservadoras, fechadas, lacradas mesmo com os poderosos da cidade (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Na década seguinte, em 1992, Vera foi aprovada em concurso público no campo sócio-ocupacional sociojurídico, atuando como Assistente Social na comarca de Itambacuri (MG), sua cidade natal.

A posse mesmo, a entrada em exercício se deu somente em 1994 por questões de recursos do concurso, à época. Fui a primeira Assistente Social na região a atuar no campo sociojurídico. Trabalhei na comarca até o ano de 2017, quando me aposentei. Foi uma árdua trajetória, mas gratificante, valeu a pena ser Assistente Social (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

A profissional relembra que, no início dos trabalhos na comarca de Itambacuri (MG), o desafio era implementar nas cidades do Vale os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos no campo da criança e adolescência. Essa necessidade decorreu tanto da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto das demandas das prefeituras da região, que precisavam instituir essas instâncias de defesa e garantia de direitos para poderem receber recursos destinados a ações e serviços.

A Comarca de Itambacuri comporta mais sete cidades aqui da região. A época, estradas para chegar a essas cidades todas de terra, isso foi um primeiro desafio para ir às regiões que abrangiam a Comarca. Depois da Constituição Federal de 1988, com a chegada de uma promotora para a comarca a época, humana, feminista no meu ver, começamos a incentivar a implantação dos Conselhos de Direitos aqui na região, nos municípios e me recordo de enfrentarmos muita resistência dos prefeitos da região, coronelismo e patriarcalismo muito forte, sabe? Mas aos poucos, fui mostrando o que era o Serviço Social, tirando a visão reduzida de caridade, benemerência que se tinha e eu falava muito de direitos. Ainda me recordo de implantarmos na região muitos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

[...] Junto a esse hercúleo trabalho a Comarca tinha uma demanda muito grande de registro de trabalhadores urbanos e rurais para registro previdenciário, para conseguirem aposentar e/ou receber o BPC, eram filas e filas na Comarca todos os dias de trabalhadores da região, pessoas muito simplórias, muito humildes. Retomando aos Conselhos, implantamos conselhos em quase todos os vinte e sete municípios aqui na região, dando capacitação, realizando processos de escolha de Conselheiros Tutelares e de Direitos da Criança e Adolescente. Em todos os anos de Comarca, não tinha carro para eu ir as cidades fazer visitas, ia com o meu carro próprio ou com o

carro da promotora, foram muitas estradas de chão rodadas, Jhony, você não faz ideia! (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Há, nesse contexto, um elemento importante apontado pela Assistente Social: o Vale do Mucuri, desde a segunda metade do século XIX, conforme descrito no segundo capítulo, foi uma região rica pela extração de pedras preciosas em paralelo às atividades de agricultura e pecuária. Muitos trabalhadores, irregulares na condição de trabalho, viviam da extração das pedras.

Nos anos 1990, recebemos na comarca muitas denúncias de crianças e adolescentes que trabalhavam em situações análogas à escravidão nas atividades de agricultura e alguns casos nas extrações das pedras preciosas. Me recordo que o nosso embate com fazendeiros, donos de minas era forte. A promotora, à época, recebia ameaças de morte, passou a ter escolta regular por um tempo. Como nós atuávamos em conjunto, me via nessa sensação de medo, mas não me recuava, seguíamos em frente (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Nos anos de sua atuação profissional, Vera afirmou que teve de buscar na “prática” o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas (relatórios, pareceres, roteiros de entrevista e capacitações) em virtude da formação escolar de Belo Horizonte, que “priorizou” a dimensão política em detrimento da técnica.

Não me arrependo da minha formação. Vivi um momento histórico dentro da profissão, o Método BH, a crítica e a recusa ao conservadorismo na profissão e esse caldo me fez sempre ser firme e crítica nos anos de atuação. A parte dos instrumentais, da técnica, faltaram, foram deficientes, mas era o momento né. Com o tempo a profissão foi acertando as arestas (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Conforme detalhado no terceiro capítulo do trabalho, a vertente de intenção de ruptura, com forte influência do Movimento de Reconcepção Latino-Americano (1965-1975), obteve uma primeira aproximação ao Marxismo, sendo denominada por Netto (2015) de enviesada, em obras de “intérpretes”, em formato de manuais. A aproximação direta da vasta obra Marxiana dar-se-á a partir dos anos 1980, consolidando-se na literatura profissional nas décadas seguintes, o que, todavia, não significou, como também sinalizando no capítulo em questão, a derrocada do pensamento conservador, mas a sua reatualização (Iamamoto, 2013).

Prosseguindo com o seu relato, Vera disse ter visto que, nos anos seguintes, muitos profissionais chegaram à região, justificando a intervenção sistemática do poder público, possibilitando a consolidação do mercado de trabalho para as e os Assistentes Sociais.

Nesses anos 1990 e 2000 de atuação fui vendo muitas assistentes sociais chegando, equipamentos públicos sendo implantados na região e com isso junto com Romilda, Nádia, Fátima Caran, demos início ao núcleo de assistentes sociais com altos e baixos de adesão à participação. Me lembro de muitas assistentes sociais, à época, conservadora e que não se achegavam a nós, eram fechadas em suas salas de trabalho.

[...] Também me lembro, Jhony, da chegada da Unipac, da Doctum que contribuiu para formar uma demanda reprimida na região de Assistentes Sociais e depois a Universidade Federal. Vejo os anos 2000 como os anos de expansão da profissão aqui na região. Com essa crescente de profissionais, conseguimos com muita dificuldade pelo NAS realizar algumas capacitações aqui na região, às vezes com apoio do Cress, outras vezes não. De 2010 em diante, por motivos pessoais e profissionais, me afastei do processo articulatório, permanecendo na Comarca até quando me aposentei. Romilda, Nádia e outras colegas continuaram na saga, mas com altos e baixos, sabe? (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Nas falas das e dos demais entrevistadas(os) a serem aqui explicitadas, veremos com ênfase o permanente desafio no que tange à articulação das e dos profissionais na região.

A terceira entrevistada, atuando também há mais tempo na região, é natural da cidade de Ataleia (MG), próxima a Teófilo Otoni, ou seja, também é “filha” da região.

Sou Nadia Maria Carvalho de Oliveira Martins, nasci na cidade de Ataleia, mais ou menos uns 80 km de Teófilo Otoni. Sou a segunda filha de oito, tenho 4 irmãos e três irmãs. Tenho 58 anos, casada e mãe de dois filhos. Fui estudar na capital sabe, Jhony? Nos anos 80, aqui na região, não tinha nenhuma faculdade, era até o ensino médio. Quem quisesse fazer faculdade tinha que ir para Governador Valadares, Ipatinga ou Belo Horizonte e na época quem tinha essa condição de ir estudar fora, com pai e mãe pagando tudo? (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A Assistente Social afirma que se mudou para a capital mineira, Belo Horizonte, onde graduou-se na Escola de Serviço Social da então Universidade Católica de Minas Gerais – atualmente Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – no período de 1985 a 1988.

Me sinto “privilegiada” porque tive essa oportunidade e fui cursar Serviço Social na Escola de Serviço Social da PUC de BH. Entrei em 1985 e me formei em 1988. Fui uma estudante bem ativa, participei do movimento estudantil, vivenciei a transição da ditadura para a democracia, a efervescência em Belo Horizonte dos movimentos sociais. Fiz estágio em conjunto habitacional e na

área da saúde, que foi amor à primeira vista, na capital com a organização e desenvolvimento de comunidade em uma linha crítica, entende? (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A profissional destacou que as disciplinas de Movimentos Sociais e Política de Saúde foram as que mais trouxeram contribuições ao seu processo de formação. Ela acrescenta que, durante o seu estágio acadêmico no campo da saúde, pôde vivenciar, na capital mineira, a pós-redemocratização brasileira e o movimento em defesa da saúde pública de forma universal, materializando-se no SUS a partir da Constituição Federal de 1988.

Quando terminei a faculdade, fiz um concurso para a prefeitura da cidade de Passos (MG) e atuei na política de Habitação e depois no Escritório da LBA entre os anos de 1989 a 1993. Foi a minha primeira experiência profissional. Os desafios eram grandes, os jogos de poder muito fortes.

[...] Em 1994, por indicação política, fui contratada na Prefeitura de Nanuque, voltando para o Vale do Mucuri para atuar na saúde, auxiliando na implantação do SUS na cidade, mas enfrentei muitos embates políticos, o coronelismo, o primeiro-damismo, o assistencialismo era muito forte e isso me esgotou muito (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A Assistente Social reitera que, nos anos 1990, as políticas públicas ainda eram muito escassas na região, e o acesso a alguns municípios era desafiador devido à falta de asfaltamento, predominando uma forte cultura conservadora expressa no mandonismo e nas relações de favor, de mando e de obediência.

Nádia ainda ressalta que, nesse período, eram poucas as profissionais na região e que a “maioria” possuía vínculo de trabalho precário (contrato temporário, na maioria das vezes, por “indicação política”), além de haver profissionais com vieses conservadores.

Tive a oportunidade de conhecer a Romilda e a Verinha em Teófilo Otoni por causa de encaminhamentos, demandas de trabalho, principalmente Romilda que já atuava na saúde nos anos 1990. Nelas eu via uma perspectiva crítica que me alimentava, me motivava. Porém, outras colegas que conheci, meu Deus, totalmente alinhadas com o Serviço Social tradicional. Elas eram indicadas por políticos da região, e, no fundo, eu acho, tá? Tinham medo de perderem seus empregos, mancharem seus nomes (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A profissional afirma que o ano de 1994 foi importante para a sua trajetória profissional, pois viu a possibilidade de se efetivar como servidora no campo da saúde e poder atuar com mais “liberdade” e “autonomia”.

No mesmo ano, em 94, prestei concurso público na prefeitura de Teófilo Otoni, passei e fui atuar na saúde mental, minha grande paixão e foi desafiador, porque não tinha quase nada, o SUS era recente, a saúde mental nem sem fala. Na época estava começando o debate da Reforma Psiquiátrica e acompanhava esse movimento e depois de muitos anos veio os Caps e ajudei nesse processo, incentivando a criação no município e participando das reuniões de planejamento.

Em virtude dos baixos salários pagos aos profissionais na região, Nádia, a partir de 1995, começou a atuar como Assistente Social na Apae. Na prefeitura, Nádia aposentou-se por tempo de serviço em 2022 e continua trabalhando na Apae até a presente data.

A Apae como você sabe é uma instituição filantrópica que vive de doações e dos recursos das parcerias público-privadas do município e do estado. O salário aqui, hoje, é maior comparado ao que a prefeitura paga aos assistentes sociais da região. Todos os dias preciso reafirmar aqui dentro a que veio o Serviço Social, que não faço caridade, que é direito das mães que me procuram e me agradecem como se eu estivesse prestando um favor. Aqui já tive fortes embates, por algumas vezes quase fui demitida daqui, mas sigo firme, acreditando no meu trabalho, no potencial transformador que ele traz aos excepcionais e as famílias (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A precarização das condições de trabalho sempre se fez presente para as e os Assistentes Sociais da região, sendo “comum” o duplo/triplo vínculo de trabalho desses(as) profissionais. Contudo, Martins (2024) afirma sentir-se realizada e não se vê atuando em outra profissão.

Vejo aqui na região que o Serviço Social é uma profissão muito subalterna, a gente precisar brigar por nosso lugar aqui, nos são demandadas tarefas que nada tem a ver com o Serviço Social e vejo muito aqui os mandos e desmandos de vereadores e de profissionais que “obedecem” por medo de perder seus empregos (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A subalternidade profissional¹⁰⁹ é um traço que caracteriza o Serviço Social desde a sua gênese, constituindo, assim, a sua natureza sincrética, segundo Netto (2007), e nos moldes de um arranjo teórico-doutrinário, sinalizado por qual Iamamoto (2013).

¹⁰⁹ Subalternidade construída e constituída no movimento histórico da sociabilidade capitalista, ou seja, da inserção da profissão na Divisão Internacional do Trabalho sob a marca da hegemonia feminina na constituição de sua mão de obra especializada a partir dos primeiros quadros profissionais oriundos da formação ideopolítica e doutrinária da Igreja Católica. A laicização, ocorrida com forte expressão no Brasil a partir dos anos 1960, de acordo com Netto (2015), aprimora tecnicamente a dimensão intervintiva, mas não rompe com a subalternidade, ficando evidente, até os dias atuais, os baixos salários e as precarizações das relações de trabalho sob a égide do capital mundializado.

A predominância do gênero feminino e a “indefinição” do que é e do que faz a(o) Assistente Social ainda estão presentes na atualidade. Tais elementos são estruturais, na medida em que a profissão se articula à divisão sociotécnica do trabalho sob os motes do capital.

Todavia, a reflexão supracitada não significa uma “sentença fatalista”, posto que não há o que ser feito, pois, conforme aponta a entrevistada: “a gente precisa brigar por nosso lugar aqui” (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024). Para além disso, ela mostra a existência de polos de resistência cotidianas, ainda que fragmentados e individualizados.

Nos anos 90 aqui na região, em alguns momentos com a Romilda e outras colegas, fizemos o movimento de nos articularmos coletivamente pelo Núcleo de Assistentes Sociais. Tivemos momentos de ápice e de quedas. O desafio era grande para mobilizar, chamar os profissionais, mostrar a importância de um espaço coletivo para lutar por nossos direitos, mas o conformismo dos colegas aqui, o sentimento fatalista, nossa é muito forte (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A profissional elenca que um dos maiores desafios de ser Assistente Social no Vale do Mucuri (MG), para além das condições precárias de trabalho, é vencer os clientelismos que batem nas instituições, os mandos das autoridades, as requisições solicitadas sob uma lógica de reforço da ajuda, da caridade e de benevolência, bem como a “impotência” de não romper com esses limites. Porém, *ela segue se impondo, resistindo, ainda que no seu espaço cotidiano de trabalho.*

Outras duas Assistentes Sociais entrevistadas, oriundas da cidade de Governador Valadares, no Vale do Rio Doce (MG), graduaram-se em Serviço Social nos fins de 1990 na Universidade do Vale do Rio Doce, instituição de natureza privada, *e chegaram no Vale do Mucuri (MG) no início dos anos 2000.*

Sou Edna Oliveira Chaves, natural de Governador Valadares, mãe de dois filhos, casada e tenho 57 anos. Vim de uma família de cinco filhos e passamos por desafios. Comecei a trabalhar desde cedo e cursar uma faculdade parecia um sonho bem distante, sabe? Me recordo que eu trabalhava durante o dia e iniciei o curso de Serviço Social em 1998 na Univale e terminei a minha graduação em 2001.

[...] Na faculdade, as disciplinas que me chamaram mais a atenção foram a história do Serviço Social, antropologia, filosofia, Teoria Política e a Política Social, as diversas políticas, a história e o desenvolvimento dessas políticas foram importantes, marcantes na minha formação. A Estatística foi uma disciplina que me ajudou muito para ler os gráficos, entender as informações ali contidas (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A Assistente Social afirmou que, no “início do curso”, tudo era muito confuso, com muitas disciplinas teóricas, elencando fundamentos, uma “história longa do Serviço Social” e que desejava ir para o campo de estágio para “aprender como é ser Assistente Social”.

A afirmativa nos permite captar uma concepção de Fundamentos Históricos, Teórico-Metodológicos e Ético-Políticos em sua perspectiva fragmentada e linear, acrescida da concepção dicotômica entre teoria e prática. Na atualidade, essa concepção vem sendo recorrente em virtude da formação aligeirada, na qual o Ensino a Distância é emblemático, somando à reprodução ideológica fundamentada na reprodução das relações sociais com traços neoconservadores e irracionalistas, resvalando na formação profissional, no exercício profissional cotidiano e na vida social em sua totalidade.

No ano de 2002, a profissional ingressa no mercado de trabalho em um município que faz divisa entre o leste mineiro e o estado do Espírito Santo.

No ano de 2002, recém-formada, passei num concurso na cidade de Resplendor, que faz divisa com o estado do Espírito Santo. Era concurso efetivo e fui atuar na secretaria de saúde, auxiliando no planejamento e monitoramento das ações e serviços de saúde no município. Era uma cidade pequena, com fortes traços clientelistas e patrimonialistas. Me recordo, nessa época, que éramos na cidade eu e mais uma colega. Os embates com as autoridades eram constantes, e, esgotada fisico e mentalmente, pedi exoneração em 2004 e fui para Teófilo Otoni em busca de oportunidades de trabalho e recomeçar a minha vida pessoal porque passei por uma situação muito difícil, sabe? (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Ao chegar no ano de 2004 em Teófilo Otoni, a Assistente Social ingressou no mercado de trabalho em uma instituição privada de ensino de natureza confessional, para ministrar algumas aulas por semana no então curso de Serviço Social da Instituição. No ano seguinte, em 2005, foi contratada para trabalhar na Legião da Boa Vontade (LBV), uma instituição filantrópica confessional (Espírita Kardecista) que acolhem idosas e idosos para serem institucionalizados, sendo muito demandada em Teófilo Otoni e região, compondo a rede socioassistencial do município.

No Iesfato permaneci por uns dois anos, quatro períodos. Ministrava aulas duas vezes por semana. A remuneração era baixa, as condições de trabalho precárias. Na LBV entrei no ano seguinte e estou lá até hoje. O desafio é grande, lidar com demandas que não são do Serviço Social, com mandos e desmandos de autoridades, quando estamos sem vagas para acolher novos idosos, já vivi situações constrangedoras (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Em comparação com sua cidade “natal”, Governador Valadares (MG), a profissional afirma não haver muitas diferenças em relação a Teófilo Otoni, pois o mandonismo, o patrimonialismo e a lógica do favor/ajuda são fortes nos dois municípios, o que impacta no exercício profissional.

Os desafios que eu elenco para atuar como Assistente Social na região são os coronelismos, clientelismos, o primeiro-damismo muito forte, essas velhas questões políticas. Me recordo do período de transição de governos entre Maria José (PT) e Getúlio Neiva (MDB) e percebi na época um retrocesso, um corte de direitos, de assédios nos ambientes de trabalho e isso chegou na LBV. Pisava em ovos para lhe dar com secretários municipais e com a direção da LBV. No entanto, contribuí para a implantação do Conselho Municipal do Idoso na cidade e fiquei conhecida como profissional referência no campo do idoso, percebi, mesmo em meio a limites, respeito e conquista de espaço.

[...] A articulação com a comunidade, a rede socioassistencial foi muito difícil. Falo no lugar atuando na LBV, que é uma instituição espírita e não muito bem vista, à época, na cidade. Foi com o meu trabalho, me aproximando da prefeitura, ajudando na criação do Conselho do Idoso, abrindo campo de estágio na LBV que aos poucos as barreiras foram quebrando, mas até hoje os desafios e limites são grandes (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Esse reconhecimento sinalizado pela Assistente Social é “o motor”, a “motivação”, que a faz exercer a profissão mesmo diante dos baixos salários e das precárias condições. Ela acrescenta que, nesses anos de trabalho, contribuiu em alguns momentos com o Núcleo de Assistentes Sociais da região para fortalecer a categoria profissional na luta por melhores salários e condições de trabalho.

Olha, desde que cheguei aqui, me recordo de ter participado, como linha de frente do Núcleo, umas quatro vezes em momentos de mobilização e pouca adesão. Na minha visão, vejo muita queixa dos profissionais, que o Cress nada faz. Mas quando a gente chamava para as reuniões, a adesão era baixa. Aqui o individualismo entre os colegas é grande, todos querem o “venha a nós” e não se esforçam para participar e construir o espaço coletivo (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Sabemos que a sociabilidade capitalista vem trazendo uma série de impasses à classe trabalhadora, exemplificando o tolhimento do direito de se mobilizarem, criminalizando os movimentos sociais, as associações e os coletivos, tendo o “aparelho coercitivo do Estado” como uma marca estrutural e, portanto, histórica. Soma-se a isso o “reforço” às formas de consciência social que evocam o individualismo e a fragmentação da vida, fortalecendo a lógica do que se apresenta como “natural” e limitando-se, em última instância, a “pequenas reformas”.

O conservadorismo nessa cidade, na região, é muito forte. Prevalece o poder de mando, as indicações. A violência contra a mulher e os idosos são gritantes aqui na região. O politiquismo é a marca dessa cidade e só se consegue as coisas aqui no Quem indica, indo atrás de vereador, de alguma família de nome e importância aqui.

[...] Creio que a chegada tardia da profissão aqui na região foi a ausência de políticas públicas e com práticas de caridade, de coronelismo forte. Eram as “damas da caridade” quem faziam o “nossa trabalho”, de lógica conservadora obviamente. Aqui na região, vejo um avanço dos equipamentos públicos nos anos 2000, mas até hoje em alguns locais aqui do Vale o Estado é ausente, se o Estado é ausente, não há profissionais qualificados (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A segunda profissional, graduada também na Univale, em Governador Valadares (MG), ingressa no curso de Serviço Social em 1995, concluindo a sua graduação em 1999.

Sou Jaqueline Maria de Souza, nasci na cidade de Muriaé, zona da mata mineira, tenho 55 anos de idade, me identifico como mulher cis. Tenho uma união estável, sem filhos. Me mudei com 11 anos de idade para a cidade de Governador Valadares (MG), porque o meu pai foi transferido por motivo de trabalho.

[...] Me graduei na Univale em Governadores Valadares, fiz parte da primeira turma desta instituição e concluí meu curso em 1999. Na formação, gostei muito da psicologia social, filosofia, sociologia. Na base operativa, no Serviço Social foi muito rasa, porque era muita teoria e pouca prática. Eu me perguntava, o que eu vou fazer com isso tudo de teoria? Me lembro de ter tido muita dificuldade nos primeiros anos no mercado de trabalho, me sentia despreparada, me questionando como faço isso, como faço aquilo? (Souza, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A Assistente Social relata também ter ingressado “mais tarde” em um curso superior, pois, por 10 anos, trabalhou como auxiliar administrativa em uma empresa de Governador Valadares. Portanto, ela realizou o seu curso tendo que conciliar o trabalho com os estudos.

Assim que a Assistente Social conclui a sua graduação, ela muda-se para Teófilo Otoni e insere-se em um consórcio intermunicipal de Saúde, permanecendo por 15 anos, de 2000 a 2015.

Minha primeira experiência profissional foi na saúde, nos anos 2000, no Vale do Mucuri (MG). Nesta época tinham muitas prefeituras da região, buscando assistentes sociais, tinha até anúncio nos jornais. Trabalhei no Consórcio Intermunicipal por quinze anos, até 2015. Eu dava capacitação na área da saúde, na gestão, no trabalho multidisciplinar de saúde, amava o trabalho multidisciplinar em saúde e atuava com a população portadora de HIV.

[...] Sempre tive mais de um emprego, trabalhei muito com assessoria nas prefeituras da região, porque o salário no consórcio era “mediano”. Esses trabalhos tinham objetivo de captação de recursos para as políticas sociais

dessas prefeituras. Também fui professora na Doctum, dei aula por uns anos, conheci a professora Angelina que muito me ajudou no exercício da docência (Souza, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Assim como a profissional anterior e alguns outros entrevistados, o duplo/triplo vínculo de trabalho é “comum” na região em virtude não só das baixas remunerações, que chegam a equivaler um salário mínimo, mas também das precárias condições de trabalho, impactando no fazer profissional, ou seja, na qualidade dos serviços que são ofertados aos usuários.

O que eu me lembro da profissão na região, eram das profissionais já inseridas muito aguerridas, com uma atuação mais crítica, humanizada com os usuários dos serviços, me senti muito acolhida quando cheguei. Porém, me deparei com sujeitos que não sabiam o que era o Serviço Social, confundiam com assistencialismo, ajuda, caridade e enfrentei essas situações com maestria, desmistificando essa concepção errada de profissão.

[...] Como mulher preta, periférica, de família humilde, passei no trabalho por preconceitos pelos homens, os outros profissionais lá no Consórcio. Trabalhei com uma psicóloga que era branca, loira, bem economicamente e a tratavam de forma diferente e me menosprezava, isso no ambiente de trabalho do Consórcio Intermunicipal. Os profissionais médicos eram os mais preconceituosos, o patriarcalismo, o conservadorismo é forte.

[...] Mesmo com essas situações, eu não me abatia, enfrentava com maestria e tentavam abafar meu trabalho, tirar as minhas ideias de cabeça. Me recordo que sofri muito assédio na instituição e também com outros assistentes sociais devido a crítica que realizava a minha formação, mais antiga. Me adoeci mentalmente e o consórcio me demitiu com justa causa, alegando que eu estava “com mania de perseguição”. Não assinei a demissão, entrei com processo judicial e tive ganho de causa, foi um período muito difícil que enfrentei (Souza, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Para além das sujeições que a Assistente Social passou em seu lócus de trabalho, o relato reforça, desde o início dos anos 2000, com sua inserção na região, as características sócio-históricas da formação regional suficientemente tecidas neste trabalho. A profissional elenca tais características como desafios de *ser Assistente Social na região*, evidenciando as dificuldades de articulação da categoria profissional pelo NAS.

Passei por situações nestes anos de atuação na região que hoje, aposentada, vejo que sofri racismo, sofri misoginia, fui ridicularizada pelos gestores do consórcio, mas trago também bons momentos, de trabalhos que deram certo, que via a satisfação de conseguir viabilizar os direitos dos usuários e de projetos de captação de recursos que conseguia como assessora contratada por projeto nas prefeituras da região.

[...] Mobilizar a categoria aqui sempre foi um desafio, sabe. Participei de momentos com Romilda, Édna, a Nádia, a Gláucia e tentávamos de tudo para chamar os profissionais, dividir nossas angústias, nos fortalecer e reivindicar

melhores salários, porque essa era e ainda é a principal queixa dos assistentes sociais daqui. Mas a adesão era baixa e por motivos de “medo” de participar e serem demitidos de seus trabalhos, porque a grande maioria aqui é contratada e o assédio, velado ou escrachado, é muito forte (Souza, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A cultura regional, de predomínio dos valores mandonistas, clientelistas e paternalistas, “interfere” na cultura profissional explicitada por Moljo e Silva (2018)¹¹⁰. Com isso, reforçam-se traços estruturais de subalternidade profissional com uma extrema elevação do individualismo em sua acepção neoconservadora, o que não significa a existência de “polos de resistência”, de críticas ou de questionamento ao instituído, mas que tais manifestações permanecem fragmentadas e em minoria, vigorando o que a profissional chamou de uma “postura conformista dos assistentes sociais”.

Alguns outros entrevistados, a partir da *sua história de vida*, reforçam aspectos da cultura na região:

me chamo Rodrigo Wolff da Penha, nasci aqui mesmo em Teófilo Otoni no ano de 1983. Na minha infância e adolescência, morei na zona rural. Filho de pais que mexiam com a terra, família humilde. Sempre tive o sonho de estudar, ter uma profissão, ajudar meus pais. Trabalhei e estudei com muito sacrifício, sempre estudei em escola pública. A oportunidade veio em 2003, quando consegui passar no vestibular da Doctum e conseguir bolsa para estudar. Foi um sonho realizado, o primeiro de muitos irmãos a fazer uma faculdade. Entrei no curso de Serviço Social em 2003 e me formei em 2006, trabalhando durante o dia e estudando a noite (Penha, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Então, meu nome completo é Marqueza Maria Marques, me tornei idosa esse ano, fiz 60 anos, sabe? Nasci na Baixada Santista (SP) e vim com 10 anos de idade para Teófilo Otoni por motivos familiares, dos meus pais. Aqui na cidade, estudei em escola pública, formei no científico, hoje ensino médio, né? E comecei a trabalhar e fiz um curso de auxiliar administrativo. Me casei, tive dois filhos. Ouvia falar de Serviço Social na internet. Em São Paulo, onde tenho parentes, uma prima é Assistente Social e conversando com ela, decidi: Serei Assistente Social!

[...] Aqui na região, não conhecia nenhuma, quase não havia, porque as instituições de caridade faziam o papel da Assistente Social, da ajuda, da bondade. No ano de 2003 veio a oportunidade! Conseguí uma bolsa de estudo na Doctum e iria realizar meu grande sonho: Ser Assistente Social para lutar por justiça e direitos, defendendo os marginalizados (Marques, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Nasci nesse chão conservador e coronelista. Sou Júlio César Soares Barroso. Tenho 45 anos de idade, sou homossexual assumido. Sou o terceiro de uma

¹¹⁰ No item anterior a este tópico do trabalho, foi desenvolvido o que Moljo e Silva (2018) compreendem por cultura profissional, assim como no Capítulo 3 deste trabalho.

família de três irmãos, são duas mulheres e um homem, onde eu e minhas irmãs tivemos a chance de prosseguir nos estudos, e graças a Deus com a ajuda de meus pais, mesmo com dificuldades, cada um de nós pôde estudar e trabalhar para nosso provimento e crescimento pessoal/profissional.

[...] Sempre estudei em escola pública, na Sidônio Otoni. Quando terminei o ensino médio fiz um curso técnico em contabilidade e por um período curto eu trabalhei na área. Entrei na faculdade, na Doctum, em 2004 com uma bolsa quase integral. Trabalhava durante o dia e estudava à noite e assim, com muita luta, me formei em 2008. Me interessei pelo Serviço Social, a priori sem conhecimento prévio do que era a profissão, fui tecnicamente cru, sem nenhum embasamento teórico para escolha do curso, e foi assim que fui provando que a vida é o espaço de conquistas, lutas para efetivações dos nossos sonhos (Barroso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Sou a Shirley Alves Afonso, nasci num município perto daqui, em Malacacheta. Tenho 43 anos de idade. Infância pobre, pais agricultores. Meu sonho sempre foi fazer uma faculdade, ser uma mulher independente, pra não depender de marido, sabe?

[...] Entrei nas Faculdades Doctum em 2006 com meia bolsa de estudo e me graduei em 2009. Trabalhei por um tempo na minha cidade de origem, mas a politicagem, os mandos e desmandos me fizeram pedir conta, não consegui ficar lá não. Fiquei um período desempregada e em 2013 fui contratada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Teófilo Otoni, especificamente no Cras-Topázio, região distrital do município e até hoje permaneço nesse mesmo Cras. Também trabalho numa instituição privada no Centro de Tratamento em dependência química, localizada também em Teófilo Otoni (Afonso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Sou da terra, desses vales que amo tanto. Me chamo Carolina Salomão Teixeira, tenho 47 anos de idade. Fui a primeira dos meus irmãos a ter acesso a um curso superior. Ingressei tarde no Serviço Social no ano de 2004 com 27 anos. Antes trabalhei em vários lugares como auxiliar administrativa (Teixeira, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Sou Diego Soares Ferraz, tenho 34 anos de idade, homem cis, homossexual e carrego com orgulho os meus traços indígenas. Natural do município de Machacalis, aqui mesmo no Vale do Mucuri. Filho de pais agricultores e semianalfabetos tive uma infância difícil, de privações, mas com muito amor dos meus pais para comigo. Terminei o meu ensino médio na cidade e sabia vagamente da existência da universidade federal. Conheci o Serviço Social por conta de uma assistente social na minha cidade, que trabalhava na saúde e ali tive a certeza que era Serviço Social que iria cursar (Ferraz, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Até aqui, apresentamos os elementos significativos das entrevistas das cinco Assistentes Sociais que se graduaram e atuam e/ou atuaram¹¹¹ há mais tempo na região, estabelecendo um recorte histórico de 1980 a 1990.

¹¹¹ Entre as pioneiras, Vera Lúcia se aposentou em 2017, seguida de Nádia Martins, em 2022, Jaqueline Souza, em 2023, e Romilda Nepomuceno, em 2024. Em relação à Edna Chaves, continua exercendo a profissão.

No ingresso dos anos 2000, o Vale do Mucuri (MG) vivencia a construção, consolidação e expansão das *políticas sociais de educação superior e de Assistência Social*, colaborando para a consolidação e expansão do Serviço Social na região, ou seja, fomentando o *eixo da formação profissional e do mercado de trabalho*. Nesse cenário, cabe-nos uma sintética apreensão dos determinantes que a “expansão do ensino superior” acarreta, bem como a implantação e expansão das ações e serviços ofertados pela Política de Assistência Social na profissão de Serviço Social no Vale do Mucuri (MG).

De acordo com Netto (2015), vimos que, sob a autocracia burguesa no Brasil (1964-1985), a denominada Reforma Universitária de 1968¹¹² promoveu no país a “modernização e expansão do ensino superior”, sob o discurso oficial de criar universidades, engendrando a descentralização e a autonomia administrativa e financeira.

O autor discorre que o jogo intencional, sob o domínio monopolista do capital a partir dos anos 1960 e com as deletérias marcas da heteronomia, promove uma aceleração do desenvolvimento econômico de modo desigual e combinado, forjando mão de obra qualificada para atender às necessidades do capital nas esferas pública e privada.

Em relação ao Serviço Social, a “Reforma” propicia o ingresso da profissão no circuito universitário, consolidando o Serviço Social como área de conhecimento articulada às áreas das ciências sociais. Como visto no terceiro capítulo deste trabalho, a vertente “intenção de ruptura” terá o seu cerne no espaço acadêmico mesmo sob as mordaças impostas pela autocracia nas universidades.

Conforme já discutido, o cenário histórico de crise da autocracia burguesa a partir da segunda metade dos anos 1970, a vertente de “intenção de ruptura no Serviço Social, a crescente mobilização da classe trabalhadora pela redemocratização da sociedade brasileira, a luta por direitos sociais sob o conclave da elaboração de uma nova Constituição Federal e o III CBAS – conhecido como o *Congresso da Virada* – contribuíram para o salto político-ideológico dado pela profissão na década seguinte, englobando a formulação do currículo de 1982, a criação do Código de Ética de 1986 e a implementação dos primeiros cursos de pós-graduação na área em nível stricto sensu de forma predominante.

Essa *virada*, também afirmada no capítulo anterior, não significou o fim do conservadorismo na profissão de Serviço Social, mas perde hegemonia ideopolítica frente à construção do Projeto Ético-Político Profissional e à sua clara direção pela superação da sociabilidade em tela.

¹¹² Criada pelo governo ditatorial por meio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

No Vale do Mucuri (MG), tendo como cidade polo Teófilo Otoni, as instituições privadas de ensino superior são predominantes¹¹³ desde os anos 1990, consolidando-se e expandindo-se a partir dos anos 2000. Nesse contexto, destaca-se a instituição Unidoctum – conhecida também como faculdades Doctum –, presente na cidade desde 2002, *sendo o lócus de formação da maioria das e dos Assistentes Sociais entrevistadas(os).*

O percurso histórico da instituição de ensino¹¹⁴ em questão remonta aos anos 1930 na cidade de Caratinga (MG), localizada na região leste do estado mineiro. À época, a instituição, que tinha o nome de “Gymnásio Caratinga”, *ofertava o ensino básico, que corresponde, atualmente, aos ensinos fundamental e médio*, sendo referência para os municípios da região.

A partir de 1969, um ano após a promulgação da Lei da “Reforma Universitária”, a instituição de ensino reformula os 1º e 2º graus e cria o seu primeiro curso de ensino superior: o curso de Ciências Contábeis.

Nos anos 1990, com a demanda de novos cursos e expansão do ensino superior, foram criadas as Faculdade de Serviço Social de Caratinga (Fasesc) (1993), quarta do estado de Minas Gerais, à época, com oferta do curso de Serviço Social; a Faculdade de Ciência da Computação de Caratinga (Facicomp), com oferta do curso de Ciência da Computação; e a Faculdade de Comunicação Social de Caratinga (Facom), com habilitações em Jornalismo e em Relações Públicas (1998); além da Faculdade de Direito de Caratinga (Fadic) (2000).

Nos anos que se seguiram, o Instituto Doctum ampliou-se consideravelmente no plano acadêmico, com a criação das “Faculdades Doctum” – uma rede de faculdades com unidades de ensino superior em Minas Gerais, nas cidades de Teófilo Otoni, Manhuaçu, Manhumirim, Leopoldina, Cataguases e Juiz de Fora, além de Caratinga e em Iúna e Guarapari, no Estado do Espírito Santo. As faculdades ficaram ligadas à sede de Caratinga, que centraliza e organiza as ações planejadas pela Presidência e Diretoria Acadêmica, traçando as diretrizes gerais das ações institucionais. A partir daí, cada unidade desenvolvia seus trabalhos, adaptando os projetos à cultura da comunidade onde está inserida.

¹¹³ A Unipac está presente na região desde o início dos anos 2000, ofertando cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância até os dias atuais. A instituição ofertou por uma década o curso de Serviço Social (2004-2014) na modalidade presencial. Já o Iesfato encerrou suas atividades em julho de 2014 e chegou a ofertar a modalidade presencial do curso de Serviço Social. Por fim, a Universidade Norte do Paraná (Unopar) vem ofertando na região desde 2018 o curso de Serviço Social na modalidade EAD. Nenhum dos profissionais entrevistados se graduaram nessas instituições, o que justifica a centralidade da Unidoctum neste trabalho.

¹¹⁴ Este breve relato foi extraído do sítio eletrônico da Unidoctum. Destaca-se que o pesquisador realizou contatos telefônicos e por e-mail com a direção da instituição para a coleta de informações, mas sem retorno efetivo.

No que tange ao curso de Serviço Social em Teófilo Otoni, este foi autorizado pelo Ministério da Educação em dezembro de 2002, com ingresso da primeira turma no ano seguinte. De 2003 até 2018, a instituição ofertou o curso em sua modalidade presencial em turno noturno. Devido à “baixa procura” a partir de 2013/2014, a Unidoctum encerrou as atividades do curso com a colação de grau dos estudantes concluintes em dezembro de 2018. Atualmente, o curso é oferecido na modalidade EAD.

Nos anos 2000, a região é contemplada com a criação do campus avançado, campus do Mucuri, com o processo de transformação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina pela Lei Federal nº 11.173/2005, que instituiu a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com sede em Diamantina (MG), município localizado no Vale do Jequitinhonha.

Assim, a UFVJM “representou a interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, possibilitando a realização do sonho da maioria dos jovens aqui inseridos de prosseguir sua formação acadêmica” (UFVJM, 2019, p. 12).

Portanto, a UFVJM surgiu em um cenário de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e foi contemplada, à época, “com recursos para a consolidação e expansão do campus sede, Diamantina, e o fomento para a criação do campus do Mucuri em Teófilo Otoni, nas quais alguns cursos de graduação são ofertados, dentre eles o Serviço Social na modalidade presencial com turno noturno” (Silva, 2016, p. 115).

De acordo com Silva (2016), o campus do Mucuri surge em setembro de 2006 em um espaço alugado pertencente à prefeitura de Teófilo Otoni, possibilitando, pela primeira vez na região, o acesso a uma universidade pública, laica e voltada para a classe trabalhadora. O curso de Serviço Social da UFVJM demanda Assistentes Sociais para o exercício profissional no campo da docência, sendo que grande parte desses(as) profissionais é oriunda de outras regiões do estado mineiro.

Sou Raquel Cristina Lucas Mota, tenho 50 anos de idade e nasci no estado de São Paulo. Me mudei para o estado de Minas Gerais ainda na infância, na cidade de Ipatinga, no Vale do Aço, por motivos profissionais da vida do meu pai. A minha graduação foi realizada em uma instituição privada na cidade de Caratinga (MG). Me graduei nas Faculdades Integradas de Caratinga no ano de 1999, uma instituição privada ligada à igreja presbiteriana. Atualmente está ligada às Redes Doctum.

[...] Vim para o Vale do Mucuri (MG) por oportunidade de trabalho como docente efetiva na UFVJM. Nesta época prestei concurso para a UFVJM para o cargo de Professora do Magistério Superior e fui aprovada, indo para a cidade de Teófilo Otoni (MG) em 2007 onde atuo até a atualidade. Inicialmente, fui coordenadora de curso, pois quando cheguei éramos três

professores assistentes sociais. De 2007 até hoje já desempenhei diversas funções como chefia de departamento, coordenação de estágio do curso, coordenação do curso bem como as atividades de ensino, pesquisa e extensão (Mota, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Raquel afirmou que a chegada à região lhe trouxe um “estranhamento”, pois veio de uma cidade polo do Vale do Aço (MG), com mais infraestrutura e qualidade de vida.

Demorei um pouco para me adaptar à cidade, à realidade regional, pois se trata de um município interiorano, com fortes traços conservadores como o clientelismo, o patriarcalismo, o mandonismo, os nepotismos. Como fui uma das primeiras docentes do curso, tive de me aproximar das Assistentes Sociais da cidade e em 2007/2008 conheci a Romilda, a Nádia, a Edna através do Núcleo de Assistentes Sociais que estavam neste período tentando mobilizar a categoria.

[...] Com o tempo, fui conhecendo outras Assistentes Sociais em virtude dos campos futuros de estágio que o nosso curso iria demandar. Foi uma aproximação política/estratégica no sentido de trazer as profissionais ao espaço da UFVJM. Me deparei com a precarização do trabalho das Assistentes Sociais, os salários baixos, situações de assédio e uma certa “resignação” por parte de algumas em não ver o que poderia ser feito (Mota, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A docente reitera que o desafio de ser Assistente Social na região, no contexto do espaço sócio-ocupacional da formação, consiste em propiciar a criticidade das e dos discentes acerca dos elementos da formação sócio-histórica regional bem como trazer o debate teórico-prático como uma “unidade de diversos”, “preparando os estudantes para o campo de estágio, levando-os ao debate com os supervisores de campo que tem, em predominância, a visão dicotômica entre teoria e prática, um entendimento pragmático das demandas colocadas ao Serviço Social” (Mota, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Outro profissional entrevistado, que também está inserido no campo da docência na UFVJM e foi pioneiro no curso de Serviço Social, dialoga com os apontamentos que Mota (2024) explicitou.

Sou Ricardo Silvestre da Silva, nasci em Belo Horizonte. Me mudei para a cidade de Ipatinga na infância devido ao trabalho do meu pai no Vale do aço. Filho de pais trabalhadores, comecei a trabalhar cedo e fui cursar Serviço Social em Caratinga na condição de estudante trabalhador.

[...] Iniciei minha carreira profissional em 2000 na prefeitura de Caratinga (MG) e entrei no mestrado na UFRJ em 2001. Cheguei no Vale do Mucuri (MG) em 2006, sendo o primeiro docente assistente social do curso de Serviço Social da UFVJM. Fui também o primeiro coordenador de curso e depois este espaço foi assumido pela professora Raquel. De 2007 a 2009 assumi o cargo de diretor do campus do Mucuri. Em 2009 saímos do espaço provisório

alugado e fomos para o nosso sonhado campus do Mucuri (Silva, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

O docente afirma que não sentiu “dificuldades” de se adaptar à cidade em virtude de suas características provincianas. Contudo, conforme Mota (2024) afirmou, os elementos conservadores eram e são fortes na região, incidindo na visão da população sobre a UFVJM.

No período em que estive no cargo de diretor do campus me recordo de que as opiniões sobre a UFVJM eram diversas. As classes trabalhadoras, os jovens da periferia viam nela a oportunidade única de acesso ao ensino superior, de realização de sonhos de vida. As classes dominantes locais a criticavam na medida em que iria prejudicar as instituições privadas e que a formação na universidade pública poderia desvirtuar os “valores” que eram caros à cidade e à região.

[...] À época que cheguei aqui, também me aproximei dos profissionais da região, conheci a Romilda, a Nádia através do NAS. Era difícil e ainda é aqui na região mobilizar coletivamente a categoria. Pra mim, esse é um dos maiores desafios em ser Assistente Social aqui, sabe? As relações e condições de trabalho são muito frágeis, são enormes barreiras a serem enfrentadas, mas temos de seguir sem nos dar como vencidos (Silva, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Atualmente, as instituições que ofertam os cursos de Serviço Social no Vale do Mucuri (MG) são a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, modalidade presencial, no período noturno desde setembro de 2006; a Unopar, desde 2018, em sua modalidade de Educação a Distância; e a Unidocum, Faculdades Doctum, que ofertou o curso de Serviço Social em sua modalidade presencial até o ano de 2018. Atualmente, o curso é ofertado na modalidade EAD.

Teixeira (2019) afirma que o projeto de formação profissional em Serviço Social vem sendo construído coletivamente nos últimos decênios, com início nos anos 1980, no contexto da crise da autocracia burguesa e do processo redemocratizador da sociedade brasileira. Esse cenário “impacta” o Serviço Social, que, desde a década anterior, já questionava e repudiava a herança conservadora da profissão, nos marcos do Movimento de Reconceituação Latino-Americano (1965), que incide no Serviço Social brasileiro na vertente da “Intenção de Ruptura”. Posteriormente, destaca-se o acontecimento ideopolítico do III CBAS, de 1979, conhecido como Congresso da Virada.

O projeto de formação profissional, visa formar assistentes sociais críticos, comprometidos com valores de liberdade, justiça, que coadunam com o projeto de profissão, é objetivado no conjunto de documentos, construídos

historicamente pela Abess/Cedepss, na luta histórica em defesa da formação profissional de qualidade e comprometida com valores emancipatórios. Nesse sentido, o projeto de formação profissional tem como marco central as Diretrizes Curriculares da Abepss e seus desdobramentos advindos desde o currículo de 1982 em sua implantação, autoavaliação e revisão (Teixeira, 2019, p. 67).

O autor sinaliza que o currículo de 1982 explicita a negação do Serviço Social de caso, grupo e comunidade, sob o bojo do que Netto (2015) denomina Serviço Social Tradicional. A aproximação da profissão, no Brasil, com a Teoria Social de Marx e com a tradição marxista de forma mais amadurecida e consolidada ocorreu a partir de seus intelectuais renomados e contou com grandes contribuições dos Programas de Pós-Graduação na área.

O projeto de formação tem nas Diretrizes Curriculares da Abepss, de 1996, seu marco mais complexo e amadurecido, síntese de todo o processo histórico, contudo, não se finda em si mesma. Como ponto de maturação teórico-metodológica e pedagógica, as Diretrizes Curriculares são um ponto de chegada, mas também ponto de partida para novas incidências teórico-práticas junto a formação profissional como a Política Nacional de Estágio (PNE), os Subsídios para o Debate Étnico-racial na formação, a contribuição da Abepss nos Programas de Pós Graduação, os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), tendendo a garantir a continuidade e direção social que as Diretrizes contemplam (Teixeira, 2019, p. 67).

Dentro e a partir das Diretrizes Curriculares, o autor elenca que os “Núcleos de Fundamentação” não devem ser vistos em sua dimensão fragmentada e/ou departamentalizada, mas sim em diálogo com o arsenal da Teoria Social de Marx. O objetivo é captar os “Fundamentos do Serviço Social”, tendo a história como protagonista dos processos dinâmicos e contraditórios na sociabilidade vigente, de modo a promover a formação crítica e de qualidade, que articule teoria e prática, tão cara ao Serviço Social.

Três são os Núcleos de Fundamentação no documento final das Diretrizes Curriculares que apontam uma versão mais amadurecida: O Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. A articulação dos referidos núcleos atravessa o processo de formação profissional em sua totalidade, o que possibilita a formação de futuros quadros profissionais alinhados com o Projeto Ético-Político Profissional da categoria (Teixeira, 2019, p. 70).

Todavia, no cenário neoliberal que se vivencia no Brasil desde os anos 1990, o acelerado processo de mercantilização da educação, incluindo o nível superior, as propostas de efetivação

de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrados e doutorados) com natureza profissionalizante, “voltadas para as necessidades do mercado”, e o crescimento exponencial do ensino superior na modalidade a distância desafiam o Projeto Ético-Político do Serviço Social e, consequentemente, as Diretrizes Curriculares de 1996, enquanto um dos componentes que materializam o referido projeto.

A necessidade, de forma sintética, de abordar os elementos nos parágrafos anteriores imbrica-se de algumas das questões contidas no roteiro de entrevistas, como: “durante a sua graduação, quais as disciplinas que você se recorda? Quais foram as mais importantes na sua formação?”.

As respostas que serão explicitadas a partir das falas das e dos entrevistadas(os) evidenciam, na maioria dos relatos, uma compreensão dicotômica da relação teoria-prática: *o estágio concebido como momento da “prática” e a política social como eixo de análise central* para o Serviço Social, o que contraria a centralidade da “questão social”, demarcada política ideologicamente em uma “tensa batalha” de debates, conforme afirma Teixeira (2019).

No campo relativo às disciplinas ministradas na graduação, a maioria das e dos entrevistadas(os) sinalizaram como de maior importância “Fundamentos do Serviço Social”, pois traz a “história”, a gênese, o desenvolvimento e a consolidação da profissão no país. Contudo, uma apreensão ampla, na perspectiva da totalidade, fundamentada na Teoria Social Crítica dos Fundamentos, não se evidencia nas falas, como exemplificam alguns trechos:

a disciplina de Fundamentos de Serviço Social me ajudou a entender que a profissão não é caridade, não é ajuda. Mesmo ligada à Igreja Católica no início, o Serviço Social se modernizou, aprimorou as suas técnicas de intervenção e hoje lutamos para garantir políticas públicas aos nossos usuários como direito. Se conseguirmos garantir o direito, a missão está cumprida (Marques, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Na Graduação eu gostei muito da disciplina de Fundamentos. Mesmo sendo longa, complexa, eu amava, pois pude entender o que era a profissão, o que nós fazemos, as mudanças no decorrer dos tempos. Para mim, é a história da profissão, das origens de caridade à garantia de direitos (Barroso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Os Fundamentos para mim é a história da profissão, como surge, seu crescimento pelo país, o que fazem os assistentes sociais, quais espaços de trabalho podemos exercer a profissão. Na faculdade era a disciplina que eu mais gostava, ficava aguardando todas as quintas-feiras para ter a aula de Fundamentos (Afonso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Achava a disciplina, Fundamentos, muito teórica, muito detalhista, difícil. Ansiava pelo momento da prática, do estágio. Na teoria, tudo são flores, mar de rosas, na prática, a realidade é outra. Achava a disciplina cansativa, embora

importante, pois tratava a história da profissão no Brasil (Souza, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Iamamoto e Carvalho (2014), na “clássica”, mas atual afirmação de que a profissão insere-se na reprodução das relações sociais, nas relações entre as classes sociais fundamentais em seu contraditório movimento, já sinalizam, nos anos 1980, que o Serviço Social, enquanto profissão histórica, constitutiva do seu ordenamento capitalista na era dos monopólios (Netto, 2015), visa superar uma visão endógena, fragmentária, ou seja, uma “história” linear, negando o movimento dinâmico do ordenamento capitalista.

A angulação de Análise aqui assumida reconhece que o Serviço Social se nega-se e transforma no movimento da história para renascer novo e superior, ainda que permanecendo o mesmo. O esforço é, pois, de apreender o Serviço Social em permanente movimento de superação, no sentido hegeliano de *Aufhebung*- determinação fundamental que quer dizer, ao mesmo tempo, supressão, aniquilação, conservação. [...] O intuito é apreender a história em processo, aberta ao vir a ser, acompanhando a dinamicidade da vida em sociedade no estreito vínculo com as forças sociais comprometidas com as lutas emancipatórias (Iamamoto; Santos, 2021, p. 30).

A História “aberta ao vir a ser” é o elemento central para a aproximação das determinações postas pelo movimento da realidade, sempre dinâmico e contraditório, necessitando constantemente das sucessivas aproximações, em diálogo com o método marxiano.

A falta de uma apreensão/compreensão de totalidade do real das e dos Assistentes Sociais entrevistadas(os) fica evidente quando relatam a importância do Estágio Supervisionado, *mas no dilema dicotômico entre teoria e prática*.

O Estágio foi o momento mais aguardado no decorrer do curso. Queria aprender na prática como era ser Assistente Social, como proceder nos atendimentos, as anotações, observar a supervisora de campo atendendo, quais eram os desafios e conquistas no espaço de trabalho. Fiz estágio na assistência e aprendi muito sobre as legislações e normas da política de assistência (Afonso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Eu já tinha a graduação em Administração e Psicologia, o Serviço Social foi a última graduação que realizei. Quando fui para o campo de estágio, pude observar que algumas ações se assemelhavam com a psicologia no acompanhamento do usuário, escutar sua história de vida. Foi marcante aprender a ser Assistente Social, ter postura para lutar e viabilizar direitos (Moreira, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

O Serviço Social tem muita teoria, muita coisa densa para ler, não é um curso fácil. Aprendi muito com as disciplinas teóricas. Quando chegou o estágio lembro da minha supervisora dizendo: Aqui o buraco é mais embaixo, na teoria tudo é maravilhoso, aqui é a realidade, temos que “matar um leão por dia” (Souza, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Porém, houve um relato de uma compreensão entre teoria e prática que dialoga com as nossas diretrizes curriculares no campo da formação¹¹⁵. Vale à pena ressaltar que essa compreensão mais “acurada” veio de um egresso da UFVJM, instituição pública de ensino da região.

O processo de Estágio Supervisionado não está isolado de todo o embasamento teórico que recebemos desde o início do curso. Na atuação profissional é necessário fazer a análise da realidade, a escuta qualificada, a correlação de forças na instituição. Esta capacidade de análise é dada no conjunto das disciplinas que realizamos durante todo o curso (Ferraz, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Na exposição dos relatos apresentados, vigorou a concepção de “Fundamentos do Serviço Social” em sua análise endógena, uma “história do Serviço Social” que não dialoga com a reprodução das relações sociais, ponto central na apreensão do significado sócio-histórico da profissão na sociabilidade capitalista.

No que tange ao Estágio Supervisionado, foi possível perceber que se apresenta como o “momento da prática”, do que faz o Assistente Social, embora a compreensão não esteja totalmente equivocada, mas eivada de uma “visão reduzida” desse importante momento na formação profissional.

O Estágio supervisionado é atividade curricular obrigatória que se caracteriza pela inserção da (o) estudante nos espaços sócio-ocupacionais em que atuam as (os) profissionais assistentes sociais. Estas/es profissionais que a/o acompanham nos espaços de trabalho são denominados supervisores de campo. A/o discente é acompanhada em sala de aula pela/o professor, assistente social, denominado supervisora/or acadêmica/o (Teixeira, 2019, p. 266).

[...] O Estágio Supervisionado deve colocar em movimento os conhecimentos adquiridos no decorrer da formação. É mais um momento de aproximação sucessiva à realidade do trabalho profissional. É um espaço em que a síntese provisória que o permitiu iniciar os estágios possa ser aprofundada e adensada com novas reflexões e análises no intuito de ultrapassar o imediato, na busca da apreensão do real (Teixeira, 2019, p. 270).

¹¹⁵ No Capítulo 3 deste trabalho, são explicitadas as diretrizes curriculares da Abepss, de 1996, tendo por centralidade o debate e a compreensão da “Questão Social” sob a Teoria Social de Marx.

Na contemporaneidade, sob a égide da sociabilidade capitalista financeirizada e globalizada, as *tendências teóricas que vêm incidindo na vida social e também na profissão* são antagônicas à construção do projeto coletivo construído pela categoria profissional desde os anos 1970/1980, que tem por base a Teoria Social de Marx, a tradição marxista.

Dentre as tendências, Simionato (2009 *apud* Moljo; Carvalho, 2022, p. 12) sinaliza

que a pós modernidade está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capitalismo globalizado. Fundamentadas nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e reificação do presente, fazendo nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social.

[...] Este cenário redimensiona as respostas as múltiplas expressões da “questão social” e a prática profissional é reduzida a mera identificação das demandas e a seu atendimento focalizado, mobiliza um suporte teórico bastante elementar, cuja análise não ultrapassa o nível das aparências e escamoteia o real significado das mesmas no contexto antagônico das relações sociais capitalistas.

O cenário “redimensionado”, dessa forma, vem contribuindo para o fortalecimento de um debate travado nos anos 1990 no contexto de revisão e atualização das Diretrizes Curriculares apresentadas à categoria em 1996.

Já sinalizado por Teixeira (2019), o debate da política social enquanto elemento constitutivo da “formação” e o fomento do mercado de trabalho vêm desafiando a centralidade da “questão social” como eixo norteador da formação profissional crítica, portanto qualificada, para a apreensão das determinações do real em sua essência fenomênica.

A reflexão supracitada se materializa nas falas das e dos entrevistadas(os).

a disciplina de Política Social me ajudou muito, quando iniciei o estágio. Sem ela, onde iríamos atuar? Ela é fundamental, principalmente pós 1988, para conseguirmos viabilizar direitos aos nossos usuários, para ele ter acesso à educação, à saúde, à assistência social. Me considero *uma profissional crítica, quando consigo viabilizar um direito* (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024, grifos do autor).

Na minha graduação, a disciplina que mais me identifiquei foi a de Política Social, porque ela me dava vislumbrar a efetivação de direitos, que é possível a justiça social se as políticas sociais funcionassem plenamente. Fiz estágio, Jhony, na Assistência Social, época de implantação dos serviços de Assistência na cidade e via a esperança chegando em Teófilo Otoni, o sentimento de eliminar um pouco as desigualdades na cidade (Teixeira, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Gostei muito da Política de Assistência Social na faculdade, porque à época a Assistência Social estava sendo implementada no município. Fiz Estágio na Assistência e atuo na Assistência. Os desafios são enormes, faltam recursos, equipamentos adequados, mas ela, a Assistência, muda a vida das famílias. Se a Política Social funcionasse nesse país, não haveria mais desigualdade social (Afonso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024, grifos do autor).

A Política Social é a mediação entre a profissão e a realidade dos usuários. Por ela, conseguimos diminuir as expressões da questão social e proporcionar um pouco de justiça social, né? Viabilizar esse direito é ir na direção de construir uma sociedade mais justa, democrática, valores que estão no nosso código de ética e que devemos defender e seguir (Barroso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024, grifos do autor).

Na faculdade me apaixonei pela política de saúde, o SUS é maravilhoso né? Uma pena que não funciona na realidade. Se não houvesse corrupção, se os recursos chegassem como deveriam chegar, seríamos um país de primeiro mundo porque as desigualdades desapareceriam e viveríamos melhor, com qualidade de vida (Marques, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A partir dos relatos de alguns entrevistados, percebemos, de forma geral, que a Política Social para esses profissionais configura-se como a categoria “mediadora”¹¹⁶ para o exercício profissional das e dos Assistentes Sociais, mesmo em meio à fragmentação e à precarização dos serviços sociais públicos como fruto de uma agenda neoliberalizante com vistas à acumulação do capital pela privatização desses serviços e pelo pagamento dos juros da dívida interna e externa¹¹⁷.

O eixo contraditório e desigual que estrutura a sociabilidade capitalista está explicitado no célebre Capítulo XXIII do primeiro volume de *O'capital*, no que diz respeito à Lei Geral da Acumulação Capitalista. Em síntese, nessa sociabilidade, a produção ultrapassa a necessidade fundamental de satisfação dos anseios humanos, pois se realiza para outrem, para a troca em sua dimensão de reprodução ampliada, incorporando recursos tecnológicos e aumentando a produtividade social do trabalho e os níveis de exploração deste (mais-valia absoluta e/ou relativa), o que resulta em um trabalho cada vez mais social em sua produção, em contradição com a apropriação privada da riqueza por uma determinada classe.

¹¹⁶ Behring e Boschetti (2007) afirmam que, no ordenamento capitalista, as políticas sociais são fundamentais para a promoção da reprodução da classe trabalhadora, compreendendo-a como direito social, pois, no mesmo movimento, é fruto de ações, articulações e mobilizações da classe trabalhadora diante do Estado e das frações de classe dominante para o reconhecimento e atendimento de demandas históricas. Contudo, não elimina as expressões da “questão social”, pois estas se suprimem com o derruimento da sociabilidade capitalista, ou seja, na construção de uma outra sociabilidade para além do capital.

¹¹⁷ Acerca do debate sobre o fundo público e as dívidas interna e externa, consultar o segundo capítulo deste trabalho.

Eis o ponto central para a compreensão da “Questão Social” em sua dimensão crítica e que norteia o eixo de formação das atuais diretrizes curriculares da Abpess: a política Social está contida na “Questão Social” como mecanismo estratégico de enfrentamento das expressões contraditórias e desiguais que se materializam na vida dos sujeitos das classes trabalhadoras que amenizam tais expressões, mas que não as eliminam.

Outro elemento de extrema relevância, em diálogo com a formação sócio-histórica brasileira e regional, apareceu *somente em dois relatos ao longo das 16 entrevistas realizadas*.

Ter entendimento da nossa história, da história brasileira é importante para fazermos as críticas da nossa Política, das desigualdades, da formação do nosso povo. Aqui no Vale, é muito forte o mandonismo, o coronelismo, as relações de favor e obediência, a ajuda, a caridade, pouco se fala em direitos do Estado para a população (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A formação sócio-histórica do nosso país é o pano de fundo para compreendermos a formação do nosso Estado Brasileiro Capitalista, das relações econômicas desiguais e concentradoras, da nossa cultura embebida em valores conservadores desde a era colonial. Aqui no Vale do Mucuri (MG), os velhos dilemas do colonialismo são claramente reconhecíveis (Silva, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Apreender o nosso passado recente, articulando com a realidade cotidiana para imbuir projeções futuras, não certas e imutáveis, é de suma importância para o exercício profissional das e dos Assistentes Sociais. Isso porque as marcas históricas da formação, entrelaçadas com as particularidades do Vale do Mucuri (MG), são visíveis na vida cotidiana das e dos sujeitos sociais que buscam os serviços sociais, nos quais o profissional atua por meio da orientação, dos encaminhamentos e da viabilização de direitos, ainda que no limite estrutural das políticas sociais brasileiras.

No hospital municipal onde atuo há mais de anos sempre procuro, nos meus atendimentos com os usuários e os seus familiares, informar os direitos e deveres dentro da instituição. Para além do hospital, costumo realizar encaminhamentos para os Cras, Creas, Postos de Saúde, orientações sobre os direitos previdenciários. Muitas das vezes, sou questionada pelos usuários que nada funciona, é difícil acessar um direito, e, quando consegue, é um vereador, algum parente ou amigo que trabalha nas prefeituras que consegue. A partir desta fala, oriento e faço uma reflexão da importância do nosso voto, que é direito, que não é preciso ficar pedindo favor a vereador, mas eles [os usuários] alegam que é a forma mais rápida pra conseguirem o que precisam (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Na região, é muito comum a população recorrer aos vereadores para solicitar medicamentos, encaminhamentos para cesta básica, cadastro no Bolsa Família, entre outros, em razão de uma prática que parte dos legisladores municipais com o objetivo de manter o seu “cabresto eleitoral”.

Uma vez uma senhora que veio da cidade de Novo Cruzeiro (MG) acompanhar o filho que sofreu uma queda de moto e fraturou o ombro chegou na minha sala e disse: O vereador fulano de tal, você conhece? Então, me deu esse encaminhamento para o meu filho ser atendido com urgência. Fala com o diretor para os médicos atenderem ele agora, porque foi o Vereador quem mandou. Ela estava nervosa, ofegante, a acalmei e expliquei o fluxo do hospital e que o filho dela seria atendido, não ficaria desassistido. Ela não satisfeita, foi à ouvidoria do hospital e disse que pediria ao vereador para ligar para o diretor do hospital (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Sabemos que esta realidade é cotidiana das e dos Assistentes Sociais não só no Vale do Mucuri (MG), mas em todo o território nacional com maior ou menor intensidade a depender das singularidades de cada região. O pano de fundo da questão, que se estrutura na formação sócio-histórica e nos traços do passado que “perseguem” o presente, relaciona-se à configuração dos Estados Nacionais após a crise estrutural do capital em fins dos anos 1960/1970.

Outro aspecto importante no campo da formação profissional na região é a inserção das Assistentes Sociais “pioneiras” no campo da docência universitária nas Faculdades Doctum, na Unipac (o curso de Serviço Social foi encerrado na modalidade presencial em 2014) e na extinta Iesfato (que encerrou as suas atividades em 2011), em virtude da “falta de mão de obra especializada”:

na Iesfato permaneci por uns dois anos, quatro períodos. Ministrava aulas duas vezes por semana. A remuneração era baixa, as condições de trabalho precárias. Na LBV entrei no ano seguinte e estou lá até hoje. O desafio é grande, lidar com demandas que não são do Serviço Social, com mandos e desmandos de autoridades, quando estamos sem vagas para acolher novos idosos, já vivi situações constrangedoras (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Ministrei disciplinas no curso de Serviço Social tanto nas instituições Unipac e Doctum à noite, porque durante o dia trabalhava na Gerência Regional de Saúde, como servidora efetiva. Um desafio estar na sala de aula, de ministrar conteúdos teóricos sobre a profissão. Mas via algo positivo: Conseguia articular teoria e prática a partir da minha experiência profissional. Em 2002, 2003 eu acho, conheci a professora Angelina que veio de fora e ficou alguns anos na Doctum. Admirava sua competência e maestria, nos tornamos amigas (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Fui convidada pela Romilda para ministrar algumas aulas na Doctum. Foi um desafio e tanto, li muito, estudava para dar aula e levava a minha experiência de trabalho para os alunos. Gostei da experiência, os alunos muito esforçados, trabalhadores, estudavam com sacrifício. Nesse período conheci a professora Maria Angelina, uma excelente professora e tivemos “divergências”, mas entre nós sempre prevaleceu o respeito (Souza, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Jhony, Romilda me indicou para ministrar algumas aulas na Doctum em função da minha atuação profissional na saúde mental aqui na prefeitura. Foi uma experiência desafiadora, porque não dei aula. Falar da teoria do Serviço Social, do marxismo foi difícil no início. Em relação à saúde, me saía bem, ficava menos tensa, mais à vontade com os estudantes (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Alguns(as) das e dos entrevistadas(os) que se graduaram nos anos 2000, notadamente nas Faculdades Doctum, tiveram como docentes as pioneiras. Pelos relatos, o desafio de lecionar, aliado à precarização do trabalho em uma instituição privada, na qual o ensino está subordinado à lógica “mercadológica” – que prima pela quantidade em detrimento da qualidade – afeta sobremaneira o compromisso teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo de futuras e futuros profissionais.

Fui contemporâneo da Gláucia, que trabalha no Raimundo Gobira. Entramos na Faculdade em 2003 e concluímos em 2006. Recordo de Romilda, Edna, Nádia e Jaqueline tanto em palestras, apresentações e algumas disciplinas dadas. Também tive a honra em ser aluno da professora Angelina, muito competente, exigente, aprendi muito com ela (Penha, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Nos anos 2000, com as unidades de formação instaladas na região, de natureza pública e privada, outro determinante se coloca para a realidade regional no que tange ao mercado de trabalho: a implantação da Política de Assistência Social na região, que contribuirá para a consolidação e expansão do mercado de trabalho no Vale do Mucuri (MG), seguida da Política de Saúde e educação, respectivamente.

A Assistência Social tem em sua gênese histórica a marca da benemerência, da ajuda, da caridade, do primeiro-damismo, elementos que se articulam à cultura política brasileira, como sinalizou Chauí (1995). Somente em 1988, com a promulgação da “Constituição Cidadã”, a Assistência Social torna-se uma política pública de Estado. Em 1993, com a edição da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), a política é definida como destinada a “quem dela necessitar”, não assumindo, portanto, o caráter universalista, a exemplo da saúde e da educação.

Os anos 1990, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi um período de implantação dos ideários neoliberais no país, com maciça entrada de capital estrangeiro e de instalação de empresas multinacionais, gerando recessão econômica no aumento do desemprego estrutural, na medida em que muitas empresas públicas e privadas nacionais não conseguem competir à altura com as estrangeiras, acarretando uma decretação de falência em massa. As privatizações das estatais complexificam esse quadro recessivo, coroando o processo com a denominada “Reforma do Estado”, promovida pelo então Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare)¹¹⁸ sob o comando de Luís Bresser-Pereira, braço direito do presidente Fernando Henrique.

A “Reforma do Estado” atinge frontalmente os preceitos constitucionais de 1988, com destaque para os direitos sociais, isto é, englobando as políticas sociais, não havendo avanços significativos para a Assistência Social.

Com a vitória de Lula nas eleições de 2002, a esquerda brasileira projetou grande “expectativa” de que as reais demandas históricas das classes trabalhadoras fossem efetivadas em sua integralidade. Contudo, o que se assistiu foi ao avanço democrático nos campos institucionais sob a estratégia da política “conciliatória” de classes adotada nos 13 anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no comando do executivo federal (2003-2016). Destaca-se que a análise da questão foi realizada no segundo capítulo deste trabalho.

Postas essas questões, a Assistência Social ganha “centralidade” nos governos Lula (2003- 2006; 2007-2010) a partir da criação da Política Nacional de Assistência Social em 2004 e do Suas em 2005.

Com essas normativas, a infraestrutura para a criação e oferta de ações e serviços na política de Assistência bem como o processo de avaliação e monitoramento se realizam em todo o país, interiorizando as ações do Estado Brasileiro no campo dos direitos sociais.

Apesar de a Assistência Social ser uma das mediações mais tradicionais e persistentes do exercício profissional, considera-se que a implantação do Suas amplia as possibilidades de trabalho nos novos espaços sócio-ocupacionais, como os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializada da Assistência Social (Creas), além de demandar o desenvolvimento de novas habilidades e competências para a gestão pública nos âmbitos da assessoria, planejamento, avaliação, monitoramento, entre outras (Raichelis, 2018, p. 753).

¹¹⁸ O Mare foi criado em 1995 e extinto em 1999, no início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

As(os) profissionais que se graduaram nos anos 2000, em sua maioria, têm a sua primeira inserção profissional na Assistência Social, conforme os seguintes relatos:

Assim que me formei, em 2007, fui para o sul da Bahia, na cidade de Itaum. No Cras desse município eu era contratada, o salário baixo, mas melhor comparado a Teófilo Otoni. As relações de mando eram claras, a concepção de ajuda, assistencialismo eram fortes e vencer essas barreiras não é do dia para a noite né? Me lembro de ter tido alguns embates com o gestor da política, mas me colocava, não abaixava a cabeça (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Em 2009, a Assistente Social foi convocada para assumir o concurso em Teófilo Otoni (MG), no qual havia sido classificada, e, após a posse, foi alocada na Secretaria de Assistência Social – atualmente Assistência Social e Habitação –, passando a desempenhar suas atividades no Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

Fui a primeira Assistente Social do Creas, tudo ligado a assistência era novo na cidade. Uma casa foi alugada para o funcionamento do Creas e o espaço era precário, as condições para trabalhar eram precárias. O local ficava próximo a ruas com estrada de terra, e a poeira era muita. Ficamos por um tempo sem faxineira. Jhony, eu falava para minha colega psicóloga: não podemos atender nosso usuário com a sala suja, cheia de poeira. Eu e ela revezávamos para limpar, o material de limpeza a gente levava de casa, porque não tinha. Um bom tempo depois, contrataram uma empresa terceirizada para prestar serviço em limpeza nos Cras e no Creas (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Mesmo efetivadas essas normativas, as condições de trabalho, conforme depreende-se do relato supracitado, eram precárias, portanto, desafiadoras. Somado a essas questões, o trabalho no Creas, com as expressões de violações de direitos, era complexo em virtude

da cultura do medo, medo de denunciar. Recebíamos muitas denúncias de maus-tratos contra os idosos, as crianças e violência contra a mulher. Quando íamos averiguar, conversar com as vítimas, elas tinham muito medo de confirmar a denúncia e desistiam. Me recordo de um caso de uma moradora da zona rural da cidade que era agredida há mais de dez anos pelo marido, muitos vizinhos e conhecidos dela denunciavam a situação, mas, por medo e por sobrevivência dela e dos filhos, dizia que preferia apanhar do que passar fome (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Gláucia ainda afirmou que esses desafios e dificuldades começaram a gerar um início de esgotamento mental, de sorte que ela fez uma solicitação para ser realocada em outro serviço,

de preferência na área da saúde. A confirmação do pedido veio em 2013, para atuar como Assistente Social do Hospital Municipal Raimundo Gobira.

A profissional ainda pontuou que, desde 2013, quando foi alocada no hospital, vem “lutando” para desmistificar com os demais profissionais de saúde e com os usuários a visão de que “assistente social faz tudo”, e, com muita persistência e competência, tem conseguido conquistar o espaço profissional no hospital.

Quando cheguei aqui no Gobira, logo de cara percebi que tudo o que os médicos e enfermeiros não resolviam mandavam para o Serviço Social. Até discussão e briga já tive que entrar no meio para separar. Avisar óbito aos familiares, essa demanda era recorrente. Aos poucos, fui trabalhando isso, sabe? Os estagiários da federal me ajudam muito, me oxigenam, me atualizam, tive excelentes estagiários que são hoje excelentes colegas de trabalho. Hoje, as demandas indevidas diminuíram muito, mas fico sempre alerta, porque, se deixar, querem empurrar tudo para o Serviço Social (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

As atribuições e competências¹¹⁹ profissionais, historicamente, sempre foram desafiadoras ao Serviço Social na medida em que há uma “fluidez, indefinição” do que faz o(a) Assistente Social (Iamamoto; Carvalho, 2014). Com a reatualização conservadora e a herança, que a acompanha, modificam-se “as formas de atuação para o enfrentamento das expressões da ‘questão social’”, permanecendo e/ou reatualizando o solo ideopolítico de que o pensamento conservador em várias questões é legatário.

A Assistente Social também fez parte, a partir de 2010, dos movimentos de articulação e desmobilização do NAS de Teófilo Otoni, com Romilda, Jaqueline, Édna e outras colegas, confirmado o desafio de manutenção do coletivo pela falta de compromisso e engajamento dos colegas e das precárias condições de trabalho que influenciam na participação, embora não seja motivo justificatório para a profissional. Para ela, *esse é o maior desafio de ser Assistente Social na região.*

Graduado também em fins de 2006 nas Faculdades Doctum, Rodrigo Wolff da Penha pôde cursar Serviço Social com a concessão de bolsa integral. Durante a sua graduação, prestou concurso público para a prefeitura de Teófilo Otoni e foi nomeado meses depois da sua colação de grau:

¹¹⁹ Na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), nos artigos 4º e 5º, são explicitadas as questões, bem como em documentos do Cfess que tratam do tema. Mais informações: www.cfess.org.br.

no final da faculdade, Jhony, prestei concurso para Assistente Social na Prefeitura de Teófilo Otoni e fui até bem classificado. Me formei em fevereiro de 2007 e, em junho, tomei posse no concurso. Fui alocado na então Secretaria de Assistência Social, no setor de gestão e planejamento, na assessoria aos Conselhos de Direitos ligados à pasta. São 17 anos nesse espaço de trabalho, passei por algumas gestões, muitos desafios, limites, visão distorcida da profissão e da política de Assistência (Penha, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Por ser natural da região, o profissional teve a oportunidade de permanecer na cidade onde nasceu e reconhece que o coronelismo, o mandonismo e o assistencialismo são muito presentes na região, acrescentando que esses traços interferem no Serviço Social.

Olha, já passei por situações aqui que vereadores, pessoas influentes na cidade, instituições tentaram interferir no nosso trabalho, desvirtuar o meu trabalho como Assistente Social. Tenho certeza que se não fosse concursado, já teria sido demitido a muito tempo.

[...] O maior desafio em ser assistente social aqui é romper com essa visão conservadora, assistencialista e isso rebate nos nossos baixos salários, nas precárias condições de trabalho. Outro desafio é a articulação dos profissionais da área, Romilda já lutou muito para erguer o NAS. Confesso que não contribuí como gostaria, mas, quando podia, participava das reuniões (Penha, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Carolina Salomão, profissional também entrevistada, é natural de Teófilo Otoni. No processo formativo, foi contemporânea de Gláucia e Rodrigo, conforme relata:

me graduei na Doctum em 2007. No ano seguinte, fui trabalhar no baixo Jequitinhonha, Vale do Jequitinhonha (MG), em Rubim, entre 2008 a 2011, na coordenação dos serviços da Assistência social: Cras, Projovem Adolescente, PETI. Destaco que implantei a Política de Assistência Social nesse município e cresci muito nesse período como pessoa e como Assistente Social.

[...] Em 2011, retornei para Teófilo Otoni e fui atuar no acolhimento institucional, Alta complexidade da Assistência Social. Ainda em 2011, fui convidada pela Secretaria de Assistência Social, à época, para coordenar um Cras no município, o Cras região sul da cidade. De 2011 até 2019, eu atuei como coordenadora em todos os Cras da cidade, havia um rodízio de coordenações. De 2019 até hoje, estou como diretora regional da Sedese, que abrange todo o vale do Mucuri e parte do Jequitinhonha (Teixeira, entrevista concedida ao pesquisador em 2024, grifos do autor).

A profissional reitera que os maiores desafios para o exercício profissional na região são as precárias condições de trabalho, os baixos salários, a alta rotatividade de profissionais em virtude do vínculo temporário de trabalho e a “cultura conservadora”.

Atuando como diretora regional da Sedese, percebo que no nosso extenso Vale do Mucuri (MG) e alguns municípios do Vale do Jequitinhonha (MG), os desafios que os profissionais enfrentam. As condições de trabalho e salários chegam a envergonhar se eu ficar falando, sabe? Sinto os profissionais recentes muito despreparados, Jhony, demandam muitas capacitações e cursos da Sedese em questões básicas, e, a grande maioria, Jhony, se graduou a distância (Teixeira, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Como mencionado em parágrafos anteriores, desde 2018 os polos de formação na região, no que se refere ao curso de Serviço Social, têm sido a UFVJM e a Unopar, que oferta diversos cursos na modalidade a distância, incluindo o de Serviço Social.

As entidades da categoria profissional (Cfess-Cress, Abepss, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – Enesso) condenam veemente a modalidade de ensino descrita, que vem aumentando exponencialmente em nossos dias. Exemplo de posicionamento e resistência, foi a campanha lançada em 2012 pelo Cfess-Cress, intitulada “Educação não é Fast-Food¹²⁰”, que objetivou explicitar os gravames de uma formação aligeirada, “voltada para o mercado”, portanto para as imperativas necessidades do capital, indo na contramão do projeto coletivo de formação a partir das Diretrizes Curriculares de 1996.

Shirley Alves Afonso, natural do município de Malacacheta (MG), distando 40 minutos de Teófilo Otoni (MG), também se graduou nas Faculdades Doctum, concluindo o curso de Serviço Social em 2007. No ano seguinte, a Assistente Social teve a sua primeira experiência profissional na Assistência Social:

desde quando iniciei minha atuação profissional no Cras de Topázio, isso desde 2012/2013, meu vínculo empregatício é pelo contrato de trabalho, que se renova periodicamente. O salário com os descontos obrigatórios não chega ao valor líquido de um salário mínimo. A maioria dos colegas hoje que atuam na política aqui na cidade são contratados, e, como eu, possuem outros vínculos empregatícios para complementar a renda.

[...] aqui no Cras Topázio, as cestas básicas mensais são insuficientes para o atendimento da demanda emergencial das famílias cadastradas. É comum os usuários ou até mesmo alguns políticos que nos informam que podem encaminhar a demanda para eles, que eles garantem a cesta. Na necessidade de “matar a fome”, ficamos à mercê dessas ações clientelistas. A contradição na prática profissional é grande (Afonso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

¹²⁰ À época, algumas instituições privadas de ensino entraram com processo judicial contra o Cfess, exigindo de imediato as propagandas nos meios de comunicação bem como em banners. A entidade não recuou, fortaleceu-se politicamente e acionou o seu suporte jurídico frente à ação das instituições privadas de ensino.

A Assistente Social, além do Cras Topázio, trabalha em uma instituição privada no campo da saúde mental, nas denominadas “Residências Terapêuticas¹²¹”, para a complementação das condições objetivas de reprodução da força de trabalho. Acerca desse campo de trabalho, a profissional não quis expor os detalhes, em virtude do “medo” de expor a instituição.

Júlio César Soares Barroso, natural de Teófilo Otoni, também se graduou nas Faculdades Doctum, ingressando em 2006 e concluindo o curso em 2009. O profissional destacou que, de 2011 a 2014, atuou em alguns Cras do município como educador social, acrescentando que esse cargo o auxiliou a compreender a “Política de Assistência” e suas demandas.

A partir de 2015, por indicação, foi convidado para coordenar o Creas:

estou no Creas de Teófilo Otoni desde 2015, e, todos os profissionais do Serviço Social, incluindo eu, que ocupo a coordenação da instituição, somos contratados pela prefeitura. Houve um concurso da prefeitura no ano de 2017, mas as e os Assistentes Sociais aprovados foram alocados para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), que estava recém-implantado na cidade. Recordo que, à época, solicitamos que alguns profissionais aprovados fossem para a Assistência, porém sem retorno.

[...] As condições de trabalho, os salários baixos, são os maiores desafios aqui, sabe? Eu tenho uma remuneração acima da média salarial aqui porque estou na coordenação do serviço, mas não é alto, nada grandioso, entende? As demandas para o único Creas da cidade, que atende demandas de alguns municípios próximos, sobrecarregam a equipe. Por várias vezes, solicitei, mostrei o fluxo, para que contratasse mais Assistentes Sociais e também psicólogos, mas... sem sucesso (Barroso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Jaqueline Metzker também se graduou nas Faculdades Doctum em 2007 e teve a sua primeira atuação profissional em uma associação importante de Teófilo Otoni, a APJ. A associação foi fundada no ano de 1984 por iniciativa do sacerdote italiano Padre Giovanni Lisa, com apoio da juventude que residia, à época, na denominada “Vila Verônica”, atualmente bairro João XXIII. Destaca-se que o Padre Giovanni foi uma voz de resistência à ditadura militar e defensor da Teologia da Libertação, vinculada à ala progressista da Igreja Católica durante os anos da autocracia burguesa no Brasil.

Me recordo que comecei a atuar em 2008, mesmo em um projeto financiado pelo estado de Minas Gerais na APJ, que é uma entidade sem fins lucrativos

¹²¹ Em 2014, o Conjunto Cfess-Cress se manifestou politicamente contrário à lógica das denominadas Residências Terapêuticas por imprimirem uma lógica moralista/religiosa de “cura” das dependências químicas, indo à contramão das conquistas e das lutas da Reforma Psiquiátrica no país, das quais o Serviço Social brasileiro é partícipe em conjunto com outras profissões e entidades.

muito importante aqui na cidade, criada pelo Padre Italiano Giovanni, no período da ditadura, com objetivo de oferecer cursos, alfabetizar crianças e adolescentes numa perspectiva de educação em Paulo Freire.

[...] O projeto que trabalhei era para ressocializar jovens que saíam do sistema socioeducativo e foi desafiador, tendo falhas e alguns avanços. Nesse projeto, fiquei até julho de 2009, porque o projeto deixou de ser financiado e acabou. Nesse mesmo ano, na APJ, fui para um outro projeto: Família Solidária, que acompanha famílias de baixa renda, capacitando os adultos e jovens com cursos profissionalizantes e alfabetizando as crianças. Neste projeto, fiquei até 2010, quando me desliguei da APJ (Metzker, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Após a experiência de dois anos pela APJ, a Assistente Social foi atuar na Política de Assistência Social no sul do estado da Bahia, em um município denominado Teixeira de Freitas (BA), permanecendo por um ano no regime de contrato temporário.

Em 2010, fui trabalhar no sul da Bahia, Teixeira de Freitas, em dois Cras, *porque lá o salário era maior que em Minas*. Fiquei um ano, até 2011, e, nesse mesmo ano, fui para o Sul, em Curitiba, para trabalhar em uma escola católica privada na análise socioeconómica de concessão de bolsas. Também fiquei um ano e voltei para Teófilo Otoni em 2012 e comecei a atuar na saúde no Caps. Fiquei 8 anos lá, até 2020, antes da pandemia (Metzker, entrevista concedida ao pesquisador em 2025, grifos do autor).

Por motivos pessoais, a profissional se desloca para o Sul do país e atua no campo da educação em uma instituição privada católica de ensino, na linha de “frente” de concessão de bolsas a estudantes. A Assistente Social fez o seguinte relato:

Desde que formei, Jhony, pelas instituições que passei, encontrei as condições precárias de trabalho, os salários aquém das necessidades reais de sobrevivência, assédios, pressões. Cheguei a me adoecer mentalmente em Teixeira de Freitas, onde trabalhava em dois Cras. O conservadorismo era forte, a perseguição velada estava dada (Metzker, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Em fins de 2012, Jaqueline retorna ao Vale do Mucuri (MG), onde atuará por oito anos na política de saúde, especificamente no Centro de Atenção Psicossocial I, voltada à demanda de crianças e adolescentes.

Participei de um processo seletivo, contrato anual de trabalho, e fui aprovada. Foi um desafio e tanto, porque nunca havia atuado na saúde e tive de ler muito, estudar, conhecer os objetivos dos Caps. Passei por condições precárias de trabalho, o salário era mediano para Teófilo Otoni, mas baixo comparado a outras cidades, sabe? Mesmo com os desafios, foi o espaço de trabalho que

mais me senti realizada como pessoa e como Assistente Social (Metzker, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Em 2020, com a Pandemia de Coronavírus, a Assistente Social foi “dispensada”, permanecendo até fevereiro de 2024 fora do mercado de trabalho.

Há um ano, estou atuando no Centro de Referência de Direitos Humanos aqui na cidade, que é referência aqui para a região. As demandas são muitas. Recebemos muitos casos de violência doméstica, casos de racismo e homofobia tem sido recorrente, sabe? As condições de trabalho aqui são melhores comparadas aos espaços anteriores que atuei, e o salário, “mediano”. Trabalho 30 horas, estou realizada. O que me faz amar ser Assistente Social é poder lidar diretamente com os usuários dos serviços, escutar as reais demandas e encaminhar da melhor forma possível. O contato me realiza (Metzker, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

A também Assistente Social Marqueza Maria de Moura Marques gradua-se no ano de 2006 em conjunto com Gláucia Maria Jorge e Rodrigo Penha, e seu percurso profissional dar-se-á no campo da Assistência, bem como na saúde, conforme seu relato:

Depois de um ano de formada, em 2007, consegui ingressar no mercado de trabalho aqui em Teófilo Otoni e meu primeiro emprego foi no Cevida, uma casa de passagem para migrantes, porque aqui na região é muito forte o fluxo de viajantes e andarilhos por conta da proximidade com o estado da Bahia. Essa casa de passagem, na época, estava ligada à Política de Assistência do município, e era muito comum essa casa de passagem tornar uma casa fixa para esses migrantes, não tinham para onde ir e iam ficando. Eu fazia o cadastro dos moradores da casa, suas famílias, e poucos, com ajuda política de vereadores, a gente conseguia emprego na cidade, e, quando “estabilizavam”, saíam da casa de passagem. Alguns outros, conseguíamos recurso, passagem, para irem pra Bahia ou outra localidade onde tinham família. Foi uma experiência com muitos desafios e limites, muita interferência política, enfim, fazia o que dava para ser feito.

[...] Em 2010, fui para a saúde no município, me encantei pela área e até hoje eu trabalho no setor de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), garantindo os direitos dos pacientes no acesso ao transporte da prefeitura para procedimentos de saúde em Governador Valadares, Ipatinga e Belo Horizonte. A demanda é muito alta, temos poucos veículos disponíveis, e o “jeitinho político” resolve algumas urgências que temos aqui, sabe? (Marques, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A Assistente Social afirmou, assim como os demais entrevistados, que, desde a sua atuação, em 2007, os salários sempre foram baixos e as condições de trabalho, precárias, acrescentando ainda que o “jeitinho político”, citado em seu relato, sempre se fez presente na região, na atuação dos profissionais da região. Mesmo com os limites, a profissional afirma

sentir-se *realizada como pessoa e como profissional*, elementos que Jaqueline Metzker também afirmou em seu relato.

Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam que, historicamente, o primado do ser (qualidades pessoais, vocação ao chamado, o dom de si, o discurso altruísta) sobre o saber se fez presente na profissão. Em um primeiro momento, com características confessionais e, posteriormente, laicizados, manteve-se uma “cultura” da ajuda, de visão messiânica e voluntarista. Na atualidade, mesmo diante dos diversos dilemas colocados pelo “mundo do trabalho” aos Assistentes Sociais, o *primado do ser* se reatualiza e se ressignifica.

Por fim, temos os relatos do Assistente Social, graduado em 2014 na UFVJM e que exerce a profissão nos campos da Assistência Social, Saúde e Educação:

sou Diego Soares Ferraz, tenho 34 anos de idade, homem cis, homossexual e carrego com muito orgulho os meus traços indígenas. Natural do município de Machacalis, aqui mesmo no Vale do Mucuri. Filho de pais agricultores e semianalfabetos, tive uma infância difícil, de privações, mas com muito amor dos meus pais para comigo. Terminei o meu ensino médio na cidade e sabia vagamente da existência da universidade federal. Conheci o Serviço Social por conta de uma assistente social na minha cidade, que trabalhava na saúde, e ali tive a certeza que era Serviço Social que iria cursar.

[...] Ingressei no curso de Serviço Social da UFVJM em 2010, já no campus próprio da universidade, me graduando no final de 2014. Me recordo que muitos colegas de faculdade eram naturais de outros municípios do Vale. Em 2015, graduado, fui atuar na minha cidade no cargo de Secretário da Política de Assistência Social, fortalecendo a política municipal e implantando novos serviços. *Essa trajetória é motivo de orgulho para mim. Permaneci no cargo até 2021* (Ferraz, entrevista concedida ao pesquisador em 2024, grifos do autor).

O Assistente Social afirma que a experiência no campo da gestão de uma política foi desafiadora, mas um período de muitos aprendizado e amadurecimento pessoal e profissional.

Lidar com os coronelismos, os clientelismos da minha cidade, os jogos de poder, a cultura da ajuda por parte da população foi o meu maior desafio como gestor. Tive embates com alguns vereadores da cidade, até com usuários que diziam que eu dificultava o acesso aos serviços e que o vereador sicrano, a vereadora beltrana, que eram bons, conseguiam resolver as necessidades na hora, sem burocracia.

[...] Com a pandemia a partir de 2020, as demandas aumentaram sobremaneira, e as precárias condições de trabalho da secretaria e da minha equipe dificultaram muito. Para ter uma noção, faltava na pandemia até EPI para os profissionais. A cobrança para atender à população era grande, o medo do contágio da nossa parte era assustador. Nesse caos, fui me adoecendo mentalmente e tomei a decisão de pedir exoneração em 2021 para cuidar de mim, pensar o que faria daquele momento em diante (Ferraz, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

O profissional saiu de Machacalis e veio para Teófilo Otoni, e, entre os anos de 2021 e 2024, atuou nas áreas da saúde indígena e educação, respectivamente. Diego afirmou que as precárias condições de trabalho, os baixos salários e as relações clientelistas são claras na atualidade e que enfrentou desafios nesses campos de atuação em defesa do Projeto Ético Político-Profissional.

Eu percebo que grande parte dos profissionais da área aqui em Teófilo Otoni são conservadores “velados”, e poucos de forma aberta. Em debates que realizávamos no setor da Secretaria de Saúde ligado à população indígena, reafirmava a visão distorcida dos povos indígenas, com falas preconceituosas de profissionais e de defesa de uma postura e ação de isolamento, de uma “limpeza” na cidade, na medida que muitos indígenas estão em situação de rua.

Com alguns colegas Assistentes Sociais, tentava dialogar de forma coletiva para irmos “afinado” para as reuniões, mas o medo de serem demitidos, de sofrerem represálias, desencorajavam boa parte dos *colegas, e mobilizar essa categoria na região é duro, vejo como maior desafio para a nossa profissão na região* (Ferraz, entrevista concedida ao pesquisador em 2024, grifos do autor).

O Assistente Social realizou um processo seletivo na área educacional do município em fevereiro de 2024 e passou a atuar no processo de “monitoramento de demandas” das escolas do ciclo básico e na gradual inserção de outros profissionais nesses espaços. Foi alocado na Secretaria de Educação e afirmou ter vivenciado os mesmos dilemas, incluindo as precárias condições de trabalho, a baixa faixa salarial, os limites para a atuação e a falta de autonomia em algumas decisões.

Nos dias atuais, Diego retornou para Machacalis (MG), onde assumiu em janeiro do corrente ano a gestão da Secretaria de Assistência Social a convite do prefeito eleito e empossado, Gilson Lucas Araújo Silva, popularmente conhecido como “Lucas da Farmácia”.

Os relatos supracitados não trazem dilemas e questões desconhecidas ao Assistente Social no que se refere às condições de trabalho. Na região, são imbricadas com marcas regionais históricas de mandonismos, clientelismos e desvalorização do fazer profissional, reforçando o caráter histórico de subalternidade da profissão.

Antunes (2008) e Raichelis (2018) localizam estruturalmente, do ponto de vista da totalidade concreta das relações sociais capitalistas, a crise estrutural do capital dos anos 1960/1970 em diante, em que o desenvolvimento das forças produtivas, a reestruturação produtiva, a microeletrônica e os rebatimentos na Divisão Internacional do Trabalho resvalam destrutivamente sobre os Assistentes Sociais, enquanto trabalhadores assalariados.

Como consequência, aprofunda-se a tendência do capital de redução do número de trabalhadores contratados, gerando economia de trabalho vivo, potencializada pela incorporação em larga escala de tecnologias microeletrônicas poupadoras de força de trabalho. Amplia-se o desemprego estrutural além da precarização e deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido, que se agravam ainda mais considerando de gênero, geração, raça e etnia, com profundas mudanças nas formas de ser da classe trabalhadora, com impactos na materialidade e na subjetividade individual e coletiva (Raichelis, 2018, p. 51).

Um elemento que chama a atenção na região é que as mudanças estruturais do mundo do trabalho, a partir da década de 1990, nas esferas dos serviços, da agricultura e pecuária regional, bem como da extração de pedras preciosas, refuncionalizam as “velhas práticas” de superexploração do trabalho análogas à escravidão, conforme denúncias realizadas ao Ministério do Trabalho entre os anos de 2000 e 2010, como aponta Achtschin (2018) em sua publicação sobre a formação econômico-política, social e cultural no Vale do Mucuri (MG), explicitada no segundo capítulo deste trabalho.

Em relação ao Serviço Social:

no âmbito do mercado de trabalho do Serviço Social ampliam-se os processos de subcontratação de serviços individuais de assistentes sociais por parte de empresas de serviços de assessoria, de organizações não governamentais, de falsas (cooperativas) de trabalhadores na prestação de serviços a governos, especialmente em âmbito local. Configurando-se o exercício profissional privado autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, decorrentes das novas formas de organização e operação das políticas sociais (Raichelis, 2018, p. 51).

Essa realidade é presente na região a partir dos seguintes relatos:

trabalhei em um consórcio intermunicipal de saúde na região de 2000 a 2015. Alguns projetos em determinados municípios se caracterizavam por forma de assessoria para implementar ações e programas de saúde. Recordo que eu ganhava por projeto, por assessoria realizada. Havia épocas em que o valor de ganho por esses serviços prestados era maior que o salário estabelecido em contrato. Saí em 2015 por adoecimento mental, diante dos muitos assédios que sofri. Atualmente, até onde sei, não há Assistente Social no quadro de trabalhadores “fixos”. Quando precisam, contratam para uma ação/projeto por tempo determinado (Souza, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Além do Cras Topázio, eu trabalho em uma Clínica Terapêutica com natureza religiosa na região. Minha carga horária é 20 horas semanais e ganho, pela instituição, pelo número de atendimentos que consigo realizar com os usuários, os dependentes de substâncias psicoativas. O trabalho é precário, quase sem nenhuma relativa autonomia, mas, por condições de sobrevivência,

atuo para complementar o meu ganho no Cras (Afonso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Raichelis (2018, p. 52) afirma que as inúmeras situações que expressam a nova morfologia do trabalho dos profissionais do Serviço Social “podem ser observadas nas políticas de habitação, saúde, assistência social, entre outras, atestando que assistentes sociais subcontratadas/os e terceirizadas/os experimentam a precarização do trabalho não protegido”.

Mesmo os assalariados com empregos “estáveis”:

com contrato por tempo indeterminado, e não só trabalhadores das empresas privadas, mas também funcionários públicos, são afetados pela “precariedade subjetiva” expressa pelo sentimento de precariedade quando são confrontados com exigências cada vez maiores no trabalho estão permanentemente mais preocupados com a ideia de nem sempre estar em condições de responder a elas (Raichelis, 2018, p. 52).

Atuei na prefeitura de Teófilo Otoni como concursada de 1994 a 2022, quando me aposentei na prefeitura. Sempre atuei no campo da saúde e grande parte na saúde mental. Nesses anos, enfrentei embates para me posicionar e exercer a profissão comprometida com os princípios, valores, do nosso projeto de profissão. Em alguns momentos, cheguei a adoecer mentalmente, era “orientada” a não comprar “brigas” pelo meu bem, pela minha integridade, mas a indignação, o questionamento, falava mais alto (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Os constrangimentos do mundo do trabalho e os desafios postos à defesa dos princípios e valores caros ao Serviço Social, referenciados na luta da classe trabalhadora sob a perspectiva coletiva de uma sociabilidade para além da ordem do capital, resvalam nos desafios do “ser Assistente Social na região” e nas motivações para atuar como profissional na trama contraditória da reprodução das relações sociais.

Quando cheguei ao Vale do Mucuri, em 1984, vim com o desafio de transformar a realidade local, embebida por toda a experiência vivida na Escola de Serviço Social na Universidade Católica de Minas Gerais com o Método BH. Tinha clareza que a minha atuação não iria mudar a realidade por completo, mas trabalhar com a população, conscientizando-os, mostrando a realidade. Se eu conseguisse isso, já estaria realizada profissionalmente (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Sou natural de Ataléia (MG), cidade da região. Tive o “privilégio”, as condições de ir para a capital, fazer a faculdade de Serviço Social nos anos 1980 na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Terminei o curso em 1988, regressei à minha cidade, atuando, como contratada, na área da saúde, dando os primeiros passos para a implantação do Sistema Único de Saúde. Ser Assistente Social, à época, era contribuir no

combate à pobreza, as condições de vida da população que, até hoje, são presentes (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Nasci em uma comunidade rural, distrito de Teófilo Otoni. Venho de uma família humilde, de pais semianalfabetos. Fui o primeiro na família a ter um curso superior, e meus pais se orgulham de mim. Ser Assistente Social aqui é matar “um leão de cada dia” para viabilizar direitos, lutar por mais recursos para as políticas públicas e combater uma mentalidade “assistencialista”, que ainda é muito forte na região (Penha, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Um desafio que elenco em ser Assistente Social na região é lidar com a dificuldade de articulação dos profissionais na região. O NAS daqui vive seus altos e baixos, e, a partir de 2020, com a pandemia, está desativado. A despolitização dos profissionais na região é gritante, estamos longe dos grandes centros, o Cress distante. Uma seccional do Cress na região iria ser fundamental para a nossa mobilização (Silva, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

O ser Assistente Social aqui na região é lidar com os baixos salários, precárias condições de trabalho, subalternidade da profissão frente outras profissões, o não entendimento da nossa atuação, a desmobilização da categoria na região. Me encontro em um momento da vida profissional em que estou desanimada, mas sigo firme e me posicionando (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

O trabalho de articulação com a comunidade, a articulação entre a rede socioassistencial, a visão assistencialista, benemerente dos gestores, demais profissionais e dos usuários são bem expressivos. É preciso romper com a politicagem, com a falta de recursos para as políticas públicas, a nossa relativa autonomia, que é quase zero (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Expondo alguns relatos que dialogam com as questões do roteiro de entrevistas *sobre ser Assistente Social na região bem com as particularidades desse exercício*, é possível concluir que as condições de trabalho, a subalternidade profissional e a falta e/ou dificuldade de mobilização da categoria na região são elementos presentes que permeiam o Serviço Social no país. No mesmo movimento, algumas falas evidenciam a luta e a garantia pelos direitos sociais, pelas políticas sociais e pelo caráter “educativo” nas relações com o usuário, com vistas a romper com o assistencialismo, o clientelismo e o paternalismo, elementos que marcam a formação sociorregional.

Iamamoto (2013) afirma que o caráter educativo na relação dos profissionais de Serviço Social com a sua “clientela” é histórico, remetendo à gênese da profissão.

Diferenciado da caridade tradicional, vista como mera reprodução da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora,

numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais. Distingue-se também da assistência pública, que, desconhecendo a singularidade e particularidade dos indivíduos, produz respostas não diferenciadas aos “problemas sociais”. Atuando através de entidades filantrópicas privadas e através do Estado, o Serviço Social orienta-se para uma individualização da proteção legal, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais sob uma ótica doutrinária e moralizadora, amplamente haurida no senso comum da classe de origem desses profissionais (Iamamoto, 2013, p. 23).

Na atualidade, sob a hegemonia dos princípios norteadores do Projeto Ético-Político Profissional no campo da formação, das entidades da categoria e dos movimentos estudantis na área, a defesa se realiza por uma ação “educativa” nas diversas formas e espaços de atuação que promovam consciência crítica aos nossos usuários pela escuta qualificada, em articulação com as lutas das classes trabalhadoras e os movimentos sociais.

Contudo, na mesma dinâmica, a crise estrutural do capital, que perpassa a vida social e a vida cotidiana, fragmenta a realidade social na medida em que o capitalismo contemporâneo adota, nas esferas político-econômicas e socioculturais, marcos ideológicos que contribuem para a visão pragmática do real, a seletivização que caracterizam as políticas sociais brasileiras na atualidade e o individualismo levado ao extremo no discurso “empreendedor” e “empoderador”, típicos da sociabilidade contemporânea na qual a Pós-Modernidade¹²² é sua maior expressão.

Nesse movimento, assistentes sociais são capturados em sua subjetividade, reproduzindo uma consciência cada vez mais alienada dos processos sociais, levandoos a negar os “valores modernos como a igualdade, a liberdade e, sobretudo, a laicidade da política e da moral”. Para a autora, existem três traços elementares do neoconservadorismo nestes tempos são eles: o engajamento ativo de militares na luta contra as conquistas e as reivindicações de mulheres, negros, índios e comunidade LGBTQIA+. O segundo é o exacerbado relativismo cultural. Podemos concluir que esse relativismo cultural possui em seu núcleo, critérios manipulatórios para impor “verdades absolutas” e que não podem ser questionadas, que não distingui o discurso de ódio de uma simples opinião. “O outro não é visto apenas como um estorvo: para o ethos individualista, o outro é o inferno, como bem mostrou Sartre, pois ele pode colocar limites à liberdade individual” Fato que encontra terreno fértil na ampla e potente revolução digital promovida pela Indústria 4.0, que acompanha o capitalismo do tempo presente e, que traz dentre as inovações tecnológicas a internet 5G e a inteligência artificial. As redes e as mídias digitais são território “sem lei e de lei absoluta” para ecoar com maiores facilidades as vozes conservadoras, reacionárias, neofascistas e irracionalistas e manipular. O último traço é o apelo a uma visão teocêntrica do mundo. O ultraconservadorismo toma a religião como fundamento, como um guia para

¹²² O discurso Pós-Moderno foi explicitado no terceiro capítulo deste trabalho.

a ação dos homens e do Estado, assim, a religião passa a ser reivindicada pelos conservadores como instrumento regulador e normatizador das relações sociais (Rodrigues, 2021, p. 50).

Como foi elucidado, a natureza educativa no que tange à profissão possuiu seu viés conservador com o objetivo de enquadramento moral/ideológico da “clientela” atendida pelos agentes sociais, conforme expressam Iamamoto e Carvalho (2014):

observamos que a "cultura do Serviço Social" se encontra permeada pela herança da "tutela", da moralização dos pobres, que vem desde a gênese do Serviço Social na sua intrínseca relação com a Igreja Católica e com o Positivismo, que Iamamoto (1982) denominou como "arranjo teórico - doutrinário". Desde meados da década de 60, no que foi denominado como processo de "intenção de ruptura", vem sendo quebrada a histórica relação com o conservadorismo e, portanto, com uma cultura política conservadora. Entretanto é bom observar que isso não é específico do Serviço Social. De fato, todas as ciências sociais passavam por um processo de reconceituação, assim como também não foi específica a herança conservadora do Serviço Social, senão que era comum à sociedade, e o Serviço Social apropriou-se conforme as suas particularidades (Moljo, 2005, p. 186).

Entretanto, na atualidade, a herança conservadora se faz presente e se reatualiza sob as mediações impostas pelas relações sociais contemporâneas. Essa herança está umbilicalmente enraizada na formação sócio-histórica brasileira, em sua dimensão colonial patrimonialista, manifestando-se nas relações cotidianas por meio do nepotismo, do favoritismo e do clientelismo em suas diversas formas, sob o “manto” do populismo.

Vimos, em trechos anteriores, em algumas falas das e dos entrevistadas(os), que a cultura política, imbebida de elementos coloniais sob a “bandeira” da democracia, permeia o exercício profissional no Vale do Mucuri (MG), somando-se aos parcos serviços e recursos da rede socioassistencial das políticas sociais.

Na subjetividade do “ser Assistente Social” na região, reforçando, essa relação é presente e constante.

Muitas vezes, no atendimento imediato de uma demanda urgente, que o usuário precisa, como, por exemplo, o Tratamento Fora Domicílio na Saúde (TFD), já recorri a vereadores para agilizarem o processo de liberação do transporte do usuário que estava de alta aqui no hospital, e a Secretaria de Saúde do município demorava para liberar. Era pressionada pela direção do hospital a acelerar o TFD para liberar vaga para outro usuário. No início, me sentia mal, mas, com o tempo, fui me “acostumando”, para viabilizar o direito (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Aqui no Cras Topázio, as cestas básicas mensais são insuficientes para o atendimento da demanda emergencial das famílias cadastradas. É comum os usuários ou até mesmo alguns políticos que nos informam que podem encaminhar a demanda para eles, que eles garantem a cesta. Na necessidade de “matar a fome”, ficamos à mercê dessas ações clientelistas. A contradição na prática profissional é grande (Afonso, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Na Legião da Boa Vontade (LBV), por ser uma instituição filantrópica, espírita, sem fins lucrativos, muitas famílias recorrem a vereadores da cidade e região para conseguir, junto com o presidente da Legião, vaga para acolhimento institucional dos idosos. A demanda é alta, as vagas são poucas, a seletividade é alta e muitos familiares se queixam comigo, e, tendo a resposta negativa, buscam os meios de interesses para conseguirem vaga (Chaves, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Em relação à última questão do roteiro de entrevistas, questionadas(os) sobre quais elementos poderiam contribuir para a “chegada tardia” da profissão na região, as e os entrevistadas(os) foram unânimes em afirmar que a ausência do Estado na região e a consequente precarização dos serviços e das políticas sociais são elementos que “atrasam” a inserção profissional na região.

Vim para a região em 1984, a trabalho, pela LBA. Fui designada para o município de Águas Formosas (MG) para trabalhar com a população rural e urbana sob o Desenvolvimento de Comunidade. Não havia, na cidade, nenhum serviço público voltado à população no que diz respeito aos serviços sociais. Ainda não tínhamos a Constituição de 1988, e as relações de favor, tutela, mandonismo, eram muito fortes. Ouvia muito da população local que, quando precisavam de remédio, carro para levar algum doente para os hospitais de Teófilo Otoni, eles procuravam os fazendeiros, as famílias abastadas para serem socorridos (Nepomuceno, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Acredito que a vinda tardia de profissionais para a região esteja ligada à falta de uma estrutura burocrática do Estado para o atendimento das demandas e necessidades da população em um contexto em que não se falava no Brasil em direitos sociais universais. A nossa formação sócio-histórica traçou uma democracia restrita, embebida de autoritarismo e mandonismo. Após a Constituição de 1988 é que, aos poucos, a presença dos serviços, equipamentos públicos, vão chegando nas regiões interioranas deste vasto Brasil (Silva, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

A chegada Tardia está ligada, ao meu ver, pela ausência efetiva do Estado antes da Constituição de 1988. Depois da Constituição, a saúde torna direito universal, e muitos serviços são criados e implantados, e demandarão Assistentes Sociais e outros profissionais também. Quando me formei, em 1988, em Belo Horizonte, na PUC, voltei para a região. Sou daqui da região, e os municípios demandavam Assistentes Sociais nos programas e serviços de saúde (Martins, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Pra mim, a ausência de Assistentes Sociais na região está ligada à falta de cursos de Serviço Social, de faculdades. Me graduei em Governador Valadares (MG). O curso em Valadares é implantado por uma instituição privada nos anos 1990, possibilitando muitas aspirantes virem para Valadares para cursarem Serviço Social (Souza, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Desde os meus 17, 18 anos, queria ser Assistente Social. Mas, à época, não tinha condições de ir para Belo Horizonte, pois venho de uma família numerosa e de poucos recursos. Morávamos em Novo Cruzeiro, cidadezinha pequena. Fui fazer Magistério em Teófilo Otoni. Anos depois, nos anos 2000, pude, com bolsa Prouni, cursar o tão sonhado Serviço Social na Doctum (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Partindo dos relatos supracitados, temos a afirmação e concretude das análises de Iamamoto e Carvalho (2014) e de Netto (2007), que sustentam ser o Serviço Social fruto do trabalho coletivo na divisão social e técnica do trabalho, sob a égide capitalista e na relação contraditória e necessária entre as classes sociais fundamentais. Trata-se, portanto, de um produto histórico do desenvolvimento capitalista sob determinada fase, que Netto (2007) denominará monopolista em fins do século XIX, atravessando o século XX. O Estado capitalista, para manter sua legitimidade, usará como estratégia, além da repressão, outros mecanismos no enfrentamento, cada vez mais complexo, das expressões da “questão social”.

Nesse contexto, um elemento-chave é que o desenvolvimento das forças produtivas do capital, sob a lógica da produtividade do trabalho social e da incorporação tecnológica, altera a Divisão Internacional do Trabalho, demandando profissionais especializados frente aos gravames provocados pela própria dinâmica de reprodução do capital em sua escala ampliada.

A intervenção estatal na sociedade, nas expressões da “questão social”, é fruto de mobilizações e lutas das classes trabalhadoras frente às suas históricas necessidades.

Dentre as organizações que mediatizam o exercício profissional, cabe ao Estado uma posição de destaque, por ser, tradicionalmente, um dos maiores empregadores de Assistentes Sociais no Brasil. [...] O processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestações de serviços sociais e assistenciais, geradas ou subsidiadas pelo Estado, que viabilizam a expansão do mercado de trabalho para estes trabalhadores especializados. A isto se aliam as alterações implantadas pelo empresariado, relativas à administração e gerência das relações industriais. Passam a lançar mão de técnicos qualificados na área de “relações humanas” - entre eles o Assistente Social- para a implementação de políticas de pessoal, diante das necessidades de racionalização da produção e do trabalho (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 89).

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à racionalização da filantropia” nem a organização da caridade; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho. [...] A constituição do mercado de trabalho para o assistente social pela via das políticas sociais- e recorde-se que aqui fazemos referência às políticas sociais do Estado Burguês no capitalismo monopolista (Netto, 2007, p. 74-75).

Na realidade brasileira, a intervenção do Estado na sociedade, para além da repressão, tem sua localidade histórica a partir dos anos 1930, com a era Vargas (1930-1945). Destaca-se, de acordo com Behring e Boschetti (2007), que a intervenção estatal no campo dos direitos trabalhistas e sociais é seletiva, restritiva, abarcando os trabalhadores das áreas urbanas, notadamente do eixo Rio-São Paulo, e as categorias profissionais, fomentando o corporativismo e a fragmentação das lutas dos trabalhadores, pois a intervenção ocorre em áreas estratégicas da produção que beneficiam o capital¹²³.

No decorrer das entrevistas, todas e todos as(os) entrevistadas(os) trouxeram “também” *como desafio* a articulação coletiva da categoria profissional a partir de experiências que foram implantadas pelo Cress-MG, no que tange à criação dos Núcleos de Assistentes Sociais no estado de Minas Gerais.

No Vale do Mucuri (MG), o Núcleo de Assistentes Sociais remonta aos anos 1990, a partir de esforços e vontade política das profissionais “pioneiras” entrevistadas neste trabalho.

No ano de 1995, a região já contava com dezessete profissionais distribuídas nos municípios de Carlos Chagas, Nanuque, Itambacuri, Águas Formosas e Teófilo Otoni. Este número esteve restrito quase que exclusivamente ao Vale do Mucuri, exceto pela presença do município de Itambacuri que, localizado aproximadamente há 30 km da cidade de Teófilo Otoni, onde possuía somente uma assistente social inserida no Judiciário.

[...] A presença de profissionais na região ocorre em um contexto de amadurecimento da profissão no plano nacional ante o processo de redefinição do projeto profissional das transformações societárias promovidas pelo capitalismo. Nesse período, as e os profissionais da região de Teófilo Otoni se mobilizam e organizam o I Seminário Regional do Vale do Mucuri.

[...] A partir desse evento, foi criado o Núcleo de Assistentes Sociais do Vale do Mucuri (Nasvam) com apoio e vinculado ao Conselho Regional de Assistentes Sociais (Cras), atualmente Conselho Regional de Serviço Social (Cress-MG). Os objetivos do Núcleo eram: a) reunir assistentes sociais como espaço de debate, interlocução e troca de experiência; b) cadastrar assistentes sociais da região do Mucuri e Jequitinhonha contribuindo, assim, com o

¹²³ Para um debate mais detalhado, consultar Behring e Boschetti (2007).

processo de fiscalização do exercício profissional e; c) promover cursos de formação (Chaves; Camargo; Nepomuceno, 2016, p. 5).

Entre os anos 1990 e os anos 2000, as autoras afirmam que o Núcleo na região vivenciou momentos de inconstância, ou seja, ora de momentos de mobilização coletiva e participação das(os) profissionais, ora de desmobilização e esvaziamento desse espaço. Destaca-se que os momentos de “efervescência” ocorreram a partir de 2003 a partir de dois importantes determinantes na região, já explicitados neste capítulo: a criação e expansão de cursos de Serviço Social na região e o alargamento do mercado de trabalho na região a partir da implantação da Política de Assistência Social.

Nos anos seguintes, o núcleo se desarticulou, e seu “ressurgimento” deu-se

no ano de 2016 com alguns componentes do núcleo anterior, mas com professores da UFVJM e outros profissionais que vieram somar a nova organização. Até hoje contou com algumas alterações na comissão Gestora, mas permanecendo a grande maioria, que faz o Serviço Social mobilizar-se no município e região, com reuniões mensais e/ou bimestrais.

[...] De 2019 a até a presente data, o NAS-TO veio realizando parcerias que contribuíram muito para a articulação e formação profissional. Com a deflagração da pandemia causada pelo novo coronavírus, foi necessária a readequação das atividades presenciais em um momento muito ímpar de articulação do NAS-TO, que desde finais de 2019 vinha realizando seu primeiro Ciclo de Formação junto à Coordenação de Estágio da UFVJM e Sedese de Teófilo Otoni.

[...] O desafio foi se adequar às novas ferramentas virtuais e às enormes demandas que os profissionais começaram a colocar: precarização do trabalho daqueles que estão na linha de frente (sem EPIs, sem vacina e totalmente expostos), fragilização dos contratos de trabalho etc. Muitas foram as demandas e, pensando e articular o debate para encontrar possíveis caminhos profissionais em meio ao aprofundamento do conservadorismo, aprofundamento exponencial da contrarreforma do Estado e uma pandemia que trouxe morte e fome à população pobre do país, iniciamos a realização do I e II Ciclo de formação, que contemplou temáticas as mais diversas acerca das dúvidas e questionamentos que os profissionais apresentavam ao núcleo. Foram debatidos o caráter das medidas emergenciais do novo governo no contexto de pandemia, a rede de serviços socioassistenciais no município de Teófilo Otoni no contexto de pandemia, dentre outros temas, buscando contemplar quase todas as políticas setoriais.

Nesse período o NAS-TO fez vários eventos coletivos, parceria com a Sedese-MG e Núcleo de Estágio da UFVJM, e nos anos 2020 foram feitas treze lives, intercalando profissionais de várias universidades, contemplando todas as políticas setoriais, apresentando conteúdos teóricos de análise e profissionais da região, com experiências exitosas. E ainda duas pesquisas sobre os profissionais nos espaços de trabalho e outra sobre a sua participação e avaliação nos Ciclos de Formação do NAS-TO e parceiros (Cress-MG, 2022, p. 16).

Todavia, em virtude do cenário pandêmico e das dificuldades de articulação na proposta de retorno às atividades presenciais, o Núcleo de Assistentes Sociais de Teófilo Otoni encerra as suas atividades em novembro de 2022. Dessa data até os dias atuais, o Núcleo está desativado.

Com essa crescente de profissionais, conseguimos, com muita dificuldade, pelo NAS, realizar algumas capacitações aqui na região, às vezes com apoio do Cress, outras vezes não. De 2010 em diante, por motivos pessoais e profissionais, me afastei do processo articulatório, permanecendo na Comarca até quando me aposentei. Romilda, Nádia e outras colegas continuaram na saga, mas com altos e baixos, sabe? (Carvalho, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

Como desafio hoje, vejo uma desmobilização da categoria profissional. Se queixam das taxas de anuidade do Cress, mas, quando tentamos fazer um movimento de rearticulação, poucos aparecem, paira uma apatia em virtude das condições objetivas da vida social, na profissão, a formação desses profissionais aqui na região (Jorge, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Seria de suma importância uma seccional aqui em Teófilo Otoni do Cress, mas o importante é a construção na região de uma cultura política de mobilização, de luta, e que isso é desafiador. A região, tomada por clientelismos, primeirismo, coronelismo, contribui para essa cultura “apática” na região em relação aos Assistentes Sociais. O desagregamento, o isolamento, aqui é muito grande, e cabe como desafio romper esse imobilismo que a conjuntura contemporânea contribui para tal (Silva, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

O grande desafio aqui é organizar politicamente a categoria. Várias vezes tentou-se, mas não foi pra frente. O salário aqui na região é vexatório, e também as precárias condições de trabalho. O Cress-MG tá longe, na capital, ficamos desprotegidos, e vejo o Cress como um órgão mais punitivo do que de defesa nossa.

[...] O perfil profissional aqui, no meu ver, é mais acanhado, “passivo”, que espera que os outros façam e ficam passivos, se moldam mais à estrutura. Quando a universidade chega, a UFVJM, traz mudanças, vejo os estudantes que formam hoje mais críticos, questionam mais, e, nos estágios, os colegas falam que os estudantes da federal são “questionadores” (Penha, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Nossa categoria aqui na região é muito desunida, cada um por si, não conseguimos nos mobilizar, isso me incomoda muito. Nesses 17 anos de formada, eu acho que a grade curricular do curso tinha de mudar, porque onde trabalho agora, no Centro de Referência dos Direitos Humanos, o debate sobre os negros, os indígenas, a população LGBTQUIA+, não temos na faculdade, se “pincelam” esses assuntos importantes (Metzker, entrevista concedida ao pesquisador em 2025).

O desafio posto na atualidade no que se refere à mobilização e à luta das classes trabalhadoras, e que incide sobre as e os Assistentes Sociais, imbrica-se às mudanças em curso que modificaram as condições de trabalho profissional, reconfigurando as demandas socioprofissionais. São modificações que, no seu núcleo, revelam a intensa exploração do trabalho, “com a incorporação de novas tecnologias de base digital; mudanças organizacionais e a aceleração nos ritmos de trabalho; o crescente desemprego, as terceirizações, os contratos precários de trabalho associado, ainda ao desmonte sem precedentes das políticas sociais” (Zigato; Camargo; Lanes, 2023, p. 14).

Tudo se processa em tempos de negação da política, expressão do aprofundamento do neoliberalismo, que estimula ao máximo o individualismo competitivo e que aponta a humanidade para a barbárie.

Nesse movimento, assistentes sociais são capturados em sua subjetividade, reproduzindo uma consciência cada vez mais alienada dos processos sociais, levando os a negar os “valores modernos como a igualdade, a liberdade e, sobretudo, a laicidade da política e da moral. Três são os traços elementares do neoconservadorismo nestes tempos são eles: o engajamento ativo de militares na luta contra as conquistas e as reivindicações de mulheres, negros, índios e comunidade LGBTQIA+. O segundo é o exacerbado relativismo cultural. Podemos concluir que esse relativismo cultural possui em seu núcleo, critérios manipulatórios para impor “verdades absolutas” e que não podem ser questionadas, que não distingui o discurso de ódio de uma simples opinião. “O outro não é visto apenas como um estorvo: para o ethos individualista, o outro é o inferno, como bem mostrou Sartre, pois ele pode colocar limites à liberdade individual”. Fato que encontra terreno fértil na ampla e potente revolução digital promovida pela Indústria 4.0, que acompanha o capitalismo do tempo presente e, que traz dentre as inovações tecnológicas a internet 5G e a inteligência artificial. As redes e as mídias digitais são território “sem lei e de lei absoluta” para ecoar com maiores facilidades as vozes conservadoras, reacionárias, neofascistas e irracionalistas e manipular. O último traço, para, é o apelo a uma visão teocêntrica do mundo. O ultraconservadorismo toma a religião como fundamento, como um guia para a ação dos homens e do Estado, assim, a religião passa a ser reivindicada pelos conservadores como instrumento regulador e normatizador das relações sociais (Rodrigues, 2021, p. 53).

O futuro do Vale do Mucuri (MG) é uma história em aberto, em constante vir a ser, que requer investigação permanente do objeto de pesquisa aqui proposto, com vistas a captar as determinações históricas e possibilitar estratégias coletivas de mobilização da categoria na região, em articulação com as lutas e movimentos sociais que enfrentam cotidianamente o conservadorismo regional.

O avanço da modalidade de ensino a distância na região, o desmonte das políticas sociais, o avanço das precarizações do “mundo do trabalho” e as *tendências* postas à profissão, como discutido neste trabalho, impõem-nos sucessivas aproximações à realidade regional, no compromisso de *reconstruir historicamente* a profissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo *reconstruir* historicamente a profissão de Serviço Social no Vale do Mucuri (MG), dos anos 1980 aos dias atuais.

A importância de reconstruir a profissão na região se deu por duas direções: primeiro, pelo caráter inédito do objeto de estudo, tal como se propõe uma tese doutoral; segundo, pela necessidade de iluminar, a partir da história em aberto e em permanente “vir a ser”, os rumos do Serviço Social na realidade brasileira e, em especial, na região. Trata-se não apenas de uma perspectiva voltada a futuras pesquisas e estudos – elemento fundamental na captura da essência fenomênica –, mas também da divulgação dos resultados do trabalho, de modo que, nas “trincheiras coletivas”, possamos, enquanto profissionais do Vale do Mucuri (MG), lutar pela defesa do Projeto Ético-Político Profissional ameaçado, hoje ameaçado pela “onda neoconservadora com traços neofascistas”.

Nesse sentido, o contato com as pioneiras, a partir do meu exercício profissional no espaço da docência universitária em Teófilo Otoni, desde maio de 2016, instigou a realização desta pesquisa. Adotou-se a primazia da história oral como metodologia de pesquisa no campo qualitativo, tendo os sujeitos como fonte primária e precípua, o que possibilita reconstruir a história pelo avesso, para além do discurso oficial.

Destaca-se que a tese de doutorado de Camargo (2019), assim como documentos do Núcleo de Assistentes Sociais da região – construídos entre “altos e baixos”, como visto neste trabalho – foram fundamentais. Não menos importante é a obra historiográfica de Achtschin (2018), fonte importante para compreender a formação sócio-histórica do Vale do Mucuri (MG), possibilitando captar os elementos estruturantes em diálogo com a formação sócio-histórica brasileira.

Práticas como o clientelismo, o patrimonialismo, o primeiro-damismo, o coronelismo, entre outras, atravessam estruturalmente a nossa formação sócio-histórica enquanto nação, ou seja, há um imbricamento desses elementos, que remontam à era colonial, na formação do Estado Nacional brasileiro – um “Estado híbrido” –, permeado por velhas práticas políticas que se refuncionalizam no “novo”, nas instituições estatais e em sua máquina administrativa desde 1822, com a Independência Política do Brasil.

O rompimento formal com a escravatura em 1888 não possibilitou uma “nação livre” aos negros “recém-libertos”, sobretudo no que concerne ao reconhecimento como sujeitos de direitos no exercício da cidadania, ainda limitada pela ordem burguesa. Ao contrário, foram inseridos de forma extremamente subordinada aos ditames do modo de produção capitalista no

Brasil, em trabalhos que remetem a condições análogas à escravidão e aos serviços “braçais”, pouco qualificados. Dessa forma, ficaram majoritariamente excluídos da constituição do operariado brasileiro¹²⁴ nas primeiras décadas do século XX e de sua consolidação a partir da Era Vargas (1930-1945).

Sob esse cenário histórico, em seu vir a ser, o Serviço Social constituiu-se como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho no Brasil a partir dos anos 1930, com o surgimento e crescimento de instituições estatais e empresariais que fomentaram o surgimento e a expansão do mercado nacional de trabalho nos anos 1940, e com a(o) Assistente Social atuando como trabalhadora(o) assalariada(o) a serviço dessas instituições.

O Vale do Mucuri (MG), como elucidado neste trabalho, foi explorado de forma “predatória” a partir da segunda metade do século XIX, com a expulsão e dizimação dos povos indígenas locais, sob o imperativo da construção e consolidação do “progresso” na região. Tal exploração ocorreu às custas das atividades de extração de pedras preciosas e do uso do solo para a agricultura e pecuária, acompanhada de um crescimento urbano acelerado e desigual, que, já no século XX, fomentou o setor de serviços e a criação de algumas cidades-polo no Vale, como Teófilo Otoni (MG) e Nanuque (MG), município próximo ao sul do estado da Bahia.

Contudo, o “aparente progresso” não esconde as suas contradições: os povos originários sobreviventes vivem à “margem¹²⁵” da sociedade regional e às custas de muitas lutas e resistências em territórios locais demarcados, exemplificando os indígenas Machacalis, expressivos na região. As comunidades quilombolas também são presentes na região, frutos do processo de resistência e luta de negras e negros no Vale, que foram escravizados, libertos “formalmente” e excluídos do reconhecimento enquanto sujeitos de direitos e cidadãos, em comparação com os descendentes dos alemães, que são numerosos na região em virtude do processo colonizador e explorador.

A partir dos anos 1980, com a “tardia” chegada da profissão na região, uma das entrevistadas pioneiras trouxe relatos e reflexões que “confirmam” a natureza da nossa formação sócio-histórica e sua incidência no Serviço Social, que vivenciava um processo

¹²⁴ Não se afirma que não houve e/ou não há negros e negras na condição assalariada do trabalho sob o comando do capital. Ao contrário, a mão de obra desses sujeitos negros e negras é funcional ao capital, contribuindo para a precarização das condições de trabalho e a manutenção dos baixos salários, em virtude da “construção histórica” do papel das e dos negras(os) em nossa sociedade, captando elementos dos quatro séculos de escravidão como eixo estrutural da nossa formação sócio-histórica.

¹²⁵ Estar à “margem” não significa estar “fora”, “alheio”, ao processo “civilizatório” e predatório do capital na região. A exclusão, estar à margem, é elemento constitutivo do capital, como bem elucida Marx no Capítulo XXIII do Livro I de *O Capital*, qual seja: o exército industrial de reserva, os lumpenproletariados, os expropriados e despossuídos de condições de subsistência e trabalho.

renovador, rompendo com o Serviço Social tradicional a partir da vertente de intenção de ruptura (Netto, 2015) e da posterior apropriação amadurecida da Teoria Social de Marx e de sua tradição.

A incidências das práticas clientelistas, coronelistas, patrimonialistas, entre outras, fomentam, conforme já discutido, uma “cultura política” e uma “cultura profissional” no que tange a *Ser Assistente Social na região e os desafios das e dos profissionais no cotidiano do seu exercício* que atravessam os eixos da formação e do trabalho profissional.

Destaca-se que a consolidação e a tardia expansão da região deveram-se à ausência histórica de instituições de formação superior na região, bem como à “ausência” do Estado pelos seus serviços, o que se fomentou a partir de 1988, com a Promulgação da Constituição Federal.

É somente nos anos 2000 que as instituições de ensino superior chegam à região e se consolidam, tendo por proeminência as instituições de natureza privada, com destaque para as Faculdades Doctum (atualmente Rede Unidoctum), propiciando a formação de futuros quadros profissionais para a região, seguida, a partir de 2006, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A UFVJM, com todas as contradições postas pela realidade que desencadeiam a precarização e o desmonte da educação pública brasileira, tem um valor inegável, como afirma um dos entrevistados:

a UFVJM foi a minha oportunidade, e única viu, Jhony? De poder fazer uma faculdade, ter um diploma de ensino superior. Fui o primeiro da minha família, com origens indígenas, a estudar em uma universidade. Muitos, na minha cidade, pessoas da minha família, diziam que isso não era pra mim, estava “sonhando” demais, mas não desanimei e me formeи. Ah, na formatura, fui com o meu cocar para dar visibilidade, mostrar que um indígena pode também ter acesso à educação superior pública de qualidade (Ferraz, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

O Impulso para a consolidação e o crescimento do mercado de trabalho regional teve como protagonista a “centralidade” adquirida pela Política de Assistência Social nos mandatos de Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), com a criação da PNAS em 2004 e do Suas em 2005.

Olha, aqui em Teófilo Otoni, me lembro da Janice Tameirão. Foi Secretária de Assistência, contribuiu muito para implantar os Cras, o Creas, toda a estrutura necessária. Era estudante, à época, fiz dois anos de estágio obrigatório na secretaria, vi todo esse movimento, e a demanda por contratar assistente social e psicólogo era grande, viu?

[...] Quando me formeи, fui atuar em um município chamado Rubim (MG), próximo ao Vale do Jequitinhonha. Fiquei em cargo de gestão por três anos,

de 2008 a 2011. Antes da minha chegada na cidade, não havia nada, começamos do “zero”. Tenho orgulho em dizer que implantei a Política de Assistência na cidade de Rubim (Teixeira, entrevista concedida ao pesquisador em 2024).

Segundo Netto (2007), a profissionalização do Serviço Social está *imbricada* com a constituição das instituições do Estado, seguida pelo empresariado, que demandaram uma mão de obra “especializada”, exigindo, assim, uma “reconfiguração¹²⁶” no campo da formação profissional, como se verificou no Brasil nos anos 1940 e, de forma mais aprofundada, nos anos da autocracia. Netto (2015) também destaca que, a partir dos anos 1960, o ingresso do Serviço Social no circuito acadêmico, em universidades “amordaçadas pela ditadura”, marcou o processo de renovação da profissão, amplamente debatido neste trabalho.

No exercício profissional, no cotidiano do trabalho, no *ser Assistente Social*, a atuação em consonância com a defesa e com o alargamento de direitos é atravessada pela lógica da ajuda, da cultura do poder local, das elites, desafiando as e os profissionais na afirmação do seu exercício. Esse processo deslegitima e subalterniza os profissionais, haja vista o contexto relacionado ao cenário de precarização das relações de trabalho, aos baixos salários, aos assédios institucionais e à reatualização da subalternidade histórica da profissão sob o contexto das *tendências* postas à profissão – traços já vistos no presente trabalho.

A “saída” para o enfrentamento desse cotidiano está na mobilização coletiva, que não se limita à luta corporativa, embora esta seja importante, mas na reafirmação na consciência e na ação do lugar de classe e com a classe trabalhadora, resistindo tanto no âmbito institucional e no exercício cotidiano, quanto nas lutas gerais da classe.

Não há um ponto final ou uma “receita” para o enfrentamento desses desafios, o que há é a imperativa necessidade de sucessivas aproximações por meio da pesquisa, de caráter permanente da realidade regional, permitindo o apontamento de estratégias para a ação coletiva em tempos de obscurantismo e desumanização das relações em sociedade.

Por fim, a banca de defesa de Tese de Doutorado indicou ao pesquisador a necessidade de futuras investigações que abarquem os demais municípios do Vale do Mucuri (MG), recomendação com a qual este trabalho também se alinha, considerando que tal ampliação pode fortalecer a reconstrução histórica, tornando-a mais abrangente e próxima da realidade.

¹²⁶ Reconfiguração que transita entre o arranjo teórico-doutrinário e as vertentes da Renovação, com ênfase na Modernização Conservadora, do ponto de vista da demanda imposta pelo Estado Autocrático aos Assistentes Sociais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2019.
- ACHTSCHIN, Márcio **A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri.** Teófilo Otoni: [s. n.], 2018. 176 p.
- AFONSO, Shirley Alves. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, abr. 2024.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANDRADE, Mariângela. O metodologismo e o desenvolvimento no Serviço Social brasileiro: 1947-1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BARROSO, Júlio César. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, mar. 2024.
- BATELLA, Wagner Barbosa. **Os limiares das cidades médias:** reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.
- BATISTONI, Maria Rosângela. Aproximações à tradição Marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, Marilda Vilela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A História pelo avesso:** a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanette. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação e perda de direitos. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, Elaine Rosseti. Capitalismo em crise e projetos para um Brasil em turbulência. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 51, v. 21, p. 28-43, 2023.
- BEHRING, Elaine Rosseti; CISLAGHI, Juliana Fiuza; SOUZA, Gisele. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a Política Social. In: BRAVO, Maria Inês de Souza; MATOS, Maurílio Castro; FREIRE, Silene de Moraes (org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Fundo público, valor e política social.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 2 mar. 2025.

BRAVO, Maria Inês de Souza. Política de saúde no Brasil. *In:* MOTA, Ana Elizabeth; BRAVO, Maria Inês de Souza; UCHÔA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2008.

BRAVO, Maria Inês de Souza; VASCONCELOS, Ana Maria de; GAMA, Andréa de Sousa; MONNERAT, Giselle Lavinas (orgs.). **Saúde e serviço social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Da Administração Pública burocrática a gerencial.** *In:* BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; Spink, Peter (orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CAMARGO, Maria Angelina Baia de Almeida. **Processamento e proletarização do trabalho do Assistente Social no acirramento da crise capitalista:** estudo das condições e das relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

CAPIOTTI, Dias Marques. A intentona comunista ontem e hoje: representações do anticomunismo no exército brasileiro. **Revista Aurora**, Marília, v. 16, n. 1, p. 61-78, 2023.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Porque Dilma não faz um governo de esquerda? A economia política dos governos PT. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, 2018.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma do Estado. *In:* BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; Spink, Peter (orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CARNUT, Luís. “O que o burguês faz lamentando... o fascista faz sorrindo”: neofascismo, capital internacional, burguesia associada e o Sistema Único de Saúde. **Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 22, p. 1-11, 2022.

CARVALHO, Vera Lúcia. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, fev. 2025.

CFESS. **Trinta anos do Congresso da Virada (1979-2009).** Brasília, DF: Cfess, nov. 2009.

CHAUÍ, Marilena. Cultura Política e Política Cultural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, 1995.

CHAVES, Edna Oliveira; CAMARGO, Maria Angelina Baia de Almeida; NEPOMUCENO, Romilda Aparecida. O Serviço Social no Vale do Mucuri e região: expansão e reconfiguração do trabalho profissional. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS: 80 ANOS DO SERVIÇO SOCIAL: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS, 4., 2016, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: Cress-MG, 2016.

CHAVES, Edna Oliveira. **Entrevista concedida ao entrevistador**. Teófilo Otoni, maio 2024.

CRESS-MG. **Documento para o fortalecimento dos Núcleos de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte: Cress, nov. 2022.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Revista Lua Nova**, [s. l.], n. 24, 1991.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p. 14-29, 1993.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar de uma Nova Era. São Paulo: Globo, 2008. v. 2

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 1973.

FERNANDES, Florestan (org.). **Marx, Engels**: história. São Paulo: Ática, 1983.

FERRAZ, Diego Soares. **Entrevista concedida ao pesquisador**. Teófilo Otoni, jan. 2024.

GIL, Antônio Cardoso. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, 1997.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. São Paulo: LMV Editora, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; SANTOS, Cláudia Mônica. **A História pelo avesso:** a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora; CNPQ, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

IASI, Mauro. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudos guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, 2019.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Ática, 2019.

JORGE, Gláucia Maria. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, fev. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, [s. l.], n. 9, p. 61-72, 2008.

MARQUES, Marqueza Maria Souza. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, jun. 2024.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, Nádia Maria Carvalho. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, mar. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

METZKER, Jaqueline Ribeiro. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, fev. 2025.

MIGNOLO, Walter de. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [s. l.], v. 32, n. 94, 2017.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOLJO, Carina Berta; BORGES, Maria Elizabeth S.; OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de; BRAVO, Maria Inês Souza. Da organização política do Serviço Social: a virada crítica no contexto da autocracia burguesa. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, p. 41-54, 2025.

MOLJO, Carina Berta; CARVALHO, Thaíse Seixas Peixoto. Tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social brasileiro. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 22, n. 44, p. 189-206, jul./dez. 2022.

MOLJO, Carina Berta. Cultura Política e Serviço Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 4, n. especial, p. 171-191, 2005.

MOLJO, Carina Berta. **La Historia Oral como posibilidad de reconstrucción histórica, su relación con el Trabajo Social**. San Pedro: Universidad de Costa Rica, 2002.

MOLJO, Carina Berta; SILVA, José Fernando Siqueira. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social em debate. In: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MOLJO, Carina Berta; SERPA, Moema; SILVA, José Fernando Siqueira da (orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011. v. 5. (Biblioteca Básica do Serviço Social)

MOREIRA, Elaine Aguilar. **Entrevista concedida ao pesquisador**. Teófilo Otoni, maio 2024.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabeth. **O mito da assistência social: ensaios sobre o estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOTA, Raquel Cristina Lucas. **Entrevista concedida ao pesquisador**. Teófilo Otoni, jan. 2024.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 2019.

NEPOMUCENO, Romilda Aparecida. **Entrevista concedida ao pesquisador**. Teófilo Otoni, fev. 2024.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. Brasília, DF: Cead/Abepss/Cfess, 1999. (Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 1)

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], n. 50, 1996.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PAULINO, Ana lisa Lara. O impacto do “Milagre Econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 562-571, 2020.

PENHA, Rodrigo Wolff. **Entrevista concedida ao pesquisador**. Teófilo Otoni, abr. 2024.

PLÍNIO JÚNIOR, Arruda Sampaio. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A formação Política do Brasil**. Companhia das letras. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1961.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1975. p. 155-190. Tomo III. v. 1

RAICHELIS, Rachel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Rachel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RODRIGUES, Mavi. Serviço Social em tempos de conservadorismo reacionário contribuições para análise. In: UFPE; CRES/PE. **Crise capitalista, Serviço Social e realidade brasileira: reflexões e perspectivas no contexto da pandemia**. 1. ed. Recife: Editora UFPE, 2021. p. 47-57.

ROTHER, Max. **Cem anos de colonização alemã em Teófilo Otoni**. Ijuí: Correiro Serrano, 1956.

SABADINI, Maurício de Souza. A (crítica da) Economia Política, o capital fictício e os lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, [s. l.], v. 59, edição especial, 2021.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas: Contribuições ao debate latino-americano**. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Ricardo Silvestre. **Entrevista concedida ao pesquisador**. Teófilo Otoni, mar. 2024.

SILVA, Ricardo Silvestre. **O avanço da contrarreforma neoliberal no ensino superior brasileiro pós anos 2000 e a formação profissional em Serviço Social**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão.** 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SOUZA, Jaqueline Maria. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, fev. 2024.

SOUZA, Sérgio Luiz de. Outras memórias, outras histórias: da invisibilidade social à multiplicidade do vivido. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-12.

TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil.** Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TEIXEIRA, Carolina Salomão. **Entrevista concedida ao pesquisador.** Teófilo Otoni, mar. 2024.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social:** uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

UFVJM. **Resolução nº. 33, de 19 de setembro de 2019.** Altera artigos 115 e 118 do Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina: UFVJM, 2019.

VASCONCELOS, José Antônio de. **Quem tem medo da teoria?** A História Intelectual e a ameaça do pós-modernismo nas páginas da *American Historical Review*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Cultura e formação humana no pensamento de Antônio Gramsci. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 51-66, jan./jun. 1999.

YAZBECK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa.** São Paulo: Cortez, 2019.

ZIGATO, Jhony Oliveira; LANES, Mônica Paulino; CAMARGO, Maria Angelina Baia Almeida. Serviço Social e Conservadorismo: Neofacismo, Neoliberalismo e irracionais. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9., ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 16., 2023, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2023.

APÊNDICE A – Quadro com as informações das(os) entrevistadas(os)

Entrevistadas(os)	Disciplinas mais relevantes na formação	Espaço Sócio-ocupacional de Trabalho
Diego Soares Ferraz Idade: 34 anos Naturalidade: Machacalis (MG)	-Fundamentos do Serviço Social -Estágio Supervisionado -Processo de Trabalho - Movimentos Sociais	-Secretário da Secretaria de Assistência Social em Machacalis (MG): 2015-2021. <i>Cargo comissionado, 40 horas semanais.</i> -Saúde da População Indígena (Serviço subordinado à Secretaria Municipal de Saúde de Teófilo Otoni (MG): 2022 a 2024. <i>40 horas semanais, Assistente Social, contrato de trabalho.</i> Secretário da Secretaria de Assistência Social de Machacalis (MG): 01/01/2025 aos dias atuais. <i>Cargo comissionado, 40 horas semanais.</i>
Carolina Salomão Teixeira Idade: 47 anos Naturalidade: Teófilo Otoni (MG)	- Estágio Supervisionado - Instrumentalidade do Serviço Social - Fundamentos do Serviço Social	- Coordenação do Centro de Referência da Assistência Social no município de Rubin (MG): 2008 a 2011. <i>40 horas semanais, contrato de trabalho.</i> - Coordenação do Centro de Referência da Assistência Social de Teófilo Otoni (MG): 2012 a 2019. <i>40 horas semanais, contrato de trabalho.</i> - Sedese (Diretoria Regional): 2019 aos dias atuais. <i>40 horas semanais, cargo comissionado.</i>
Edna Oliveira Chaves Idade: 54 anos Naturalidade: Governador Valadares (MG)	- Filosofia - Antropologia - Política Social - Estatística - Fundamentos do Serviço Social (a “história” do Serviço Social)	- Secretaria de Saúde da Prefeitura de Resplendor (MG): 2002 a 2004. <i>40 horas semanais, Regime Jurídico Único.</i> - Docência em Serviço Social nas instituições privadas de ensino de Teófilo Otoni (MG): <i>Iesfato: 2004 a 2010</i> <i>4 horas semanais, CLT</i> <i>Unipac: 2006 a 2013, 4 horas semanais, CLT</i> <i>Doctum: 2014 a 2015, 8 horas semanais, CLT.</i> - Legião da Boa Vontade de Teófilo Otoni (MG): 2005 aos dias atuais. <i>40 horas semanais de 2005 a 2011.</i> <i>2012 aos dias atuais: 30 horas semanais.</i>
Raquel C Lucas Mota Idade: 50 anos Naturalidade: São Paulo (SP)	- Fundamentos do Serviço Social - Processo de Trabalho - Política Social (ficou deficitário para mim, transição do currículo de 1982 para o de 1996)	- Docência na Faculdade Integrada de Caratinga (MG): 2001 a 2006. <i>Contrato de trabalho, 40 horas semanais.</i> - Docência na UFVJM: 2007 aos dias atuais. <i>Regime Jurídico Único. Dedicação Exclusiva (40 horas semanais).</i>

<p>Jaqueleine Rodrigues Metzker Idade: 47 anos Naturalidade: Canoas (SC)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Economia - Sociologia - Metodologia Científica - Política Social - Fundamentos do Serviço Social 	<ul style="list-style-type: none"> - APJ: ano de 2010. Projeto financiado pelo governo estadual para reinserção de jovens na sociedade que estiveram privados de liberdade no centro socioeducativo do município. <i>Regime de contrato temporário, 40 horas semanais.</i> - Centro de Referência da Assistência Social no município de Teixeira de Freitas (BA), sul do estado Baiano, no ano de 2011. <i>Regime de contrato temporário, 40 horas semanais.</i> - Assistente Social de um Colégio privado católico, realizando análises socioeconômicas para concessão de bolsas de estudo em Curitiba no Paraná, ano de 2012. <i>Consolidação das Leis do Trabalho, 40 horas semanais.</i> - Centro de Atenção Psicossocial de Teófilo Otoni (MG), de 2016 a 2020. <i>Contrato temporário de trabalho, 30 horas semanais.</i> - Centro de Referência Regional de Direitos Humanos do Vale do Mucuri. 2024 aos dias atuais. <i>Contrato temporário de trabalho, 30 horas semanais.</i>
<p>Gláucia Maria Jorge Idade: 60 anos Naturalidade: Novo Cruzeiro (MG)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Formação Sócio-Histórica do Brasil - Pensamento Social - Ética - Processo de Trabalho - Estágio - Fundamentos do Serviço Social 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão da Política de Assistência Social em Itaum (BA): 2007 a 2008. <i>40 horas semanais, contrato temporário de trabalho.</i> - Centro de Referência Especializado da Assistência Social de Teófilo Otoni (MG): 2009 a 2013, <i>Regime Jurídico único. Iniciou com 40 horas semanais e depois realizando 30 horas semanais.</i> - Hospital Municipal Raimundo Gobira (Teófilo Otoni): 2013 aos dias atuais, <i>Regime Jurídico Único, 30 horas semanais.</i>
<p>Nádia Maria C.O Martins Idade: 58 anos Naturalidade: Ataleia (MG)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sociologia - Desenvolvimento de Comunidade - Luta de Classes - Política de Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> - Prefeitura de Passos (MG) na Secretaria municipal de saúde (Saúde mental): 1990 a 1993, <i>Regime Jurídico Único, 40 horas semanais.</i> - Prefeitura de Nanuque (MG). Secretaria municipal de saúde (Saúde mental): 1993 a 1994. <i>40 horas semanais, contrato de trabalho.</i> - Prefeitura de Teófilo Otoni: Secretaria municipal de saúde (Saúde mental): 1994 a 2022. <i>Regime Jurídico Único. 1994 a 2012: 40 horas semanais. 2012 a 2022: 30 horas semanais. Aposentou-se da prefeitura de Teófilo Otoni em novembro de 2022.</i> - Apae de Teófilo Otoni: 1995 aos dias atuais. <i>1995 a 2013: 40 horas semanais. 2013 aos dias atuais: 30 horas semanais. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).</i>

Jaqueleine Maria de Souza Idade: 55 anos Naturalidade: Muriaé (MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Psicologia Social - Filosofia - Sociologia - Fundamentos do Serviço Social (Muita teoria e pouca prática, transição de currículos de 1982 para o de 1996) 	<ul style="list-style-type: none"> - Consórcio Intermunicipal de Saúde de Teófilo Otoni: 2000 a 2015. <i>Contrato temporário de trabalho (renovado anualmente).</i> 2000 a 2012: 40 horas semanais. 2012 a 2015: 30 horas semanais. - Docência em Serviço Social na Faculdades Doctum: 2004 a 2009. <i>Contrato de trabalho, 20 horas semanais.</i> - Assessorias e Consultorias as prefeituras da região do Vale do Mucuri (MG): 2016 a 2023. <i>Contrato por projeto/assessoria, 30 horas semanais.</i> Aposentou em 2023 por quadro de adoecimento (<i>Saúde Mental</i>).
Rodrigo Wolff da Penha Idade: 40 anos Naturalidade: Teófilo Otoni (MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Fundamentos do Serviço Social 	<ul style="list-style-type: none"> - Prefeitura de Teófilo Otoni: 2007 até 2024. Assessoria na gestão da Política de Assistência Social. <i>40 horas semanais, Regime Jurídico Único.</i> 2025 aos dias atuais: Assistente Social da Secretaria de Assistência Social e Habitação. <i>Regime Jurídico Único, 30 horas semanais.</i>
Ricardo Silvestre da Silva Idade: 55 anos Naturalidade: Belo Horizonte (MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Formação Sócio-Histórica Brasileira - Fundamentos do Serviço Social 	<ul style="list-style-type: none"> - Faculdades Integradas de Caratinga: 1999 a 2005 (<i>Docência em Serviço Social, 40 horas semanais, contrato de trabalho.</i>) - UFVJM (<i>Docência em Serviço Social), Regime Jurídico Único, Dedicação Exclusiva (40 horas semanais.</i>)
Shirley Alves Afonso Idade: 43 anos Naturalidade: Malacacheta (MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Estágio Supervisionado - Política Social 	<ul style="list-style-type: none"> - Prefeitura de Malacacheta (MG): <i>Implantou a Política de Assistência Social no município. (2008 a 2010). 40 horas semanais, contrato de trabalho.</i> - Prefeitura de Teófilo Otoni (MG): Centro de Referência da Assistência Social, Topázio, distrito de Teófilo Otoni. <i>30 horas semanais, contrato de trabalho, 2011 a atualidade.</i>
Romilda A. Nepomuceno Idade: 62 anos Naturalidade: Belo Horizonte (MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Sociologia - Desenvolvimento de Comunidade - Filosofia - Serviço Social de Caso, grupo e comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Legião Brasileira de Assistência no Vale do Mucuri (MG): 1984 a 1986, <i>40 horas semanais, contrato de trabalho.</i> - Gerência Regional de Saúde com sede em Teófilo Otoni (MG): 1988 a novembro de 2024, desde então aposentada. <i>Regime Jurídico Único (Servidora pública estadual), 40 horas semanais.</i>
Eliane Aguilar Moreira Idade: 50 anos Naturalidade: Teófilo Otoni (MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Fundamentos do Serviço Social 	<ul style="list-style-type: none"> - Como Assistente Social: Secretaria Municipal de Assistência Social de Teófilo Otoni (MG) de 2016 a 2020. <i>40 horas semanais. Regime Jurídico Único. É servidora pública da prefeitura de Teófilo Otoni no cargo de Psicóloga (2002-2015).</i> Atualmente, está como Assistente Social do Hospital Raimundo Gobira, realizando <i>30 horas semanais em Regime Jurídico único em cessão de cargo.</i>

Júlio César S Barroso Idade: 45 anos Naturalidade: Teófilo Otoni (MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Fundamentos do Serviço Social - “Questão Social” - Método de Marx (Materialismo Histórico Dialético) - Processo de Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Centro de Referência Especializada da Assistência Social, Prefeitura de Teófilo Otoni (MG). 2011 a 2024, cargo de coordenação do serviço. 40 horas semanais, contrato de trabalho.</i> <p>Demitido em janeiro de 2025 do CREAS em virtude da troca de gestão municipal.</p>
Marqueza Maria Moura Marques Idade: 60 anos Naturalidade: Baixada Santista	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução ao Serviço Social - Teoria Social de Marx 	<ul style="list-style-type: none"> - Cevida em Teófilo Otoni (MG). 2007 a 2010. <i>40 horas semanais, contrato de trabalho.</i> <p>2010 aos dias atuais: Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Saúde no setor Tratamento Fora Domicílio. <i>30 horas semanais, contrato de trabalho.</i></p>
Vera Lúcia Carvalho: Idade: 69 anos Naturalidade: Itambacuri (MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Filosofia - Sociologia - Serviço Social de caso, grupo e comunidade - Estágio Supervisionado 	<ul style="list-style-type: none"> - Centro Integrado de Atendimento ao Menor em Belo Horizonte (1979-1986), Assistente Social, <i>40 horas semanais, contrato temporário de trabalho.</i> - Centro Integrado de Atendimento ao Menor em Teófilo Otoni (1986-1994), Assistente Social, <i>40 horas semanais, contrato temporário de trabalho.</i> - Comarca de Itambacuri. Assistente Social no campo sócio-jurídico. (1994 até a sua aposentadoria em 2017). <i>Regime Jurídico Único.</i> <p><i>1994 a 2011: 40 horas semanais</i></p> <p><i>2011 a 2017: 30 horas semanais.</i></p>

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

TÍTULO DA PESQUISA: *A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICO CRÍTICA DO SERVIÇO NO VALE DO MUCURI (MG) INSTITUCIONALIZAÇÃO, EXPANSÃO E DESAFIOS NA ATUALIDADE.*

I) Dados da Pesquisa:

Questionário destinado as (os) Assistentes Sociais que exerceram e/ou exercem a profissão desde os anos 1980 a atualidade.

II) Dados da (o) entrevistada(o):

Nome Completo:

Local e data de nascimento:

Endereço:

Idade:

Gênero:

III) Formação e Exercício Profissional:

Instituição de Ensino em que realizou a graduação em Serviço Social:

Em que ano se graduou em Serviço Social?

Do que você recorda dos conteúdos ministrados durante o seu curso de graduação?

Em que década/ano você começou a atuar na região do Vale do Mucuri?

Quais as questões/motivações que levaram você a atuar como Assistente Social no Vale do Mucuri?

O que você recorda das origens do Serviço Social na região?

Quais os desafios para a profissão naquele contexto?

Como era ser Assistente Social no Vale do Mucuri (MG)? Quais elementos particulares você elenca?

O Serviço Social chega “tardiamente” ao Vale, você saberia nos informar quais os motivos desta chegada tardia?

Você conhece algum assistente social que possa nos dar mais informação?

Conhece documentos ou arquivos que possamos recuperar

Você gostaria de realizar alguma reflexão final?

APÊNDICE C – TCLE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL NO VALE DO MUCURI (MG): GÊNESE, EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO..** O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é **RECONSTRUIR HISTÓRICAMENTE A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL NO VALE DO MUCURI (MG)**. Nesta pesquisa pretendemos **CONHECER O PERFIL DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NO PÉRIODO A SER APREENDIDO HISTÓRICAMENTE, DOS ANOS 1970 AOS ANOS 2010, NA REGIÃO DO VALE DO MUCURI (MG); APREENDER OS ELEMENTOS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA NO VALE DO MUCURI EM ARTICULAÇÃO À FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA BRASILEIRA, ELUCIDANDO O LAPSO TEMPORAL PROPOSTA NA PESQUISA COM APONTAMENTOS e COMPREENDER OS ELEMENTOS QUE CULMINARAM COM A "INSERÇÃO TARDIA" DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NO PÉRIODO HISTÓRICO PROPOSTO UMA VEZ QUE A PROFISSÃO NO BRASIL SE LEGITIMA NOS ANOS 1930-1940;**

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: *Uma entrevista com questões abertas abordando sua formação profissional, a área de atuação como assistente social na região e os desafios profissionais no exercício da profissão com as particularidades da região.* Esta pesquisa tem alguns riscos, que são a identificação dos sujeitos entrevistados, pois as entrevistas serão gravadas. *Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, será utilizada a identificação por numeração, diminuindo o risco em tela com intuito de resguardo do anonimato.* Quanto ao material gravado, transcrita, este ficará sob a responsabilidade do pesquisador com cópia ao Centro de Memória do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF, localizado na unidade acadêmica Faculdade de Serviço Social em arquivos e programas que garantirão as condições para a consulta da pesquisa produzida sem exposição dos seus participantes. A pesquisa pode ajudar no conhecimento, do ponto de vista histórico, acerca da construção do Serviço Social na região do Vale do Mucuri (MG), contribuindo com o "retrato" da profissão no estado de Minas Gerais a partir de uma localidade particular do estado.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, 12 de dezembro de 2022 .

Documento assinado digitalmente

 JHONY OLIVEIRA ZIGATTO
 Data: 03/10/2025 00:03:59-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: Jhony Oliveira Zigatto Campus Universitário da UFJF

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do Brasil. Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF
 Campus Universitário da UFJF
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
 CEP: 36036-900
 Fone: (32) 2102-3788 / E-mail: cep.prop@uff.br



Faculdade/Departamento/Instituto: Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF. CEP: 36036-900 Fone: (32) 2102-3569/ (32) 998623157 (contato do pesquisador) E-mail:
Jhony.zigato@ufvjm.edu.br

Rubrica do Participante de pesquisa ou
responsável: _____
Rubrica do
pesquisador:

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolve seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do

Brasil. **Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:**

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102-3788 / E-mail: cep.prop@uff.br

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A Reconstrução histórico-crítica do Serviço Social na contemporaneidade: O Serviço Social no Vale do Mucuri (MG): 1970-2010

Pesquisador: JHONY OLIVEIRA ZIGATO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 66701722.7.0000.5147

Instituição Proponente: Faculdade de Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.933.185

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa.

“O presente projeto de tese tem por contributo à realização da Reconstrução Histórico-crítica da profissão de Serviço Social, na região do Vale do Mucuri (MG) no espaço temporal das décadas de 1970 a 2010. Segundo Camargo (2019, p.48), as primeiras inserções de Assistentes Sociais na região datam de fins dos anos 1970 e início dos anos 1980 no contexto de crise da denominada Autocracia Burguesa (1964-1985) e pela mobilização social pelo processo de redemocratização do país. Num primeiro movimento; a exposição contemplará os elementos basilares da formação social brasileira em articulação com a formação social regional que circundam o Vale do Mucuri (MG). Destaco que “capitanear” tal realidade será a “novidade” desta tese na medida que esta região, carecida de estudos acerca da profissão de Serviço Social, está imbricada aos elementos sócio-políticos e econômico-culturais da região, trazendo, dessa forma, peculiaridades de “ser” da profissão neste solo rico em sua cultura e diversidade e com inúmeros desafios no que tange aos gravames das expressões da “questão social”.”

Objetivo da Pesquisa:

“Objetivo Primário: Reconstruir historicamente a profissão de Serviço Social no Vale do Mucuri (MG)”

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N	CEP: 36.036-900
Bairro: SAO PEDRO	
UF: MG	Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788	E-mail: cep.propp@ufjf.br



Continuação do Parecer: 5.933.185

"Objetivo Secundário:

- Conhecer o perfil das (os) Assistentes Sociais no período a ser apreendido historicamente, dos anos 1970 a 2010, na região do Vale do Mucuri (MG);
- Apreender os elementos da formação sócio histórica no Vale do Mucuri (MG) em articulação à formação sócio histórica brasileira, elucidando o lapso temporal proposta na pesquisa;
- Compreender os elementos que culminaram com a "inserção tardia" das (os) Assistentes Sociais no período histórico proposto uma vez que a profissão no Brasil se legitima nos anos 1940 com a criação e expansão do mercado nacional de trabalho."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Segundo a Resolução CNS 466/12, item V - DOS RISCOS E BENEFÍCIOS: "Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e graduações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los. Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo".

Desta forma, as entrevistas serão gravadas, possibilitando a identificação dos participantes da referida pesquisa. Para tanto, utilizarei o recurso de identificação dos mesmos por numeração, diminuindo o risco em tela com intuito de resguardo do anonimato.

Quanto ao material gravado, transscrito, este ficará sob a responsabilidade do pesquisador com cópia ao Centro de Memória do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF, localizado na unidade acadêmica Faculdade de Serviço Social em arquivos e programas que garantirão as condições para a consulta da pesquisa produzida sem exposição dos seus participantes. Benefícios: Conhecer do ponto de vista histórico a construção do Serviço Social na região do Vale do Mucuri (MG), propiciando aos participantes da pesquisa o conhecimento e acesso a memória histórica da profissão na região para fomento e incentivo de pesquisas e estudos futuros."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa,

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N	CEP: 36.036-900
Bairro: SAO PEDRO	
UF: MG	Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788	E-mail: cep.prop@ufjf.br



Continuação do Parecer: 5.933.185

estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CEPs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: dezembro de 2024.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N	CEP: 36.036-900
Bairro: SAO PEDRO	
UF: MG	Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788	E-mail: cep.prop@ufjf.br



Continuação do Parecer: 5.933.185

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2058423.pdf	08/03/2023 22:29:18		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/03/2023 22:28:41	JHONY OLIVEIRA ZIGATO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	08/03/2023 22:16:02	JHONY OLIVEIRA ZIGATO	Aceito
Folha de Rosto	ROSTO.pdf	09/01/2023 21:04:31	JHONY OLIVEIRA ZIGATO	Aceito
Outros	CARINA.pdf	20/12/2022 20:44:40	JHONY OLIVEIRA ZIGATO	Aceito
Outros	JHONY.pdf	20/12/2022 20:43:14	JHONY OLIVEIRA ZIGATO	Aceito
Outros	ROTEIRO.docx	16/12/2022 21:20:06	JHONY OLIVEIRA ZIGATO	Aceito
Outros	TERMO.pdf	16/12/2022 21:19:23	JHONY OLIVEIRA ZIGATO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	INFRAESTRUTURA.pdf	16/12/2022 21:17:32	JHONY OLIVEIRA ZIGATO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 09 de Março de 2023

Assinado por:
Jubel Barreto
(Coordenador(a))

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N	CEP: 36.036-900
Bairro: SAO PEDRO	
UF: MG	Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788	E-mail: cep.propp@ufjf.br